

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

EDUARDO DE SOUZA PEREIRA

**DISSUAÇÃO CONVENCIONAL:
A INFLUÊNCIA DA CULTURA ESTRATÉGICA E O CASO BRASILEIRO**

PORTO ALEGRE

2024

EDUARDO DE SOUZA PEREIRA

**DISSUAÇÃO CONVENCIONAL:
A INFLUÊNCIA DA CULTURA ESTRATÉGICA E O CASO BRASILEIRO**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

PORTO ALEGRE

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Eduardo de Souza
Dissuasão convencional: a influência da cultura
estratégica e o caso brasileiro / Eduardo de Souza
Pereira. -- 2024.
268 f.
Orientador: Érico Esteves Duarte.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Dissuasão convencional. 2. Cultura estratégica.
3. Brasil. 4. Doutrina militar. 5. Defesa nacional. I.
Duarte, Érico Esteves, orient. II. Título.

EDUARDO DE SOUZA PEREIRA

**DISSUAÇÃO CONVENCIONAL:
A INFLUÊNCIA DA CULTURA ESTRATÉGICA E O CASO BRASILEIRO**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: Porto Alegre, 25 de junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. ÉRICO ESTEVES DUARTE (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. EDUARDO MUNHOZ SVARTMAN
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JÚNIOR
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. RICARDO RODRIGUES FREIRE
Escola Superior de Guerra

Aos integrantes das Forças Armadas do Brasil que souberam se manter leais ao juramento de servir à Defesa da Pátria, não aceitando se envolver em aventuras políticas.

AGRADECIMENTOS

A minha amada esposa Claudia, sem cujo amor eu nunca teria conseguido vencer os desafios dessa jornada. Você me faz buscar ser melhor e me ilumina a vida.

Aos meus pais (*in memoriam*) Prof. Dr. José Lúcio e Maria Lúcia e à minha irmã Maria Letícia, exemplos e apoios constantes.

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte, seu apoio, conhecimento e lúcida inteligência foram fundamentais para a elaboração dessa tese.

Ao Prof. Dr. Greg Kennedy (King's College London), cuja generosidade, suporte e atilamento me levaram a novos patamares de pesquisa.

Noah Kemp-Stancer (King's College London), seu constante apoio, fidalguia e amizade permitiram realizarmos o sonho de pesquisar no exterior.

Professores e colegas de doutorado da UFRGS, do King's College London e da Swedish Defence University, vocês permitiram que esse empreendimento acadêmico fosse gratificante pelos conhecimentos e debates que coligamos juntos.

Deus, grato pelos desafios que me são apresentados e pela disposição de vencê-los.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Ele é parte de Projeto de Pesquisa do Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-Defesa) e contou com bolsa para a realização de doutorado sanduíche no Reino Unido.

*“You know as well as we do that when we are talking on the human plane questions of justice only arise when there is equal power to compel: in terms of practicality **the dominant exact what they can and the weak concede what they must**”*
(THUCYDIDES, 2009, p. 302, grifo nosso).

RESUMO

A presente tese trata da Dissuasão Convencional e de como implementá-la corretamente, necessitando dessa forma compreendê-la e coligar as suas características, o seu *modus operandi* e o que pode afetá-la. Com esse intuito foi estabelecido o seguinte problema de pesquisa: como a Dissuasão Convencional é influenciada pela Cultura Estratégica singularizada para cada nação? Trabalha-se com as hipóteses de que: a) a Dissuasão Convencional possui um complexo, mas desenvolvido arcabouço de procedimentos e princípios que devem ser analisados; b) cada Cultura Estratégica é distinta ao incluir as práticas e processos de resolução política-administrativa que são individualizadas em cada nação. Assim sendo, o estudo da Cultura Estratégica possibilita identificar essas especificidades nacionais e fazer o seu respectivo uso objetivando planejamentos dissuasórios melhores; e c) processos adotados ou tolerados segundo a coerência da Cultura Estratégica local podem resultar em soluções danosas à Dissuasão Convencional, resultando em deixar uma nação menos guarnecida frente às ameaças externas. A tese argumenta que avaliar a Cultura Estratégica autóctone possibilita buscar soluções para aprimorar as ferramentas da Dissuasão Convencional própria (como adotando uma Doutrina Militar mais eficiente) e que entender a Cultura Estratégica alóctone auxilia em desenvolver uma Dissuasão Convencional sob medida para enfrentar as ameaças que se fizerem presentes (se apresentando capaz, crível e orquestrada frente ao escrutínio hostil). Esta é uma tese panorâmica com o objetivo de oferecer uma contribuição reflexiva com o recurso de análises históricas e na qual o método de abordagem é o hipotético-dedutivo, com pesquisa qualitativa envolvendo a coleta de dados, inclusive de fontes primárias (como documentos oficiais). Há um capítulo dedicado ao Realismo Neoclássico (escolhido como base teórica), à (ainda) inevitabilidade dos conflitos interestatais e ao estudo da Grande Estratégia e da Doutrina Militar como sendo, dentre outros, os canais de transmissão de decisões políticas de alto nível e de opções de emprego do aparato bélico. Dois capítulos são voltados para uma melhor compreensão da Dissuasão Convencional, especialmente no viés acadêmico e teórico. E há um capítulo de entendimento da Cultura Estratégica e da Diplomacia de Defesa, além de um estudo de caso envolvendo a Dissuasão Convencional do Brasil frente a sua Cultura Estratégica. A conclusão responde ao problema de pesquisa e confirma a validade das hipóteses: que a Cultura Estratégica

intervém na Dissuasão Convencional em razão de as características de caráter político e militar (positivas e/ou negativas) que a primeira possui (particulares a cada nação e grupo) efetivamente atuam nos processos decisórios e de implementação da última.

Palavras-chave: Dissuasão Convencional. Cultura Estratégica. Brasil. Doutrina Militar. Defesa Nacional.

ABSTRACT

This thesis deals with Conventional Deterrence and how to implement it correctly, thus needing to understand and collate its characteristics, *modus operandi* and what can affect it. To this end, the following research problem was established: how is Conventional Deterrence influenced by the Strategic Culture unique to each nation? We are working with the hypothesis that: a) Conventional Deterrence has a complex but developed framework of procedures and principles that must be analysed; b) each Strategic Culture is distinctive in that it includes the practices and processes of political-administrative resolution that are individualized in each nation. As such, the study of Strategic Culture makes it possible to identify these national specificities and make use of them with a view to better deterrence planning; and c) processes adopted or tolerated according to the coherence of the local Strategic Culture can result in solutions that are harmful to Conventional Deterrence, resulting in a nation being less guarded against external threats. The thesis argues that assessing the autochthonous Strategic Culture makes it possible to seek solutions to improve the tools of Conventional Deterrence (such as adopting an efficient Military Doctrine) and that understanding the allochthonous Strategic Culture helps to develop a Conventional Deterrence that is tailor-made to face the threats that arise (presenting itself as capable, credible and orchestrated in the face of hostile scrutiny). It is a panoramic thesis with the aim of offering a reflective contribution using historical analysis, and the approach method is hypothetical-deductive, with qualitative research involving data collection, including primary sources (such as official documents). There is a chapter dedicated to Neoclassical Realism (chosen as the theoretical basis), to the (still) inevitability of interstate conflicts and to the study of Grand Strategy and Military Doctrine as being, among other things, the channels for transmitting high-level political decisions and options for employing the military apparatus. Two chapters focus on a better understanding of Conventional Deterrence, especially from an academic and theoretical perspective. There is also a chapter on understanding Strategic Culture and Defence Diplomacy, as well as a case study involving Brazil's Conventional Deterrence in relation to its Strategic Culture. The conclusion answers the research problem and confirms the validity of the hypotheses: that Strategic Culture intervenes in Conventional Deterrence because the political and military characteristics (positive

and/or negative) that the former possesses (particular to each nation and group) effectively act on the latter's decision-making and implementation processes.

Keywords: Conventional Deterrence. Strategic Culture. Brazil. Military Doctrine. National Defence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	<i>Anti-Access/Area Denial</i>
CAEPE	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia
CCEM	Curso de Comando e Estado-Maior
CEMOS	Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CPEAEx	Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército
CPEM	Curso de Política e Estratégia Marítimas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRUZEX	<i>Cruzeiro do Sul Exercise</i>
CSA	Ciclos Sistêmicos de Acumulação
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
C5ISR	<i>Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
DAEBAI	Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DCAF	<i>Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (actually Geneva Centre for Security Sector Governance)</i>
DCDC	<i>Development, Concepts and Doctrine Centre (UK)</i>
DIRDAI	Diretriz de Defesa para a Área Internacional
DPO	<i>Department of Peace Operations (formerly DPKO) (UN)</i>
DPKO	<i>Department of Peacekeeping Operations (actually DPO) (UN)</i>
ECEMAR	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EB	Exército Brasileiro
ECFR	<i>European Council on Foreign Affairs</i>
EGN	Escola de Guerra Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América (ver também USA)
FAB	Força Aérea Brasileira
FFAA	Forças Armadas
FM	<i>Field Manual (U.S. Army)</i>

FPRI	<i>Foreign Policy Research Institute (USA)</i>
HIMARS	<i>High Mobility Artillery Rocket Systems (USA)</i>
ICBM	<i>Intercontinental Ballistic Missile(s)</i>
JSC	<i>Joint Chiefs of Staff (USA)</i>
JSCSC	<i>Joint Services Command and Staff College (United Kingdom)</i>
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MAD	<i>Mutual Assured Destruction</i>
MANSUP	Míssil Antinavio Nacional de Superfície
MB	Marinha do Brasil
MCDP	<i>Marine Corps Doctrinal Publication (U.S. Navy)</i>
MICLA-BR	Míssil de Cruzeiro de Longo Alcance (Brasil)
MINUSTAH	<i>Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti</i>
MONUSCO	<i>Mission de L'Organisation des Nations Unies pour la Stabilisation en République Démocratique du Congo</i>
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization (ver também OTAN)</i>
NCA	<i>National Command Authority</i>
NDS	<i>National Defense Strategy (USA)</i>
NPT	<i>Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (ver também TNP)</i>
NSS	<i>National Security Strategy (USA)</i>
OI	Organismo(s) Internacional(is)
ONU	Organização das Nações Unidas (ver também UN)
OMP	Operações de Manutenção da Paz
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte (ver também NATO)
PND	Política Nacional de Defesa
RAAF	<i>Royal Australian Air Force</i>
RAF	<i>Royal Air Force</i>
RCDS	<i>Royal College for Defence Studies</i>
RIMPAC	<i>Rim of the Pacific</i>
RUSI	<i>Royal United Services Institute</i>
SCEEUS	<i>Stockholm Centre for Eastern European Studies (at the Swedish Institute of International Affairs)</i>
SEDU	<i>Swedish Defence University (Försvarshögskolan)</i>

SLBM	<i>Submarine-Launched Ballistic Missile</i>
SSBN	<i>Submarine Ballistic missile Nuclear-powered</i>
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (ver também NPT)
TO	Teatro de Operações
TRADOC	<i>Training and Doctrine Command (U.S. Army)</i>
UAV	<i>Unmanned Aerial Vehicle</i> (ver também VANT)
UE	União Europeia
UN	<i>United Nations</i> (ver também ONU)
UNODA	<i>United Nations Office for Disarmament Affairs</i>
UNIFA	Universidade da Força Aérea
UNIFIL	<i>United Nations Interim Force in Lebanon</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	<i>United States of America</i> (ver também EUA)
UK	<i>United Kingdom</i>
VANT	Veículo Aéreo Não-Tripulado (ver também UAV)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	SISTEMA INTERNACIONAL E REALISMO NEOCLÁSSICO, GUERRAS INTERESTATAIS, GRANDE ESTRATÉGIA E DOCTRINAS MILITARES	27
2.1	SISTEMA INTERNACIONAL E REALISMO NEOCLÁSSICO	28
2.2	GUERRAS INTERESTATAIS	39
2.3	GRANDE ESTRATÉGIA E DOCTRINAS MILITARES	50
2.3.1	Grande Estratégia	51
2.3.2	Doutrinas Militares	60
2.4	CONCLUSÃO PARCIAL	76
3	DISSUAÇÃO PRÉ-ARMAMENTOS NUCLEARES	77
3.1	O CASO DOS EUA NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA	82
3.2	TIPOLOGIA DA DISSUAÇÃO CONVENCIONAL: ENTRE NEGAÇÃO E PUNIÇÃO	87
3.3	O CASO DA SUÍÇA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	94
3.4	COMPONENTES DA DISSUAÇÃO CONVENCIONAL: CAPACIDADE E CREDIBILIDADE	108
3.5	LIMITES DA DISSUAÇÃO CONVENCIONAL: OS CASOS DO ATAQUE A PEARL HARBOR (1941) E DA INVASÃO ALEMÃ DA POLÔNIA (1939)	118
3.6	COMPONENTES DA DISSUAÇÃO CONVENCIONAL: ORQUESTRAÇÃO E ELEMENTOS SUPLEMENTARES	123
3.7	CONCLUSÃO PARCIAL	147
4	DISSUAÇÃO CONVENCIONAL NA ERA NUCLEAR	149
4.1	DISSUAÇÃO NUCLEAR	150
4.2	TEORIA DA DISSUAÇÃO CONVENCIONAL DE MEARSHEIMER	160
4.3	DISSUAÇÃO CONVENCIONAL CONTEMPORÂNEA	174
4.4	CONCLUSÃO PARCIAL	179

5	CULTURA ESTRATÉGICA, DIPLOMACIA DE DEFESA E A DISSUAÇÃO CONVENCIONAL NO BRASIL.....	181
5.1	CULTURA ESTRATÉGICA	182
5.2	DIPLOMACIA DE DEFESA	194
5.3	DISSUAÇÃO CONVENCIONAL NO BRASIL.....	201
5.3.1	Visão da Dissuasão Convencional no Brasil.....	202
5.3.2	Prática dissuasória no Brasil	209
5.3.3	Cultura Estratégia brasileira.....	220
5.4	CONCLUSÃO PARCIAL.....	223
6	CONCLUSÃO.....	225
	REFERÊNCIAS.....	230

1 INTRODUÇÃO

Apesar da existência de diversos estudos acadêmicos e de análises governamentais que propugnavam o fim dos conflitos interestatais de grande vulto, em 24 de fevereiro de 2022 teve lugar a invasão da Ucrânia por forças militares da Rússia (que totalizavam dezenas de milhares de soldados, milhares de blindados e peças de artilharia, além de centenas de aeronaves) – uma prova inquestionável de que a realidade da guerra em larga escala ainda permeia a arena internacional. E o conflito rapidamente tomou uma conformação global, pois além dos dois países diretamente nele implicados, foram envolvidos também os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), outras nações europeias (como a Suécia e a Finlândia) e diversos países bastante distantes dos combates que se sucediam naquela região, como aqueles que sofreram escassez de grãos e fertilizantes, os que foram compelidos por motivações ideológicas e/ou aqueles que se tornaram provedores de material bélico aos contendores (como nos exemplos da China, do Irã e da Coreia do Norte). Apesar da presença de motivações políticas, econômicas e histórico-culturais, a agressão russa se materializou também em virtude de a Ucrânia e seus aliados ocidentais não terem sido suficientemente competentes em demover a Rússia do seu intento de subjugar Kiev e o restante do país¹ – submissão essa que as lideranças russas inferiram que seria de fácil e rápida concretização, bem como não acarretaria sérias retaliações internacionais (FREEDMAN, 2022; HARDING, 2022; MANKOFF, 2022; BUDJERYN, 2023; COOPER *et al.*, 2023; GOLTS, 2023; PLOKHY, 2023; WASIELEWSKI, 2023)².

¹ Se faz necessário observar que as relações entre a Rússia e a Ucrânia começaram a se deteriorar em 2014, quando da anexação russa da Criméia e das suas agressões na região do Donbass (FREEDMAN, 2017, 2019) e escalou para uma guerra aberta em 2022. É possível coligir que, nesse intervalo de quase oito anos, o Ocidente fracassou em prover a Ucrânia com meios dissuasórios mais extensos, em oferecer garantias verossímeis de que atuaria de forma consistente em caso de novas agressões russas e, também, em encaminhar alternativas para as ambições da Rússia. Da mesma forma, a Ucrânia não soube fazer conhecer sua melhora bélica (estava mais apta a se defender) e sua maior motivação em resistir para obstar agressões ao seu território – acarretando a falha na sua Dissuasão. O desconhecimento desse progresso na defesa da Ucrânia era compartilhado em diversas áreas, como exposto em relatório do afamado *Royal United Services Institute* (RUSI) por Watling e Reynolds (2022, p. 1, grifo nosso), “*Moscow was anticipating the capture of Kyiv within three days. Many outside observers – including the authors of this report – feared the destruction of the conventional Ukrainian military, even if they expected the fighting to last longer than Moscow had hoped*”.

² A literatura utilizada nesta tese para tratar dessas investidas russas à Ucrânia é, majoritariamente, de origem anglo-saxônica, de autores russos no exílio e de ucranianos – o que prejudica uma visão mais abrangente do conflito. Essa circunstância se deve às dificuldades na obteção de estudos independentes de fontes russas.

Identificou-se preliminarmente, em benefício deste estudo, que essa inabilidade ucraniana e ocidental teve lugar na esfera política-estratégica denominada como Dissuasão – prática essa que visa a persuadir um possível agressor de que ele irá falhar ou que o preço a pagar pela obtenção de seu intento será muito superior aos frutos porventura auferidos (MEARSHEIMER, 1981, 1983; GRAY, 1990; MAZARR, 2018, 2021). Esse atacante deve ser também convencido de que o sucesso de sua empreitada não está assegurado e que medidas retaliatórias poderão ser executadas. Para permitir que alcance seus objetivos, são condicionantes da Dissuasão que ela seja suficientemente capaz, crível e orquestrada. Sucede que essas facetas na decisão de executar (ou não) uma agressão – seu balanço entre custos e gastos e a (im)possibilidade de sucesso – não podem ser realmente mensuradas, impelindo a Dissuasão para apresentar um forte componente psicológico que forçosamente necessita ser levado em conta (JERVIS; LEBOW; STEIN, 1985; MORGAN, 2003; FILIPPIDOU, 2020; OSINGA; SWEIJS, 2021).

É nesse ponto que a Cultura Estratégica se apresenta como caminho para assistir os tomadores de decisão e os planejadores na interpretação das nuances psicológicas de uma nação (seja a dissuasora, seja a agressora) – matizes nacionais que congregadas atuam como uma fonte geradora de resultados individualizados e, muitas vezes, atípicos. Contendo, dentre outros aspectos, as tradições, valores, padrões de comportamento, realizações e formas particulares de resolução de problemas de uma nação no que respeita a ameaça ou ao uso da força³ (BOOTH, 1990), a Cultura Estratégica incluso permite acolher o pensamento milenar de Sun Zi⁴, de que não precisa temer o resultado de “cem batalhas” se conhecer o inimigo e também conhecer a si próprio (ZI, 2006, 2007).

³ A Cultura Estratégica não se encontra esculpida em pedra, permanecendo imutável. Ela é moldada frente a novas realidades políticas, históricas, culturais, econômicas, geopolíticas etc., dessa forma necessitando ser observada e analisada regularmente. Como exemplo, as já citadas investidas russas perpetradas em 2014 (Criméia, Donbass etc.) se tornaram um importante catalisador que modificou divisões internas e uniu a Ucrânia para uma defesa enfática da sua soberania, do seu modelo político-econômico e do seu modo de vida (MANKOFF, 2022; PLOKHY, 2023).

⁴ A China desenvolveu e adotou oficialmente o Sistema de Romanização *Pinyin* com a finalidade de melhor representar a pronúncia dos caracteres chineses. Esse sistema passou a ser progressivamente utilizado pelo Ocidente em substituição ao sistema anterior, menos correto (o Wade-Giles). Isso levou a que diversas expressões chinesas passassem a ter uma nova representação, como, por exemplo: Pequim se modifica para Beijing; Mao Tse-tung em Mao Zedong; e Sun Tzu em Sunzi – entretanto ainda existem divergências nessa representação linguística (ZI, 2007, p. xxxix; PEREIRA, 2021, p. 24). Em vista disso, esta tese irá adotar a grafia de Sun Zi para se referir ao autor de “A Arte da Guerra”, por ser aquela que aparece em publicações oficiais chinesas (ZI, 2006).

A racionalidade de inserir a Cultura Estratégica nos cálculos dissuasórios, indo além do componente psicológico, se origina também de duas ramificações acadêmicas: do Realismo Neoclássico (ROSE, 1998; SCHWELLER, 2003; RIPSAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2009, 2016), o qual inclui também o campo interno dos Estados como fator de influência na adoção de Políticas Externa e de Defesa específicas; e dos estudos históricos (especialmente de História Militar), que apresentam eventos análogos, mas com consequências diferenciadas (LIDDELL HART, 1971; BLACK, 2004a; MURRAY; SINNREICH, 2006; STRACHAN, 2013). Outro ponto é que, como a Dissuasão impõe ações coordenadas abrangendo todos os campos do Poder Nacional (não apenas o militar, mas também o político, o econômico, o científico-tecnológico e psicossocial)⁵ (SNYDER, 1959, 1961; POSEN, 1984; ARON, 2017; BRASIL, 2024), a Cultura Estratégica também permite alcançar uma melhor percepção dos mesmos e das suas nuances, logo facilitando empregá-los para dissuadir o inimigo, da mesma forma que para aprimorar as próprias defesas nacionais.

Aqui se apresenta o **cerne desta pesquisa**, que é de, para além de compreender a Dissuasão, coligar suas características, seu *modus operandi* e o que pode afetá-la (particularmente com relação à Cultura Estratégica) – tudo objetivando permitir que ela seja corretamente implementada e, assim, cooperar para preservar a paz (inclusive com relação ao Brasil).

O **tema** escolhido – Dissuasão Convencional – se **justifica** pela possibilidade de conflitos internacionais irromperem em futuro não distante, como em uma disputa hegemônica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China (confronto a qual possivelmente terá uma escala mundial, englobando bem mais países do que os aliados de ambos) (CLARK; CARVALHO; CARMONA, 2022). E mesmo aquelas nações que optarem pela neutralidade – uma possibilidade bastante plausível para o Brasil – necessitarão da posse de ferramentas dissuasórias para não sofrerem agressões (ROBERTS, 1986; SPILLMANN, 1987; ARON, 2017). E assim, mesmo correndo o risco de granjear uma atitude *blasé*, se insere a justificativa social desta

⁵ Existem entendimentos distintos sobre como se constituem os diversos campos do Poder Nacional, como os diversos descritos em Morgenthau (2003). Esta tese, buscando objetividade e simplificação, adotará a divisão nos campos: político, econômico, psicossocial, militar e científico-tecnológico.

tese, que é de cooperar na proteção das pessoas, seus bens e do patrimônio nacional ao buscar aprimorar a Defesa da Pátria.

Mas não apenas essa fundamentação apresentada importa, a eleição deste tema também se **ampara** no campo científico. Sucede nessa área, especialmente no Brasil, uma conjuntura de deficiências nas pesquisas e na bibliografia acadêmicas que sejam focadas especificamente em Dissuasão (particularmente quando relacionada à Cultura Estratégica), situação que vem acompanhada de que a literatura sobre o tema não está pacificada – lacunas e arritmias essas que permitem que esta tese possa **contribuir com ineditismo** para a Academia em geral e os Estudos Estratégicos em particular. Por fim, ainda incorrem motivações de cunho pessoal para a elaboração desta tese. Por intermédio dela se pretende engendrar o resgate de uma agenda resultante de observações e práticas profissionais e acadêmicas de algumas décadas no domínio da Defesa – almejando assim concorrer para uma melhoria nas relações civis-militares nesse âmbito pela via da compreensão e do respeito mútuos, sem os quais nenhum vínculo se mantém e consegue se fortalecer para enfrentar as vicissitudes no porvir.

Antes de prosseguir, se faz mandatário apresentar as **delimitações** desta tese, todas visando à produção de uma pesquisa científica aprimorada ao permitir que ela tenha maior objetividade e que seja melhor corroborada. A primeira delimitação se relaciona ao supracitado uso de todos os campos do Poder Nacional pela Dissuasão. Apesar de a Dissuasão não depender unicamente do emprego de força bélica (SNYDER, 1961), esse componente do Poder Nacional é o que mais influência exerce nos cálculos dissuasórios, inclusive pelos maiores impactos psicológicos que produz se comparados aqueles provenientes dos demais campos do poder (KNOFF, 2009) – assim será a faceta bélica que será majoritariamente ponderada nesta tese. A outra delimitação, já observando a primazia da pesquisa no campo militar, é que esta tese não irá considerar o emprego de armas de destruição em massa (inclusive os armamentos nucleares) nos processos dissuasórios que analisar⁶ – circunscrição essa que aqui define a Dissuasão Convencional (MUELLER, 2021). A razão dessa delimitação é que a grande maioria dos países (inclusive o Brasil) não dispõem de

⁶ Entretanto, há uma seção (em capítulo a frente) que tratará da denominada Dissuasão Nuclear. O objetivo é o de debater como a inserção dos armamentos nucleares implementou os estudos (acadêmicos e governamentais) sobre Dissuasão e os reflexos desses para a Dissuasão Convencional.

armas nucleares e/ou suas plataformas de lançamento funcionais. E mesmo a minoria de países com uma competência militar nuclear também vivenciam a Dissuasão Convencional em grande medida, até porque a maior parte das ações militares dissuasórias está relacionada a capacidades convencionais (mesmo após a inserção dos armamentos nucleares). Dessa forma, é pertinente restringir o campo de estudo prioritariamente à Dissuasão que avalia unicamente o emprego do armamento dito convencional.

Frente ao que foi aqui exposto, o **problema de pesquisa** escolhido foi: como a Dissuasão Convencional é influenciada pela Cultura Estratégica singularizada para cada nação? Para responder a essa pergunta, será trabalhada a **hipótese de trabalho** que abrange as seguintes considerações:

- a) a Dissuasão Convencional possui um complexo (mas que se encontra desenvolvido) arcabouço de procedimentos e princípios a serem observados. Mesmo que esse arcabouço possua discrepâncias teóricas e/ou operacionais, ele se encontra normatizado em documentos oficiais e nos conceitos da grade curricular dos estabelecimentos de ensino militar e estratégico de alto nível;
- b) em razão de a Cultura Estratégica ser particularizada para cada nação, em cada uma delas têm lugar distintas práticas e processos de resolução política-administrativa. A Cultura Estratégica coopera na implementação dessas diferenças e, assim, possibilita identificá-las e compreendê-las. Não se trata de debater a lógica que rege essas distinções, mas de fazer uso delas como fatores importantes na configuração dos planejamentos dissuasórios;
- c) frente a caminhos praticados segundo a coerência da Cultura Estratégica local, soluções danosas à Dissuasão Convencional podem vir a ser adotadas. Dessa forma, podem ser consentidos e tolerados interesses paroquialistas, convicções ideológicas e, até mesmo, incompetência pura. O resultado poderá levar a que normas estabelecidas e lógicas firmadas com a intenção de proteger aquela nação sejam extrapoladas para atender idiosincrasias, deixando o país menos guarnecido frente às ameaças externas.

Argumenta-se assim que a Cultura Estratégica é parte indissociável dos cálculos políticos-estratégicos relacionados à Dissuasão Convencional, da mesma

forma que os recursos militares e econômicos disponíveis, as relações diplomáticas existentes, a capacidade científica-tecnológica e a resiliência da população. E que, neste estudo, o escrutínio da Cultura Estratégica deve ser realizado pelo dissuasor tanto em relação àquela do possível agressor quanto no que se refere à sua própria – buscando idealmente apreender falhas próprias para que possam ser corrigidas, este sendo o cerne desta tese.

Cada pesquisa científica possui predicados peculiares e, conseqüentemente, se impõe a provisão de recursos específicos para concretizá-la – provimento que deve observar as fontes e o tempo disponíveis. Classificá-las não é assim um processo exato, mas permite que o estudo seja melhor balizado e operacionalizado, servindo o método escolhido como um caminho de orientação (mas não como um trilho limitador). Frente a essas observações, a **metodologia** aqui adotada acolheu o método de abordagem classificado como hipotético-dedutivo (MARCONI; LAKATOS, 2017), o qual prevê que: diante de um problema, é elaborada uma conjectura (hipótese), a qual se buscará refutar (ou então será confirmada). Dentro da tipologia estabelecida por Van Evera (1997), entende-se que esta tese é um amálgama da *theory-proposing* (que formula uma nova hipótese) e da *theory-testing* (que utiliza de evidências empíricas para avaliar teorias existentes)⁷ – ressaltando que, como exposto por Van Evera (1997), o importante não é a tipificação do trabalho, mas sim a produção de conhecimentos proveitosos. Por conseguinte, esta é uma tese panorâmica com o objetivo de oferecer uma contribuição reflexiva e que faz uso do recurso de análises históricas.

No desenvolvimento desta tese foi seguido o modelo **holístico** que privilegia o **diálogo das fontes**, as quais foram constituídas de literatura especializada (majoritariamente de matrizes acadêmicas) e de documentos governamentais que dispunham de acesso público (como estratégias e políticas de Defesa e manuais militares). Os dados colhidos nessas fontes tiveram a finalidade de realizar uma pesquisa **qualitativa** – aquela adequada quando medições numéricas são impossíveis e/ou indesejáveis (KING; KEOHANE; VERBA, 1995). Mesmo só tendo sido recepcionada como adequada a partir da década de 1970 (CORBIN; STRAUSS,

⁷ Van Evera (1997, p. 90) apresenta, dentre outros exemplos de emprego dessa teoria híbrida, dois trabalhos já citados aqui anteriormente: *The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and German Between the World Wars* (POSEN, 1984); e *Conventional Deterrence* (MEARSHEIMER, 1983) – publicações cuja qualidade atestam os predicados dessa classificação metodológica.

2015), boas pesquisas qualitativas permitem auferir resultados tão satisfatórios quanto aqueles obtidos a partir de pesquisas quantitativas.

Para além da **coleta dos dados** e análise dessas fontes, foi realizada **pesquisa de campo** com a finalidade de colher informações provenientes de fontes primárias, como trabalhos em grupo e monografias elaboradas por concludentes de cursos militares de alto nível. Importa observar o especial relevo dessa procedência, pois: o ingresso às escolas de estado-maior se dá por meritocracia e/ou concurso, buscando selecionar os oficiais mais destacados e promissores das respectivas Forças Armadas (FFAA); essas escolas atraem parcela respeitável dos melhores pensadores e profissionais das armas para seus quadros de instrutores; o nível de estudos tem de fundamentalmente envolver o político-estratégico; o clima escolar é de constante desafio, questionamento e diálogo aberto (mesmo que dentro de padrões castrenses), levando ao necessário crescimento intelectual daqueles que irão assumir posições de destaque no futuro; as monografias, obrigatórias curricularmente, permitem aos concludentes mostrar liberdade intelectual e indagam questões fora da dinâmica hierarquizada do dia a dia; e serão os concludentes desses cursos que formarão os quadros de planejadores e decisores dos níveis militares mais elevados das nações e mesmo de Organismos Internacionais (OI), como no caso do *Department of Peace Operations* (DPO)⁸ da Organização das Nações Unidas (ONU), levando para esses postos as suas ideias e percepções adquiridas em uma fase mais madura de suas carreiras. A pesquisa de campo, no caso desta tese, foi realizada nos estabelecimentos de ensino militares desse nível no Brasil:

- a) a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME);
- b) a Escola de Guerra Naval (EGN);
- c) a Universidade da Força Aérea (UNIFA);
- d) a Escola Superior de Guerra (ESG).

Finalizando as questões metodológicas, se retorna a Van Evera (1997) para tratar das variáveis, que são conceitos que podem assumir avaliações específicas visando a cooperar na elucidação do problema de pesquisa. No caso presente, a **Variável Dependente** desta tese será a Dissuasão Convencional, por ser nela que se

⁸ O DPO é o órgão da ONU encarregado da direção política e executiva das Operações de Manutenção da Paz (OMP) a cargo daquele OI. Para tanto, ele conta com a participação de oficiais selecionados de diversos países (inclusive do Brasil). O DPO foi formalmente criado em 1992 com a denominação de *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO). Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/department-of-peace-operations>. Acesso em: 07 mar. 2024.

propõe que sejam representados os resultados da hipótese levantada. E Cultura Estratégica se constituirá na **Variável Independente**, em razão desse conjunto de características nacionais ser o fenômeno causal das variações almejadas para comprovação (ou refutação) neste estudo. Colocando de forma direta, será a atuação da índole específica da Cultura Estratégica nacional que moldará a Dissuasão Convencional de cada nação.

Este trabalho foi estruturado em seis **capítulos**, incluindo esta Introdução (Capítulo 1) e a Conclusão (Capítulo 6). Objetivando não ser repetitivo ao reproduzir as falas contidas neste preâmbulo, a primeira descrição será a do Capítulo 2, o qual se divide em três seções. A primeira, nominada “Sistema Internacional e Realismo Neoclássico”, é dedicada ao embasamento teórico da tese. Nela é traçado o caminho que justifica o Realismo Neoclássico como opção que melhor atende a esta pesquisa, em razão de que essa teoria possibilita levar em conta o campo doméstico de cada nação nos processos para instituir e fomentar a sua atuação externa e em Defesa – atributo o qual se liga intrinsecamente à Cultura Estratégica e, em consequência, influencia diretamente a Dissuasão Convencional.

Como já exibido na abertura desta Introdução, a prática conflituosa entre as nações se mantém, inclusive com a incorrência de guerras de grande vulto entre Estados ditos desenvolvidos. Em decorrência disso, os estudos e a aplicabilidade da Dissuasão Convencional se mostram bastante pertinentes e justificados, especialmente pela aptidão da mesma de evitar a eclosão de conflagrações bélicas. Buscar-se-á desenvolver esse tópico na segunda seção do Capítulo 2, a qual foi denominada como “Guerras Interestatais”. A última seção do Capítulo 2, “Grande Estratégia e Doutrinas Militares”, se destina a apresentar os ordenamentos governamentais que regem e direcionam a Dissuasão Convencional. Abarcando da Grande Estratégia até a Doutrina Militar, se pretende mostrar que as práticas dissuasórias são eleitas e implementadas com base em decisões emanadas do mais alto poder político nacional, não sendo fruto de julgamentos subjetivos, autônomos e/ou paroquialistas. O Capítulo 2 também se propõe a contextualizar a Dissuasão Convencional no campo de pesquisa dos Estudos Estratégicos e das Relações Internacionais.

Observando o marco temporal que se prolonga até o emprego pioneiro do artefato atômico em Hiroshima (que teve lugar no dia 06 de agosto de 1945, com o

lançamento da bomba de urânio *Little Boy*) (GRANT, 2011; DAVID, 2012), o Capítulo 3 constará de seis seções:

- a) *O caso dos EUA no período pós-independência;*
- b) *Tipologia da Dissuasão Convencional: entre Negação e Punição;*
- c) *O caso da Suíça na Segunda Guerra Mundial;*
- d) *Componentes da Dissuasão Convencional: Capacidade e Credibilidade;*
- e) *Limites da Dissuasão Convencional: os casos do ataque a Pearl Harbor (1941) e da invasão alemã da Polônia (1939);*
- f) *Componentes da Dissuasão Convencional: Orquestração e elementos suplementares.*

O ajuste temporal considerado acabou por levar a um capítulo longo, mas de elevada importância para o desenvolvimento desta tese. Pleno de exemplos históricos (particularmente nas Seções 3.1, 3.3 e 3.5), ele foi estruturado para demonstrar a existência da Dissuasão Convencional bem antes do emprego da energia nuclear para fins bélicos (mesmo que ela não fosse ainda plenamente compreendida e implementada). Da mesma forma, esse capítulo possibilitou que desconhecimentos teóricos na literatura sobre Dissuasão Convencional fossem levantados e opções balizadas aflorassem (sobretudo para consumo nesta tese). Como exemplo, pode ser citada a questão defendida por alguns autores de que a denominada Dissuasão por punição⁹ só poderia ser operacionalizada por intermédio de armas nucleares – ponto debatido no capítulo e sendo acolhido de forma diferente nesta tese (de que armas convencionais também podem efetuar ações punitivas).

No Capítulo 3 sobreveio a inserção do nominado Triunvirato da Dissuasão. Dotado de um viés original, essa foi a denominação estabelecida nesta tese para enquadrar as imposições dissuasórias apresentadas no início deste capítulo, de que “para permitir que alcance seus objetivos, são condicionantes da Dissuasão que ela seja suficientemente capaz, crível e orquestrada”. O Triunvirato será então composto pela Capacidade, pela Credibilidade e pela Orquestração¹⁰, formando um conjunto que apenas prospera com a

⁹ O Capítulo 3 apresenta diversas tipologias da Dissuasão Convencional, como de ela ser dividida em Dissuasão por punição e Dissuasão por negação com relação a forma de emprego das ferramentas dissuasórias: se para punir o agressor no caso de ataque seu ou para barrar/atrasá-lo se tiver lugar uma investida. Esse tema está bem clarificado na Seção 3.2 desta tese.

¹⁰ Orquestração foi o termo escolhido nesta tese para designar a terceira condicionante do Triunvirato da Dissuasão, em uma inserção também abarcada por um ineditismo acadêmico. Esse componente do Triunvirato se dedica à harmonização e articulação dos diversos poderes e ferramentas que dão existência à Dissuasão (o qual será melhor detalhado no Capítulo 3). E a adoção de uma expressão com acepção musical se deve a que o significado dela é o “ato ou efeito de orquestrar; modo pelo

convergência e o trabalho harmônico das suas três partes. O capítulo finaliza oferecendo alguns elementos suplementares ao arcabouço dissuasório, os quais permeiam o tecido da opinião pública (logo também das lideranças governamentais) e necessitam ser considerados devido aos efeitos dissuasórios.

O Capítulo 4, intitulado “Dissuasão Convencional da era nuclear”, almeja trazer esta pesquisa para uma realidade mais hodierna e discutir exemplos empíricos, via literatura mais atualizada. A seção inicial é dedicada à “Dissuasão Nuclear”, cujo ponto fulcral é o de captar as contribuições dela para o progresso acadêmico no tema Dissuasão e os cuidados necessários quando da sua aplicação na Dissuasão Convencional – pois podem incorrer simplificações errôneas, como inferir que contabilizar os armamentos existentes em uma nação e avaliar a firmeza decisória da sua maior liderança política sejam suficientes para estabelecer uma Dissuasão Convencional eficaz. Em seguida terá lugar a seção sobre a “Teoria da Dissuasão Convencional de Mearsheimer”, teoria de 1981 que delineou a Dissuasão Convencional quando a opção nuclear para evitar conflitos se apresentava desgastada em razão da possibilidade de ocorrer uma destruição mútua dos contendores. Apesar de decorrido quase meio século e da sua pesquisa estar circunscrita aos campos de batalha terrestres da Europa, esse trabalho de Mearsheimer se mostrou bastante útil para esta tese como base teórica de uma Dissuasão Convencional mais atual, no que foi complementado pela seção seguinte do Capítulo 4. Nominada como “Dissuasão Convencional contemporânea”, essa seção se dedica a facetas mais atuais da Dissuasão Convencional (como os conceitos de *Anti-Access/Area Denial* e de *Tailored Deterrence*). Ela também reitera ser imprescindível a posse de uma adequada Capacidade Militar para ambicionar uma eficiência dissuasória. Com o Capítulo 4 (em conjunção com o Capítulo 3) se encerram os debates centrados na Dissuasão Convencional em si, tendo sido buscado a revisão de conceitos, o estabelecimento de padrões e dirimir dúvidas – tudo na intenção de melhor conhecer a Dissuasão Convencional e bem adequá-la como a variável dependente desta pesquisa.

qual as **partes** de uma orquestra **estão combinadas, equilibradas, arranjadas entre si**” e também como a “arte de **compor para cada instrumento** da orquestra; adaptação de uma melodia ou **composição de uma estrutura** orquestral” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 2084, grifos nossos). É, no sentido figurado, Orquestração é o “conjunto de ideias, procedimentos etc. que visam à realização de (algo); **articulação, planejamento**” e também o “**ajuste de partes que parecem incompatíveis, contraditórias** etc.; conciliação” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 2084, grifos nossos). Em razão dessas definições, Orquestração se mostra como um termo de emprego adequado para ser adotado como constituindo parte de um arcabouço dissuasório destinada a prover um inter-relacionamento harmônico entre todas as partes partícipes desse arcabouço (internas e externas a ele).

A última fase da tese se destina à Cultura Estratégica e seus desdobramentos com relação à Dissuasão Convencional. A primeira seção do Capítulo 5 – “Cultura Estratégica” – irá detalhar esse conceito, o qual ainda não se encontra inteiramente pacificado na literatura acadêmica. Mesmo assim e conforme apresentado no início desta Introdução, essa concepção é aquela que melhor acomoda o conjunto de especificidades nacionais – sejam as alóctones ou as autóctones – que possam vir a influenciar as práticas dissuasórias, constituindo a Variável Independente deste estudo. E é também por intermédio da Cultura Estratégica que se deve buscar encontrar e compreender os ditos “Interesses Nacionais” – desígnios que uma nação e, particularmente, a sua liderança política-estratégica¹¹, entendem que sejam mandatários de implementar, independente de existir uma real possibilidade de sofrerem uma derrotada e do elevado coeficiente de perdas e de custos embutidos para concretizá-los¹². Um Interesse Nacional advém de preceitos e dogmas que existem em uma nação em razão de valores seculares nela engastados (com bases na religião, moral e em práticas sociais consuetudinárias)¹³. Em consequência desses Interesses Nacionais, a tradicional lógica dissuasória pode necessitar vir a ser descartada e, portanto, se tornará mais importante a execução de ações políticas, diplomáticas e econômicas harmonizadoras do que a posse de um aparato bélico superior.

¹¹ “O estadista tem de pensar em termos do **interesse nacional**, que **deve ser concebido como um poder entre outros poderes**” (MORGENTHAU, 2003, p. 286, grifos nossos) e “eles [os políticos] terão de distinguir [...] entre o seu ‘dever oficial’, que implica pensar e agir em função do interesse nacional, e o seu ‘desejo pessoal’, que é o de ver seus próprios valores morais e seus princípios políticos realizados em todo o mundo” (MORGENTHAU, 2003, p. 9, grifos do autor).

¹² Trabalhos como de Carr (1946), Morgenthau (2003) e Aron (2017), além de publicações governamentais como os “Fundamentos do Poder Nacional” (BRASIL, 2024), apresentam a importância dos Interesses Nacionais dentro dos planejamentos políticos-estratégicos de uma nação. Como definição, Interesse [Nacional] é “aquilo que é **importante, útil ou vantajoso** moral, social ou materialmente” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 1633, grifo nosso), caracterizando assim uma assertividade na sua execução pela nação.

¹³ Um Interesse Nacional não necessariamente possui objetivos materiais e pode ter características ímpares, portanto parecendo excêntrico. Para ilustrar, o *seppuku*, a prática ritualista dos samurais de cometer suicídio que visava recompor a sua honra, era “*a process by which warriors could expiate their crimes, apologise for errors, escape from disgrace, redeem their friends, or prove their sincerity*” (NITOBÉ, 2012, p. 107) e plenamente compreendido e aceito no Japão feudal (e posterior) como parte do código do Bushido – possivelmente contribuindo para a decisão das autoridades japonesas de iniciar uma guerra “autodestrutiva” contra os EUA em 1941. Entretanto, se essa “*self-immolation by disembowelment*” era natural aos nipônicos, eles não compreendiam a surpresa dos ocidentais com ela: “*Ripping the abdomen? How absurd! - so cry those to whom the name is new. Absurdly odd as it may sound at first to foreign ears, it cannot be so very foreign to students of Shakespeare, who puts these words in Brutus’s mouth - ‘Thy [Cesar’s] spirit walks abroad and turns our swords into our proper entrails.’*” (NITOBÉ, 2012, p. 104, grifos do autor). Assim, o ponto que deve ser destacado para benefício desta tese é o de não julgar os Interesses Nacionais, mas sim a necessidade de pesquisar e buscar compreender suas nuances (e as demais da Cultura Estratégica), inserindo-as nos planejamentos e nas decisões sobre Dissuasão.

A seção seguinte do Capítulo 5 tratará da “Diplomacia de Defesa”, prática realizada pelos integrantes do segmento da Defesa de diversas nações na arena internacional e que conta com duas ramificações de especial interesse para esta tese: a primeira visando contribuir tanto para implementar a Capacidade e a Orquestração dissuasórias (por intermédio da obtenção de conhecimentos profissionais e tecnológicos, participação em exercícios militares e na observação de boas práticas bélicas em outros países) quanto para difundir a Credibilidade da nação dissuasora; e a segunda ao possibilitar uma melhor compreensão da Cultura Estratégica de possíveis nações agressoras¹⁴. O Capítulo 5 se encerra com o estudo da Dissuasão Convencional no Brasil. Confrontando as teorias acadêmicas e tirocínios empíricos com a realidade brasileira¹⁵, será possível constatar imperfeições e malversações na competência dissuasória do Brasil que teriam explicação frente a uma Cultura Estratégica nacional que aceita, por exemplo, estratificações de poder e paroquialismos profissionais.

A Conclusão (Capítulo 6) da tese responderá à pergunta de pesquisa, resumizando a Dissuasão Convencional e sua relação com a Cultura Estratégica. O resultado irá evidenciar a relevância desta pesquisa (individualizada com relação à realidade experimentada no Brasil), sua forma original de abordar o problema e as complexidades que valorizam e explicam esta tese – afinal é provocativo buscar conjugar a empiria do profissional bélico com as práticas do campo científico, os processos governamentais de decisão com a teoria acadêmica. Para além da nobreza de poder contribuir, mesmo que minimamente, para prevenir a eclosão de conflitos interestatais, este trabalho igualmente vislumbra a pertinência de testar o argumento exposto de antemão da essencialidade do aprimoramento das relações civis-militares. A edificação de um paradigma nessa área se faz essencial para a construção de uma Defesa adequada à sociedade onde existem e a quem servem. Mesmo que focando o estudo no campo militar, nunca se pode esquecer que a Dissuasão Convencional e a Defesa incluem obrigatoriamente a participação de todos os campos do Poder Nacional, em uma atuação harmônica, equitativa e respeitosa.

¹⁴ Essa dupla segmentação permite igualmente posicionar a Diplomacia de Defesa no Capítulo 3 (em razão das suas contribuições ao Triunvirato Dissuasório) e no Capítulo 5 (devido ao conhecimento que ela obtém das Culturas Estratégicas alóctones). Entretanto e em que pese o importante aporte dado por ela ao Triunvirato Dissuasório, esta tese optou por inserir a Diplomacia de Defesa no Capítulo 5, frente ao seu contributo *sui generis* para o entendimento da Cultura Estratégica de outras nações e de suas FFAA – fator chave para o desenvolvimento de uma Dissuasão eficaz.

¹⁵ Essa realidade será pesquisada frente a documentos oficiais, como a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND), manuais diversos e monografias de conclusão de cursos militares de alto nível (já citados previamente).

2 SISTEMA INTERNACIONAL E REALISMO NEOCLÁSSICO, GUERRAS INTERESTATAIS, GRANDE ESTRATÉGIA E DOCTRINAS MILITARES

A finalidade deste capítulo é nortear etapas posteriores desta tese, apresentando conceitos que permitam melhor compreender a Dissuasão e suas particularidades.

Visando a proporcionar um entendimento inicial sobre Dissuasão, abaixo é apresentada a definição adotada pela OTAN desde 09 de janeiro de 1996: “The convincing of a potential aggressor that the consequences of coercion or armed conflict would outweigh the potential gains. This requires the maintenance of a credible military capability and strategy with the clear political will to act”. (NATO, 2021, p. 42).

Na primeira parte deste capítulo são apresentadas proposições teóricas relativas ao Sistema Internacional e suas unidades, seguido do embasamento teórico a ser adotado nesta tese.

Importa observar que, por esta tese não se tratar de um debate profundo sobre teorias das Relações Internacionais, o marco teórico é apresentado de forma resumida frente à extensão dos estudos existentes. Com relação à orientação desse marco, ela incidirá sobre o Realismo Neoclássico.

O Realismo Neoclássico se justifica como opção teórica pela sua oferta de premissas relacionadas aos processos relativos à Política Externa, indo além da senda da política internacional. Ele igualmente engloba estudos relativos à alteração do status quo¹ por parte de unidades do Sistema Internacional – todas pautas de interesse desta tese. Porém o aspecto específico do Realismo Neoclássico para este estudo se prende à análise das características internas dos Estados – uma inovação teórica que irá articular-se com as pesquisas de Dissuasão relacionadas à Cultura Estratégica².

¹ O conceito de “status quo” emana da expressão latina *status quo ante bellum*, utilizada na Diplomacia para definir a restauração de condições anteriores a um conflito. Na esfera internacional, uma política de status quo implica na preservação de uma distribuição de poder específica e que seja favorável a um ou mais Estados. Essa política não se contrapõe a mudanças, desde que mantenham intactas as relativas posições de poder (MORGENTHAU, 2003, p. 89-94).

² A Cultura Estratégica apresenta diversos entendimentos acadêmicos e será pormenorizada em capítulo específico desta tese. Entretanto e para uma compreensão inicial, ela se refere “to a nation’s traditions, values, attitudes, patterns of behaviour, habits, symbols, achievements and particular ways of adapting to the environment and solving problems with respect to the threat or use of force” (BOOTH, 1990, p. 121). E, apresentando uma forte ligação com o Realismo Neoclássico, a Cultura Estratégica de uma nação se origina “from its history, geography and political culture, and it represents the **aggregation of the attitudes and patterns of behaviour of the most influential**

A práxis de conflitos interestatais³ também é aqui debatida em razão de a ocorrência de guerras entre Estados ainda ser uma realidade hodierna dentro do Sistema Internacional, mesmo que indesejável e ocasional. Além disso, existe a conectividade entre a possibilidade de eclosão de conflagrações bélicas interestatais com a necessidade de manutenção de Capacidades Militares específicas por parte dos Estados, aspecto esse que converge com a prática da Dissuasão.

A etapa seguinte é explorar diferentes níveis e modelos estratégicos que podem ser adotados pelos Estados para fazer frente tanto a ameaças ao patrimônio e interesses nacionais quanto ao status quo existente. Sob os auspícios de uma Grande Estratégia se desenvolvem esses processos de planejamento e conduta, como no caso das Doutrinas Militares – uma das quais é constituída pela Dissuasão, cuja importância se eleva especialmente para países com escassos recursos destinados à Defesa e abundância de riquezas. Nesta etapa também são apresentadas algumas noções percebidas como de interesse para subsidiar um entendimento mais amplo sobre Capacidade Militar e conflitos bélicos. No final tem lugar uma conclusão parcial, objetivando proporcionar ligações mais robustas dos tópicos aqui tratados para com o desenvolvimento desta tese, incluso com os capítulos adjacentes. Neles é então abordada a Dissuasão Convencional dentro do viés acadêmico.

2.1 SISTEMA INTERNACIONAL E REALISMO NEOCLÁSSICO

A análise dos fenômenos na política internacional implica atender à parcela dos estudiosos que congraçam com um enfoque específico, não sendo possível acolher a todos enfoques teóricos. Além disso, cada marco teórico possui particularizações e lacunas, cabendo ao pesquisador ressaltá-las e buscar, dentro da sua escolha, desenvolver sua aplicabilidade ao tema considerado. Como o tema focal desta tese se relaciona com poder dos Estados, a escolha recaiu na concepção Realista das

voices; these may be, depending on the nation, the political élite, the military establishment and/or the public opinion" (BOOTH, 1990, p. 121, grifos nossos).

³ Segundo Alsina Júnior (2018, p. 81), "conflitos interestatais" são aqueles que envolvem diretamente dois ou mais Estados. Eles diferem dos "conflitos intraestatais", que se referem àqueles ocorridos dentro de um mesmo Estado (como guerras civis) e dos "conflitos extraestatais", verificados quando um ou mais Estados participam de uma guerra civil existente em outro Estado (também conhecidos como guerras civis internacionalizadas).

Relações Internacionais. Isso posto e na busca de convergir a teoria Realista ao objeto de estudo, se faz necessário observar especificidades do Realismo Neoclássico.

O Realismo se baseia em alguns princípios, como o de que as relações internacionais – em que considera os Estados como seus atores fundamentais – se encontram em um meio anárquico. Em razão de não existir um poder que se sobreponha aos Estados, esses se comportariam de acordo com os seus interesses e as oportunidades surgidas, sempre na busca da sua segurança. A paz só consegue ser mantida pelo equilíbrio do poder, o que leva os Estados a se prevenirem contra a perda de poder relativo por intermédio de alianças com outros Estados (SILVA; GONÇALVES, 2010; KIRSHNER, 2022). As origens da tradição realista remontam a Tucídides e a outros pensadores da antiguidade⁴.

O Realismo como teoria contemporânea das Relações Internacionais teve início em meados da década de 1930 como uma reação intelectual ao Idealismo – um paradigma, também denominado Utopismo e surgido após a Primeira Guerra Mundial, que buscava respostas às causas daquele terrível conflito e visava comprometer os Estados, jurídica e economicamente, na preservação da paz (SILVA; GONÇALVES, 2010, p. 121-123). A resposta realista foi fundamentada na inadequação do Idealismo em evitar a eclosão da Segunda Guerra Mundial, tendo Edward Carr como maior arquétipo inicial, no que foi complementado por Hans Morgenthau, Raymond Aron e outros (DUNNE; SCHMIDT, 2020, p. 104, 131). Esse Realismo será aqui denominado como Realismo Clássico⁵.

A fundação desse Realismo Clássico se encontra na maximização do poder – prioritariamente militar – por parte dos Estados, com a já citada finalidade de obterem sua segurança e, conseqüentemente, preservarem a paz. O maior interesse dos Estados é na sua sobrevivência frente às disputas por mais poder e riqueza. Nessa equação não são considerados os atores não estatais (LYNN-JONES, 1999, p. 57; DAVID, 2000, p. 32-34; DUNNE; SCHMIDT, 2020, p. 135-137).

⁴ A herança do pensamento realista é retratada como pertencente a Tucídides (460-406 a.C. e autor da “História da Guerra do Peloponeso”), bem como a filósofos como Nicolau Maquiavel (1469-1527 e autor de “O Príncipe”), Thomas Hobbes (1588-1679 e autor de “Leviatã”) e a Jean-Jacques Rousseau (1712-1778 e autor de *The State of War*) (LYNN-JONES, 1999, p. 57; DUNNE; SCHMIDT, 2020, p. 131-132, 135).

⁵ Apesar de existirem autores que denominam esse período de Realismo Moderno (DUNNE; SCHMIDT, 2020, p. 135), esta tese irá seguir o entendimento de autores como Lynn-Jones (1999) e Kirshner (2022) de que Realismo Clássico é aquele surgido em meados do Século XX e influenciado pelas ideias professadas no passado por pensadores primordiais como Tucídides, Maquiavel e Hobbes.

Citando a visão de realistas dessa fase, Carr (1946) divide o poder político na arena internacional em três esferas: militar, econômica e sobre a opinião (Propaganda). Deve ser ressaltado o seu entendimento de que sintomas de despreparo ou ineficiência do aparato militar de uma nação refletem em seu status político, especialmente se ela tiver a aspiração de ser considerada uma potência.

Morgenthau (2003, p. 52, 237-243) compreende as forças militares e o nível da sua preparação (incluindo tecnologia, liderança, quantidade e qualidade dessas forças, além das técnicas militares adotadas) como sendo o fator material mais importante na construção do poder político de uma nação e que:

Os preparativos militares, seja qual for a sua modalidade, tem por objetivo político fazer parecer demasiado arriscado para outras nações o emprego de força militar, **dissuadindo-as**, desse modo, a recorrer a tal recurso. Em outras palavras, os preparativos militares têm por objetivo político tornar desnecessária a aplicação efetiva de força militar, ao levar potenciais inimigos a desistir do recurso à força militar. (MORGENTHAU, 2003, p. 57, grifo nosso).

Ele também expressa que o Prestígio, por ele percebido como sendo a reputação de dispor de poder, é um instrumento de Dissuasão – desde que seja suficientemente vigoroso para demover outros Estados de fazerem uso da guerra (MORGENTHAU, 2003, p. 160). Para Aron (2017), é clara a importância do componente militar para os Estados, incluso na Política Externa. Ele preconiza que a guerra e a diplomacia são dois lados que tem o mesmo objetivo de defender o interesse nacional, bem como de ser o estudo da história uma fonte essencial para entender a política internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 39). Mas, apesar de os entendimentos do Realismo Clássico convergirem para a proposta desta tese, eles não a completam teoricamente – apontando, assim, para a necessidade de buscar outra vertente do Realismo que seja mais alinhada a este estudo.

Dentro do paradigma realista despontaram outras teorias para além do Realismo Clássico. Uma delas foi a do Neorealismo, surgida no contexto da Guerra Fria e estabelecida particularmente pela obra de Kenneth Waltz. Na sua *Theory of International Politics*, esse autor (1979) reafirma o Sistema Internacional como anárquico e descentralizado, sem relações institucionalizadas e perenes de subordinação e hierarquia. Para ele, os componentes do Sistema Internacional – os Estados – serão particularizados em razão das diversas competências que detenham

(como suas aptidões militares, poder econômico e desenvolvimento científico-tecnológico, dentre outras):

A estrutura de um sistema se altera com as mudanças na distribuição das capacidades entre as unidades do sistema. E mudanças na estrutura alteram as expectativas sobre como as unidades do sistema irão se comportar e sobre os resultados produzidos por suas interações. (WALTZ, 1979, p. 97, tradução nossa).

Essas aptidões dos Estados podem ser ampliadas por intermédio de coalizões, inclusive com objetivo de dissuadir agressões contra si (WALTZ, 1979, p. 126-127). Além disso e como apresentado por David (2000, p. 34), a cooperação entre Estados diminui a insegurança no meio anárquico internacional ao fazer uso dessa segurança cooperativa. O Neorrealismo também é conhecido por Realismo Estrutural em razão de estudar a política internacional com foco na sua estrutura – o Sistema Internacional (SILVA; GONÇALVES, 2010, p. 239). O Neorrealismo também estabeleceu a distribuição de capacidades no Sistema Internacional como sendo o fundamento na análise da natureza da política internacional em relação à guerra (ou paz), alianças políticas e balanço do poder (DUNNE; SCHMIDT, 2020, p. 136-137). Entretanto Waltz (1989, p. 40) deixa claro que, apesar de o acúmulo desse poder ser relevante, em situações cruciais a preocupação definitiva dos Estados é com a sua sobrevivência, finalidade última do acúmulo de poder e não um fim em si mesmo.

Um ponto a ser aqui observado é com relação ao denominado Dilema da Segurança (HERZ, 1950). Esse conceito se baseia em que Estados buscariam obter maior poderio bélico para fazer frente às inseguranças no Sistema Internacional. Mas assim agindo, levariam a que outros Estados também buscassem se armar mais para se manterem seguros frente à nova realidade – um ciclo vicioso no qual a busca pela segurança e manutenção da paz podem levar à guerra (WALTZ, 1979, p. 186-187). Dessa forma, uma oscilação – em aptidões, qualidade e/ou montante – nas capacidades dos Estados, como a aquisição de uma nova competência militar, pode levar a modificações no Sistema Internacional, com as consequências supramencionadas. É possível inferir que mesmo o aumento de capacidades defensivas (e também dissuasórias, como se verá no decorrer desta tese) implicam transformações no arcabouço das relações internacionais – pois outros Estados podem compreender essas novas aptidões como sendo de ameaça à segurança deles.

O Neorrealismo, tendo seu foco na estruturação do Sistema Internacional, apartou um exame mais aprofundado das unidades daquele Sistema que são os Estados e, conseqüentemente, das suas respectivas especificidades. Em razão desse nível de análise e das limitações advindas, bem como das duas características a seguir citadas, o Neorrealismo também se mostra incompleto para com a proposta desta tese. A primeira característica é que o pensamento realista, seja na vertente Clássica ou na do Neorrealismo, se debruçou precipuamente nos Estados mais desenvolvidos do Norte, especialmente os EUA e o Reino Unido, bem como, durante a sua existência, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa atenção às maiores potências da época pode ser observada em autores como Montgomery (2016, p. 4) e na produção literária ligada a essas correntes teóricas (como no caso dos já citados Morgenthau e Waltz), a qual refletia uma visão da época do quase exclusivo protagonismo setentrional. Como o Brasil e outros países não são incluídos nos principais estudos dessas correntes, esta tese fica prejudicada.

A outra questão se relaciona ao entendimento do Neorrealismo sobre a manutenção do status quo das unidades dentro do Sistema Internacional. Essa situação cria uma conjuntura que, se satisfatória para alguns Estados (as grandes potências), acaba se mostrando restritiva para a ascensão de outros – impedidos que são de alterarem a estrutura subjacente do Sistema Internacional (WALTZ, 1979, p. 191; NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 52; MONTGOMERY, 2016, p. 4). Dentro da visão neorrealista, Gilpin (1981, p. 9-12) observa que os Estados irão buscar se expandir econômica, política e territorialmente até que essa expansão seja desvantajosa em um cálculo de custo-benefício. À medida que os principais Estados estejam satisfeitos com esse status quo, o Sistema alcançará a condição de equilíbrio – a ser mantido pelos conflitos, alianças e esforços diplomáticos localizados. Assim sendo, uma teoria compreensiva para com a manutenção do status quo não aquilata plenamente a possibilidade da eclosão de guerras interestatais, o que não atende a esta tese.

O fim da Guerra Fria – que as teorias realistas até então existentes se mostraram incapazes de prever e explicar, especialmente pela não ocorrência de uma avultada confrontação bélica – levou à pesquisa de novos entendimentos sobre as interações no Sistema Internacional, desta vez considerando fatores domésticos e individuais como as lideranças estatais, a identidade nacional e as relações entre o Estado e a sociedade (DUNNE; SCHMIDT, 2020, p. 138). O grupo inicial desses

pesquisadores foi nominado como “realistas neoclássicos” por Gideon Rose (1998)⁶ e deles adveio a teoria do Realismo Neoclássico, a qual enfatiza o Estado como nível de análise (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JUNIOR, 2001, p. 63, 88-92; NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 51-53; KIRSHNER, 2022, p. 49, 254).

Esse nível de análise é particularmente caro a esta tese ao permitir estudos que reflitam sobre os processos políticos internos de um Estado, como, por exemplo, o desenvolvimento de sua Capacidade Militar⁷. Exemplificando, no livro editado por Brooks e Stanley (BROOKS, 2007) é apresentado como a Efetividade Militar de um Estado é impactada, para além das ações externas e aspectos puramente castrenses, pela cultura, estrutura social e instituições (políticas e econômicas) domésticas⁸. Também importa possuir uma base teórica que compreenda as relações civis-militares (especialmente nos níveis políticos mais elevados), pois dessas relações depende uma efetiva coordenação entre os objetivos políticos nacionais e a estratégia militar a ser adotada (BROOKS, 2007, p. 19). Pion-Berlin e Martínez (2017), ao examinarem as relações triangulares entre os militares, os políticos e a sociedade na América Latina, enfatizam que, mesmo cabendo à autoridade política eleita o controle e a última palavra com relação à Defesa, se fazem necessários mecanismos de interlocução entre todos os civis e militares envolvidos nos processos. Por fim, o grau de estudo perpetrado pelo Realismo Neoclássico sobre o contexto vivenciado por uma

⁶ No seu artigo, Rose (1998, p. 144, 146) analisa alguns trabalhos acadêmicos, dos quais ele depreendeu que representavam coletivamente uma quarta escola de pensamento nas Relações Internacionais, que denominou como Realismo Neoclássico. Dentre os autores dessas produções se incluíam Randall Scheweller, William Wohlforth e Fareed Zakaria.

⁷ Para esta tese, Capacidade Militar (ou bélica) embute a extensão da competência que o Poder Militar de uma nação possui para fazer frente aos desafios apresentados no seu campo de atuação. A Capacidade Militar perpassa a simples mensuração da quantidade de tropas e equipamentos, demandando níveis adequados de liderança, motivação, treinamento e outros, tudo sob sua respectiva Doutrina Militar abalizada. Afinal e como exposto por Brooks (2007, p. 6), “*the quality of a military’s weapons is only part of the military effectiveness equation*”. Como definição doutrinária de Capacidade (Militar), ela é “*the ability to create an effect through employment of an integrated set of aspects categorized as doctrine, organization, training, materiel, leadership development, personnel, facilities, and interoperability*” (NATO, 2021, p. 23). Alguns autores fazem uso de terminologias específicas, mas que possuem sentido análogo ao da Capacidade Militar, como Efetividade Militar (BROOKS, 2007; MURRAY; MILLETT, 2010a, 2010b, 2010c) e *Force Employment* (BIDDLE, 2004). A Capacidade para Dissuasão, conforme será apresentada no capítulo seguinte, tem como um dos seus esteios basilares a posse de uma Capacidade Militar nacional compatível com os desafios a serem enfrentados.

⁸ Na introdução da obra dela e de Stanley, Brooks (2007, p. 2) apresenta quatro atributos considerados centrais para verificar a Efetividade Militar de um Estado e, conseqüentemente, gerar maior poder militar. Dois deles estão diretamente relacionados à realidade doméstica: capacidade de resposta (mensurando a extensão com que o Estado, na sua preparação militar, acomoda oportunidades e constrangimentos internos e externos); e qualidade (capacidade do Estado de prover armamentos e equipamentos para suas forças militares).

nação (como suas tradições e normas) é perfeitamente alinhado com a Cultura Estratégica – um dos pontos focais de pesquisa nesta tese e cuja análise terá lugar em capítulo próprio.

O Realismo Neoclássico, visando a responder positivamente a argumentos associados ao Liberalismo, reuniu formulações das duas teorias realistas citadas anteriormente, mantendo o pressuposto de o Sistema Internacional ser basicamente anárquico (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 165-168). Uma resultante foi de adicionar o estruturalismo do Neorealismo (que prioriza o Sistema Internacional) ao argumento instrumental do Realismo Clássico (exercido nos níveis político e estratégico pelos líderes estatais) (DYSON, 2010, p. 120). Além disso, deve ser reiterado que o Realismo Neoclássico também introduziu um novo elemento, antes pouco considerado pelas correntes realistas precedentes: as características internas dos Estados (TALIAFERRO; LOBELL; RIPSMAN, 2009, p. 4). Essas características foram apresentadas por esses autores como: a capacidade de mobilização e de consecução das instituições político-militares; a influência dos atores sociais e grupos de interesse domésticos; o grau de autonomia estatal em relação à sociedade; e o nível de coesão das elites ou da sociedade. Essas especificidades atuam nos líderes, tanto na avaliação de ameaças e oportunidades internacionais quanto nas políticas diplomáticas, militares e econômicas internacionais buscadas por eles.

Reforçando a importância do componente doméstico no Realismo Neoclássico, segundo Rose (1998, p. 146) a Política Externa⁹ de um país é principalmente guiada pela sua posição no Sistema Internacional e pela força de suas capacidades materiais. Mas essas capacidades impactam a Política Externa de forma indireta e complexa, em razão de intervenções ocorridas ao nível da unidade – as variáveis domésticas (*Innenpolitik*)¹⁰. Da mesma forma, Schweller (2003, p. 317) declara que,

⁹ Em razão de o Realismo Neoclássico ser uma concepção teórica de Relações Internacionais, parcela de seus autores focam na Política Externa em seus textos. Entretanto, isso não prejudica o acolhimento do Realismo Neoclássico nesta tese, considerando a aplicabilidade de estudos sobre Política Externa também para a Política de Defesa. Isso decorre do entendimento que: existe uma relação umbilical entre as duas políticas na arena internacional; os processos de elaboração e implementação de ambas são análogos, inclusive com relação a sofrerem influências domésticas; e elas se originam igualmente de uma Grande Estratégia nacional (processo que será detalhado adiante).

¹⁰ Complementando, Rose (1998, p. 154, 157, 161) observa que os realistas neoclássicos se unem aos teóricos da *Innenpolitik* (Política Doméstica, tradução nossa) ao também levarem em conta os distintos fatores internos dos Estados (como as percepções dos tomadores de decisão, a força do aparato estatal e a sua relação com a sociedade circundante) para a análise de como as políticas externas desses Estados são conformadas. Mas se as teorias da *Innenpolitik* “are **unit-level approaches**, which explain foreign policy primarily in terms of the internal characteristics of states,

diferentemente de outros, o Realismo Neoclássico busca explicar a Política Externa de um Estado, incluindo nessa análise as políticas domésticas, competências e processos internos, poder estatal e suas intenções, balanço ofensivo-defensivo e percepções das lideranças. Analisando como os Estados definem sua política de segurança frente às incertezas do cenário internacional, Zakaria (1998) destaca que ela é concebida observando os interesses a serem protegidos. Esses interesses serão estabelecidos pelos próprios formuladores, pela política doméstica, pelos valores e cultura gerais da sociedade e, especialmente, pelo poder daquele Estado.

Mas existe um processo no campo doméstico que nem sempre é evidente e que pode levar a desempenhos singulares no campo internacional, o dos interesses paroquiais¹¹. Conforme apresentado por Lobell (2009, p. 44-45), os Estados podem ser fortalecidos ou enfraquecidos dependendo do funcionamento de sua máquina estatal, a qual pode ser motivada pela sobrevivência do regime político frente ao da nação ou essa máquina se basear em objetivos restritos ao invés dos nacionais. Taliaferro (2004, p. 7-8) aprofunda esse entendimento de paroquialismo exemplificando com as intervenções expansionistas realizadas por grandes potências em regiões periféricas – mantidas mesmo quando a relação de custo-benefício não lhes é mais favorável e/ou se arriscam diplomática e militarmente frente a outras grandes potências¹². O ponto basilar nessa equação é de que esse expansionismo é implementado e mantido para benefício de grupos de influência peculiares¹³, não da sociedade como um todo¹⁴. Esse exemplo de paroquialismo pode ser espelhado em

their domestic political processes, and the preferences of individuals, parties, and coalitions that lead them" (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 165, grifo nosso), para o Realismo Neoclássico *"the international system focuses and frames the state's foreign policy response, although **the domestic arena will tailor the shape it will take**"* (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 168, grifo nosso).

¹¹ Paroquial é aquilo "sem amplitude, provinciano, restrito, estreito (*eram interesses p.[paroquiais] e não nacionais*)" (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 2137, grifo dos autores) e, segundo esses mesmos autores, paroquialismo é a "tendência a limitar interesses, atividades, pensamentos, opiniões etc. a uma esfera puramente local, sem atenção a fatores externos ou mais amplos".

¹² Taliaferro (2004, p. 7-10) apresenta e analisa algumas teorias, levantando possibilidades que importam para esta tese e ligadas ao Realismo Neoclássico, como de as lideranças estatais adotarem políticas expansionistas como uma resposta que, a certos incentivos domésticos, soaria como racional. Esses incentivos refletiriam a proteção de pleitos de grupos com interesses específicos, os quais não necessariamente seriam os interesses da nação. E esses grupos, parte das elites nacionais e muito bem estruturados, teriam maiores facilidades de impor suas preferências sobretudo em regimes políticos cartelizados.

¹³ Essas facções podem ser formadas por industriais, financistas, mercadores, militares, burocratas e outros que tenham demandas políticas e/ou econômicas particulares (TALIAFERRO, 2004, p. 8).

¹⁴ O paroquialismo prejudica a nação, convencida ela de que a sua segurança será resguardada apenas pela adoção de uma Política Externa expansionista (SNYDER, 2000, p. 1 *apud* TALIAFERRO, 2004, p. 8). Porém, é o aparato estatal e a população em geral que suportam

diversos outros tipos de ações nas esferas internacionais e militares, assim como reforça a importância do Realismo Neoclássico frente a outras correntes realistas, pois “*to understand why states undertake particular policies, one must understand how senior officials actually assess relative power and the international environment*” (TALIAFERRO, 2004, p. 17). Taliaferro (2006, p. 465-466) também relaciona essa competência de mobilizar recursos com relação à Defesa, levantando questões sobre criar melhores instituições militares (além de práticas governamentais e tecnologias) ou copiar os modelos de Estados mais poderosos e avançados¹⁵.

Com relação à Política Externa, Zakaria (1998, p. 18) entende que ela não é formulada pela nação como um todo, mas sim pelo seu governo. Isso implica que apenas o poder do Estado (*state power*) estará disponível para uso do governo, não todo o poder da nação (*national power*)¹⁶. Sendo o *state power* o que realmente conta nessa equação, deve ser observada a habilidade de cada Estado em extrair e mobilizar recursos da sociedade para aumentar esse poder.

De forma semelhante, Schweller (2006, p. 11-12) apresenta quatro fatores políticos internos que considera relevantes na análise de ações frente a ameaças externas (que incluiria a mudança de status quo): consenso da elite (questionando se a elite nacional concordaria ou não com a resposta adotada frente à ameaça); coesão da elite (arguindo se ela se apresenta fragmentada ou unida frente às lideranças governamentais centrais, observando polarizações nas áreas partidária, setorial, burocrática, ideológica, étnica, de classes, religiosa e cultural); coesão social (discutindo se o nível de integração política e social permite fazer frente à ameaça ou levará a políticas de alinhamento e concessões); e vulnerabilidade do regime ou governo (aventando qual o grau de fragilidade ou instabilidade do Estado, repercutindo em sua legitimidade e capacidade política).

As apreciações acima ressaltam as possibilidades de que variáveis domésticas influenciem na Política Externa e na de Defesa, mesmo que não enfaticamente. Essa condição refletirá em aspectos desta tese, como na definição da Grande Estratégia

desproporcionalmente os custos dessa expansão sob a forma de orçamentos deficitários, empréstimos públicos, impostos mais altos, alistamento militar e bens de consumo mais caros (TALIAFERRO, 2004, p. 8).

¹⁵ Os resultados irão depender, em cada caso, das instituições estatais, ideologia e nacionalismo existentes. E a aptidão estatal de incentivar ou de inovar serão limitadas frente às resultantes desses fatores (TALIAFERRO, 2006, p. 467).

¹⁶ A aptidão governamental de obter recursos da nação (do *national power*) para seus propósitos irá quantificar o poder que esse Estado disporá e a competência das lideranças em alcançar seus intentos (ZAKARIA, 1998, p. 18).

nacional e de suas políticas setoriais, bem como em seus orçamentos (e também repercutindo em ações econômicas, científico-tecnológicas e, até mesmo, psicossociais).

Assim sendo, o Realismo Neoclássico – mantendo a sobrevivência do Estado como objetivo final – não restringe o estudo das ações internacionais de um Estado apenas ao poder que ele possui ou reações a suas ameaças percebidas, mas valoriza as políticas e as estruturas domésticas, especialmente pela forma como afetam os tomadores de decisão. Esse tipo de análise se avulta por inserir um elemento relevante para o estudo das Relações Internacionais, o qual ocorre pois, em contraste com o Realismo Clássico e o Neorealismo, o Realismo Neoclássico se inspira nas percepções liberais – que enfatizam a importância das condicionantes domésticas (como coalizões internas, as instituições políticas e o público) para o entendimento dos relacionamentos no campo internacional e das políticas externas dos Estados (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 165). O Realismo Neoclássico também possibilita o estudo de Estados situados fora dos centros de poder mundial, beneficiando diretamente esta tese.

Com relação à manutenção do status quo no Sistema Internacional, Schweller (1996) contradiz o pensamento neorrealista expondo a existência dos *estados revisionistas*. Esses Estados, hostis ao status quo, exemplificariam a existência de diferenças tanto entre as unidades do Sistema Internacional quanto na forma como elas obtêm recursos de suas sociedades. Schweller (1994, p. 88, 101-103) já havia apresentado que *Satisfied Powers* se uniriam a coalizões estatais favoráveis à manutenção do status quo, diferentemente de *Dissatisfied Powers*, os quais se alinhariam (*Bandwagon*) a Estados revisionistas em ascensão – incitados não por segurança, mas por ganhos¹⁷. Referenciado no Realismo Neoclássico, Montgomery (2016) apresenta outra categoria de postulantes à ascensão internacional, a das *Potências Regionais em Ascensão*. Do aqui apresentado, o Realismo Neoclássico abrange a busca de mudança do status quo por parte de Estados insatisfeitos – dessa forma ampliando as possibilidades da ocorrência de conflitos (mesmo que sejam de

¹⁷ Schweller (1994, p. 100-103) já havia apresentado uma interessante analogia entre animais e os diferentes tipos de Estado frente a seus interesses próprios: os Leões e os Cordeiros, como sendo aqueles Estados favoráveis ao status quo (saciados); e os Chacais e os Lobos, representando aqueles revisionistas (ávidos por aquisições, mudanças).

escala menor) e a necessidade de adoção de políticas de defesa e externas adequadas.

Quadro 1 – Sinopse Estrutural do Realismo Neoclássico

Resumo Conceitual	Justificativas de escolha	Consequências
<p>Une Neorealismo (estrutura privilegia o Sistema Internacional) com o Realismo Clássico (contexto exercido pelas lideranças estatais nos níveis político-estratégico) + Características Internas dos Estados = variáveis domésticas influenciam Políticas Externa e de Defesa</p>	Necessidade de inserir as variáveis domésticas (<i>Innenpolitik</i>) na compreensão das políticas estatais	Permitir melhor analisar as políticas, competências e processos internos, o poder estatal, o balanço ofensivo-defensivo e concepções das lideranças
	Observar o funcionamento da máquina estatal e competência para mobilizar recursos	Facultar conhecer fraquezas e aptidões dos instrumentos daquele Estado
	Compreender a razão de serem adotadas políticas estatais específicas	Verificar atuação de interesses paroquiais nas ações de um Estado na espera internacional
	Analisar o nível doméstico de resistência e competência frente a ameaças externas	Depreender o consenso e união das elites nacionais, a coesão social e a vulnerabilidade governamental
	Incluir a existência de Estados revisionistas à manutenção do status quo	Viabilizar considerações político-estratégicas que avaliem insatisfações e busca de ganhos no Sistema Internacional
	Responder ao Liberalismo	Valorar as condicionantes domésticas (como coligações internas, organizações políticas e o público)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em Rose (1998), Zakaria (1998), Schweller (1994, 1996, 2003, 2006), Taliaferro (2004, 2006), Lobell (2009), Taliaferro, Lobell e Ripsman (2009), Dyson (2010) e Ripsman, Taliaferro e Lobell (2009, 2016).

Recapitulando, tanto o Realismo Clássico quanto o Neorealismo apresentam características em que o tema de estudo desta tese fica prejudicado, como o objeto de análise se circunscrever ao Sistema Internacional e a corroboração na manutenção do status quo entre os Estados. Essa situação fica solucionada frente ao Realismo Neoclássico. Nas palavras de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2009) inseridas na conclusão de suas obras:

O Realismo Neoclássico continuará a florescer como programa de pesquisas precisamente porque seus proponentes não perderam a visão da 'política' dentro dos estudos de relações internacionais, da política externa e da grande estratégia. (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2009, p. 299, grifo do autor, tradução nossa).

O Realismo Neoclássico possibilita pesquisar além das políticas e estruturas domésticas, incluindo: o processo de tomada de decisão, como da Política Externa e de Defesa; a resultante das capacidades materiais dos Estados; a influência e grau de coesão da sociedade, assim como a sua capacidade de mobilização; e autonomia

dos organismos estatais. Todos esses aspectos vão ao encontro do tema em estudo nesta tese.

2.2 GUERRAS INTERESTATAIS

Com o término do regime soviético ao final do Século XX, teve início uma sequência de estudos que postulavam a eclipse dos conflitos bélicos, especialmente os interestatais. Fukuyama (1992), ao defender o encerramento dos processos históricos em vista da propagação mundial das democracias liberais e do capitalismo, também questionou a continuidade das guerras. Para ele (1992, p. xx), como as guerras entre Estados seriam essencialmente direcionadas em uma *luta por reconhecimento* dentro do Sistema Internacional, a expansão das democracias liberais serviria como inibidor ao surgimento desses conflitos – ao trocarem a busca de serem reconhecidas como superiores pela legitimidade de serem tratadas como iguais¹⁸.

Na introdução de obra sua, Mueller (2001, p. 9-13) apresenta uma analogia da guerra com dois contextos (econômico e/ou social) que pareciam perenes, mas desapareceram – o duelo e a escravidão. Ele (2001, p. 13) destaca que a guerra apresenta sinais de “[...] *at least in the development world, it has begun [...] to succumb to obsolescence. Like dueling and slavery, war does not appear to be one of life's necessities*”.

Segundo Smith (2008, p. 21), se faz necessário compreender que o paradigma da guerra foi alterado, com o modelo de exércitos se digladiando em batalhas campais sendo substituído por confrontos com uma variada gama de combatentes (dotados de armamentos diversos e sem o imperativo de constituírem forças estatais). Dessa forma, do arquétipo por ele definido de *guerra industrial entre os Estados* se passou para o de *guerra entre o povo*. Smith (2008, p. 36-37) apresenta seis tendências para essa *guerra entre o povo*, dos quais deve-se ressaltar, com relação a esta tese, que “os instrumentos da guerra industrial são frequentemente irrelevantes para a guerra entre o povo” e “o inimigo é majoritariamente não estatal”. Entretanto, essa visão de

¹⁸ Como colocado por Mearsheimer (2014, p. 82-83), em meados dos anos 1990, muitos liberais (que incluíam membros-chave do governo Clinton) acreditavam que o fim da Guerra Fria tinha transformado fundamentalmente a política internacional, com uma nova ordem pós-nacional sendo inserida frente à lógica realista. E os europeus estavam mais convictos que a Geopolítica não mais importava e que uma ordem liberal inclusiva poderia manter a paz na Europa, em um discurso que dominou durante a primeira década do Século XXI.

uma obsolescência dos conflitos bélicos de grandes proporções¹⁹, como apresentada por Fukuyama, Mueller e Smith²⁰, possui discordâncias por parte de outros estudiosos, como será mostrado à seguir.

Ferreira e Teixeira Júnior (2021) citam que:

Impulsionados no contexto mais geral de uma ordem liberal promovida pelos Estados Unidos, o processo de globalização e a interdependência econômica figuram entre os principais motivos para essa **aparente metamorfose bélica**. Contudo, tal constatação não significa, de forma alguma, a extinção dos embates violentos entre Estados. (FERREIRA; TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p. 45-46, grifo nosso).

Para Nye (2010), a natureza das guerras mudou, no que cita o anteriormente referido Smith. Mas diferentemente desse último, que propugna não existirem mais guerras entre Estados na realidade contemporânea, Nye (2010) percebe que a ocorrência de conflitos interestatais ainda se mantém presente, mesmo que em menor probabilidade. Uma dessas possibilidades poderia envolver a competição por recursos naturais que se tornem escassos (MORILLO; BLACK; LOCOCO, 2009). Outra eventualidade seriam os conflitos entre povos de culturas diferentes, no que Huntington (1997) denominou de o “choque de civilizações” (como entre o Ocidente e o Islã, um dos exemplos por ele citados).

Dentro dessa visão de transformação da natureza dos conflitos, David (2000, p. 20-23) apresenta como os novos problemas de segurança (exemplificados, dentre outros, no terrorismo cibernético e no tráfico de drogas e de armas) ocupam espaços e minoram a visão de uma defesa estatal, inclusive sujeitando os seus instrumentos a obrigações multilaterais outras. Entretanto, David (2000) sinaliza no decorrer do seu livro que subsiste a noção de Defesa por parte dos Estados, ponto que será aqui reforçado.

Mais recentemente, Black (2019, p. 209) também descreve que, ao final da Guerra Fria, teria sido observado um certo otimismo sobre o declínio no advento de

¹⁹ Esta tese irá utilizar a expressão *guerra interestatal em larga escala* para classificar os conflitos em que modernas forças combatentes se enfrentam em batalhas campais com uso de grandes formações mecanizadas. Esses confrontos ocorrem por intermédio de operações coordenadas com apoio de artilharia pesada e aviação, podendo contar com ações aeroterrestres e navais. Os efetivos empregados somam a centenas de milhares de combatentes, milhares de veículos blindados e centenas de aeronaves.

²⁰ Existem outros autores que também advogam pela obsolescência das guerras interestatais em larga escala, como Cornish e Donaldson (2017). Em obra mais recente, Mueller (2022) reitera sua posição.

conflagrações armadas, especialmente as interestatais. Porém, esse mesmo autor (2019, p. 209-210) expõe que essa premissa é discutível em vista da quantidade de exemplos históricos atuais²¹ e da ocorrência (recorrência) de diversos fatores – desde econômicos a étnicos, passando por lideranças políticas extremistas. Nessa mesma linha, Baylis e Wirtz (2019, p. 3) asseveram que foi prematura a perspectiva acadêmica de meados dos anos 1990 sobre a emergência de um mundo novo e mais pacífico – advogando que o poder militar se mantinha um caráter significativo da política internacional e que a competição entre as grandes potências retornava como fenômeno dos tempos atuais.

Black (2019, p. 215) ainda enfatiza que uma maior instabilidade global sobrevém do declínio hegemônico dos EUA sem o aparecimento de um sistema que o substitua efetivamente. Dentro dessas visões de uma continuidade na eclosão de conflitos armados, importa observar que existem inúmeras motivações geradoras desses fenômenos, tornando difícil a sua terapia e, conseqüentemente, sua supressão, ao menos em um futuro previsível (GARNETT; BAYLIS, 2019). Mearsheimer (2001, p. 338) aponta que a guerra tem maior possibilidade de ocorrer em um mundo multipolar do que em um bipolar²². Ele apresenta que na multipolaridade ocorre um maior desequilíbrio de poder, onde as grandes potências teriam maiores chances de ganhar uma guerra, tornando a dissuasão mais difícil de ser obtida e o surgimento de conflitos mais provável de ocorrer. Estados poderiam acreditar que teriam mais condições de coagir ou conquistar outro(s), o que seria um erro de cálculo²³.

Em uma digressão da aqui predominante corrente de pensamento realista, é oportuno notar que autores marxistas também dialogam e contribuem para com este trabalho no que concerne a prenúncios de um declínio hegemônico estadunidense.

²¹ Podem ser citados como conflitos pós-1990 que envolveram Estados distintos, dentre outros: a Guerra do Golfo (1990-91); as guerras na ex-Iugoslávia (nos anos 90); as ações russas na Chechênia (1994-96, 1999-2000), Geórgia (2008) e na Ucrânia (2014); e a “Guerra ao Terror” no Afeganistão (2001-20) e no Iraque (2003-11); (BLACK, 2019, p. 198-206). E, no que será mais bem pormenorizado à frente, a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 (FREEDMAN, 2022; HARDING, 2022; MANKOFF, 2022; NORTON, 2022; WATLING; REYNOLDS, 2022; COOPER *et al.*, 2023; PLOKHY, 2023).

²² Para Waltz (1979, p. 204-205), como os Estados lutam para manter a sua autonomia, as chances de eclosão de conflitos interestatais são maiores em um Sistema Internacional multipolar frente a um bipolar.

²³ Em artigo anterior, Mearsheimer (1990, p. 6-7, 12) já defendia que a ausência de guerras na Europa desde 1945 fora decorrente da bipolaridade existente entre os EUA e a União Soviética, reduzindo a anarquia e criando um forte equilíbrio militar e nuclear.

Observando as análises históricas e econômicas de Arrighi (1996)²⁴ e Wallerstein (2000)²⁵ sobre ciclos hegemônicos, é possível identificar analogias entre os dois estudos que interessam para esta tese: o fim do período de hegemonia de um Estado ocorre com a substituição das suas atividades produtivas frente às financeiras (diferentemente dos concorrentes que se encontram em expansão comercial e industrial); a alteração da prioridade militar do Estado hegemônico, que de um poder naval (e, ultimamente, também poder aéreo) transita para uma predominância de poder terrestre; e a ocorrência de guerras de proporções mundiais antecedendo a cada período²⁶.

Não sendo parte de uma ciência exata, esses estudos de Economia Política, entretanto, fornecem uma base teórica que indicaria tendências. Em vista disso, o processo de substituição dos EUA como potência hegemônica já estaria em curso e, mesmo que o seu término ainda esteja indefinido, a possibilidade de ocorrer um conflito interestatal de largas proporções já estaria no horizonte temporal²⁷. Como apresentado por Black (2019, p. 212-213), a China (referida como potência em ascensão) e a Rússia (mencionada como potência em declínio) percebem nitidamente que a ameaça de emprego de força é chave para alcançarem seus objetivos regionais, os quais são citados como sendo Taiwan e as ilhas artificiais no Mar do Sul da China (para os chineses), e a Geórgia e a Ucrânia (para os russos). Com isso se abrem

²⁴ Quatro Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) foram estudados por Arrighi (1996), sendo referentes à primazia mundial de um Estado: Gênova, Províncias Unidas, Reino Unido e EUA. Cada CSA foi composto de uma sequência de períodos com características específicas: expansão financeira; consolidação e desenvolvimento (expansão produtiva); e nova expansão financeira (quando ocorre a “crise sinalizadora” do final daquele ciclo). Em uma rotação cíclica, quando um Estado hegemônico se encontra no período de expansão produtiva, outros concorrentes estarão no seu primeiro período de expansão financeira (nessa rotação alguns Estados não irão prosseguir, exceto aquele que irá se tornar o próximo hegemônico).

²⁵ No pensamento de Wallerstein (2000) o poder hegemônico ocorre quando um Estado se sobressai simultaneamente na produção agroindustrial, no comércio e nas finanças (a produção agroindustrial estará no seu auge e posteriormente irá decrescer, sendo seguida sequencialmente pelas demais etapas). Para ele, esse poder não foi alcançado por Gênova, mas somente pelos outros três Estados supramencionados por Arrighi (1996). Esses ciclos terminam quando do enfraquecimento do hegemônico frente aos seus desafiantes.

²⁶ Wallerstein (2000, p. 258) observou a ocorrência de grandes conflitos antecedendo a cada ciclo: Guerra dos Trinta Anos (no início da hegemonia holandesa); Guerras Napoleônicas (antecedendo a hegemonia britânica) e Guerras Eurasianas (precedendo a hegemonia estadunidense).

²⁷ Segundo Clark, Carvalho e Carmona (2022, p. 3), um aspecto preponderante no cenário internacional nas primeiras duas décadas do Século XXI foi a disputa por hegemonia entre os EUA e a China. Esse seria um primeiro sentido disruptivo em uma disputa por posições no Sistema Internacional, inclusive com a eventualidade de eclosão de uma guerra prolongada em múltiplos domínios pela posição de liderança.

eventualidades reais para a deflagração de conflitos bélicos de larga escala²⁸ – o que se concretizou no caso da Ucrânia.

Outro aspecto importante a considerar é que a ação de OI, como a ONU (e também os organismos de segurança regionais), não tem efetivamente conseguido eliminar o uso de força bélica nas relações entre Estados nas relações internacionais²⁹:

*In general, the era since 1945 has witnessed – alongside the new institution of the United Nations and the multilateral diplomacy that it embodies – the continuation of all the classical institutions of the international system: great powers, alliances, spheres of interest, balances of power, and bilateral diplomacy. Even those most questionable of international institutions, **war and threats of war, continue to have some place in the relations of states.*** (LOWE; ROBERTS; WELSH; ZAUM, 2008, p. 19, grifo nosso).

A possibilidade do surgimento de conflagrações bélicas como sendo uma realidade hodierna também é debatida por outros autores (O'CONNELL, 1995; BLACK, 2004b; DOYLE, 2008; LEVY; THOMPSON, 2010; CASHMAN, 2014; COHEN, 2016; FREEDMAN, 2017; GAT, 2017; ORME, 2018; BETTS, 2022). Nesses se incluem também aqueles que se dedicam ao estudo da Teoria da Guerra Justa, que trata das circunstâncias em que o uso da força pode ser justificado (*jus ad bellum*), quais os limites que justificam esse uso (*jus in bellum*) e como concluir as guerras de forma justa (*jus post bellum*) (WALZER, 2004, 2006; BRUNSTETTER; O'DRISCOLL, 2018; MEISELS, 2018).

Do até aqui exposto, consonante com o entendimento de círculos acadêmicos, é possível inferir que a possibilidade de ocorrência de conflitos armados interestatais persiste nos tempos atuais – mesmo que apresentando especificidades e intensidade distintas. Frente às diversas causas instigadoras apresentadas, a supressão da

²⁸ As hipóteses da ocorrência desses conflitos, ainda que latente, são apresentadas por diversos autores, como Huntington (1997), Copeland (2000), Carpenter (2005), Cornish e Donaldson (2017), Fabey (2017), Ortmann e Whittaker (2019) e Clark, Carvalho e Carmona (2022), dentre outros.

²⁹ Dunbabin (2008, p. 494-515) apresenta diversas razões para que a ONU não tenha um maior ativismo na manutenção da paz e da segurança internacionais – responsabilidade primária do seu Conselho de Segurança segundo a Carta daquele OI (UNITED NATIONS - UN, 1945, art. 24). Dentre essas razões estão o modelo de funcionamento da ONU (como o poder de veto dos membros permanentes nas decisões), a falta de recursos próprios (a ONU depende inteiramente das contribuições dos seus membros) e fracassos em missões de paz (como em 1995 na Somália, cuja missão ruiu após as mortes de militares estadunidenses em 1993). Ele conclui que sucessos ocorreram, mas que a agenda do Conselho de Segurança tem se mostrado extremamente seletiva e que, apesar de a ONU e atores externos tenham conseguido influenciar os resultados em conflitos na África, forças internas dos países africanos envolvidos têm se mostrado uma influência muito maior.

violência para solução de pendências entre Estados se apresenta para além do horizonte temporal adjacente.

E perpassando essas considerações teóricas, se sobrepõe a atual realidade da massiva invasão da Ucrânia pela Rússia que teve lugar na madrugada de 24 de fevereiro de 2022 – em uma conflagração bélica perfeitamente alinhada com o conceito de guerra interestatal em larga escala, o qual se supunha superado. Se iniciava então o maior conflito bélico presenciado na Europa desde a Segunda Guerra Mundial (FREEDMAN, 2022, p. 28; HARDING, 2022, p. 6; PLOKHY, 2023, p. 28) e que envolvia, de um lado, o maior país do mundo em extensão territorial e com uma população de 142 milhões, membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), dotado de armamento nuclear e com FFAA com aproximadamente 1.250.000 integrantes (suplementados por 300.000 reservistas convocados posteriormente para fazer frente às perdas sofridas durante os combates). E, do lado oposto, o maior país da Europa (depois da Rússia europeia e de tamanho equivalente ao da França), com uma população de quase 44 milhões de habitantes e FFAA com cerca de 700.000 militares na ativa (complementados por 290.000 reservistas convocados após a invasão russa)³⁰. Essas características tornam esse conflito inusitado, mas também revelador de que Estados ainda são capazes de lançar mão de amplas agressões bélicas para lograr o que entendem serem seus interesses securitários, como na visão de lideranças russas a seguir.

As origens dessa invasão remontam ao fim da URSS em 1991, quando a Ucrânia se tornou uma nação independente e com identidade própria³¹ – uma realidade difícil de conceber para muitos russos e vista pelo Presidente russo Vladimir Putin como potencialmente ameaçadora para a Rússia (ORTMANN; WHITTAKER, 2019, p. 322; FREEDMAN, 2022, p. 377, HARDING, 2022, p. 4-5; PLOKHY, 2023, p.

³⁰ Esses dados foram obtidos no site *The World Factbook* (disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries>. Acesso em: 10 jan. 2024), bem como em publicações de autores como Freedman (2022, p. 406) e Norton (2022, p. 7, 18). Cooper *et al.* (2023) fazem um excelente apanhado das Capacidades Militares das FFAA ucranianas e russas (especialmente entre 2014 e 2022).

³¹ Em 1 de dezembro de 1991 teve lugar um plebiscito, no qual mais de 92% dos participantes (dos 84% de eleitores legítimos que compareceram) votaram pela emancipação ucraniana da URSS – incluso na porção ucraniana de Donbass (84% favoráveis à independência) e “*in the Crimea, the only region of Ukraine with a majority Russian population, 54 percent supported independence. Sevastopol, the home port of the [Russian] Black Sea Fleet, did even better, registering 57 percent support for Ukrainian independence*” (PLOKHY, 2023, p. 2, grifo nosso). Esse referendo deu lugar à atual Ucrânia e tornou irreversível o fim da URSS (com a perda da sua segunda maior república).

137-138)³². A isso se somaria uma percepção russa de que a sua segurança estaria ameaçada frente à forma sem restrições com que as potências ocidentais atuariam dentro do sistema internacional, acabando por gerar uma estratégia revisionista por parte da Rússia³³ (CORNISH; DONALDSON, 2017; FREEDMAN, 2019; SUSHENSTOV; WOHLFORTH, 2020), afinal a Ucrânia é um “*pivot state*” em razão da sua sensível posição geopolítica (BRZEZINSKI, 1997³⁴ *apud* ORTMANN; WHITTAKER, 2019, p. 322). Além disso e como nas palavras de Harding (2022, p. 7), “*Russia’s battle went beyond Ukraine. It was – to a large degree – a proxy war against the West*”.

Essa guerra começou diferentemente das ações disimuladas ocorridas em 2014, quando da anexação da Criméia e incursões para apoio aos separatistas na região de Dombass, Donetsk e Lugansk (FREEDMAN, 2019; SUSHENSTOV; WOHLFORTH, 2020; BUDJERYN, 2023; COOPER *et al.*, 2023; PLOKHY, 2023). Apesar do que a denominação de *special military operation* adotada pela Rússia possa sugerir, desta vez teve lugar uma ampla ofensiva com cerca de 190.000 militares russos (FREEDMAN, 2022, p. 405, 407; MANKOFF, 2022, p. 10; COOPER *et al.*, 2023, p. 34; PLOKHY, 2023, p. 150; WASIELEWSKI, 2023, p. 16). A invasão iniciou observando os princípios clássicos da *Blitzkrieg*³⁵ e avanços tecnológicos

³² Para Putin e seus conselheiros, bem como em círculos da elite russa, com uma Ucrânia soberana existe a possibilidade do seu afastamento da esfera de influência russa e a sua aproximação com o Ocidente, inclusive com a perspectiva de sua entrada em instituições como a União Europeia (UE) e a OTAN – tudo em um movimento orquestrado pelos rivais para debilitar a Rússia (MEARSHEIMER, 2014, p. 77-79; FREEDMAN, 2022, p. 377; MANKOFF, 2022, p. 1-4). Cenários conflituosos já tinham sido apresentados, como a determinação de Putin de reunir os russos étnicos sob a bandeira da “Mãe Rússia” e de reverter as perdas ocorridas no pós-1990 com o fim da URSS (reapoderando-se dos Estados Bálticos, por exemplo) (FREEDMAN, 2017, p. 306). E, em uma mensagem clara da determinação de Putin em impedir que a Ucrânia e a Geórgia entrassem na OTAN foi a invasão russa da última em 2008 (MEARSHEIMER, 2014, p. 79, 82).

³³ Na busca de restabelecer o poder russo, Putin foi beneficiado por um grande crescimento econômico em razão da alta de preços em commodities como petróleo e gás (especialmente entre 2000 e 2008), commodities essas que ainda se mantêm como principal fonte de recursos da Rússia, combinadas com minerais como cobre, tungstênio, estanho, ouro, diamantes, (FREEDMAN, 2019, p. 52; 2022, p. 378; NORTON, 2022, p. 8). O resultado é que a Rússia já contaria com maiores capacidades de fazer frente ao Ocidente (SUSHENSTOV; WOHLFORTH, 2020), tendo, inclusive, utilizado suas ações na Síria para introduzir novos armamentos e refinar suas táticas e conceitos operacionais, em um esforço substancial para modernizar suas FFAA (CORNISH; DONALDSON, 2017, p. 32; FREEDMAN, 2019, p. 131; 2022, p. 404).

³⁴ BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997.

³⁵ *Blitzkrieg* (Guerra Relâmpago) é o termo que identifica o tipo de manobra militar que: emprega grandes formações móveis (contando prioritariamente com blindados e infantaria mecanizada); concentra forças em pontos fracos inimigos para obter forte superioridade militar local sobre essas defesas; busca rapidez e flexibilidade nas ações; realiza penetrações profundas em frente estreita, visando alcançar a retaguarda inimiga para desequilibrá-lo; utiliza de apoio cerrado da aviação (necessitando, para tanto, obter superioridade aérea local) e da artilharia autopropulsada (blindada);

contemporâneos: uso de meios eletrônicos para interferir nos radares e comunicações; emprego de *unmanned aerial vehicles* (UAV) (também conhecidos como drones) para ações ofensivas e de reconhecimento; ataques de mísseis balísticos e de cruzeiro; um assalto por tropas paraquedistas russas ao aeroporto de Hostomel³⁶; e o avanço de fortes colunas blindadas por cinco eixos distintos³⁷ (FREEDMAN, 2022; WATLING; REYNOLDS, 2022; PLOKHY, 2023). Uma efetiva comprovação de que as guerras interestatais em larga escala ainda sobrevêm no Século XXI.

Não tendo o intuito de pormenorizar como o conflito russo-ucraniano está transcorrendo, existem pontos que merecem ser destacados para benefício desta tese. O primeiro é a importância de a nação possuir uma liderança capaz e motivadora. O Presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, surpreendendo frente ao seu background como humorista, tem se mostrado combativo, resiliente, corajoso e com elevado acume político (FREEDMAN, 2022, p. 408; HARDING, 2022; MANKOFF, 2022, p. 10). Sua liderança³⁸ tem inspirado os ucranianos a combaterem e a resistirem à agressão russa, além de aglutinar grande parte da comunidade internacional em apoio à defesa da Ucrânia (com ações políticas, diplomáticas, econômicas e militares)³⁹.

e opera forças aeroterrestres/aeromóveis para conquista e manutenção de objetivos-chaves na retaguarda inimiga (POSEN, 1984, p. 86; JOHNSON; WHITBY; FRANCE, 2010, p. 87; SMITH, 2008, p. 169-170; FREEDMAN, 2013, p. 199-200; SHEEHAN, 2019, p. 48).

³⁶ Segundo Cooper *et al.* (2023, p. 39-40), Ploky (2023, p. 159-161) e o site *Revista da Força Aérea* (disponível em: <https://forcaarea.com.br/ucrania-a-falha-da-russia-no-aeroporto-de-gostomel/>). Acesso em: 10 jan. 2024), o aeroporto de Hostomel (Gostomel em português) está localizado a 35 km a noroeste do centro de Kiev, sendo sede da divisão de cargas da Antonov (logo preparado para ser utilizado por aeronaves de transporte pesadas). O ataque visava estabelecer uma cabeça de ponte aérea que permitiria um rápido avanço para Kiev. Apesar de o aeroporto ter sido conquistado pelas tropas russas que foram aerotransportadas em helicópteros, o assalto foi detido e contra-ataques ucranianos posteriores causaram severas baixas. Sem ocorrer a junção com as colunas blindadas vindas da Bielorrússia, as forças russas tiveram de se retirar posteriormente.

³⁷ Esses eixos podem ser nominados (observando o sentido horário) como: da Bielorrússia para Kiev; de Kursk para Sumy; de Belgorod para Kharkiv; de Donetsk e Lugansk para Donbass e Mariupol; e da Crimeia para Kherson e Donbass; (FREEDMAN, 2022, p. 378; COOPER *et al.*, 2023, p. xii; PLOKHY, 2023, p. 153).

³⁸ Conforme citado por Ploky (2023, p. 156), o Presidente Zelensky teria dito “*Well, then? We’ll fight!*” ao se encontrar com Oleksii Danilov (Secretário do Conselho de Segurança e Defesa Nacional da Ucrânia) na manhã da invasão russa – deixando imediatamente claro para Danilov que “*the president was not about to go anywhere and would stay in Ukraine despite the risk of being killed*”. Posteriormente, quando os EUA ofertaram exilá-lo de Kiev, ele teria respondido “*the fight is here; I need ammunition, not a ride*” (PLOKHY, 2023, p. 164).

³⁹ Ele também soube entender a consolidação da identidade cívica ucraniana nos 30 anos de independência e, principalmente, após as ações russas em 2014 – tornando uma reintegração com a Rússia difícil de se imaginar e transformando a invasão em catalizador para a resistência às forças agressoras (MANKOFF, 2022, p. 5-7).

Por outro lado, o seu homólogo russo padece do temor comum de governantes autocráticos: o de ser alijado do poder (FREEDMAN, 2019, 2022). Assim sendo e apesar de ser reconhecido como um excelente estrategista no campo da política internacional (MEARSHEIMER, 2014, p. 85; CORNISH; DONALDSON, 2017, p. 20), ele é levado a decisões maculadas com o intuito de proteger sua posição e a dos seus apoiadores. Um exemplo é o seu receio de ter uma Ucrânia democrática adjacente à Rússia (CORNISH; DONALDSON, 2017; HARDING, 2022; MANKOFF, 2022). Afora isso, Putin se apresenta distante para a população e as tropas russas, assim como está inserido em um sistema onde a estrutura de comando e de aconselhamento – dependentes dele para manterem suas posições – não se mostra inclinada a apresentar uma assessoria divergente ou negativista (FREEDMAN, 2022).

O segundo ponto é que a vitória em batalha não se restringe a uma simples matemática em que a vitória está destinada ao lado que possui maiores efetivos e/ou quantidade de equipamentos militares. Mais do que um planejamento falho, fruto de uma confiança exagerada, desprezo ao adversário e informações sectárias, os russos demonstraram incapacidade de obter o comando do ar e do espectro eletromagnético, perpetraram graves erros no emprego operacional combinado de suas tropas e apresentaram uma logística cronicamente incompetente, além de apresentarem moral baixa em diversas situações (COOPER *et al.*, 2023, p. 36, 45; GOLTS, 2023, p. 3-4; PLOKHY, 2023, p. 161-162; WASIELEWSKI, 2023, p. 12)⁴⁰. Por outro lado, os ucranianos souberam fazer uso efetivo das medidas de defesa ativa (como contra-ataques e emboscadas), das suas forças especiais e dos seus sistemas anticarro, de defesa aérea e de artilharia (muitos adquiridos ou recebidos após 2014), além de bem dosarem a utilização dos seus meios mais limitados, incluso com extensivo apoio da população local (COOPER *et al.*, 2023, p. 36, 45-48). Com isso, lograram barrar grande parte da ofensiva inimiga (especialmente nos eixos de ataque sobre Kiev, o centro de gravidade da guerra) e partiram para montar uma contraofensiva um mês depois do início da guerra (FREEDMAN, 2022, p. 408-409, 412, 527; NORTON, 2022, p. 46-48, 70; WATLING; REYNOLDS, 2022, p. 3-6; GOLTS, 2023, p. 5; PLOKHY, 2023, p. 219-242).

⁴⁰ “A combination of endemic corruption and incompetence resulted in a severe misreporting, which resulted in a dismissive stance towards Ukrainians and an entirely unrealistic assessment of the VSRF’s [the Russian Armed Forces] capabilities” (COOPER *et al.*, 2023, p. 34). “Russia’s inability to suppress or destroy Ukrainian strategic anti-aircraft systems in the first days of the conflict limited its ability to assist ground maneuvers with tactical air support” (PLOKHY, 2023, p. 162).

A resposta aqui extraída é a imprescindibilidade na obtenção de uma Capacidade Militar condizente para com as necessidades nacionais, a qual, como será melhor examinado posteriormente, requer treinamento sério, motivação generalizada, doutrina realista, lideranças competentes e domínio no uso combinado das forças militares, afora a posse de materiais bélicos adequados. E essa Capacidade Militar necessita ser desenvolvida tanto frente a insucessos do passado quanto a demandas presentes e/ou futuras:

*Once a defeated institution [in the events of 2014], the Ukrainians engaged in a period of **fierce self-criticism and fast-paced reforms**, similar to those of the Egyptian armed forces between 1967 and 1973. As a result, the primary strength of the ZSU [Ukrainian Armed Forces] lay in its combat-hardened ground forces, meanwhile retrained to operate in a far more flexible way through improved training – and empowerment – of junior officers and NCOs. (COOPER et al., 2023, p. 36, grifo nosso).*

O outro ponto se refere a que os conflitos não concernem unicamente ao poder militar. Ações políticas, diplomáticas e econômicas (inclusive no campo da tecnologia) contribuem decisivamente para evitá-los e finalizá-los (ACHARYA; HE, 2019, p. 335-336; SHEEHAN, 2019, p. 51). Como exemplo, o uso sanções econômicas e diplomáticas pelos EUA, a UE e diversos outros países afetou seriamente a competência russa em se manter combatendo, inclusive ao restringir o recebimento de apoio (inclusive por parte de nações amigas) como na aquisição de material bélico e de componentes críticos para a fabricação dos mesmos (FREEDMAN, 2022, p. 409, 411-412; MANKOFF, 2022, p. 10; NORTON, 2022, p. 83, 96-100; WATLING; REYNOLDS, 2022, p. 10-14, 18). Por outro lado, a Ucrânia recebia inúmeros equipamentos militares⁴¹, missões de treinamento, informações críticas (militares e outras) e auxílio financeiro e humanitário (BUDJERYN; UMLAND, 2021, p. 179; FREEDMAN, 2022, p. 403; HARDING, 2022, p. 7). Além disso e não menos importante, foi o surgimento de uma “Nova Ucrânia” após as ações bélicas ocorridas em 2014, “*a country divided by issues of history, culture, and identity when the Crimea was annexed was now united by the desire to defend its sovereignty, democratic order, and way of life at almost any price*” (PLOKHY, 2023, p. 132).

⁴¹ Um exemplo foi o fornecimento pelos EUA de peças de artilharia (e respectivas munições) de primeira linha, como os obuseiros M777 (de 155 mm) e os *High Mobility Artillery Rocket Systems* (HIMARS), esses últimos sendo superiores em alcance e precisão aos seus equivalentes russos (PLOKHY, 2023, p. 192). A versão em veículo blindado do HIMARS (o M270) também foi enviada.

Do apresentado nesta seção é crível apreender que a guerra interestatal em larga escala e outros tipos de conflitos bélicos permanecem como instrumentos factíveis no Sistema Internacional, cuja ocorrência não pode ser desdenhada. E, como no caso da invasão da Ucrânia, ela se mostra uma ameaça à estabilidade internacional e acentua tendências como o enfraquecimento do sistema multilateral e a fragmentação das cadeias globais (CLARK; CARVALHO; CARMONA, 2022, p. 4). Nesse juízo, cresce de importância o estudo de medidas (políticas, diplomáticas, econômicas, militares e outras) que possam evitar a instauração de conflagrações bélicas entre os Estados, como a Dissuasão. Como uma adjunção ao final desta seção e importante ligação para com a Dissuasão a ser estudada nos dois capítulos subsequentes, importa observar o ocorrido na Ucrânia quando da desintegração da URSS – ela estava de posse do terceiro maior arsenal nuclear do mundo (KOSTENKO, 2020, p. 136; BUDJERYN; UMLAND, 2021, p. 177).

Esse arsenal era constituído de armamento que se encontrava instalado no território ucraniano quando da sua independência, sendo assim herdados das FFAA soviéticas⁴². Essa situação criou uma série de pressões sobre a Ucrânia para que ela se desfizesse da sua Capacidade Militar nuclear e assinasse o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) (UN, 1968)⁴³ (MEARSHEIMER, 1993, p. 50; KOSTENKO, 2020, p. 11-13; BUDJERYN; UMLAND, 2021, p. 183-184; BUDJERYN, 2023, p. 6; PLOKHY, 2023, p. 70-72).

A decorrência foi a assinatura pela Ucrânia e por três países depositários do TNP⁴⁴, em 5 de dezembro de 1994, do *Memorandum on Security Assurances in Connection with Ukraine's Accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear*

⁴² O total era de cento e setenta e seis *InterContinental Ballistic Missiles* (ICBM) (cento e trinta mísseis SS-19 e quarenta e seis SS-24), aproximadamente 43 bombardeiros (quatorze Tupolev Tu-95MS e vinte e nove Tu-160) armados com cerca de 2.000 ogivas nucleares e 2.600 armas nucleares táticas, o que constituía cerca de 15% do total do arsenal nuclear da antiga URSS. Também herdaram uma expressiva infraestrutura industrial-militar, que incluía a maior fábrica de ICBM do mundo e aptidão para direcionamento e guiamento de mísseis. Entretanto, o controle das operações que permitiriam o uso desses sistemas estratégicos – como os códigos necessários para lançamento dos mísseis – se mantiveram em Moscou (KOSTENKO, 2020, p. 137-9; BUDJERYN; UMLAND, 2021, p. 181; PLOKHY, 2023, p. 63-64).

⁴³ O TNP (*Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons - NPT*) é um mecanismo estabelecido pela ONU para prevenção da difusão de armamento nuclear e da sua tecnologia de produção, promover o uso pacífico da energia nuclear e buscar o completo desarmamento (nuclear e geral) (UN, 1968).

⁴⁴ Os EUA, o Reino Unido e a Rússia – três países reconhecidos como Estados nuclearmente armados pelo TNP – deram garantias de segurança para a Ucrânia pela assinatura desse memorando. Posteriormente a China e a França, os outros dois países reconhecidos como Estados nuclearmente armados, assumiram compromissos adicionais (BUDJERYN; UMLAND, 2021, p. 177-178).

Weapons (UN, 1994), também conhecido como Memorando de Bucareste (KOSTENKO, 2020, p. 363; BUDJERYN; UMLAND, 2021, p. 178; BUDJERYN, 2023, p. 218-219). Nele a Ucrânia cedia a totalidade de suas armas nucleares em troca de garantias de segurança explicitadas pelos EUA, Reino Unido e Rússia (com a China e a França também assinando o Memorando posteriormente) (PLOKHY, 2023, p. 72). Os resultados: as armas nucleares ucranianas foram integralmente desmobilizadas e as suas ogivas entregues para a Rússia até 1º de junho de 1996 (KOSTENKO, 2020, p. 367); e a Ucrânia, apesar das salvaguardas constantes no Memorando de Budapeste e em outros tratados, perdeu a Criméia e territórios no Donbass, Donetsk e Lugansk em 2014 e foi invadida em 2022⁴⁵. Em benefício do estudo da Dissuasão, devemos citar as palavras de Black (2019, p. 212, grifo do autor) sobre as consequências da decisão ucraniana acima apresentada: *“the Russian attack on Ukraine underlined the loss of deterrence by the later caused by its ‘denuclearization’ after the Cold War”*.

2.3 GRANDE ESTRATÉGIA E DOCTRINAS MILITARES

Esta seção buscará fornecer informações que possam subsidiar uma melhor compreensão das práticas dos Estados para alcançarem seus objetivos no campo internacional. Elas envolvem caracterizados planejamentos e ações políticas, diplomáticas, econômicas e militares, dentre outras, tudo formulado por intermédio de plataformas como a Grande Estratégia, políticas setoriais, estratégias peculiares e as Doutrinas Militares. Entretanto e para benefício de uma tese melhor delimitada, este estudo se concentrará especialmente na Grande Estratégia, nas Políticas de Defesa e na Doutrina Militar, além de que irá priorizar as condutas observadas na esfera militar.

⁴⁵ Antes da assinatura do memorando de Budapeste, Mearsheimer (1993, p. 50-53) escreveu um artigo em que defendia uma Ucrânia com a posse de armamento nuclear como única forma de Dissuasão crível frente a uma agressão russa. E ele expôs que nenhuma nação, nem mesmo os EUA, iria fornecer uma garantia de segurança relevante para a Ucrânia em caso de ela ser atacada pela Rússia – conflito esse que ele entendia plausível de ocorrer (MEARSHEIMER, 1993, p. 54-55).

2.3.1 Grande Estratégia

Após já estabelecida a factibilidade contemporânea da ocorrência de guerras entre Estados e frente ao objetivo de apresentar práticas estatais de planificação e consecução, a etapa inicial desta subseção é a de constituir quais parâmetros uma nação pretende adotar para sua proteção e a defesa dos seus interesses. Nesse intuito, esta tese fará uso da cognominada Grande Estratégia, a qual possui diversas interpretações nos meios acadêmico e governamental, mas que será aqui entendida como⁴⁶:

*A grand strategy, in essence, is the organizing principle or conceptual blueprint that animates all of state's relations with the outside world, for the purpose of **securing itself and maximizing its interests**. It shapes the parameters of the specific **foreign, military, and economic strategies** states pursue toward particular states, toward specific regions, and toward other actors on the world stage. (LOBELL; TALIAFERRO; RIPSAN, 2012, p. 15, grifos nossos).*

Essa Grande Estratégia serviria como indutora de ações nacionais no campo externo especialmente, estabelecendo métodos e priorizando o uso dos meios frente às necessidades mais relevantes, sempre dentro de uma visão de futuro expandida (LIDDELL HART, 1991; LUTTWAK, 2001; GRAY, 2007; TALIAFERRO; LOBELL; RIPSAN, 2009; RIBEIRO, 2009; HEUSER, 2010; FREEDMAN, 2013; ALSINA JÚNIOR, 2015, 2018; RIBEIRO, 2018b; LAYTON, 2018; ORTMANN; WHITTAKER, 2019; BALZACQ; KREBS, 2021). Em outras palavras, a Grande Estratégia passou a significar a conformação dos recursos domésticos e internacionais de um Estado na sua busca de segurança⁴⁷ – em um planejamento que considera “*all the resources at the disposal of the nation (not just military ones), and it attempts to array them*

⁴⁶ Existem autores que apresentam outras terminologias que discorrerem sobre entendimento similar ao aqui apresentado de Grande Estratégia, tais como: Beaufre (1998, p. 37), que a denomina de Estratégia Total; Poirier, citado por Charnay (1990, p. 194 *apud* RIBEIRO, 2009, p. 77), tratando como Estratégia Integral o método orientador da política; Strachan (2011, p. 1281), ao expor que diversos países utilizam do termo *National Strategy*; Ferreira e Augusto Júnior (2021, p. 53-54), que empregam Estratégia Nacional igualmente; Corbett (2005, p. 308-309, 326-328) fazendo uso do termo *Major Strategy* (cuja contraparte é a *Minor Strategy*); e Saint-Pierre (2018, p. 374), com as designações Alta Estratégia e Estratégia Política.

⁴⁷ De acordo com Posen (1984, p. 7), “*grand strategy – that collection of military, economic, and political means and ends with which a state attempts to achieve security*”.

*effectively to achieve security in both peace and war*⁴⁸ (ROSECRANCE; STEIN, 1993, p. 4, grifo nosso)⁴⁹.

Priorizando o componente econômico, Howard (1972) apresentou uma definição de Grande Estratégia na qual ela (considerando a primeira metade do Século XX) consistia basicamente na mobilização e incremento de recursos (como riqueza, mão-de-obra e competência industrial) nacionais, de países aliados e, quando viável, de potências neutras – tudo visando a alcançar os objetivos da política nacional em tempo de guerra. Cuidado especial deve ser direcionado na Grande Estratégia para a distribuição dos recursos nacionais e estrangeiros obtidos – todos eles sempre exíguos⁵⁰. Para Posen (1984):

*Priorities must be established among both threats and remedies because given an anarchical international environment, the number of possible threats is great, and **given the inescapable limits of national economy**, resources are scarce. Because resources are scarce, the most appropriate military means should be selected to achieve the political ends in view.* (POSEN, 1984, p. 13, grifo nosso).

Um ponto basilar da Grande Estratégia é a sua natureza política. Conforme exposto por Kennedy (1991):

The crux of grand strategy lies therefore in policy, that is, in the capacity of the nation's leaders to bring together all the elements, both military and nonmilitary, for the preservation and enhancement of the nation's long term (that is, in wartime and peacetime) best interests. (KENNEDY, 1991, p. 5, grifos do autor).

Esse caráter político da Grande Estratégia é afirmado por Cooper, Heine e Thakur (2013, p. 2) ao observarem que a formulação de políticas nacionais está no

⁴⁸ Fuller (1923, p. 218 *apud* STRACHAN, 2013, p. 33) observa que não existem formas distintas de concepção estratégica, uma para a paz e outra para a guerra – apenas uma que é formulada na paz e na qual também consta a preparação para a guerra.

⁴⁹ O objetivo último da Grande Estratégia seria o de tornar prescindível a opção pela guerra ou, no caso de ela ser a escolha política em determinado momento, proporcionar as condições para vencê-la (EARLE, 1943 *apud* RIBEIRO, 2018b, p. 446). Earle (1943, p. viii *apud* STRACHAN, 2013, p. 34) sustenta que o recurso da guerra poderia se tornar desnecessário pela forma como a Grande Estratégia integraria as políticas e os armamentos de uma nação. Heuser (2010, p. 26) apresenta uma transcrição completa desses posicionamentos. E Earle (1971, p. viii, [grifo do autor] *apud* POSEN, 1984, p. 13) também cita que a Grande Estratégia “*is a political-military, means-ends chain, a state's theory about how it can best 'cause' security for itself*”.

⁵⁰ Gaddis (2018, p. 312) observa a importância do planejamento e do dispêndio proporcional dos recursos quando afirma que a Grande Estratégia é “*the alignment of potentially infinite aspirations with necessarily limited capabilities*”.

domínio do chefe de governo e de altos integrantes do Executivo, bem como do Legislativo⁵¹ – o que transcende ao campo militar e permitiria, mesmo que em tese, que os desejos da sociedade sejam também nela representados⁵². Um exemplo mais remoto de que a Grande Estratégia (*Major Strategy*) é atribuição da mais elevada cúpula estatal é o de Corbett (2005), para o qual, em obra lançada em 1911:

Major Strategy in its broadest sense has also to deal with the whole resources of the nation for war. It is a branch of statesmanship. It regards the Army and Navy as parts of one force, to be handled together; they are instruments of war. But it also has to keep in view constantly the politico-diplomatic position of the country (on which depends the effective action of the instrument), and its commercial and financial position (by which the energy for the working the instrument is maintained). (CORBETT, 2005, p. 308, 327, grifo nosso).

Assim a Grande Estratégia é, mesmo nos casos em que trate majoritariamente de aspectos relacionados à Defesa, intrinsecamente de caráter multifacetado⁵³ e, como já dito, de responsabilidade do mais categorizado poder político de uma nação – o qual deve ser assessorado⁵⁴ e necessita coordenar os diversos campos do Poder Nacional⁵⁵, mas não cabendo hipótese de que possa ser substituído nesses encargos.

⁵¹ Essa ideia de que as tarefas de elaboração e decisão sobre a Grande Estratégia cabem às mais altas lideranças nacionais é compartilhada por Beaufre (1998, p. 37), Hattendorf (2000 *apud* HEUSER, 2010, p. 495); Lobell (2009, p. 45), Ribeiro (2009, p. 78-79, 148) e Ribeiro (2018b, p. 446).

⁵² Pereira (2018, p. 742) expõe “a necessidade de a defesa estar inserida no debate político e submetida ao sistema de controles próprios do sistema político de cada Estado”. E que a Política de Defesa – a qual descende da Grande Estratégia, como será visto mais a frente – deve ser submetida ao ordenamento constitucional e também vinculada ao “programa de governo, cuja legitimidade emana da chancela do sufrágio” (PEREIRA, 2018, p. 744).

⁵³ Como exemplo dessa amplitude no planejamento, para Fuller (1923, p. 218 *apud* STRACHAN, 2013, p. 33) o primeiro compromisso de quem concebe uma Grande Estratégia é “to appreciate the commercial and financial position of his country; to discover what its resources and liabilities are”.

⁵⁴ É essencial que o alto poder político nacional receba um assessoramento amplo e competente, sem barreiras ideológicas, profissionais ou estereotipadas (assim como sem a presença de interesses paroquialistas). Freedman (2013, p. 146-150) descreve como os problemas militares passaram a ser tratados de forma análoga a questões do campo da Economia durante a gestão de Robert McNamara (Secretário de Defesa nos governos de John Kennedy e de Lyndon Johnson). Frente a uma visão de o pensamento militar ser de baixa qualidade e sem fundamentação científica, foi implementada uma metodologia de viés econômico (exigindo dados e análises quantitativas) para solucionar problemas estratégicos. O problema, porém, é que o treinamento para uso desse método tem a tendência de fazer quem o utiliza “**insensitive to and often intolerant of political consideration that get in the way of his theory and calculations. He [or she] is normally extremely weak in either diplomatic or military history or even in contemporary politics, and is rarely aware of how important a deficiency this is for strategic insight**” (BRODIE, 1973, p. 474-475, grifos nossos). O resultado foi um descrédito no assessoramento militar que resultou severos erros de avaliação e implementação estratégica, como no caso da Guerra do Vietnã.

⁵⁵ Como dito por Carmona (2017, p. 15), “as linhas da Grande Estratégia são tão mais exequíveis em função dos meios (o Poder Nacional) que a sustentam”. Esse Poder Nacional se baseia no uso dos diversos instrumentos de uma nação alocados nos campos militar, informacional, diplomático, financeiro, de inteligência, econômico, jurídico e de desenvolvimento – os quais trabalham mais eficazmente quando operando harmoniosamente entre si (UNITED STATES OF AMERICA-USA,

Uma das sustentações para o posicionamento dessa primazia política é a Teoria da Guerra de Clausewitz (1984), a qual busca explicar o uso político da força⁵⁶. Conforme expresso por Duarte (2020, p. 78, grifo nosso), “guerras são atos de força sob domínio de uma condição social, cujos exercícios e resultados não tem sentido em si mesmos e apenas tem significado quando associados a um **cálculo governamental do efeito político dos seus atos**”. Como colocado por Clausewitz (1984, p. 89), “*the political aims are the business of government alone*”.

Importa observar que a Grande Estratégia não é primazia das grandes potências, mas que ela é praticada por todos os Estados, seja ele forte ou fraco, com a finalidade de se proteger e a sua posição, sobrevivendo em um sistema internacional anárquico – cada um enfrentando ameaças particularizadas, como perda de prestígio ou riscos econômicos e do meio ambiente (KASSAB, 2018, p. 25-26). Para essa autora, a Grande Estratégia é utilizada por todos os Estados de acordo com as suas capacidades de poder específicas⁵⁷. Assim sendo, a Grande Estratégia seria “um apanhado integral dos objetivos de segurança nacional de um Estado e a definição dos meios mais apropriados para alcançar esses objetivos” (SCHMIDT, 2008⁵⁸, p. 164 *apud* KASSAB, 2018, p. 27, tradução nossa) e que seguiria as seguintes etapas para elaboração: determinar os objetivos de segurança; identificar as principais fontes de ameaças à consecução desses objetivos (internas e externas); e capitalizar os recursos chaves (políticos, militares e econômicos) para concretizar esses objetivos. Em um contraponto acadêmico, alguns autores defendem que a Grande Estratégia

2018a, p. vii-viii). Existem entendimentos distintos sobre os diversos campos do Poder Nacional, como eles sendo divididos em político, econômico, psicossocial, militar e científico-tecnológico (CARMONA, 2017, p. 13) – divisão a qual será adotada nesta tese. Para Morgenthau (2003, p. 215-293) os elementos do Poder Nacional são: geografia; recursos naturais (alimentos e matérias-primas); competência industrial; grau de preparação militar (tecnologia, liderança, quantidade e qualidade das FFAA); população (distribuição e tendências); índole e moral nacionais; Política Externa e diplomacia (qualidade); e governo (qualidade).

⁵⁶ Para Clausewitz (1984, p. 89), as tendências dominantes da guerra atuam em uma trindade paradoxal, também nominada como trindade esquisita (STRACHAN, 2013, p. 46; DUARTE, 2020, p. 75-76), e cujos elementos constituintes são: a paixão; a criatividade e sorte; e a razão. Esses três autores associam esses elementos, respectivamente, aos sentimentos do povo (ou a sociedade), ao exercício do comando militar (incluindo nele as forças combatentes) e à direção política dada pelo governo. Esses três fundamentos necessitam estar em equilíbrio, observando que cada um possui códigos próprios, são profundamente enraizados em seus tópicos e com relações variáveis entre si (CLAUSEWITZ, 1984, p. 89).

⁵⁷ Em complemento a esse atributo e utilizando do Realismo Neoclássico, Lobell (2009, p. 43) expõe que o mesmo, como uma teoria de Política Externa, pode explicar as políticas de segurança e as políticas externas das grandes potências, bem como das potências regionais e menores, países em desenvolvimento e estados falidos ou divididos.

⁵⁸ SCHMIDT, Brian C. *The Primacy of National Security*. In: SMITH Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (ed.). **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. London: Oxford University Press, 2008.

pertence apenas aos Estados mais fortes⁵⁹. Esta tese se coloca com a posição de que a Grande Estratégia pode ser levada a efeito por qualquer Estado. Interessa é que esses Estados menos poderosos, quando da elaboração da sua Grande Estratégia, observem as condicionantes envolvidas e insiram soluções para buscar contornar suas limitações, como ações psicossociais e de propaganda, disposições diplomáticas e medidas que favoreçam sua Defesa⁶⁰ – para a qual a Dissuasão apresenta um papel destacado.

Dentro dessa ação multidomínio sobre o Poder Nacional, a Grande Estratégia exerceria o papel de arquitetura intelectual na estruturação da Política Externa, moldando-a para a maximização de resultados (BRANDS, 2012, p. 4), o que também seria legítimo com relação à Política de Defesa⁶¹ e outras (como a Econômica). Assim sendo, é possível presumir que a Grande Estratégia e essas políticas setoriais guardam um vínculo estreito, em que as ações e objetivos da primeira estarão contidas nas últimas, dentro de seus respectivos campos de ação⁶². E como faceta proeminente da Grande Estratégia é a forma como ela, além de envolver a complexidade do planejamento de um Estado, se torna um farol orientador para tomada de decisões, aprestamentos vários e busca de soluções:

*[Grand Strategy] also demands that statesmen encompass within their view of the larger goal the pieces of bureaucratic decision making, policy, and specific strategic approaches. Thus, those who develop a **successful grand strategy never lose sight of the long-term goal, whatever that may be, but***

⁵⁹ Ortman e Whittaker (2019, p. 310-311) defendem que a Grande Estratégia estaria associada apenas às grandes potências e aos Estados com amplos interesses globais e uma série de recursos mobilizáveis (incluindo militares). Para Murray (2011, p. 1-2), nenhum Estado pequeno e poucos de médio porte possuem as condições de implementarem uma Grande Estratégia – condenando-os a sofrer, segundo esse autor, ao que os atenienses sugeriram no Diálogo de Melos (THUCYDIDES, 2009, p. 302, grifo nosso): “*You know as well as we do that when we are talking on the human plane questions of justice only arise when there is equal power to compel: in terms of practicality **the dominant exact what they can and the weak concede what they must***”.

⁶⁰ O mesmo Murray (2011, p. 2) cita que existem duas exceções para o seu paradigma apresentado na nota de rodapé anterior: a Suíça e a Finlândia, que conseguem exercitar certa independência e manter uma estrutura de Grande Estratégia. Os suíços equilibrando suas relações com as grandes potências fazendo uso de desavenças entre elas. Os finlandeses criando uma certeza na mente dos soviéticos de que eles lutariam até o último cidadão para defender a sua independência. Na verdade, esses são exemplos que podem ser repetidos por Estados que souberem encontrar soluções customizadas para fazer frente a ameaças específicas e dentro de suas capacidades (existentes ou desenvolvidas) – o cerne da Grande Estratégia.

⁶¹ Tanto a *military strategy* (a Política de Defesa) quanto a *diplomatic strategy* (a Política Externa) são abarcadas pela Grande Estratégia, mas ela não deve ignorar as questões envolvendo outros campos do Poder Nacional (MURRAY, 2011, p. 3).

⁶² “*Such a strategy document then forms the basis for departmental strategies across the government – military, foreign policy strategy, economic strategy, etc.*”, o que ocorre após a Grande Estratégia ser apreciada e sancionada pela liderança política da nação, conforme apresentado por Krishnappa (2012, p. 115).

are willing to adapt to the difficulties of the present in reaching toward the future. Above all, at the same time that they have maintained a vision focused on the possibilities of the future, they have adapted to the realities of the present (MURRAY, 2011, p. 3, grifo nosso).

Dessa forma e agora direcionando para o campo militar, a Política de Defesa de um Estado deverá conter as ações apreendidas na Grande Estratégia como necessárias para alcançar os objetivos nacionais relacionados à segurança e defesa. Segundo Pereira (2018, p. 743), a Política de Defesa apresenta as escolhas do teor estratégico para a conformação do sistema de defesa de um Estado, com a “fixação de diretrizes e definição de objetivos e dos meios para alcançá-los, do conteúdo das doutrinas militares e do tipo de orientação que se dá ao sistema defensivo”. Complementando e conforme apresentado por Biddle (2015, p. 5, grifo da autora), a Grande Estratégia “*identifies and articulates a given political actor’s security objectives at a particular point in time and describes how they will be achieved using a **combination** of instruments of power – including military, diplomatic and economic instruments*”. Para o universo da Defesa, a Grande Estratégia é a diretriz que se encontra no topo para definir e balizar as atividades relacionadas ao emprego dos meios militares (BIDDLE, 2015, p. 4).

Estabelecida a relação intrínseca Grande Estratégia-Política de Defesa, para os objetivos desta tese não se faz necessário detalhar os demais documentos e planejamentos que se sucedem⁶³. Importa, porém, particularizar as formas como o Poder Nacional pode ser desenvolvido e aplicado para atingir o assentado na Grande Estratégia e na Política de Defesa. Como exposto anteriormente, aqui será privilegiado o estudo do Poder Militar, mas sempre sublinhando que a participação conjunta dos demais poderes, como o político, o diplomático e o econômico, é vital para a obtenção do sucesso. A posse de um Poder Militar apto a cumprir com o que for estipulado na Grande Estratégia e na Política de Defesa é basilar. Assim sendo e antes de prosseguir, interessa observar a visão de acadêmicos sobre a utilidade das ferramentas militares nacionais frente aos desafios do Sistema Internacional.

⁶³ Sobre esses outros documentos e planejamentos decorrentes, Biddle (2015, p. 4-5) destaca que existe como que uma hierarquia entre os níveis que delineiam as ações militares, onde a Grande Estratégia se situa no patamar mais elevado. A ela se segue a Estratégia Militar (ou Estratégia do Teatro de Operações), a Estratégia Operacional (ou Arte Operacional) e a Tática, a qual se encontra ao final dessa escala. Ferreira e Teixeira Júnior (2021, p. 54-55, 58) apresentam praticamente essa mesma divisão. Luttwak (2001, p. 87) destaca que cada nível possui sua própria realidade, mas que cada um desses níveis raramente é independente dos outros que se encontram acima e abaixo dele. Ele (2001, p. 87-146) mantém os níveis já citados, inserindo o nível Técnico abaixo da Tática.

Mearsheimer (1981, 1983, 2001) e Waltz (1979, p. 188-189) entendem que, em vista da situação anárquica do mundo, é inescusável a manutenção permanente, por parte das nações, de uma Capacidade Militar efetiva contra agressões externas, incluso uma aptidão dissuasória. Para Gray (2011, p. ix), o poderio militar é – e ainda permanecerá – como um instrumento essencial na política internacional, mesmo que não peremptório⁶⁴. E Cohen (2016) explicita a importância de as nações disporem de forças militares compatíveis com o seu papel internacional e para defesa dos seus interesses e bens.

Mesmo autores de viés não realista também notam o uso de instrumentos militares nas relações interestatais. Segundo Doyle (1983, p. 324-325), os recursos militares não devem ser abandonados nas relações entre Estados liberais e não liberais. Keohane e Nye (2012, p. 21) observam que ferramentas militares podem ser utilizadas nas relações entre governos e em outras questões, como para alianças políticas e relações militares com um bloco rival. Para eles (2012, p. 102-103), essas ferramentas são meios potenciais para a consecução de uma política internacional, mesmo que não sendo as melhores opções. E tendo em vista de a Interdependência Complexa – a inter-relação por múltiplos canais de atores estatais ou não, que limitaria as autonomias nacionais e tornaria irrelevante o uso da força – ainda não estar completamente estabelecida, esses autores destacam que as capacidades militares estatais devem ser ainda conservadas. Nye (2010) expõe que o poder militar ainda se mantém um componente crucial na política internacional, apesar de não terem o mesmo uso para os Estados que tinham no século XIX e de serem um “seguro dispendioso”. Em outra obra, Nye (2012, p. 49) expressa que os “usos não coercivos e benignos dos recursos militares podem ser uma fonte importante do comportamento do poder brando de estruturação de agendas, persuasão e atração na política mundial”.

Colocada a substancialidade da posse pelo Estado de um instrumento militar (Poder Militar) efetivo, devem ser ressaltadas as formas como ele pode ser preparado e aplicado – cuja escolha será abalizada na Grande Estratégia e na Política de Defesa⁶⁵. Essas formas de aplicação, individualizadas para cada cenário, são

⁶⁴ Em outra obra, Gray (2014, p. 194, tradução nossa) explicita que “a conduta da política internacional acompanhada, espera-se, por planejamento e estratégia de defesa prudentes, é um dever realmente mandatário na arte de governar”.

⁶⁵ É relevante explicitar que, para ser efetivo, o instrumento militar nacional necessita da posse de uma Capacidade Militar harmoniosa para com as necessidades e os objetivos nacionais – propósitos

traduzidas dentro de diversas estratégias e doutrinas. Interessa ressaltar que cada cenário – com suas particularidades distintas em razão de fatores políticos, do tipo de ameaça, das condições geográficas e outras – poderá ter uma escolha específica de como esse instrumento militar será organizado e colocado em prática. E essa escolha também necessita observar que a práxis bélica é mutável, que a “natureza da guerra contemporânea apresenta novas e inéditas facetas” (CLARK; CARVALHO; CARMONA, 2022, p. 4)⁶⁶ – como o uso extensivo de drones nas operações de contrainsurgência no Oriente Médio e, especialmente, no atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia (MCCURLEY, 2015; FREEDMAN, 2022; HARDING, 2022; COOPER *et al.*, 2023; PLOKHY, 2023). Em uma sumarização para melhor compreender a complexidade de alcançar a Efetividade Militar do instrumento bélico nacional, apresentando seus diversos recursos (não apenas provenientes do Campo Militar), objetivos e limitações:

*Military effectiveness is the process by which armed forces convert resources into fighting power. A fully effective military is one that derives maximum combat power from the **resources physically and politically available**. [...] Resources represent the spectrum of assets important to military organizations: human and natural resources, money, technical prowess, industrial base, government structure, sociological characteristics, political capital, the intellectual qualities of military leaders, and morale. **The constraints under which military organizations labor are both natural and political**. Natural constraints include such things as geography, natural resources, the economic system, population, time, and weather. **Political constraints refer to national political and diplomatic objectives, popular attitudes toward the military, the conditions of engagement, and civil morale**. Obviously, no precise calculation of the aggregate military effects of such disparate elements is possible. But it is **essential to reach a judgment about the possibilities open to a particular military organization in a given situation**. Only then can one compare national armed forces, possessing vastly different characteristics, problems, and enemies, **in a***

esses que devem emanar da Grande Estratégia e da Política de Defesa, acompanhados dos recursos atinentes. E que a Capacidade Militar não se confina à disponibilidade de materiais bélicos e ao montante de soldados existentes, mas abrange todo o universo das ações de preparo e para emprego do instrumento militar nacional – incluindo as Doutrinas Militares correspondentes, tema da seção que se segue.

⁶⁶ Como observado por Murray e Millett (2010a, p. xvii, grifo nosso), “*part of the effectiveness of military forces must be their capacity to **adapt to the actual conditions of combat***”. Pode ser utilizando como exemplo o ocorrido na Segunda Guerra Mundial com relação à evolução técnica e tática dos submarinos germânicos (e também, por dedução, à guerra antissubmarina) (BLAIR, 2000; 2011): “*design and production was forced into **continual development and improvement to keep pace with wartime needs**. Paramount among these was the challenge of having to face increasingly effective Allied anti-submarine warfare (ASW) efforts, and - like the submarines themselves - **tactics for their effective employment needed continuous analysis and adjustment***” (WILLIAMSON, 2010, p. 4, grifos nossos).

fashion that can explain their relative effectiveness. (MILLETT; MURRAY; WATMAN, 2010, p. 2-3, grifos nossos).

Antes de prosseguir se faz necessário realizar uma apreciação. Assim como no caso da Grande Estratégia, não existe uma concordância entre os estudiosos sobre a terminologia de estratégia e doutrina (e suas diferentes categorias), o que pode levar a confusões e entendimentos discrepantes⁶⁷. Esta tese busca um percurso que, mesmo incompleto, seja coerente e regido pelo princípio da clareza – afinal ela não objetiva ser um tratado sobre planejamento estratégico.

Nessa direção e seguindo o léxico aqui estabelecido, inicialmente o poder político de uma nação traça a Grande Estratégia a ser adotada, envolvendo todos os campos do Poder Nacional. Como dito por Strachan (2011, p. 1281, grifos nossos), “[the grand strategy] can **entertain ambitions and goals which are more visionary and aspirational than pragmatic and immediate** [as in a military strategy]”. Essa Grande Estratégia atua como o arcabouço articulador entre as distintas metas e obrigações da nação, as ameaças (presentes e potenciais) e as soluções a serem adotadas. Ela é denominada “Grande” por se situar no patamar mais elevado do planejamento nacional e assim permitir abranger toda a extensão do mando estatal. Por conseguinte, dela serão estabelecidas as diversas políticas setoriais, como a Política de Defesa e a Política Externa, de onde se disseminarão diversas estratégias (inclusive para teatros e cenários específicos, os quais podem estar ativados concomitantemente ou individualmente). Essas estratégias mais setORIZADAS possuem nomenclaturas e etapas distintas – até mesmo labirínticas – para cada país e que não estão sendo ponderadas nesta tese. A exceção aqui será o estudo das Doutrinas Militares, as quais tratam especificamente das formas de emprego da ferramenta militar nacional e possuem relação direta com a Dissuasão.

⁶⁷ Strachan (2011, p. 1281) exemplifica claramente essa desordem instrumental ao citar que a OTAN atribui similaridade conceitual ao seu jargão *Military Strategy* com o de Grande Estratégia (que é empregado pelos EUA). Mantendo sua costumeira forma instigante de explanar, Strachan (2011, p. 1281, grifos nossos) levanta uma questão sobre o inquietante entendimento de que ambas expressões aparentam ser geminadas – o que sugere, para ele, que as duas estariam sendo sustentadas por um plano executável específico: “if strategy is a matter of combining means, ways and ends, what are the ends towards which a state, nation or group is aiming **when it cannot be precise about the future context** within which its means and ways are being applied?”. E ele complementa: “**answering that question is the central conundrum of grand strategy**”.

2.3.2 Doutrinas Militares

Uma definição de Doutrina Militar – que clarifica para quem ela se destina e “engloba a sua amplitude **interdisciplinar** com elevada concisão e estimulante clareza” segundo as palavras de Chapman (2009, p. 1, grifo nosso, tradução nossa) – é a que se segue:

*Military forces have among other things the distinctive ability to use combat. They are in the business of the organized use of violence. The study of combat embraces a large number of intellectual Disciplines spanning the exact sciences such as physics on the one extreme to the liberal arts such as history on the other. Combat itself creates and exploits havoc and, as Clausewitz warned us, the onset of combat makes for uncertainty of outcome however good the planning. **Doctrine provides the intellectual structure for the practitioners, military commanders at every level and their staffs and subordinates, to think sensibly about the application of military force and to be guided by sound reasoning.** (CODNER, 1999⁶⁸, p. 37 apud CHAPMAN, 2009, p. 1-2, grifo nosso).*

Uma outra definição de Doutrina Militar bastante elucidativa, desta vez elaborada pela *Royal Australian Air Force* (RAAF), é a que se segue, a qual permite observar as finalidades, liberdade de manobra e as bases de seu desenvolvimento:

*Doctrine states the fundamental principles by which military forces guide their actions to achieve desired objectives. It contains the **central beliefs regarding the application of military power** and principles regarding the most effective conduct of operations. **Military doctrine is authoritative but not prescriptive, in that it requires considered judgement in its application.** It is, by design and historic practice, intended to assist military practitioners **approach complex, dangerous and unfamiliar situations with clarity of thought and practical and useful guidance.** In sum, military doctrine is an authoritative statement of fundamental principles, based on **rigorous analysis and underpinned by historic experience and lessons learned, designed to guide the actions and thinking** of military commanders and practitioners in the application of military force. (AUSTRALIA, 2013, p. 3, grifos nossos).*

Posen (1984, p. 7, grifo nosso) apresenta o termo Doutrina Militar, que estando em conformidade com a Grande Estratégia, “[...] *sets priorities among various military forces and prescribes **how those forces should be structured and employed to achieve the ends in view***”. Ele (1984, p. 14) completa que uma Doutrina Militar inclui

⁶⁸ CODNER, Michael. Purple Prose and Purple Passion: The Joint Defence Centre. **The RUSI Journal**, Abingdon, v. 144, n. 1, p. 36-40, 1999.

as preferências do modo de combater de uma (ou mais) das Forças Singulares⁶⁹, bem como reflete as ponderações de profissionais militares e – em uma escala menor, mas importante – das lideranças civis sobre o que é (ou não) militarmente possível e necessário. Esse posicionamento emanado por Posen deve ser aqui complementado por dois pontos muito significativos: de que a Doutrina Militar pode até ser influenciada pelas doutrinas singulares, mas ela necessariamente deve se sobrepor aos ditames privados de cada Força, orientando e harmonizando-os para a obtenção de uma melhor Capacidade Militar⁷⁰; e que as definições da Doutrina Militar devem passar por considerações da esfera política da nação⁷¹.

A Doutrina Militar, como já apontado, deve estar alinhada com as diretrizes estratégicas emanadas nos níveis acima dela, como a Grande Estratégia e a Política de Defesa, mas também ter uma atuação de prevalência sobre as doutrinas específicas das Forças Singulares (com preceitos estabelecidos de forma a possibilitar uma consonância das ações quando da aplicação do poderio bélico nacional). Porém, no caso do eclipse dessas estratégias superiores, a resultante é que serão as doutrinas estabelecidas pelas Forças Singulares que irão dominar a conduta das operações na guerra (OWENS, 2007, p. 115) – o que se reitera não ser desejável, pois essas metodologias singulares diferem das Doutrinas Militares ao não refletirem o escopo nacional e nem busquem necessariamente o emprego harmônico

⁶⁹ Posen (1984) e outros autores utilizam o termo *service(s)*, que nesta tese será compreendido como cada uma das Forças Singulares que compõem as FFAA de uma nação: Exército; Marinha; Força Aérea; e, em alguns países, como nos EUA, os Fuzileiros Navais, a Força Espacial e a Guarda Costeira. Ele também faz uso do termo *subservice*, que se refere a uma especialidade com formação e organização específicas, como as Forças Especiais. Esta tese entende que, na maioria dos países, um *subservice* se encontra inserido dentro de uma ou mais das Forças Singulares, mas também ocorre de terem estruturas próprias e considerável autonomia.

⁷⁰ É previsto que as Forças Singulares elaborem doutrinas próprias para tratar de considerações técnicas, táticas e operacionais inerentes a cada uma delas (como, por exemplo, uma doutrina da Marinha sobre operações de aeronaves a partir de um porta-aviões). Não obstante, as doutrinas singulares devem estar em sintonia com a Doutrina Militar vigente naquilo que envolver áreas que sejam compartilhadas com outra(s) Força(s) Singular(es) – sendo a Doutrina Militar aquela que irá apresentar o direcionamento cardinal a seguir, emanar os procedimentos gerais a serem adotados e dirimir dúvidas. É imperioso não existirem âmbitos conflitantes nas operações e nem formas descoordenadas de emprego bélico conjunto. No exemplo apresentado, a aviação naval embarcada terá de possuir normas doutrinárias que a permitam operar harmonicamente com a Força Aérea e o Exército do seu país (isso sem falar quando for empregada em ações multinacionais). A diferença essencial é entre as Doutrinas Militares tratarem do “emprego da ferramenta militar nacional” e as doutrinas da Marinha se ocuparem com o “emprego da ferramenta naval”. O mesmo também ocorre de forma concomitante com a relação entre as Doutrinas Militares e as doutrinas terrestres e as doutrinas aéreas.

⁷¹ Complementando, relações civis-miliare adequadas, para além da elaboração da Grande Estratégia e da Política de Defesa, são um elemento chave para o estabelecimento de Doutrinas Militares realistas e suportadas por orçamentos compatíveis, protegendo-as das armadilhas do paroquialismo.

do instrumento militar nacional – mas sim opções paroquiais⁷². O paroquialismo já foi aqui tratado anteriormente, porém interessa realizar uma aproximação mais aprofundada com relação aos seus efeitos danosos para com a Doutrina Militar.

Nesse universo, os grupos de influência normalmente são as (ou das) próprias Forças Singulares⁷³. O problema não é que elas busquem apresentar seus anseios inerentes (o que é legítimo), mas sim que atuem como lobistas, o que pode levar a escolhas errôneas frente às reais prioridades nacionais e à imorredoura falta de recursos. Além disso, o paroquialismo dificulta sobremaneira a Interoperabilidade⁷⁴ nas FFAA, condição essa essencial para o sucesso no combate contemporâneo⁷⁵. Em um exemplo que oferece diversas lições, Roman e Tarr (1998) expõem o paroquialismo nas Forças Singulares estadunidenses:

*The command, control, and coordination problems associated with America's organizationally separated armed forces have been the object of institutional reforms throughout the twentieth century. **Separate service interests and distinctive service personalities constitute the ideological, psychological, and doctrinal basis for parochial service orientations.** That is, the army, navy, and air force each have unique strategic doctrines, service cultures, and interests that **reinforce their preferences for autonomous organization and operations, and that undermine efforts***

⁷² Nessa direção, Allard (1996, p. 11-12) denomina de Paradigma Estratégico a forma enraizada e distinta com que cada Força Singular (dos EUA) enfrentaria os desafios das operações militares. Ele cita, ainda, como diferem as bases doutrinárias adotadas: Antoine-Henri Jomini, Carl von Clausewitz e práticas militares estadunidenses já estabelecidas como as utilizadas pelo poder terrestre daquele país; Alfred Mahan como sendo adotado na elaboração da estratégia marítima; e Giulio Douhet e Billy Mitchell para emprego do poder aéreo dos EUA. Huntington (1996) também compartilha o entendimento de os escritos de Jomini e Clausewitz serem fundamentais no desenvolvimento da doutrina terrestre estadunidense, assim como os de Mahan para a doutrina marítima dos EUA.

⁷³ Diversos autores (POSEN, 1984; ALLARD, 1996; CHAPMAN, 2009; HEUSER, 2010) descrevem como os aviadores persuadiram o *establishment* estatal (inclusive influenciando a sociedade) da necessidade de constituição de Forças Aéreas autônomas em seus países. Outros setores militares com especialização distinta, como as Forças Especiais, podem, da mesma forma, atuar como grupos de influência para a consecução de seus objetivos particulares (como o estabelecimento de comandos privados e soberanos, o que onera o orçamento de Defesa e não necessariamente contribui para o aperfeiçoamento da Capacidade Militar).

⁷⁴ Interoperabilidade é a “capacidade que os sistemas, unidades ou forças têm de prestar e aceitar serviços de outros sistemas, unidades ou forças permitindo a operação efetiva em conjunto” (RIBEIRO, 2008, p. 189) e a “habilidade de operar em **sinergia** [com outras organizações] na execução de tarefas atribuídas” (USA, 2016, p. 118, grifo nosso, tradução nossa).

⁷⁵ Segundo Lima (2018, p. 557-558), o conceito de Interoperabilidade foi desenvolvido especialmente após a Segunda Guerra Mundial e visando realizar (inclusive integrando tecnologias complexas) operações conjuntas (envolvendo duas ou mais Forças Singulares) e/ou combinadas (com a participação de outros países e também denominadas multinacionais) – ambos tipos de operações cada vez mais frequentes. A Interoperabilidade incute, entre outras ações, a padronização de conceitos, doutrinas, procedimentos e projetos, assim como a racionalização no uso dos recursos de Defesa, otimizando-os. E ela atua “intra” e “entre” as Forças, ampliando assim tanto a competência interna quanto a coordenação entre elas.

and agencies for interservice coordination. (ROMAN; TARR, 1998, p. 91, grifos nossos).

Um caso emblemático foi a elaboração da edição de 1976 do *Field Manual* (FM) 100-5 (USA, 1976) pelo *U.S. Army Training and Doctrine Command* (TRADOC), órgão recém-criado em 1973 (ALLARD, 1996, p. 146, 176-177; CHAPMAN, 2009, p. 18; JENSEN, 2016, p. 37-46). Sendo o principal documento sobre operações bélicas do Exército dos EUA, aquela edição do FM-100-5 estabelecia oficialmente a Doutrina de Defesa Ativa⁷⁶ (*Active Defense*) como aquela a ser adotada para o combate terrestre daquela nação. Aqui sobrevém duas lições. A primeira se prende ao necessário entendimento de que as Doutrinas Militares (e as singulares) não são imutáveis, mas que devem ser reformuladas frente a novas realidades (ameaças, tecnológicas, orçamentárias etc.) e/ou inconsistências na sua elaboração. No caso em estudo, em vista das diversas críticas direcionadas à Doutrina de Defesa Ativa⁷⁷, ocorreu uma reformulação da mesma que originou uma nova doutrina denominada *AirLand Battle*⁷⁸ (ALLARD, 1996, p. 146, 178-181; CHAPMAN, 2009, p. 18-19; JENSEN, 2016, p. 74-

⁷⁶ A Doutrina de Defesa Ativa surgiu de estudos sobre a doutrina das FFAA germânicas para fazer frente a uma invasão do Pacto de Varsóvia e, especialmente, das lições do Conflito Árabe-Israelense de 1973 (Guerra do Yom Kippur) (ALLARD, 1996, p. 146, 176-177; CHAPMAN, 2009, p. 18; JENSEN, 2016, p. 37-46). Fatos como a superioridade em meios bélicos do Pacto de Varsóvia e a extrema letalidade apresentada pelas armas anticarro guiadas, dentre outros, levaram a uma propensão doutrinária de adotar a defesa em profundidade – mesmo que contando com a inserção de blindados mais eficientes em engajar alvos a longa distância e novos meios de mobilidade, de combate noturno e eletrônicos.

⁷⁷ Em razão da sua orientação de caráter defensivo como forma de obter a vitória, aquela edição do FM 100-5 passou a ser altamente contestável e entendida como um retorno às batalhas de atrito – um paradoxo aos partidários do emprego da manobra como forma de vencer no campo de batalha (ALLARD, 1996, p. 177-178). Uma das controvérsias sobre a Doutrina de Defesa Ativa era de que ela “*might be able to defeat the initial Soviet assault but that U.S. and allied forces would be overrun by follow-up Soviet bloc forces and that there was insufficient Army organizational consensus behind FM 100-5 precepts*” (CHAPMAN, 2009, p. 19). Jensen (2016, p. 65) descreve como o General Edward Meyer (então o novo Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA) apresentou as suas preocupações com o alto risco representado pela Doutrina de Defesa Ativa para o TRADOC – o que ia ao encontro de estudos sendo então lá desenvolvidos (gerados por dúvidas expressas em círculos militares estadunidenses sobre a viabilidade da Doutrina de Defesa Ativa de fazer frente às mudanças doutrinárias e de postura de força dos soviéticos na Europa Central) (JENSEN, 2016, p. 61-62).

⁷⁸ A *AirLand Battle* foi publicada em 1982 na revisão do FM 100-5 (USA, 1982). Ela postulava uma atitude mais ofensiva, com o uso agressivo de manobras e contra-ataques, sincronização de ações e ataques em profundidade estratégica (visando o segundo escalão das forças inimigas) (ALLARD, 1996, p. 178-179). A *AirLand Battle* incorporou os conceitos doutrinários alemães de *Auftragstaktik* (que concede grande liberdade de ação para os comandantes de nível tático, desde que observem a intenção do comandante para a missão recebida) e de *Schwerpunkt* (buscar a ruptura do dispositivo inimigo atuando no seu centro de gravidade) (CHAPMAN, 2009, p. 19). Interessante observar que desde 1981, logo antes da publicação do novo FM 100-5, a doutrina da *AirLand Battle* foi sendo apresentada ao corpo de oficiais do Exército dos EUA por meio de artigos em periódicos militares, visando educá-los no novo conceito (JENSEN, 2016, p. 74).

80)⁷⁹. Exemplificando algumas formas de argumentação doutrinária *interna corporis*, Allard (1996, p. 178) cita que as manifestações de discordância foram debatidas nos principais periódicos militares e também em livros temáticos, como o *National Defense*, de James Fallows (1981). Para Chapman (2009, p. 18-19), considerável criticismo proveio da comunidade de pensadores doutrinários do Exército dos EUA, particularmente em artigos na *Military Review* (o periódico oficial do *U.S. Army Command and Staff College*)⁸⁰. E Jensen (2016, p. 62-63) apresenta que os comandantes militares traduziram os conceitos doutrinários de Defesa Ativa em cenários de batalha, gerando exteriorizações sobre as inconsistências e dúvidas no êxito daquela Doutrina, especialmente na planície central alemã (frente a uma penetração das forças blindadas do Pacto de Varsóvia através do denominado Passo de Fulda).

A segunda lição alude aos danos que o paroquialismo proporciona à Interoperabilidade – no caso se relacionando à imperiosa necessidade de o combate terrestre contar com apoio aéreo em uma atuação sincronizada, o que foi destacado e operacionalizado na *AirLand Battle*. Porém o novo FM 100-5 (1982) foi elaborado pelo Exército dos EUA sem uma verdadeira coordenação com a sua Força Aérea, gerando um criticismo por parte de integrantes da última⁸¹. Segundo Allard (1996, p. 183), a *AirLand Battle* representou um desafio para as normas da Força Aérea dos EUA, em um conflito que perdurou bastante⁸².

⁷⁹ Outras atualizações doutrinárias foram emitidas sempre que necessário, como aparece na lista de 12 novas edições do FM 100-5 desde 1949 (JENSEN, 2016, p. 7). Exemplificando, em 1993 foi lançada uma nova edição do FM 100-5 resultante da redução tanto dos gastos com Defesa quanto do tamanho das FFAA dos EUA, bem como de uma nova estratégia de segurança nacional – tudo decorrente do término da Guerra Fria (com o colapso da URSS e do Pacto de Varsóvia) e da vitória na Guerra do Golfo (1990-1991) (CHAPMAN, 2009, p. 20).

⁸⁰ Em razão da sua finalidade (como centro de excelência no ensino de operações de alto nível, para além do tático) e do seu corpo de instrutores (escolhidos dentre os mais habilitados) e de alunos (oficiais selecionados), é inerente das Escolas de Estado-Maior o debate doutrinário e a conotação acadêmica dos estudos nelas levados a efeito – com reflexos que podem repercutir para além das suas salas de aula, inclusive em tempos futuros (quando seus ex-alunos estarão ocupando funções de comando e de planejamento).

⁸¹ As objeções da Força Aérea se relacionavam especialmente a estrutura de comando adotada, forma de emprego e recursos alocados – mostrando que as teorias de Douhet (1972) e Mitchell (2009), ambas elaboradas na década de 1920, ainda exerciam uma influência poderosa nos debates: “*most of the questions center around the historical paradigm of the inherently flexible and offensive use of air power*” (ALLARD, 1996, p. 183).

⁸² Chapman (2009, p. 19) e Jensen (2016, p. 76) citam que divergências na doutrina da *AirLand Battle* foram sendo superadas, levando a uma bem-sucedida integração das forças terrestre e aérea – incluso com a decisão bilateral de que os comandantes de Corpo de Exército seriam a principal autoridade a decidir a priorização de alvos para as ações aéreas de interdição do campo de batalha. Como informação, um Corpo de Exército é uma Grande Unidade terrestre que enquadra duas ou mais divisões de combate, bem como brigadas de apoio (USA, 2016, p. 15).

Diversos mecanismos foram buscados para solucionar as ações paroquiais nos EUA, incluso a constituição da *Joint Chiefs of Staff* (JCS)⁸³ em 1947. Entretanto, sua organização acabou por mostrar uma bipolaridade singular na qual cada um dos integrantes atuava como que um *Janus* estrategico, em uma equação que não teria como funcionar efetivamente⁸⁴. Ciente dessa realidade e dos problemas existentes (que se agravavam frente às novas complexidades e exigências da guerra moderna), assim como da inépcia das medidas adotadas para resolvê-los⁸⁵, o Congresso estadunidense, após vários anos de estudos e debates, implementou em 1986 o nominado Ato Goldwater-Nichols⁸⁶ (ROMAN; TARR, 1998). Dessa importante obra política resultou a transformação da JCS, de tal forma que a norma corrente é a de uma genuína busca para a integração das Forças Singulares e das suas doutrinas (objetivando a uma Doutrina Militar), possibilitando assessorar os tomadores de

⁸³ A JCS foi criada como um comitê constituído pelos chefes de Forças Singulares dos EUA, mas “*where service chiefs attempted to work together as separate entities, from separate traditions and orientations*” (ROMAN; TARR, 1998, p. 92, grifo nosso). Eles foram designados como assessores do Conselho de Segurança Nacional e funcionando como um corpo corporativo, cujas decisões consolidadas seriam unânimes (ROMAN; TARR, 1998, p. 93).

⁸⁴ Roman e Tarr (1998, p. 2, tradução nossa) se referem a essa dualidade com a metáfora do uso de dois chapéus pelos membros da JCS. Um dos chapéus seria o de “comandante de suas próprias forças e promotor do interesse de seu serviço no processo político” e o outro de “membro da Junta de Chefes de Estado-Maior, o que o obrigava a se elevar acima dos interesses do seu serviço para atender aos interesses de segurança da nação, contribuindo com uma perspectiva militar unificada”. Além disso, também era observado que um “*significant legacy of service autonomy was the JCS decision-making principle of unanimity; that is, all the chiefs had to agree, or the JCS could not take a position on an item*” (ROMAN; TARR, 1998, p. 92, grifo nosso).

⁸⁵ Algumas dessas medidas implementadas foram: a substituição da doutrina de *mutual cooperation* (que atendeu às necessidades operacionais mais simples até a Segunda Guerra Mundial) pela de *unity of command* (para fazer frente às novas complexidades das operações conjuntas anfíbias e aéreas), porém sem solucionar os entraves advindos das diferenças doutrinárias adotadas por cada Força Singular; estabelecimento em 1949 da função de Presidente (*Chairman*) da JCS, mas sem possuir autoridade para alterar o princípio da unanimidade referido acima (ele, inclusive, não podia “forçar” uma solução ou apresentar um substitutivo); criação dos Comandos Unificados por áreas geográficas (como o Comando Central, responsável pelo Oriente Médio e parte da Ásia), todavia sem suficiente autonomia frente às influências que sofriam das Forças Singulares (HUNTINGTON, 1996; ALLARD, 1996; ROMAN; TARR, 1998).

⁸⁶ O *Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act of 1986* (disponível em: <https://www.congress.gov/bill/99th-congress/house-bill/3622/text>. Acesso em: 13 jan. 2024) implementou alterações-chaves como: valorização do *Chairman*, o qual passou a ter a responsabilidade individual – não sendo mais da JCS como um todo – de ser o principal assessor militar das lideranças civis seniores na área da Defesa (o Presidente, o Conselho de Segurança Nacional e o Secretário de Defesa); criação da posição de *Vice Chairman* para dar suporte às novas atribuições do *Chairman* (que passou a contar com um Estado-Maior Conjunto, escolhido por ele); atribuição ao *Chairman* do desenvolvimento de uma Doutrina Militar conjunta; e transferência de subordinação dos Comandos Unificados, que passou da JCS para o Secretário de Defesa (e deste para o Presidente dos EUA).

decisão civis com uma perspectiva militar melhor e unificada (ALLARD, 1996; ROMAN; TARR, 1998)⁸⁷.

Afora o já exposto, quando ocorre de uma Força Singular ter “[...] **papel independente e decisivo para o seu próprio conceito estratégico** [doutrina], o resultado geralmente é alguma forma de **monismo estratégico**” (OWENS, 2007, p. 117, tradução nossa, grifos nossos). Segundo Huntington (1996, p. 443), Monismo Estratégico é:

Dependência primária de um único conceito estratégico, de um único sistema de armas ou de **uma única Força Singular como o meio de alcançar a segurança militar**. O oposto, pluralismo estratégico, requer uma grande variedade de forças e armas para enfrentar a diversidade de potenciais ameaças a segurança. O **monismo estratégico** é incompatível com um alto nível de profissionalismo militar, porque pressupõe a faculdade de prever e controlar as ações de possíveis inimigos [...]. (HUNTINGTON, 1996, p. 443, grifos nossos).

Huntington (1996, p. 425, 443-452) apresenta diversas ações no âmbito das relações civis-militares (como investigações, elaboração de leis e distribuição orçamentária) para buscar “formular uma pluralista ou equilibrada estratégia militar nacional”. Dessa forma, nenhuma das Forças Singulares terá ascendência sobre as demais. Esse ponto crucial é aqui reiterado pois reverbera na Doutrina Militar, a qual deve refletir o interesse nacional e ser unificada, integrada – não cartorial, monocromática ou privativa.

Passando para outro tópico, Codner (1999⁸⁸, p. 37 *apud* CHAPMAN, 2009, p. 2, tradução nossa) proporciona a visão de que “a redação da doutrina militar é um processo que busca ser simples e elucidativo – um produto de atividade intelectual para determinar como a força militar [nacional] deve ser aplicada”⁸⁹. Ainda sobre a Doutrina Militar, ele assinala que:

Um aspecto sumário de tal doutrina é que ela fornece uma estrutura coerente e consistente de conceitos, premissas e princípios que são aplicáveis no planejamento e condução de operações, e que estes atributos doutrinários se

⁸⁷ Um dos resultados da nova roupagem da JCS foi a anteriormente referida solução das divergências na doutrina da *AirLand Battle*.

⁸⁸ CODNER, Michael. Purple Prose and Purple Passion: The Joint Defence Centre. **The RUSI Journal**, Abingdon, v. 144, n. 1, p. 36-40, 1999.

⁸⁹ Apesar dessa busca pela simplificação na elaboração de uma Doutrina Militar, Codner (1999, p. 37 *apud* CHAPMAN, 2009, p. 2, tradução nossa) enfatiza que “ramos individuais das forças armadas discordarão sobre quão prescritiva a doutrina deve ser, e que alguns formuladores doutrinários acreditarão que a doutrina militar deve apresentar soluções em vez de opções”.

destinam a **auxiliar no desenvolvimento e execução de planos operacionais**. (CODNER, 1999⁹⁰, p. 37 *apud* CHAPMAN, 2009, p. 2, grifo nosso, tradução nossa).

A confecção da Doutrina Militar tem base na realidade geográfica das áreas onde poderão transcorrer as operações e na apreciação das condições da tecnologia militar existente, bem como na avaliação das capacidades dos adversários e nas suas próprias (POSEN, 1984, p. 14)⁹¹. Essas e outras condicionantes⁹² que influenciam na elaboração das Doutrinas Militares são listadas por Salminen (1992, p. 9-13), que as agrupou em conjuntos de fatores geográficos, políticos, militares, econômicos e outros. Sem descer ao detalhamento desses fatores, vale a pena reforçar que os mesmos, além de serem inter-relacionados, tem uma conexão de reciprocidade com as Doutrinas Militares que eles moldam⁹³.

Para a composição da Doutrina Militar também deve ser inserida a análise da natureza factual das ameaças que rondam a nação – natureza essa que nem sempre é possível decifrar corretamente⁹⁴. O que ocorre usualmente é de os países possuírem definições doutrinárias distintas, fruto da realidade–político-diplomática-econômica vivenciada por cada um deles. Detalhando mais, Codner (1999⁹⁰, p. 37 *apud* CHAPMAN, 2009, p. 1) dispõe que essas diferenças ocorrem em razão de como esses países sejam afetados por fatores como: os riscos específicos à segurança enfrentados por cada um deles; as tendências e os desenvolvimentos tecnológicos existentes e emergentes; a realidade da política interna dentro das suas instituições de Defesa (incluindo as FFAA), tais como a competição entre Forças Singulares e as perspectivas de antagonismos entre os formuladores de políticas civis e os militares em relação a quais seriam as prioridades críticas para a segurança nacional; e um

⁹⁰ CODNER, Michael. Purple Prose and Purple Passion: The Joint Defence Centre. **The RUSI Journal**, Abingdon, v. 144, n. 1, p. 36-40, 1999.

⁹¹ Uma perspectiva interessante de Posen (1984, p. 14) é que pesquisar alguns aspectos específicos pode permitir descobrir qual é a Doutrina Militar que está sendo adotada por um adversário (como ao observar o inventário das armas das suas Forças Singulares e a forma como elas se portam).

⁹² Donnelly (1982, p. 38 *apud* SALMINEN, 1992, p. 9) apresenta que a Doutrina Militar Soviética era influenciada por fatores como a ideologia, a situação prevalecente, a história e a tecnologia.

⁹³ Como exemplo, uma Doutrina Militar “realista **orienta a formulação de políticas externas em tempos de crise** e trabalha para **direcionar recursos para a realização dos objetivos específicos**” (SALMINEN, 1992, p. 11, grifos nossos, tradução nossa).

⁹⁴ Como dito por Morgenthau (2003, p. 130), é questão fundamental “avaliar a natureza da política externa seguida por uma outra nação e, conseqüentemente, o tipo de política externa que deve ser adotado como resposta à mesma”. Erros ocorridos nessa avaliação podem levar a um perigo mortal ou até a destruição de nações.

quadro orçamentária que possa obrigar as instituições de Defesa e as FFAA a reduzirem seus planejamentos e suas metas no campo militar⁹⁵.

A existência de Doutrinas Militares nacionais próprias não se apresenta como um problema, exceto nas circunstâncias onde elas possam induzir a entendimentos operacionais díspares entre países aliados e aqueles realizando ações em conjunto, assim como levar a juízos errôneos das intenções nacionais frente a Estados antagônicos. Aqui se ressalta a essencialidade de se conhecer a Cultura Estratégica que sobrevém nas nações próximas e naquelas oponentes, particularmente com relação às suas FFAA, de forma a permitir a elaboração de planejamentos e ações mais condizentes e realistas.

Exemplificando a primeira circunstância e conforme já expressado no início desta seção por Codner (1999, p. 37⁹⁶ *apud* CHAPMAN, 2009, p. 1-2), a compreensão britânica é que a Doutrina Militar serve como uma ferramenta auxiliar de raciocínio⁹⁷ na elaboração dos planejamentos e operações militares – mesmo que pressões existam para que ela seja prescritiva e/ou que exiba soluções, não escolhas. Em contraste, na definição de Doutrina Militar dos EUA apresentada por Long (2008, p. 2)⁹⁸, ela aparece como sendo *authoritative* (autorizativo, autorizador⁹⁹, tradução nossa) – um nível de autonomia decisória o qual, mesmo não sendo “*prescriptive*” (determinante ou impositivo, tradução nossa) e tendo a ressalva que é necessário discernimento na sua aplicação, difere razoavelmente do nível cultivado pelos seus aliados ingleses. Erros graves de planejamento e execução podem ocorrer caso não seja sanado esse tipo de discrepância nas Doutrinas Militares entre Estados coligados. E, como exemplo de que aspectos da Cultura Estratégica podem diferir mesmo entre nações com um passado histórico comum (inclusive de domínio colonial

⁹⁵ CODNER, Michael. Purple Prose and Purple Passion: The Joint Defence Centre. **The RUSI Journal**, Abingdon, v. 144, n. 1, p. 36-40, 1999.

⁹⁶ Em uma conexão com o Realismo Neoclássico, Elisabeth Kier (1997, p. 3, 5 *apud* STRACHAN, 2013, p. 248) entende que a decisão entre qual tipo de Doutrina Militar adotar visa mais à obtenção de equilíbrio no poder doméstico do que no internacional. Isso ocorre pela “interação entre restrições estabelecidas na arena política doméstica e a cultura organizacional militar” (KIER, 1997, p. 5 *apud* STRACHAN, 2013, p. 248, tradução nossa).

⁹⁷ Conforme dito por Chapman (2009, p. 1, grifo nosso) “*this cerebral foundation is called military doctrine*”.

⁹⁸ A definição apresentada por Long (2008, p. 2) foi retirada por ele do *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms* (edição de 2001, com alterações até outubro de 2007). Seu texto sobre Doutrina é idêntico ao que se segue, que consta de edição mais recente desse mesmo dicionário (USA, 2016, p. 71, grifo nosso): “*fundamental principles by which the military forces or elements thereof guide their actions in support of national objectives. It is authoritative but requires judgment in application*”.

⁹⁹ “que ou o que autoriza [permite, consente, abona]” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 352).

e tendo participado ativamente nos dois conflitos mundiais com tropas subordinadas) e com fortes ligações na atualidade, pode ser observada a definição de Doutrina Militar da RAAF (AUSTRALIA, 2013, p. 3) inserida anteriormente nesta seção – a qual é muito mais alinhada com o entendimento estadunidense (*authoritative with judgment*) do que com aquele adotado pelo Reino Unido (*intellectual structure to think sensibly and to be guided by sound reasoning*).

Com relação à segunda situação, quando das ponderações sobre a Doutrina Militar do oponente, a sua diversidade doutrinária pode não ser adequadamente compreendida. Dessa forma, o real sentido das intenções, dos temores e das debilidades do possível adversário não serão plenamente incorporadas pelos formuladores estratégicos e pelos tomadores de decisão nacionais, levando-os a interpretações equivocadas. Observando esse mote:

A questão relevante diz respeito a como doutrinas militares divergentes podem **tornar mais distorcidas a comunicação e a recepção de sinais diplomáticos e militares**, afetando a sincronização de ações e, até mesmo, o grau de enfrentamento entre um Estado mantenedor do status quo em rivalidade com um Estado revisionista. (HUGHES, 1989, p. 317-318, grifo nosso, tradução nossa).

Analisando as origens da Segunda Guerra Mundial, Hughes (1989, p. 319) observa que tanto o Primeiro-Ministro britânico Neville Chamberlain quanto Adolf Hitler distinguiam apenas o que desejavam na Doutrina Militar do adversário – espelhando suas pretensões e, dessa forma, inviabilizando análises isentas sobre qual estratégia deveriam seguir. Ao analisar um desses equívocos, Hughes (1989, p. 283-284) ressalta que Chamberlain buscou intimidar Hitler pela edificação de um forte poder aéreo ofensivo (baseado em bombardeiros pesados) – na presunção de que a ameaça de uso dessa ferramenta militar traria efeitos dissuasórios decisivos. Afinal o raciocínio britânico refletia o seu próprio temor pelos impactos que poderia sofrer em razão de ataques aéreos. Mas essa perspectiva, de que Hitler tivesse concepções similares e que, portanto, “*that threats had a common currency*” (HUGHES, 1989, p. 283, grifo nosso), se mostrou bastante errônea¹⁰⁰. E como apresentado antes sobre ser basilar estimar corretamente a natureza das políticas seguidas por adversários para estabelecer as próprias estratégias e Doutrinas Militares a serem implementadas,

¹⁰⁰ Complementando, “*the military doctrine adopted by a state and its beliefs about the other side's doctrine would strongly influence a decision to strike first*” (JERVIS, 1989b, p. 121).

Morgenthau (2003, p. 130-131) cita como exemplo as errôneas tentativas britânicas de atender às exigências nazistas no final da década de 1930, pois buscaram “contrapor-se a intentos imperialistas mediante o recurso a medidas mais apropriadas a uma política de status quo”.

Abordando agora um exemplo de elaboração de planejamento militar estratégico e Doutrina Militar, Owen (2007, p. 119-120) descreve uma sequência focando nos EUA. Após o planejador identificar os interesses nacionais e objetivos que devem ser atingidos (da Grande Estratégia-Política de Defesa) e as ameaças à consecução deles, ele necessita estabelecer os requerimentos estratégicos e os recursos orçamentários para enfrentar esses desafios. É daqui que as Doutrinas Militares (chamadas por ele de *operational concepts*) são derivadas – juntamente com capacidades bélicas específicas – e levam à obtenção de forças militares e equipamentos para atendê-las¹⁰¹. Esse ponto é muito importante, pois devem ser as Doutrinas Militares adotadas pela nação que delinham os critérios para desenvolvimento, aquisição e alocação dos meios para a sua Defesa, não o contrário¹⁰². Conforme apresentado por Salminen (1992, p. 11, grifo nosso), “*although technological planning will already be under way when doctrines are being formulated, policies, once selected, **provide the arms industry and military organizations with a guide to future developments***”. Mas não basta a posse das mais avançadas tecnologias e equipamentos, mas importa sim a existência de uma Doutrina Militar que assegure as melhores condições para emprego deles. Isso é exemplificado observando como a britânica *Royal Air Force* (RAF) superou seus adversários alemães no uso do radar na Segunda Guerra Mundial:

*It was not the basic electronic theory that gave the British such a decided edge over the enemy. After all, the Germans also had radar which they were developing more or less in parallel with the RAF. The big difference came from the fact that the British pushed further. They not only deployed radar as a weapons system but also **devised sound tactical doctrine to guide its use***

¹⁰¹ Salminen (1992, p. 46-64) analisa como as Doutrinas Militares da Finlândia, Suécia, Suíça e Áustria foram estabelecidas para atender aos imperativos da Defesa daqueles países – destacando o esforço deles para o desenvolvimento de tecnologias bélicas e a produção de equipamentos militares que correspondessem a suas Doutrinas. Ilustrando, “a miríade de ilhas e as águas traiçoeiras ao largo da costa finlandesa fazem do emprego de minas uma parcela significativa da sua defesa costeira. Novas tecnologias domésticas nesta área facilitaram a **consecução de um conceito operacional anterior**” (SALMINEN, 1992, p. 48, grifo nosso, tradução nossa).

¹⁰² Em face das mutações nas formas de combater que levam a constantes reavaliações das Doutrinas, Allard (1996, p. 251) expõe a necessidade primordial de controle por parte das Forças Singulares sobre o desenvolvimento dos futuros armamentos e equipamentos. Ele, porém, ressalta a ocorrência de ações paroquiais como já descritas aqui, o que deve ser evitado.

and provided the operational training to insure that the system actually functioned in practice. (HOLLEY JUNIOR, 1988¹⁰³, p. 30 *apud* ALLARD, 1996, p. 271, grifo nosso)¹⁰⁴.

Agora se faz necessário apresentar quais são as feições que as Doutrinas Militares podem assumir. Dentro da sua visão de a Doutrina Militar ser um subcomponente da Grande Estratégia que trata explicitamente com os meios militares, Posen (1984, p. 7, 13-14) estudou três concepções doutrinárias de emprego do instrumento militar: a Ofensiva; a Defensiva; e a Dissuasória¹⁰⁵. Para ele (1984, p. 14), enquanto a primeira objetiva neutralizar um adversário, destruindo/anulando suas forças militares, a segunda visa a impedir que um adversário alcance objetivos a que ele almeja e a terceira dirige seus esforços para penitenciar um agressor¹⁰⁶ – aumentando os custos de uma investida realizada e sem sopesar alguma perda própria.

Observando essas concepções doutrinárias de Posen (1984), é factível observar que necessariamente não existe uma Doutrina Militar exclusiva, a qual abarque todos os domínios do instrumento militar nacional. O que importa sim é a existência, para cada campo de emprego do aparato bélico, de uma Doutrina Militar soberana (produzida e emanada pelas altas autoridades estatais ligadas à Defesa), com a finalidade de que a Capacidade Militar seja maximizada no que concerne às suas formas de emprego, Interoperabilidade, treinamento, objetividade e outros atributos. Para exemplificar (mesmo que com o uso de terminologia díspar), Ferreira e Teixeira Júnior (2021, p. 116), citando a Doutrina Militar de Defesa do Brasil

¹⁰³ HOLLEY JUNIOR, Irving B. *Doctrine and Technology of Warfare as Viewed by Some Seminal Theorists of the Art of Warfare from Clausewitz to the Mid-Twentieth Century*. In: PFALTZGRAFF JUNIOR, Robert L. *et al.* (ed.). **Emerging Doctrines and Technologies**: Implications for Global and Regional Political-Military Balances. Lexington: D. C. Heath, 1988. p. 13-34.

¹⁰⁴ Da Doutrina Militar britânica resultou no que é considerado “o primeiro sistema de defesa aérea integrado da história” (POSEN, 1984, p. 98, tradução nossa), onde o radar era a sua peça central, mas que compreendia muito mais, como: comando e controle centralizados; informações provenientes de diversas fontes; e distribuição sistêmica dos meios (constantemente escassos), incluindo as aeronaves do *Fighter Command* (RAF) e a artilharia antiaérea (Exército).

¹⁰⁵ Posen (1984) faz uso extensivo do termo *deterrent*, assim como de *deterrence*. O primeiro se refere às ações que algo (ou alguém) realiza para prevenir a realização de algum intento. O segundo trata dos atos destinados a desencorajar a ocorrência desse intento (USA, 2016, p. 67). Para efeito desta tese e frente à complementaridade desses termos, ambos serão percebidos como tratando de condutas dissuasórias e Dissuasão.

¹⁰⁶ Conforme poderá ser observado nos capítulos subsequentes (que tratam especificamente sobre Dissuasão), é incompleta essa definição apresentada por Posen (1984) de que a concepção doutrinária dissuasória teria um viés uno, que seria o de caráter punitivo. A Dissuasão também pode ser obtida pelo prenúncio de que ocorrerão ações com o intuito de negar ao inimigo a obtenção de seu(s) intento(s) – igualmente “aumentando os custos de uma pela investida realizada e sem sopesar alguma perda própria”.

(BRASIL, 2007, p. 35-36), colocam a existência das seguintes Estratégias de Emprego¹⁰⁷: ofensiva; defensiva; presença; dissuasão; aliança; ação independente; resistência; e projeção de poder – com eles (2021, p. 117) sugerindo a inserção de outras três: interdição; bloqueio; e pacificação. Long (2008, p. 2) também observa que as doutrinas tratam de áreas específicas da atividade militar, como a Doutrina de Contrainsurgência dos EUA, a qual foi especificamente revisada para uso nos embates no Afeganistão e Iraque. E ampliando o escopo de entendimento de Doutrina Militar, o *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms* (USA, 2016, p. 123, 158) apresenta a *Joint* e a *Multinational Doctrines*. Elas tratam de doutrinas para orientar o emprego em ações coordenadas, respectivamente, de duas ou mais Forças Singulares de uma mesma nação e de forças militares de duas ou mais nações – documentos esses essenciais para otimizar desempenhos e prevenir dissonâncias¹⁰⁸.

A *Blitzkrieg* (cuja metodologia de emprego foi aqui explanada anteriormente) é citada como exemplo da nominada Doutrina Ofensiva na forma da sua execução pelos germânicos na Segunda Guerra Mundial e, em certa medida, pelos israelenses nas Guerras de 1956, 1967 e 1973 (POSEN, 1984, p. 14, 181, 205-219). Com relação à Doutrina Defensiva, Posen (1984, p. 15, 105-140) a exemplifica na mentalidade derivada da adoção da Linha Maginot – um complexo de fortificações criado na fronteira da França com a Alemanha para proteger a primeira do que era identificado como a maior ameaça à sua segurança, um ataque germânico¹⁰⁹. Essas duas

¹⁰⁷ É coerente o entendimento de que essas Estratégias de Emprego equivalem às Doutrinas Militares em cada uma de suas áreas de atuação, tendo em vista o procedimento brasileiro ser análogo ao apresentado nesta tese. Tal raciocínio se baseia nos níveis de planejamento e atuação apresentados na obra desses dois autores (2021, p. 54-55, 58, 116): partindo da Estratégia Nacional (Grande Estratégia) se subordina a Estratégia Militar – que objetiva tratar das ações no campo militar derivadas da Estratégia Nacional; e após definida essa Estratégia Militar é que serão selecionadas as Estratégias de Emprego – todas constantes da supracitada Doutrina Militar de Defesa. De maneira que a dita “estratégia de dissuasão” (FERREIRA; TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p. 127-129; BRASIL, 2007, p. 35-36) se equivale à Doutrina da Dissuasão (ou Dissuasória) que será tratada nesta tese.

¹⁰⁸ Em um exemplo de como a Doutrina Militar pode se ramificar, o Manual FT-04 do Exército Francês (*Fundamentals of Combined Arms Maneuver*, de 2012, edição em inglês) é apresentado na sua introdução como sendo compatível com a doutrina da OTAN, fazendo parte da doutrina nacional francesa e documento básico do arcabouço doutrinário daquele exército. Disponível em: https://www.c-dec.terre.defense.gouv.fr/images/documents/documents-fondateurs/FT_04_US.pdf. Acesso em: 13 jan. 2024.

¹⁰⁹ Esses dois casos históricos são profícuos para substanciar a relação que a Grande Estratégia possui com a Doutrina Militar – sob quem foram desenvolvidas essas inovações doutrinárias. O incremento da *Blitzkrieg* (inicialmente uma ideia embrionária, revolucionária até) foi motivado para instrumentalizar uma Doutrina Militar que permitisse alcançar os objetivos da Grande Estratégia traçada por Hitler (de conquistas territoriais) (POSEN, 1984, p. 179-181). E a criação da Linha

Doutrinas possuem múltiplos outros atributos e exemplos¹¹⁰, os quais, entretanto, não serão aqui desenvolvidos frente ao foco desta tese estar na Dissuasão. Em se tratando da Doutrina Dissuasória, Posen (1984, p. 15) apresenta dois exemplos. Um está ligado àquelas nações que possuem armamento nuclear, em que cita a *Force de Frappe* francesa – a denominação gaulesa do seu conjunto de bombardeiros estratégicos e mísseis balísticos com aptidão de transportar ogivas nucleares. O outro exemplo de Doutrina Dissuasória citado é obtido por intermédio do emprego de tecnologia e Capacidade Militar convencionais, como pela Suíça. Posen (1984, p. 15) coloca que:

The Swiss Army has little hope of denying much of the country to a large and determined adversary. Rather, the army and air force are deliberately and carefully structured so as to make the price of action against Switzerland very high. It is of critical importance not only that the initial defense be stalwart but also that painful and determined resistance continue over an extended period. The Swiss cannot deny their country to an adversary, but they can make him pay for the privilege of entry, and punish him for staying around. (POSEN, 1984, p. 15, grifo nosso).

Um ponto a destacar é a previsibilidade da adoção da Doutrina Dissuasória por parte de Estados que, ameaçados em sua segurança, dispõem de competências aquém das necessárias para fazer frente à magnitude do adversário e das tarefas a realizar (POSEN, 1984, p. 72-73; SALMINEN, 1992, p. 6). A Doutrina Dissuasória pode pressupor uma eleição exclusiva de condutas defensivas, como que aguardando ser atacado para então reagir. Entretanto e como observado por Salminen (1992, p. 6), o país dissuasor pode atuar, nos níveis operacional e tático, tanto ofensiva quanto defensivamente frente aquele que se posiciona como agressor. O importante para uma Dissuasão mais efetiva é que o país a ser dissuadido saiba que também pode sofrer ataques.

A Dissuasão, particularmente a que faz uso de meios não nucleares, será pormenorizada em sua conjuntura plena no capítulo contíguo.

Maginot (um então sistema inovador de fortificações) derivou do caráter estático (baseado em defesas fixas) da Doutrina Militar defensiva que foi adotado pela França para atender à sua Grande Estratégia – decidida principalmente pelas lideranças civis francesas (POSEN, 1984, p. 106-108).

¹¹⁰ Importa destacar, porém, que a Doutrina Defensiva não é uma doutrina de ações passivas. Ela faz pleno uso de atitudes ofensivas (contraofensiva) (SALMINEN, 1992, p. 6), como a realização de contra-ataques e ataques limitados, dentre outros recursos operacionais dinâmicos. A história mostra que na Doutrina Defensiva também podem ocorrer ações no território do país agressor (como incursões de Forças Especiais, campanhas submarinas, ataques aéreos e com mísseis).

Em paridade com uma Doutrina Militar apropriada ao contexto a ser enfrentado, vale observar que, para atingir e manter uma adequada Capacidade Militar, o Estado deve, além de cultivar um assíduo preparo¹¹¹ para fazer frente a confrontos bélicos, também buscar novas tecnologias – capazes elas de gerar renovados patamares de superioridade e proteção para si, assim como de acarretar vulnerabilidades para os adversários (JERVIS, 1978; GILPIN, 1981; MCNEILL, 1982). A inovação tecnológica permite, por exemplo, desconsiderar condicionantes como a distância entre Estados, transformando a Geopolítica e, por conseguinte, a percepção militar sobre objetivos, capacitação, preparação e planejamento (BLACK, 2004b, p. 92).

Ocorre, entretanto, que muitas vezes a tecnologia tem o seu papel maximizado (O'CONNELL, 1989; BIDDLE, 2004; ECHEVARRIA II, 2005), sendo necessário lembrar que a qualidade dos armamentos é apenas uma parte da Capacidade Militar nacional (BROOKS, 2007, p. 6). Black (2004b) também expõe que:

*However, a focus on the material culture of war – whether weaponry and weapons systems or other aspects of technology – is only useful if it is contextualized by an understanding of the very varied character of war and of the extent to which **superior technology does not necessarily bring victory, let alone success**. The latter is a lesson taught by military history, both distant and recent, and thus provides an opportunity to underline the importance of such history for an assessment of conflict and capability today and in the future. (BLACK, 2004b, p. 9, grifo nosso).*

Aproveitando a citação acima, deve ser enfatizado o valor de instruir-se nas lições que a História Militar faculta aos pesquisadores e aos formuladores de políticas, estratégias e doutrinas dos mais diferentes níveis¹¹². Essa assertiva pode parecer anacrônica pois a História Militar “em geral desempenha um papel muito menor na

¹¹¹ Conforme mostrado anteriormente, esse preparo impõe – em paridade com uma Doutrina Militar apropriada ao contexto a ser enfrentado – a prática constante de manobras e exercícios militares, de forma que os comandos, as unidades e os sistemas de armas sejam treinados, testados e refinados no emprego combinado e conjunto.

¹¹² Dentre os aspectos necessários a um pensamento crítico e criativo sobre conflitos armados vindouros, o General McCaster (TRADOC) inclui “*historical observations and lessons learned*” (JENSEN, 2016, p. viii). Conforme já apresentado, o Exército dos EUA empreendeu um estudo histórico sobre a Guerra do Yom Kippur (1973) para elaborar a sua Doutrina de Defesa Ativa em 1976 (ALLARD, 1996, p. 146, 176-177; CHAPMAN, 2009, p. 18; JENSEN, 2016, p. 37-46). Dentre diversos autores que propugnam a importância de auscultar a História Militar estão Liddell Hart (1971), Mearsheimer (1981, 1983), Black (2004a, 2004b), Murray e Sinnreich (2006), Strachan (2006, 2013) e Freedman (2013).

educação militar hoje do que cumpria há um século atrás”¹¹³ (BLACK, 2004b, p. 10, tradução nossa). Mas:

*To fail to focus on modern technology would be foolish, as it is important to use weapons effectively; however, a wider understanding of the capabilities of military forces **requires an assessment of conflict that brings out its multiple and unpredictable character and the range of other factors involved in success. This can be glimpsed by looking at military history in which there are many instances, the most prominent in recent decades being the unsuccessful American intervention in Indo-China during 1963-72.*** (BLACK, 2004b, p. 10, grifo nosso).

Os avanços tecnológicos permitem a inserção de novas plataformas de armas. Sua aquisição – para além de considerações técnico-militares – deve estar respaldada por decisões políticas que levem em consideração as características peculiares de cada país, além das suas necessidades e interesses específicos. Esses novos sistemas de armas podem ensejar mudanças organizacionais nas FFAA, as quais tendem a gerar novas doutrinas (POSEN, 1984; FARRELL; TERRIFF, 2002; JENSEN, 2016).

O presente debate sobre Doutrina Militar retrata uma dimensão do planejamento militar estatal cujo valor não é ainda necessariamente reconhecido nos meios acadêmicos, talvez por ela tratar – diferente do ramo mais atraente da Estratégia – de considerações mais técnicas ligadas à Arte da Guerra. Segundo Posen (1984, p. 245, traduções nossas), se o domínio da Doutrina Militar se inicia com questionamentos sobre “como as batalhas deverão ser travadas”, a esfera da Estratégia começa ao se interrogar “em quais guerras se engajar” e mesmo “se é necessário ir à guerra”. Não obstante e como foi buscado aqui ser caracterizada, a Doutrina Militar ocupa uma posição de singular importância: a de moldar a Capacidade Militar de uma nação de forma que se constitua em um instrumento bélico dissuasor e, quando necessário, vencedor.

¹¹³ Black (2004b, p. 10, tradução nossa) continua tratando dessa menor valorização da História Militar ao expor que, “ao invés de ponderar sobre conflitos passados, mais tempo na educação militar tem [sido] gasto avaliando as consequências dos avanços tecnológicos para a guerra nos níveis tático, operacional e estratégico”. E que essa situação “varia conforme o país e o serviço [Força Singular]: as forças aéreas tendem a estar menos interessadas na história militar do que os exércitos e as marinhas – uma situação que deve algo à mais curta das forças aéreas, porém deve mais às suposições culturais daqueles que entram para aquele serviço”.

2.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Resumindo, este capítulo buscou inserir teorias, conceitos e entendimentos de forma a criar embasamento para o prosseguimento desta tese. Encetando o seu alicerce pela opção teórica do Realismo Neoclássico, o ponto fulcral é que as políticas e decisões estatais nas áreas de Relações Internacionais e de Defesa são influenciadas tanto pelo ambiente externo como pelo doméstico – valorando ações de Propaganda, ressaltando a importância em difundir a Credibilidade dissuasória e, também, estabelecendo uma conexão direta com a Variável Independente aqui escolhida, a Cultura Estratégica.

A etapa seguinte dessa construção foi corroborar que os conflitos bélicos em larga escala ainda são uma realidade factual e que, dessa forma, a manutenção de um Poder Militar adequado se faz inescusável para a proteção da nação (inclusive pelas perspectivas de agravamento na disputa hegemônica entre os EUA e a China, chegando a um conflito aberto que permite supor sua expansão envolvendo aliados de ambos e mesmo países que se declarem neutros). Também foi singularizada a forma como a Capacidade Militar nacional deve ser preparada para fazer frente aos desafios operacionais – ações essas que são fortemente conectadas com a obtenção da Dissuasão.

Completando a edificação basilar desta tese, o capítulo identificou o apanhado de documentos estatais ligados à Defesa, norteando o detalhamento para a Grande Estratégia e, especialmente, para a Doutrina Militar. O primeiro por ser (na ocorrência de existir) a base do planejamento estratégico de uma nação. E o último por se constituir na plataforma que deve orientar a ferramenta militar nacional nas ações bélicas – como no caso da Doutrina Dissuasória. A partir do alicerce aqui constituído, a tese segue debatendo a Dissuasão Convencional.

3 DISSUAÇÃO PRÉ-ARMAMENTOS NUCLEARES

A Doutrina Militar foi apresentada, no capítulo anterior, como sendo um dos níveis de planejamento do Estado para aplicação das suas ferramentas bélicas. Tendo em vista a consecução de objetivos políticos estabelecidos pela Grande Estratégia nacional, as Doutrinas Militares podem apresentar diversas configurações de emprego, como, por exemplo, a Doutrina Dissuasória.

Este capítulo, em conjunção com o próximo, se destina a descrever a Dissuasão dentro do olhar acadêmico, permitindo assim uma compreensão mais ampla do que seria uma Doutrina Dissuasória. Relembrando o conceito de Dissuasão (desta vez na perspectiva de um autor acadêmico), ela pode ser entendida como:

*To deter is to **persuade**¹ a presumed enemy that he is better off by not taking inimical action. Again in theory, **deterrence can work through the presumed enemy either believing that his would-be assault upon our values is likely to fail, or believing that the price to be paid for success would be too high.** (GRAY, 1990, p. 4, grifos nossos).*

Antes de prosseguir, porém, cabe aqui melhor delimitar os parâmetros que serão adotados nesta tese com relação ao estudo da Dissuasão. Um desses se relaciona à Dissuasão envolver o emprego de ferramentas outras que as militares, como econômicas e diplomáticas (ALEXANDROFF; ROSECRANCE, 1977; POSEN, 1984; DANILOVIC, 2002; MORGAN, 2003; TANGREDI, 2013; ARON, 2017; MAZARR, 2018, 2021; OSINGA; SWEIJS, 2021). Como observado por Snyder (1961, p. 9, grifos nossos), “*one deters another party from doing something by the implicit or explicit threat of **applying some sanction** if the forbidden act is performed, or by the **promise of a reward** if the act is not performed. Thus conceived, **deterrence does not have to depend on military force**”². E, como exposto por Mueller (2021, p. 49, grifo nosso), as perspectivas “*for successful deterrence can also be improved by making not going to war look more attractive **though reassurance measures or****

¹ Conforme será desenvolvido no decorrer desta tese, a Dissuasão contém um forte coeficiente centrado em aspectos psicológicos – o possível agressor necessita ser convencido da determinação nacional de lhe fazer frente. Daí advém a importância tanto de bem compreender a Cultura Estratégica alóctone quanto de difundir as qualidades da autóctone, viabilizando, assim, ações efetivas para influenciar decisões da nação hostil, dissuadindo-a de atacar.

² Snyder (1961, p. 9-10, grifos nossos) continua: “*We might speak of deterrence by the **threat of trade restrictions**, for example. The **promise of economic aid** might deter a country from military action (or any action) contrary to one's own interests”.*

promises of rewards". Notando como essas atuações recaem fora do campo militar, se faz imprescindível observar que a Dissuasão deve inserir ações abarcando todos os campos do Poder Nacional (como as econômicas, científico-tecnológicas, políticas, diplomáticas e de propaganda)³.

Mas apesar de reconhecer a participação mandatória e concomitante de todos os domínios do Poder Nacional para a Dissuasão⁴, esta tese prioriza o estudo de procedimentos dissuasórios mormente observados no domínio militar, tudo na busca de um trabalho científico mais bem abalizado. Reforçando o direcionamento desta tese ao distinguir a esfera bélica da Dissuasão:

Although nonmilitary means could produce deterrent effects, there is still something distinctive about the threat or use of military force. Threats of force will in most cases have a greater, more disturbing psychological impact than the use of nonlethal means. (KNOPF, 2009, p. 40, grifo nosso).

Outro parâmetro é que os estudos sobre Dissuasão, no decorrer da presente etapa, privilegiam o seu viés convencional. Distinta da Dissuasão Nuclear, a aludida Dissuasão Convencional é, para esta tese, aquela que possui algumas particularidades (como de incluir métodos defensivos) para além daquela que desconsiderar o uso das armas de destruição em massa⁵ – concorde assim com o entendimento apresentado por Mueller (2021, p. 50, grifo nosso) de ela consistir em ***"all deterrence that doesn't involve threats to use nuclear (or other unconventional)"***⁶

³ Para Knopf (2009, p. 40, grifo nosso), a *"Strategic deterrence has historically involved military means, but there is no logical reason why economic or informational or law enforcement measures cannot be used to achieve deterrent effect"*. Mueller (2021, p. 50, grifos nossos) segue na mesma linha, ao questionar, em uma definição de Dissuasão, a exclusão de práticas com emprego de ***"non-military threats of economic sanctions or diplomatic shaming, and any measures to inflict costs, deny benefits of conquest, or reverse the outcome of the war after hostilities end"***.

⁴ Esse foco também necessita ser bem mensurado para evitar equívocos analíticos, pois considerações políticas, econômicas e sociais podem suplantar uma visão puramente militar do problema no processo de tomada de decisão (BROWN, 1977, p. 1-2). Para Mearsheimer (1981, p. 29a, 1983, p. 14) importa considerar fatores além dos militares, sendo a Dissuasão resultante da relação entre os ganhos políticos percebidos como resultando de ações militares e não militares frente aos custos e riscos dessas ações – uma avaliação de *total cost-gain* (SNYDER, 1961, p. 9-10).

⁵ Armas de destruição em massa são aquelas "químicas, biológicas, radiológicas ou nucleares capazes de uma alta ordem de destruição ou de causar vítimas em massa, e excluindo os meios de transporte ou propulsão da arma, quando esses meios forem uma parte separável e divisível da arma" (USA, 2016, p. 258, tradução nossa).

⁶ A OTAN (NATO, 2021, p. 33) define as armas convencionais como todas aquelas que não sejam químicas, biológicas, radiológicas ou nucleares, compreensão também seguida pelo *United Nations Office for Disarmament Affairs* (UNODA) de que as *"conventional arms are weapons other than weapons of mass destruction"*. Disponível em: <https://disarmament.unoda.org/conventional-arms/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

*weapons*⁷. É foro próprio de cada Estado rejeitar as armas de destruição em massa na sua doutrina, planejamentos e cálculos de emprego (seja por questões legais/constitucionais, humanitárias e/ou técnicas) – entretanto é necessário entender que outros Estados (ou atores não estatais) podem fazer uso desses tipos de armamentos contra si⁸. E, para efeito nesta tese, a Dissuasão Convencional também não abrange, de forma específica, a análise de ocorrências nos ambientes cibernético e espacial – objetivando um melhor balizamento desta pesquisa, na compreensão de que ela não sofrerá prejuízo maior, considerando-se que as investigações científicas em ambas essas áreas de estudo se encontram menos consolidadas e apresentam uma evolução continuada.

A Dissuasão Convencional interessa a esta tese em razão da sua postura de fundamento defensivo, efetividade mesmo frente a ameaças difusas⁹ e com custos compatíveis a um Poder Nacional de recursos mais limitados, dentre outras razões que serão apresentadas¹⁰. Apesar de a Dissuasão Convencional mormente ser um expediente também adequado para Estados de menor capacidade econômica-política-militar, não significa que ela seja um empreendimento singelo. Uma Dissuasão eficaz se reveste de diversos pormenores que necessitam ser considerados, pois eles atuam diretamente na competência dissuasória de que uma nação poderá dispor.

Dissuasão demanda três condicionantes principais: ser capaz, crível e orquestrada entre os diversos campos do Poder Nacional, tudo estabelecendo um

⁷ Para Mearsheimer (1981, p. 5, 1983, p. 15), a Dissuasão Convencional seria aquela que, com recursos/forças puramente convencionais, buscaria negar ao adversário seus objetivos no campo de batalha. E Mueller (2021, p. 50, grifos nossos) apresenta uma definição de Dissuasão Convencional mais delimitada, “*to encompass deterrent threats to resist or to inflict costs against an aggressor using **conventional military force** during the resulting conflict*” e que inclui “*taking in measures ranging from fighting an invader on the battlefield to launching **punitive military attacks against targets far removed from the scene** of the aggression to **irregular partisan warfare against the enemy in territory it has occupied***”.

⁸ Até porque as armas químicas e biológicas são mais baratas e fáceis de serem obtidas (se comparadas à aquisição de armamentos nucleares), inclusive levando-as a serem conhecidas como “*poor man’s atomic weapons*” (PAUL, 2009, p. 13).

⁹ Como apresentado por Aron (2017, p. 405), “*the mechanism of deterrence is also capable of functioning in the absence of an explicit threat*”.

¹⁰ Incluso pelo fato de que, mesmo na pós-introdução dos armamentos nucleares no cenário mundial, a maioria das ações militares dissuasórias gira em torno de capacidades convencionais – sendo essas as únicas que a grande parcela dos Estados possui (MUELLER, 2021, p. 48-49). E, ainda segundo ele (2021, p. 59, grifos nossos), a Dissuasão Convencional oferece outras duas vantagens: mesmo Estados que tenham a posse de artefatos nucleares “*face deterrence challenges that **nuclear threats are ill-suited to address** because employing such weapons would be incredible, unpalatable, or simply inconceivable*”; e que “*many of the tools of conventional deterrence have significant **flexibility, with value for non-deterrent missions ranging from defence to security cooperation to disaster relief**, something that tends to be less true for forces optimized for nuclear deterrence*”.

Triunvirato¹¹ que se sustém em um inextricável equilíbrio – em uma formulação na qual a debilidade ou inadequação de um deles compromete seriamente todo o conjunto. Como será observado à frente, a Dissuasão vai bem além de uma simples mensuração de recursos militares e econômicos que cada facção possui (ou aparenta possuir).

Para atingir sua proposta, este capítulo apresenta métodos dissuasórios que precedem à inserção da bomba atômica no campo de batalha. Essa etapa tem como escopo basilar o de, ao retratar práxis mais remotas, possibilitar melhor refletir sobre definições, conceitos e especificidades levantados por pesquisadores mais contemporâneos do tema. O ponto focal deste capítulo (no que será complementado com informações do capítulo subsequente) é proporcionar subsídios para uma compreensão que vá além de entendimentos reducionistas e paroquialistas, pois a Dissuasão: envolve diversos domínios da capacidade estatal (mesmo que o campo militar possa ter preponderância em situações distintas e/ou seja o objeto de estudo específico, como no caso desta tese); perpassa as proposições de base quantitativas (como aquelas propugnadas em formulações matemáticas, tal qual a Teoria dos Jogos¹²); não se atém a ações retaliatórias e/ou passividade de conduta; e está impregnada por motivações político-religiosas e percepções cognitivas, as quais influenciam sobremodo o seu resultado. Afinal e como bem descrito por Aron (2017,

¹¹ A expressão Triunvirato foi adotada nesta tese observando o significado de “**governo de três** pessoas ou triúviro [...] comissão de três membros, magistratura exercida por três pessoas” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 2773, grifo nosso). Dessa forma, cada uma das partes constituintes de um triunvirato tem responsabilidades e autoridade compartilhadas – não devendo ocorrer a primazia ou alienação de um (ou dois) dos integrantes desse triunvirato. No caso da Dissuasão, sua efetividade está ligada a que suas condicionantes constituam um Triunvirato indissociável.

¹² A aludida Teoria dos Jogos foi elaborada para auxiliar na compreensão de comportamentos econômicos, tendo obtido maior destaque após a publicação em 1944 da obra *Theory of Games and Economic Behavior* (NEUMANN; MORGENTHAU, 1953). Posteriormente, a Teoria dos Jogos passou a ser utilizada em diversos campos acadêmicos, inclusive em análises estratégicas para tomada de decisão (com a RAND Corporation pesquisando também sistemas de análise aplicados a problemas militares) (HITCH; MCKEAN, 1960; QUADE, 1963; LEONARD, 2010). Esses autores, porém, deixam claro que a Teoria dos Jogos apresenta diversas limitações quando empregada como instrumento de busca de soluções, tornando-a mais um componente útil nos estudos políticos do que um sistema a ser aplicado a qualquer problema complexo (WOHLSTETTER, 1964, p. 130-131). Como observam Hitch e McKean (1960, p. 201, grifos nossos), “*for broader military problems, formal game theory solutions have two serious deficiencies. First, **most military problems are too complex to permit of practical game theory solution [...]. Second, and more fundamentally [...], wars are not two-person zero-sum games***”. Freedman e Michaels (2019, p. 226) ressaltam que a Teoria dos Jogos se apresenta como uma ferramenta auxiliar, mas não suficientemente capaz para moldar soluções políticas e estratégicas como se fossem provas científicas.

p. 405, grifo nosso), “*today as yesterday, the essential problem of deterrence is **both psychological and technological***”.

Conforme pode ser verificado ao longo das seções, o exercício da Dissuasão não é recente e antecedeu o surgimento dos artefatos nucleares e as pesquisas acadêmicas subsequentes – que levaram, ao estudarem a introdução desse tipo de armamento no cenário internacional, a concepções expressivas e abrangentes para a aplicação da Dissuasão¹³ e uma das pautas de debate no capítulo consecutivo. Mas apesar de não contar com as competências nucleares e com um tangível arcabouço teórico, a Dissuasão já era compreendida e implementada com o recurso de diversos mecanismos políticos, econômicos e militares, todos menos sofisticados e em um formato convencional. A distinção desta etapa da tese é permitir compor um quadro em que a Dissuasão vai além da imposição da posse de armamentos nucleares para praticá-la. Para tanto, não é realizado um cômputo histórico generalizado, o qual pela sua amplitude iria além do escopo desta tese – afinal a Dissuasão tanto provinha “*the ‘limes’¹⁴ of the Romans to the Maginot Line and Lyautey’s phrase about ‘making a show of force in order not to have to use it’¹⁵*” (BEAUFRE, 1965, p. 23, grifos do autor), quanto já era percebida no Século IV, conforme pode ser verificado no conceito *Si vis pacem, para bellum* (Se deseja a paz, prepare-se para a guerra) originado de obra do escritor romano Vegécio¹⁶. O que será aqui levado a efeito é uma apresentação de

¹³ “*Deterrence as an element in national strategy or diplomacy is certainly **nothing new under the sun**. However, since the development of nuclear weapons, the term has acquired not only a **special emphasis** but also a **distinctive connotation***” (BRODIE, 1970, p. 88, grifos nossos). E para Beaufre (1965, p. 23, grifo nosso), apesar de a ideia de Dissuasão não ser nova, o termo “*however, is new, bearing witness to an attitude of mind quite different from that of the past and **clearly the product of the existence of nuclear weapons***”.

¹⁴ Segundo Isaac (1988, p. 125), “*limes*” se refere ao sistema defensivo estabelecido para a salvaguarda das fronteiras do Império Romano.

¹⁵ O Marechal Lyautey foi o primeiro a ocupar o cargo de Residente Geral (1912-1925) durante o Protetorado Francês no Marrocos (SCHAM, 1970, p. xi). Ele asseverou, em um relatório sobre os problemas da fronteira da Argélia com o Marrocos em 1908, que se deveria ter em mente a concepção de “***make a show of strength in order to avoid having to use it***” (MAUROIS, p. 176 *apud* SCHAM, 1970, p. 13, grifos nossos) – uma afirmação que, apesar de ter sido direcionada para o trato com aquelas populações nativas, condiz com o entendimento da Dissuasão defendido por esta tese.

¹⁶ O texto de Publius Flavius Vegetius Renatus (VEGETIUS, 1996, p. xiii; VEGETIUS, 2004, p. vi-vii) (Vegécio em português), que deu origem a este conceito se encontra ao final do prefácio do Terceiro Livro da obra *Epitoma Rei Militaris* (Epítome dos Assuntos Militares, tradução nossa) com a redação *Igitur qui desiderat pacem, praeparet bellum* (Portanto, aquele que deseja a paz, que se prepare para a guerra) (VEGETIUS, 1996, p. 63, tradução nossa; VEGETIUS, 2004, p. 64, tradução nossa). Essa ideia também pode ser encontrada no Quarto Livro (item XXXI) como *Nemo enim bello lacessere aut facere audeat iniuriam ei regno vel populo quem expeditum et promptum ad resistendum vindicandumque cognoscit* (Pois ninguém se atreve a desafiar uma guerra ou infligir ferimentos a um reino ou povo que sabe estar armado e pronto para resistir e se vingar de qualquer ataque) (VEGETIUS, 1996, p. 140, tradução nossa; VEGETIUS, 2004, p. 146, tradução nossa).

duas conjunturas pré-1945 em que as práticas dissuasórias já se faziam presentes. E, fazendo uso da análise delas, acrescidas de mais alguns exemplos históricos específicos, relacionar os tirocínios do passado com o arcabouço contemporâneo da Dissuasão.

Deve ser reiterado que a Doutrina Dissuasória será a variável dependente desta tese, aquela que se pretende explicitar como sendo afetada pela Cultura Estratégica – a variável independente escolhida e que é específica de cada nação (componente esse que será debatido em capítulo a frente deste estudo, incluso com relação ao Brasil).

A conclusão parcial busca sumarizar a visão acadêmica e as práticas empíricas sobre Dissuasão Convencional até o surgimento do armamento nuclear, bem como o seu transbordo para uma Doutrina Dissuasória, pavimentando etapas outras desta tese.

3.1 O CASO DOS EUA NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Como prólogo da primeira das conjunturas pré-1945, terá lugar um exame da realidade da Defesa dos EUA entre o final do Século XVIII e o início do Século XIX. Linn (2007, p. 11, grifo nosso) pontua o consenso existente entre as lideranças políticas e militares na então incipiente república estadunidense de que “*European great powers were predatory and that **military weakness invited attack***”. Ele prossegue, citando que as grandes batalhas ocorridas durante a Guerra de Independência dos EUA (como nas decisivas derrotas britânicas em Saratoga e Yorktown)¹⁷ demonstraram que a conquista daquela nação continha dificuldades

¹⁷ De 1775 a 1783 tiveram lugar uma série de lutas na América do Norte, quando parte significativa dos integrantes das então Treze Colônias americanas se rebelaram contra a dominação da Coroa britânica, em um evento que é titulado como Guerra de Independência dos EUA. Inúmeras ações bélicas terrestres e navais ocorreram entre as tropas rebeldes (nominadas como Exército Continental e que virão a ser apoiadas por forças francesas e espanholas no decorrer do conflito) e seus adversários (forças constituídas de britânicos, colonos lealistas e mercenários germânicos). Os enfrentamentos continuaram até que a soberania dos EUA como uma nação independente foi reconhecida pela Grã-Bretanha pelo Tratado de Paris (1783). As batalhas travadas em Saratoga (1777) são consideradas como o ponto de inflexão daquela guerra a favor dos rebeldes – pois convenceram a França (e posteriormente a Espanha) a apoiá-los, bem como pelas demonstrações de Capacidade Militar do Exército Colonial frente às tropas regulares britânicas. Em Yorktown (1781), um grande contingente britânico se rendeu após sofrer um cerco terrestre (pelo Exército Continental e tropas da França) e naval (por uma força da Marinha francesa), levando o governo de Sua Majestade às negociações de paz (WEIR, 2001; GREENE, 2005; BLUHM JUNIOR, 2011a; DUARTE, 2013; LACEY; MURRAY, 2013; O'SHAUGHNESSY, 2013; KETCHUM, 2014; LENGEL, 2020).

intrínsecas de ser obtida¹⁸ – mas que existia uma nítida suscetibilidade daquela jovem república a ações navais e anfíbias pontuais¹⁹. Aqui merece ser destacado que o emprego de força militar para captura de porção territorial específica (como uma ilha, península ou ancoradouro) é o que Mearsheimer (1981, 1983) denominou como Estratégia de Objetivos Limitados – a qual não visa a uma vitória peremptória, mas sim busca atingir metas circunscritas que levem a ganhos significativos (até mesmo capitais)²⁰.

A Guerra de 1812²¹ intensificou essas percepções – com a pilhagem de Hampton, o incêndio de Washington e os ataques a Baltimore e a Nova Orleans deixando clara a vulnerabilidade territorial (especialmente dos seus portos)²² e marítima dos EUA²³. Essa debilidade defensiva levou à criação em 1814 do

¹⁸ Dentre as dificuldades então existentes para apossar-se dos EUA (e de outras nações por similaridade), podem ser citadas as seguintes: a grande extensão territorial estadunidense, de cerca de 2,5 milhões km² em 1800 e 4,4 milhões km² em 1810 (aumento resultante principalmente da compra da Louisiana francesa em 1803) (USA, 1949, p. 25); a sua localização geográfica que, distante da Europa, demandava uma pesada logística de apoio (particularmente por meio de extensas rotas marítimas); população com 5,3 milhões de habitantes em 1800 e com expansão expressiva (7,2 milhões em 1810, 9,6 milhões em 1820 e 12,9 milhões em 1830) (USA, 1949, p. 25); e uma real competência para defesa, já comprovada na Guerra de Independência e que incluía tanto a convocação e aprestamento dos significativos efetivos das milícias e das forças militares regulares quanto a mobilização de recursos econômicos e industriais expressivos. Como comparação, o Reino Unido em 1801, que então também incluía a atual República da Irlanda, tinha uma população estimada em 15,9 milhões de habitantes (MITCHELL, 1971, p. 8) e uma área de 275 mil km² (MUMFORD *et al*, 2015, p. 141, 149).

¹⁹ Exemplificadas nas incursões realizadas por forças britânicas ao longo da costa atlântica estadunidense e na captura das cidades de Nova Iorque, Charleston e Filadélfia, tudo ocorrido durante a Guerra de Independência dos EUA (BROOKS, 2000b, p. 100-101; LINN, 2007, p. 11; BLUHM JUNIOR, 2011a, p. 452).

²⁰ De acordo com Paul (1994, p. 21, grifo do autor), “a *‘limited aims/ fait accompli strategy’* refers to the employment of military forces in battle in order to achieve limited goals (such as taking portions of a territory) that are not equivalent to the decisive defeat and surrender of the enemy [forces]”.

²¹ A denominada Guerra de 1812 foi um conflito entre a Grã-Bretanha e os EUA que se estendeu até 1815 e que contou com diversas ações navais (inclusive com um efetivo bloqueio sobre o comércio marítimo estadunidense por parte da Marinha Real), anfíbias (como os desembarques britânicos na Baía de Chesapeake e em Nova Orleães) e terrestres (especialmente na área fronteiriça dos EUA com o Canadá na região dos Grandes Lagos) (ROOSEVELT, 1902; BORNEMAN, 2004; BLUHM JUNIOR, 2011b; BLUMBERG, 2012; DAVID, 2012; HICKEY; CLARK, 2016).

²² A conquista de Washington é um dos maiores exemplos proporcionado pela Guerra de 1812 dessa fragilidade defensiva estadunidense. Blumberg (2012, *passim*) e Bluhm Junior, 2011b, p. 552) descrevem as investidas britânicas pelo Rio Potomac (a qual seguiu até a cidade de Alexandria, realizando um ataque diversionário) e pelo Rio Patuxent (de onde as forças britânicas prosseguiram até vencerem a Batalha de Bladensburg e tomarem a capital estadunidense). Inserindo maior afronta a essa derrota, os principais prédios públicos de Washington foram queimados (como a Casa Branca, o edifício do Tesouro e o Capitólio).

²³ Dentre os diversos tipos de ações navais que podem ser realizadas (mesmo na época de embarcações impulsionadas a vela), duas são pertinentes aos casos em estudo: o emprego de bloqueios; e os ataques às linhas de comunicação marítimas, ambas efetivas em prejudicar o tráfego comercial e o apoio logístico dos antagonistas. O bloqueio naval é uma tática com a intenção de impedir a movimentação de entrada e saída de embarcações dos portos escolhidos, buscando dessa forma negar o seu uso e sitiar os meios navais e comerciais inimigos posicionadas naquele

Fortification Board pelo Congresso estadunidense (LINN, 2007, p. 12). O *Fortification Board* realizou um planejamento para a defesa dos EUA que se concentrou na possibilidade de ocorrerem incursões navais ao longo do litoral estadunidense e na necessidade de o inimigo reter um porto (marítimo ou fluvial com fácil acesso ao mar) como sua base de operações²⁴. O desenho desse plano de defesa previa a existência/implementação de quatro componentes: poderosas fortificações em portos pertinentes; uma Marinha dinâmica; um pequeno Exército regular; e a Milícia (formada pelos cidadãos)²⁵.

Significativo para esta tese é que essa citada planificação do *Fortification Board* tinha como pressupostos que “**deterrence through overwhelming strength is the best form of national security**”, que “*central to America’s national defense strategy was the principle of deterrence*” e que “*the armed forces’ mission as essentially deterrence*” (LINN, 2007, p. 13, 16-17, grifos nossos). Aqui emerge ligação com o entendimento desta tese de que a Dissuasão já era considerada, mesmo antes do

porto – o que prejudicará suas operações bélicas, ações de suprimento e seu comércio. O ataque às linhas de comunicações se materializa pela captura ou destruição de embarcações inimigas (mormente as comerciais) em águas abertas, buscando levar à disruptura do tráfego marítimo (TRACY, 1991; CORBETT, 2005; HUGHES JUNIOR; GIRRIER, 2018). Cobb (2013) e Rommelse (2006) ressaltam que com essas ações a Marinha cumpre a missão de exercer pressão econômica ao infligir danos ao comércio marítimo do adversário. A Marinha Real adotou esses dois tipos de operação contra os EUA e suas rotas comerciais, os quais só puderam revidar por intermédio de ações pontuais da sua Marinha e com embarcações corsárias (navios civis que, por terem recebido uma “carta de corso” de um governo, estariam legalmente comissionados para realizar ataques) (MILLER, 2005; BUDIANSKY, 2010; HEUSER, 2018).

²⁴ A captura de um porto (adequado) nos EUA seria condição primordial para que uma força hostil pudesse sustentar uma campanha terrestre e/ou uma ocupação territorial permanente naquele país (LINN, 2007, p. 13). Linn (2007, p. 13-14) apresenta claramente como a falta das facilidades de descarga e transporte proporcionadas por um porto tornariam bastante penosa uma operação de desembarque – cuja força atacante seria severamente restrita em tamanho, suporte logístico e disponibilidade de equipamentos (particularmente em munições e artilharia), permitindo assim uma melhor defesa pelas tropas continentais. A Logística impõe necessidades para que as operações se sucedam, as quais não podem ser ignoradas, mas sim que devem ser solucionadas – como na engenhosidade encontrada pelos Aliados para resolver a ausência de portos naturais na Normandia que pudessem ser conquistados em sequência ao Dia D. O artifício foi a construção de dois “portos artificiais” denominados Mulberry após os desembarques de 6 de junho de 1944: o Mulberry A, na praia nominada de Omaha (em Saint-Laurent); e o Mulberry B, na praia nominada como Gold (em Arromanches). O Mulberry A foi destruído por uma tempestade em 19 de junho, mas o Mulberry B se manteve como principal ponto de apoio logístico das tropas aliadas até que o porto de Cherbourg se tornou exequível para realizar essas operações (o que demorou mais de 40 dias, pois aquela cidade só foi conquistada em 30 de junho e o porto parcialmente desobstruído em 17 de julho de 1943) (ISBY, 2000b, p. 216-217; SCHOFIELD, 2008; EDWARDS, 2013; ZALOGA, 2015; PRIME, 2018).

²⁵ Weigley (1973, p. 59-62, 85) e Watson (1998, p. 284-290) fornecem maiores detalhes sobre a *Fortification Board* e os projetos por ela elaborados para a defesa costeira dos EUA. Como clarificação, a *Fortification Board* também era nominada como *Board of Fortifications*, *Board of Engineers* ou *Board of Engineers for Fortifications* (WATSON, 1998, p. 284).

advento das armas nucleares, ainda não de todo contextualizada como ocorrerá mais de um século à frente.

É interessante observar que outras concepções pertinentes à Dissuasão tiveram lugar naquela conjuntura estadunidense. Uma delas está contida na mensagem que o então Presidente James Madison enviou ao Congresso estadunidense para anunciar o fim das hostilidades com a Grã-Bretanha, de que “*a certain degree of preparation for war is not only indispensable to avert disasters in the onset, but affords also **the best security for continuance of peace***” (HICKEY, 2012, p. 310, grifo nosso). Ela foi posteriormente anuída por aquele Congresso, que inclusive implementou o orçamento para a Defesa de forma preventiva, “*authorized significant funds for national defense even in the **absence of an immediate crisis***” (LINN, 2007, p. 12, grifo nosso)²⁶. Essa atitude demonstra um entendimento precoce por parte do segmento político dos EUA de que os procedimentos que levam a uma Dissuasão abalizada não ocorrem casualmente²⁷ – mas sim fruto de uma preparação, práticas e divulgação adequadas, mesmo que sem a presença de uma ameaça plenamente tipificada (aspectos que serão mais bem detalhados no decorrer desta tese).

Merece ser destacado que o *Fortification Board*, para além dos planejamentos para estruturar a Defesa estadunidense (centrada em fortificações, Marinha e Exército regulares, além da Milícia), também apresentou formulações operacionais. Uma delas, se referindo aos quatro componentes da estruturação da Defesa supracitados, foi a proposta de que “*these separate ‘elements’ could be combined into a ‘reciprocal relationship’ in which the whole was stronger than the sum of its parts*” (LINN, 2007, p. 15, grifos do autor), em uma visão de vanguarda daquele conselho sobre benefícios de implementar a Interoperabilidade nas FFAA²⁸. Outra formulação daquele Conselho,

²⁶ Hickey (2012, p. 310) corrobora que os gastos com a defesa dos EUA em tempo de paz foram estimulados com a Guerra de 1812.

²⁷ Ao tratar da desatenção do poder civil do Reino Unido para com sua estratégia defensiva no período pós-Primeira Guerra Mundial, Posen (1984, p. 164, grifo nosso) destaca que “*the emergence of threats in the international system prompted greater civilian attention to strategic issues, **but reasserting strategic control took time***”. E esse desgoverno pode se traduzir na adoção de planejamentos equivocados, doutrinas paroquialistas e orçamentos insuficientes, dentre outros problemas que só serão solucionados com tempo – o qual muitas vezes inexistente antes de que as ameaças se concretizem.

²⁸ Complementando o que já foi apresentado no capítulo prévio desta tese (RIBEIRO, 2008, p. 189; USA, 2016, p. 118; LIMA, 2018, p. 557-558), Interoperabilidade também pode ser entendida como “a capacidade dos sistemas, unidades ou forças de fornecer serviços e aceitar serviços de outros sistemas, unidades ou forças, e de usar os serviços assim trocados para **permitir que operem juntos de forma [mais] eficaz**” e que “evoca ações de padronização, integração, cooperação e,

que constou no *Revised Report of the Board of Engineers on the Defence of the Seaboard* (1826²⁹, p. 284-285 *apud* LINN, 2007, p. 15), era de que a Marinha dos EUA “*will be prepared to transfer the war to distant oceans, and to the shores of the enemy*”. Como apontado por Linn (2007, p. 15), o *Fortification Board* entendia que os EUA, no caso de terem seus interesses políticos ou econômicos ameaçados, não deveriam fazer uso dos seus navios de guerra para derrotar a frota agressora na região costeira estadunidense (que estaria protegida pelas fortificações), mas sim atuando no campo marítimo do inimigo, devastando seu comércio e interrompendo suas comunicações³⁰ – uma concepção para emprego ativo de meios militares, realizando ações ofensivas quando investidas externas forem intentadas contra sua nação³¹.

incluso, **sinergia**” (HURA *et al.*, 2000, p. 7-8, grifos nossos, traduções nossas). Assim sendo, a Interoperabilidade permite otimizar os recursos humanos e materiais existentes, o que levaria a um resultado superior. Como dito em 25 de setembro de 2013 pelo General Jean-Paul Paloméros (NATO *Supreme Allied Commander Transformation*), a “*interoperability is essential to ensure of NATO’s forces effectiveness*” (DERLETH, 2016, p. 1). Logo e conforme apresentado pelo *Fortification Board*, o emprego “combinado” desses diferentes “elementos” em um “relacionamento recíproco” apresentaria vantagens precípuas da Interoperabilidade na intenção de atingir um mesmo objetivo – ampliando a Capacidade Militar e, por conseguinte, a competência dissuasória nacional.

²⁹ Revised Report of the Board of Engineers on the Defence of the Seaboard. **American State Papers Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States**. Military Affairs, 7 v., Washington: Gales & Seaton, 1832-1861.

³⁰ Para executar esse tipo de operação marítima (nos domínios do adversário) seriam necessários “portos de refúgio”, reforçando ainda mais a previsão da *Fortification Board* de fortificar cidades costeiras e ancoradouros selecionados na costa estadunidense (LINN, 2007, p. 15). Com relação ao Exército e à Milícia, aquele Conselho entendeu que eles seriam como pouco mais que complementos para as fortificações costeiras, em uma visão, nesse caso, claramente perfunctória e superficial (LINN, 2007, p. 16).

³¹ A existência de uma Marinha atuante e combativa é condição necessária para obter o dito Comando do Mar, que seria a liberdade de utilizar o mar e de negar o seu uso a um adversário (NATO, 2021, p. 29). Para Corbett (2005, p. 94, grifo nosso), “*command of the sea, therefore, means nothing but the control of maritime communications, whether for commercial or military purposes. The object of naval warfare is the control of communications, and not, as in land warfare, the conquest of territory*”. A visão expressa pelo *Fortification Board* vai ao encontro desses entendimentos de Comando do Mar ao recomendar o ataque ao cerne das linhas de comunicação marítimas do adversário, fazendo o melhor uso das então reduzidas forças navais estadunidenses. Atualmente, o termo mais utilizado é o de Controle do Mar, em razão da compreensão mais realista das inúmeras dificuldades existentes para “comandar totalmente o mar”, especialmente pela introdução dos submarinos e da aviação no ambiente naval – o que necessariamente leva a uma limitação temporal e espacial da área marítima a ser controlada (TURNER, 1974, p. 6-7). Dessa forma, o Controle do Mar é a “*condition that exists when one has freedom of action within an area of the sea for one’s own purposes for a period of time in the subsurface, surface and above water environments*” (NATO, 2021, p. 116, grifos nossos). E nele a necessidade de uma Marinha operante se mantém presente, pois será ela que terá de realizar as ações para controlar o mar (em espaço e duração especificados), inclusos aquelas de “destruir as forças navais inimigas, suprimir o comércio marítimo inimigo, proteger as [nossas] rotas marítimas vitais e estabelecer a superioridade militar local em áreas marítimas essenciais” (USA, 2016, p. 210, tradução nossa).

3.2 TIPOLOGIA DA DISSUASÃO CONVENCIONAL: ENTRE NEGAÇÃO E PUNIÇÃO

Todos os tópicos expostos previamente estão conexos com práticas dissuasórias e, nisto, serão aproveitados para encetar uma composição inicial do arcabouço analítico da Dissuasão. Nesse primeiro passo e com base na conjuntura dissuasória dos EUA (notadamente no início do Século XIX), são apresentadas duas abordagens fundamentais: a Dissuasão por negação (*Deterrence by denial*) e a Dissuasão por punição (*Deterrence by punishment*)³², ambas assim nominadas e/ou utilizadas por diversos autores acadêmicos (SNYDER, 1959, 1961; GEORGE; SMOKE, 1974; MEARSHEIMER, 1981, 1983; JERVIS; LEBOW; STEIN, 1985; PAUL, 1994, 2009; MORGAN, 2003; FREEDMAN, 2004; DAVIS, 2014; KLEIN *et al.*, 2019; FILIPPIDOU, 2020; NOLL; BOJANG; RIETJENS, 2021; WILNER; WEGNER, 2021b)³³.

A Dissuasão por negação busca denegar a um potencial agressor a confiança na sua capacidade de lograr sucesso ao realizar atos hostis contra uma nação, ao apresentar medidas para tornar inviáveis (ou pouco prováveis de serem alcançados) os objetivos ambicionados por esse antagonista (MAZARR, 2018, p. 2, 2021, p. 15) – constituindo, de tal modo, a faceta das práticas dissuasórias que visa indicar ao agressor que sua pretendida vitória (nos campos político, militar e/ou econômico) será obstada por intermédio de ações que causarão perdas, atrasos, reveses e derrotas aos seus ataques, distanciando-o do êxito almejado e majorando os custos no caso de eventualmente lográ-lo³⁴. O cerne da Dissuasão por negação é a posse de uma capacidade (militar, econômica e/ou diplomática) para negar ao agressor (ou dificultar

³² Segundo Freedman (2004, p. 37, 133), a distinção pioneira entre Dissuasão por negação e Dissuasão por punição foi elaborada por Glenn Snyder em 1958. Esse estudo, denominado *Research Monograph n. 1* (SNYDER, 1959), teve seus direitos (*copyright*) obtidos em 1958 pelo Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Princeton, que, entretanto, o publicou apenas em 2 de janeiro de 1959.

³³ Outros autores fazem uso de denominações diversas, mas que essencialmente representam essas mesmas abordagens. Como exemplos: a *Deterrence via defense (war-fighting)* e a *Deterrence via punishment (retaliation)* (MORGAN, 2003, p. 7); a *Dissuasion by denial* e a *Deterrence by threat of punishment* (DAVIS, 2014, p. 1-5); e a *Deterrence by retaliation*, a *Deterrence by punishment* e a *Deterrence by denial* (WIRTZ, 2018, p. 66-71). Apesar de não apresentar uma divisão normativa, Posen (1984, *passim*) também descreve as ações dissuasórias de *denial* e de *punishment* de forma análoga a esta tese.

³⁴ Para Wilner e Wegner (2021a, p. 8, grifo nosso), a lógica da Dissuasão por negação é simples: “**denial reduces the perceived benefits** an action is expected to provide an adversary [...] denial works by stripping away benefits”.

sobremaneira) o sucesso de sua investida. Como exemplo de Dissuasão por negação, Mazarr (2018, p. 2, 2021, p. 15) cita o posicionamento de forças militares suficientes para frustrar uma invasão – modelo que, no arquétipo estadunidense antes aludido, é caracterizado pela instalação e manutenção de fortificações potentes e de um Exército regular (apoiado pela Milícia). A posse de uma Marinha combativa também participa dessa equação, pois, ao atacar as comunicações marítimas do inimigo, ela impede ou fragiliza a capacidade de o mesmo realizar e apoiar uma invasão.

No tocante à aplicação das ferramentas militares para obtenção da Dissuasão por negação, o primado deve estar centrado nas dinâmicas defensivas – realizando um tipo de operação que é assim descrita pelo manual FM 3-0 *Operations* do Exército estadunidense (USA, 2022c):

*A defensive operation is an operation to **defeat an enemy attack, retain key terrain, gain time, and develop conditions favorable for offensive or stability operations [...] Defensive operations are a counter to an enemy offensive action, and they seek to destroy as many of the enemy forces as possible. Defensive operations preserve control over land, resources, and populations, and they protect lines of communications and critical capabilities against attack.*** (USA, 2022c, p. 1-10, grifos nossos).

Posto esta descrição, é possível observar que a posse de uma plausível capacidade defensiva no campo militar se aglutina com as necessidades intrínsecas da Dissuasão por negação³⁵, possibilitando que a última possa se tornar exitosa. Sem aprofundar sobre como são executadas as ações defensivas no campo militar³⁶, interessa, porém, aqui considerar dois pontos. Para começar, as forças militares também executam ações de caráter ofensivo durante as operações defensivas³⁷. Esta apreciação se baseia tanto frente a fundamentos do combate defensivo – como o de

³⁵ Como apresentado por Boyd-Carpenter (1989, p. 169), “*if we do not have a credible defence we do not have a deterrent*”. E Wilner e Wegner (2021a, p. 8, grifos nossos) complementam que “*hardening defenses against attack [...] raises the cost to a would-be challenger by **diminishing the probability that they are likely to acquire their intended objective or goal***”.

³⁶ Maiores pormenores de como se desenvolvem as ações defensivas (tipos, condicionantes, características técnicas e operacionais etc.) serão apresentados nesta tese na seção 3.3 (que trata da Teoria da Dissuasão Convencional de Mearsheimer). O já referido manual FM 3-0 *Operations* também apresenta um estudo mais aprofundado desse *modus operandi* nas confrontações bélicas.

³⁷ Clausewitz (1984, p. 357, grifo nosso) observa que, “*even in the defensive position awaiting the enemy assault, our bullets take the offensive. **So the defensive form of war is not a simple shield, but a shield made up of well-directed blows***”. E do alto da sua experiência militar (inclusive como de comandante do 21º Grupo de Exércitos Aliados na campanha da Europa de 1944-1945), o Marechal Bernard Montgomery (1968, p. 22 *apud* JOHNSON; WHITBY; FRANCE, 2010, p. 19, 242) advogava que se deveria “*taking an offensive stance, even when forced on to the defensive*”.

“máximo emprego de ações ofensivas”³⁸ e o de buscar a disrupção (*Disruption*)³⁹ do ataque inimigo – quanto com o contido no Princípio de Guerra da Ação Ofensiva (*Offensive Action*)⁴⁰. O importante é que as investidas ofensivas inseridas na Dissuasão por negação estarão focadas na cooperação para com as operações defensivas a serem efetuadas. E é dentro desse viés ofensivo, o qual converge para aprimorar a Dissuasão por negação, que se encaixa a formulação do *Fortification Board* que concebia uma agressiva atuação além-mar da Marinha estadunidense.

O outro ponto a ser ponderado é a possibilidade de que a Dissuasão por negação possa ser confundida com a atuação defensiva do componente militar nacional, levando a raciocínios errôneos. Mas não obstante a confinidade das duas⁴¹, assumir uma paridade de emprego entre essas construções seria equivocado, incluso pois “*deterrence [by denial] and defense are analytically distinct*” (MORGAN, 1977, p. 30, grifo nosso)⁴². Ademais, elas têm destinações diversas e um direcionamento unilateral – com somente a capacidade defensiva sendo instrumental para a

³⁸ Esse fundamento estabelece que “as forças defensivas se mantêm alertas para **aproveitar todas as oportunidades de retomar a iniciativa e destruir o inimigo pela ação ofensiva**” e também que “patrulhamento agressivo, **incursões**, contra-ataques de desorganização e outros, **apoiados por fogos e pela guerra eletrônica**, são meios pelos quais o espírito ofensivo é mantido [nas operações defensivas]” (BRASIL, 2017b, p. 4-3, 4-5, grifos nossos). Um contra-ataque realizado pelas tropas em defensiva pode quebrar o ímpeto do ataque inimigo e, inclusive, devolver a iniciativa para quem estava na defesa: “*the sudden shock effect of a counter-attack can send it [the attacking force] reeling. If the pursuit [by the defenders] is maintained, it is possible to throw an attacker back to their start line, and even to break their morale completely*” (JOHNSON; WHITBY; FRANCE, 2010, p. 27).

³⁹ Disruption é “*deceiving or destroying enemy reconnaissance forces, **breaking up combat formations, separating [attack] echelons, and impeding an enemy force’s ability to synchronize its combined arms***” (USA, 2022, p. 6-32, grifo nosso).

⁴⁰ Conforme apresentado na Doutrina Conjunta das FFAA da Índia (2007 *apud* MALLICK, 2009, p. 9, 11, grifo nosso), esse princípio de guerra dita que “*an offensive spirit must be inherent in the conduct of all defensive operations; **the defence must be active, not passive***”. O manual FM 3-0 Operations (USA, 2022, p. A-1, A-2, grifo nosso) dispõe que “*when it is necessary to defend, commanders and staffs maintain an aggressive mindset that **seeks to attack the enemy throughout the depth of its formations and sets the conditions for [future] offensive action***”. E a publicação MCDP 1-0 do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (USA, 2011, p. 8-1, grifo nosso) discorre que “*while opposing forms, the offense and defense [operations] are not mutually exclusive. In fact, **they cannot exist separately***”. Essa publicação também expõe que enquanto executando operações defensivas “*the commander **conducts shaping actions, such as attacking enemy forces echeloned in depth and/or the enemy’s sustainment capabilities. These shaping actions help to set the conditions for decisive action, such as the defeat of the enemy’s main effort by a counterattack that could allow the friendly force to transition to offensive operations***” (USA, 2011, p. 8-2, grifos nossos).

⁴¹ Afinal, “*Deterrence by denial is typically **associated** with the ability to defend a given target or likely objective*” (CHENG, 2021, p. 196, grifo nosso), ambas são “*thoroughly **interrelated** in practice*” (MORGAN, 1977, p. 30, grifo nosso) e “*military deterrence and defence are **indivisible***” (BOYD-CARPENTER, 1989, p. 169, grifo nosso).

⁴² Em obra mais recente, Morgan (2003, p. 14, grifos nossos) explicita que “*deterrence was not equivalent to defense. They overlapped because one [state] **could deter via a threat to defend vigorously or by a threat to both defend and punish***”.

Dissuasão por negação. E anuindo com o exposto por Snyder (1961, p. 4-5), ambas têm lugar em períodos determinados⁴³, fazendo uso de ferramentas peculiares e com funcionalidades específicas:

*Perhaps the crucial difference between deterrence and defense is that deterrence is primarily a peacetime objective, while defense is a wartime value. Deterrent value and defense value are directly enjoyed in different time periods. We enjoy the deterrent value of our military forces prior to the enemy's aggressive move; we enjoy defense value after the enemy move has already been made, although we indirectly profit from defense capabilities in advance of war through our knowledge that if the enemy attack occurs we have the means of mitigating its consequences. The crucial point is that **after** the enemy's attack takes place, our military forces perform different functions and yield wholly different values than they did as deterrents prior to the attack. As deterrents they engaged in a psychological battle – dissuading the enemy from attacking by attempting to confront him with a prospect of costs greater than his prospective gain. After the enemy begins his attack, while the psychological or deterrent aspect does not entirely disappear, it is partly supplanted by another purpose: to resist the enemy's onslaught in order to minimize **our** losses or perhaps maximize **our** gains, not only with regard to the future balance of power, but also in terms of intrinsic or non-power values. (SNYDER, 1961, p. 4-5, grifos do autor).*

Isto posto, comporta então observar que a ocorrência desse entendimento errôneo (equiparando ações visando a obter a Dissuasão por negação com aquelas executadas para permitir possíveis operações defensivas) pode incidir em incorreções nos planejamentos, na preparação e na aplicação das medidas necessárias para dissuadir agressões e para defender a nação:

*[A] combination of forces which appeared to be the optimum one from the point of view of deterrence might turn out to be far inferior to some other combination from the point of view of defense should deterrence fail. In short, maximizing the enemy's cost expectancy may not always be consistent with minimizing our own. Thus we must measure the value of our military forces on two yardsticks, and we must find some way of combining their value on **both** yardsticks, in order accurately to gauge their aggregate worth or 'utility' and to make intelligent choices among the various types of forces available. (SNYDER, 1961, p. 5, grifos do autor).*

⁴³ Com relação à sequência temporal dos eventos, a “*deterrence by definition involves **action taken before the outbreak of hostilities**, and hopefully to prevent them*” (BOYD-CARPENTER, 1989, p. 169, grifo nosso) – hostilidades essas que, no entendimento desta tese, denotam a erupção de um conflito de largas proporções (como uma guerra), não provocações de menor monta. Com relação à atuação defensiva do componente militar nacional, ela irá se desenrolar no (e após o) rompimento dessas hostilidades (mesmo que a preparação e posicionamento ocorram antes).

Em suma, estar capacitado para realizar operações defensivas (que incluem condutas ofensivas) é parte essencial da Dissuasão por negação, mas não é a própria. E a segurança de uma nação é função de uma escolha acertada para que tanto os procedimentos dissuasórios quanto os defensivos (abarcado o seu viés ofensivo) funcionem a contento (SNYDER, 1961, p. 30-31) – resultado esse que foi buscado na planificação apresentada pelo *Fortification Board*.

Com relação à Dissuasão por punição, (2018, p. 2, 2021, p. 15-16) entende que a mesma contém a ameaça de penalidades severas no caso de um ataque ser perpetrado contra a sua nação. O foco dessa abordagem dissuasória é o de castigar a nação agressora (e àquelas que lhe sejam coligadas), assim como de elevar consideravelmente os custos de uma agressão⁴⁴, mas não de efetuar a defesa direta do elemento atacado. Ainda segundo Mazarr (2018, p. 2, 2021, p. 15-16), essa modalidade dissuasória envolve tanto ações no Teatro de Operações (TO) local quanto se estende a nível mundial e possui amplo repertório de ferramentas, como os armamentos nucleares⁴⁵ e severas sanções econômicas – incluso opções bélicas convencionais. Freedman (2021, p. 5, grifos nossos) reforça este ponto ao apontar que não é necessário “*to **confine conventional forces to denial** – as weapons became more accurate over long ranges they could be used to **inflict tailored punishments as well**”⁴⁶. E de acordo com Mueller (2021, p. 51-52):*

*Deterrence can also involve threats to punish an aggressor by using **conventional forces** to attack targets less directly related to resisting the enemy attack, a **deterrent approach most famously associated with nuclear retaliation** but one that was also prominent in the decades before Hiroshima once airpower evolved to the point that it could range enemy territory far beyond the vicinity of the battlefield. (MUELLER, 2021, p. 51-52, grifos nossos).*

Por conseguinte, a presença de uma Marinha aguerrida e apta a levar o combate até o litoral do agressor – conforme o planejamento formulado pelo

⁴⁴ Segundo Wilner e Wegner (2021a, p. 8, grifo nosso), a Dissuasão por punição “***manipulates behavior by augmenting costs***”.

⁴⁵ O uso dissuasório dos armamentos nucleares será pormenorizado em capítulo à frente, da mesma forma como a estreita – porém não exclusiva – ligação existente entre a Dissuasão Nuclear com a Dissuasão por punição. Afinal a Dissuasão por punição também decorre da ameaça de emprego de armas e forças convencionais, como no caso da perspectiva de serem realizados bloqueios navais ou de incursões por tropas especializadas.

⁴⁶ Mueller (2021, p. 52, grifo nosso) complementa esse quesito ao afirmar que “*increasingly accurate munitions including long-range missiles **give strategists a wider range of targeting options today***”.

Fortification Board – é um modelo de Dissuasão por punição ao, por exemplo, permitir infligir pesados danos às bases econômicas do inimigo e, caso também necessário, dos seus aliados⁴⁷, assim como penitenciar o patrimônio e a população daquelas nações. Esse entendimento do uso de ataques profundos pode ser estendido para outros instrumentos militares, como o emprego de bombardeiros aéreos, bloqueios marítimos, operações de longo alcance com Forças Especiais e ataques com mísseis de cruzeiro.

A Dissuasão por punição contribui para com o escopo de demover a realização de agressões contra a nação dissuasora, renunciando que ataques sofridos serão retaliados com o objetivo de causar destruição e prejuízos físicos e psicológicos à nação atacante. Esse desagravo pode ter lugar incluso adentro das fronteiras do atacante, seja ele o mandante ou o mandatário. Um exemplo na antiguidade (Século IX) de Dissuasão por punição ocorrido no interior das fronteiras do agressor é fornecido pelo Império Bizantino com relação aos sarracenos, em que os primeiros retaliavam no caso de ataque dos últimos à Capadócia (então território pertencente a Bizâncio) – cunhando assim uma conjuntura dissuasória de advertência no evento de ataques futuros:

*Much could also be done by **delivering a vigorous raid** into his (the Saracen's) country and wasting Cilicia and northern Syria the moment his armies were reported to have passed north into Cappadocia. [...] **Incursions by sea supplemented the forays by land.** (OMAN, 1953⁴⁸, p. 42 apud POSEN, 1984, p. 72, grifos nossos)⁴⁹.*

Buscando clarificar como o emprego de alguns meios militares convencionais se apresentam concomitantemente na Dissuasão por negação e na Dissuasão por punição, deve ser observado o mencionado por Mearsheimer (1983, p. 27, grifos nossos), de que “*we must concern ourselves not simply with weapons – **and this***

⁴⁷ Como pode ser constatado, vários meios bélicos são de emprego bidirecional quando se trata de alcançar efeitos dissuasórios de negação ou de punição. No caso observado, a hipótese de as forças navais realizarem incursões e bloqueios tanto contribui para a Dissuasão por negação (como explicado antes) quanto para a Dissuasão por punição (ao representar a aplicação de sanções e padecimentos à nação agressora, levando a guerra até o âmago da mesma). Para Snyder (1959, p. 1), “*An absolutely sharp distinction between the punishment and denial functions cannot be made, nor can either function be attributed exclusively to any particular kind of military force*”.

⁴⁸ OMAN, Charles C. **The Art of War in the Middle Ages**. Ithaca: Cornell University Press, 1953.

⁴⁹ Essa ação também é citada por Schelling (2008, p. 179).

distinction is crucial – but with their use and their probable effect on the course of the war⁵⁰.

Sendo assim e da mesma forma que pode ser observado em certas práticas políticas e econômicas (como os boicotes), o fator diferencial é a “intenção” embutida. Ilustrando, a ameaça de ataque a uma usina termoeletrica pertencente a um possível agressor (investida a qual interromperia o fornecimento de energia elétrica) pode ser enquadrada como Dissuasão por negação e/ou como Dissuasão por punição. Será condizente com a primeira categoria se a “intenção” do ataque for de destruir a usina para cooperar com as operações defensivas da nação dissuasora (ao, por exemplo, prejudicar a fabricação de munições pela nação a ser dissuadida). E fará parte da segunda esfera se a “intenção” dessa destruição for a de flagelar algum pertencimento do agressor (como sua economia, sua população ou outra área), como no caso de visar interromper o aquecimento residencial durante o inverno. Mas a “intenção” também pode ser de formato dual ao atender a ambas as finalidades de forma concomitante.

Além disso, a distinção entre Dissuasão por negação e Dissuasão por punição é puramente acadêmica, não sendo levada em conta pelos planejadores políticos e militares das operações – os quais se preocupam com os objetivos que desejam atingir.

Para complementar os pontos debatidos:

*The power of deterrence is **situated between defensive and offensive power**, in the sense in which we have taken these two concepts⁵¹. It is not strictly defensive, since the state which deters another **can intervene in a geographically remote zone**. It is not strictly offensive, since it tends to prevent, **not to provoke the action of another state**. (ARON, 2017, p. 404, grifos nossos).*

Resumindo o apresentado nesta seção, a conjuntura vivenciada pela Defesa dos EUA no primeiro quartil do Século XIX (em particular os planejamentos da *Fortification Board*) permitiu ratificar a existência de uma ainda incipiente Doutrina

⁵⁰ Mearsheimer (1983, p. 25) observa que é muito difícil realizar a distinção entre armas ofensivas e armas defensivas, tudo dependendo do contexto de emprego. Para ele (1983, p. 25-26) as diversas armas podem ser utilizadas tanto em operações defensivas quanto em operações ofensivas, o que pode ser exemplificado nos carros de combate participando dos ataques soviéticos assim como da defesa germânica nos embates da Frente Oriental após 1943.

⁵¹ Segundo Aron (2017, p. 47), o conceito de *Defensive Power* é “*the capacity of a political unit to keep the will of others from being imposed upon it*” e o de *Offensive Power* é “*the capacity of a political unit to impose its will upon others*”.

Dissuasória. O aqui exposto também possibilitou veicular uma das caracterizações epistemológicas⁵² da Dissuasão, na qual ela é dividida nas modalidades de Dissuasão por negação e de Dissuasão por punição – as quais podem ser sintetizadas no enunciado de que “*whereas [Deterrence by] punishment deters through **fear of pain**, [Deterrence by] denial deters through **fear of failure***” (WILNER; WEGNER, 2021a, p. 8, grifos nossos). E sem reproduzir o já apresentado, deve ser complementado que o sucesso de ambas abordagens repousa em que o provável agressor as perceba como factíveis (pela disponibilidade de suficientes meios materiais, desempenho operacional compatível e, notadamente, determinação por parte das lideranças e da sociedade)⁵³.

3.3 O CASO DA SUÍÇA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Retornando às conjunturas dissuasórias pré-1945, a segunda delas a ser aqui estudada será baseada na Doutrina Dissuasória adotada pela Suíça, em especial no período que abrange a primeira metade do Século XX (particularmente durante a Segunda Guerra Mundial). Os fundamentos dessa Doutrina – a qual desconsidera o uso de armas nucleares⁵⁴ – podem ser encontrados no conceito denominado como de Defesa Territorial, que:

*It is based, not on retaliation against foreign countries by total destruction, nor even necessarily on conventional military defence along a front, but rather **on making one's own territory and people hard to conquer**. At the heart of any policy of territorial defence is the **preparation of the army and the civil population** so that they can wage a struggle in depth using various means of*

⁵² Sendo a Epistemologia o “estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico, ou das teorias e práticas em geral” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 1180), uma diferenciação epistemológica se destina a uma melhor compreensão do tema e à produção de conhecimento científico para uso teórico e acadêmico. Não se deve pressupor que Dissuasão por negação e Dissuasão por punição (bem como outras caracterizações epistemológicas) necessariamente façam parte do arcabouço doutrinário adotado pelos Estados e suas FFAA.

⁵³ Aron (2017, p. 405, grifos do autor) explicita que “*deterrence depends on both the **material means** at the disposal of the state that wishes to stop another, and on the **resolution** that the state which is the object of deterrence attributes to the state that threatens it with punishment*”.

⁵⁴ Nos anos 1950 e início dos anos 1960, a Suíça ponderou sobre a adoção de armamento nuclear (no nível tático) para uso na defesa do seu território, especialmente nos planejamentos para ações de interdição (ROBERTS, 1986, p. 52-53). Possuindo a capacidade tecnológica para desenvolver esse tipo de arma, a maior dificuldade dos suíços seria apenas para encontrar um local para realização de testes. Entretanto, a Suíça optou por não implementar a opção nuclear no seu arsenal bélico, em razão de que a posse dessas armas poderia agravar o perigo de o agressor também fazer uso delas (inclusive em ataques preemptivos), assim como a detonação dessas armas nucleares táticas, mesmo que o emprego delas fosse defensivo, resultaria em danos desproporcionais e indiscriminados a toda aquela nação (ROBERTS, 1986, p. 222-223).

combat, including if need be guerrilla warfare. [...] it is a manifestly defensive system, plainly unsuited to attack and therefore not likely to be perceived as a threat by other states or to lead to arms races. [...] it does not rely on strategic bombing in general or nuclear weapons in particular [...] it enables states to rely on their own forces rather than get tangled up in alliances which can so easily degenerate into forms of domination. Even if these claims cannot all be valid all the time, they deserve to be taken seriously. (ROBERTS, 1986, p. 10, grifos nossos).

Porém, antes de melhor desenvolver a aplicabilidade desse conceito de Defesa Territorial⁵⁵ com relação à Suíça⁵⁶, é pertinente expor uma versão condensada da história daquela Confederação, particularmente no que tange a manifestações de competência militar, sua adoção de uma política de neutralidade e outros aspectos associados à Dissuasão.

⁵⁵ Existem outras nações que fazem (ou faziam) uso dessa Defesa Territorial como prática dissuasória de forma similar à Suíça. Uma delas é a Suécia, que adota a *Totalförsvaret* (Defesa Total, tradução nossa), cujo conceito pode ser resumido em que a *Totalförsvaret* inclui todas as atividades para preparar a sociedade (sueca) para a guerra e que ela consiste tanto na defesa executada pelos civis como pelos militares. Outros detalhes da *Totalförsvaret* podem ser observados em publicações oficiais (SWEDEN, 2004, 2020), bem como em trabalhos como o de Roberts (1986, p. 62-123) e Salminen (1992, p. 51-55). Um ponto importante é que a Suécia conseguiu manter sua neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial tanto pela postura de resguardar sua soberania por meios militares quanto por ações diplomáticas e concessões econômicas (como o minério de ferro exportado para a Alemanha nazista). Com relação ao componente militar sueco, vale a pena inferir sobre se a capacidade finlandesa de resistir aos avanços soviéticos quando foi atacada em 1939 (infligindo perdas severas às tropas da então URSS em um terreno bastante similar ao sueco) possa também ter influído junto aos decisores governamentais de possíveis países agressores (ANTONOV, 1956; IRINCHEEV, 2009; BULL, 2013). Entretanto, a entrada da Suécia como membro da OTAN, a qual foi oficialmente concretizada no dia 7 de março de 2024 (disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_223446.htm#:~:text=Sweden%20became%20NATO%27s%20newest%20member,United%20States%20in%20Washington%20DC. Acesso em: 08 mar. 2024) certamente levará a novos desdobramentos na sua Política de Defesa, como a dificuldade dela se manter neutra. Outra nação que previa a Defesa Territorial era a antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia, a qual existiu de 1945 a 1992 e que será referida como ex-Iugoslávia nesta tese. Apesar de a ex-Iugoslávia pertencer ao período posterior à inserção dos armamentos nucleares (razão de não ter sido escolhida como objeto de estudo), ela apresenta diversos pontos que se alinham ao tipo de conjuntura dissuasória suíça, como adoção de uma estratégia eminentemente defensiva, envolvimento extensivo da população na defesa e as características geográficas locais (montanhas) – os quais serão destacados sempre que julgados pertinentes para amplificar e reforçar o entendimento das especificidades desse modelo de Dissuasão. A ex-Iugoslávia nominava sua Defesa Territorial como *Opštenarodna Odbrana* (Defesa de Todos os Povos, tradução nossa), denominação que buscava refletir um abarcamento pleno da sua população multifacetada – evitando, assim, criar distinções que pudessem gerar outras tensões internas frente às diversidades culturais-religiosas-linguísticas existentes (ROBERTS, 1986, p. 124-217).

⁵⁶ O conceito helvético de Defesa Nacional Total é identificado, por exemplo, no relatório do Conselho Federal da Suíça para a Assembleia Federal daquele país tratando da concepção da Defesa Nacional Militar (datado de 6 de junho de 1966) (CONFOEDERATIO HELVETICA-CH, 1966) e em documento similar (sobre a política de segurança suíça), datado de 27 de junho de 1973 (CH, 1973).

A edificação da atual Suíça teve início em 1291, quando da união dos cantões⁵⁷ de Uri, Schwyz e Unterwalden⁵⁸. O objetivo era de defenderem sua independência frente a ameaças externas, representadas especialmente pela dinastia austríaca dos Habsburgos (Sacro Império Romano-Germânico), além da França e Milão – todos desejosos de se aproveitarem da fraqueza daquela região que advinha da sua divisão em unidades territoriais dissociadas (MILLER, 1979, p. 3; MCLACHLAN, 2020, p. 7). Entretanto, nem sempre uma visão de ações puramente defensivas foi a predominante na Confederação Suíça, tendo ocorrido uma fase expansionista no decorrer dos Séculos XIV e XV – dentro do entendimento dos confederados de que uma ampliação territorial se impunha como mandatória para com a sua segurança (SPILLMANN, 1987, p. 1-2). Esse raciocínio se sustentava no contexto histórico de então, que percebia a necessidade de expansões “*in order to survive the fierce rivalries between the emerging national states that replaced the earlier feudal structures of the middle ages*” (SPILLMANN, 1987, p. 2).

Foi durante esse período que as tropas suíças se tornaram, de acordo com Miller (1979, p. 3), a mais temida e poderosa força militar na Europa, sobrepujando as formações de cavaleiros encouraçados nos campos de batalha, domínio esse no qual a dita Cavalaria Pesada tinha imperado por alguns séculos (OMAN, 1885, p. 62-63; MILLER, 1979, p. 3; MCLACHLAN, 2020, p. 41). A Batalha de Saint Jacob-en-Birs (1444) é um exemplo de como a reputação marcial suíça foi construída: apesar de estarem em expressiva inferioridade numérica, 1.500 suíços se lançaram ferozmente sobre as tropas de cavalaria de Armagnac⁵⁹ em um combate brutal no qual os confederados lutaram até o último homem – mas também eliminando entre 4.000 e 6.000 inimigos (os dados das fontes citadas variam), um custo inaceitável para com as ambições francesas e levando ao encerramento prematuro daquela invasão

⁵⁷ Segundo Schelbert (2007, p. 59), “cantão” é a denominação adotada para os estados membros da Confederação Suíça.

⁵⁸ De acordo com diversos autores (OMAN, 1885, p. 73-74; MILLER, 1979, p. 3, 31; DUBY, 2007, p. 127; PHILLIPS, 2011a, p. 190), essa união foi solidificada após a batalha de Morgarten (1315). A Confederação Suíça se originou desses três membros iniciais e já contava com 13 cantões no início do Século XVI (DUBY, 2007, p. 191; MCLACHLAN, 2020, p. 7). Ela possuía 22 cantões na segunda metade do Século XIX, conforme pode ser observado no Artigo 1º, tanto da Constituição de 1848 (CH, 2023, p. 5) quanto daquela de 1874 (CH, 1874, p. 3). A quantidade de cantões foi aumentada para um total de 26 de acordo com o artigo 1º da Constituição de 1999 (CH, 2022, p. 1).

⁵⁹ Grupo de mercenários que estavam então sob as ordens do Rei Carlos VII da França. Esse monarca buscava invadir a Confederação Suíça em aliança com o Imperador Habsburgo Frederico III, contando para tanto com um exército constituído por cerca de 40.000 integrantes e comandado pelo seu filho, o Delfim Luís (futuro Rei Luís XI) (OMAN, 1885, p. 81; MILLER, 1979, p. 15; MCLACHLAN, 2020, p. 41-43).

(OMAN, 1885, p. 81-82; MILLER, 1979, p. 15; MCLACHLAN, 2020, p. 41-43). Como resultado:

*From that day the Confederates were able to reckon their reputation for obstinate and invincible courage as one of the chief causes which gave them political importance. **The generals and armies who afterwards faced them, went into battle without full confidence in themselves.** It was no light matter to engage with an enemy who would not retire before any superiority in numbers, who was always ready for a fight, who would neither give nor take quarter. (OMAN, 1885, p. 82, grifo nosso).*

Embates anteriores⁶⁰ já haviam demonstrado as qualidades bélicas das tropas suíças, sobressaindo a coragem, coesão em combate, espírito de luta⁶¹ e competência tática⁶². Particular atenção deve ser dada à faculdade para inovação bélica por elas manifestada naquele período. Ilustrando essa faculdade de se reformarem, as forças da Confederação Suíça faziam uso extensivo da alabarda⁶³,

⁶⁰ Dentre outras batalhas precedentes onde as forças da Confederação Suíça se distinguiram, podem ser citadas a de Laupen (1339) e a de Sempach (1386), nas quais aquelas forças também demonstraram habilidade na escolha do terreno onde combater e a manobrabilidade de suas tropas (OMAN, 1885, p. 75-78; MILLER, 1979, p. 8-10; PHILLIPS, 2011a, p. 207; NICOLLE, 2012, p. 26-27; MCLACHLAN, 2020, p. 37-40).

⁶¹ Jörgensen *et al.* (2006, p. 9, grifos nossos) explicitam que *“the success of the Swiss cannot be attributed to their weapons or formations alone. Their social organization played a major role in the effectiveness of their fighting techniques [...] reinforced the cohesion of their units”*. A formação de base era a companhia, denominada como *Haufen* e composta por *“men from the same region, recruited from both urban centres and outlying rural communities. The company was commanded by a Hauptmann, or captain, who was an appointed representative of the town council; other officers in the unit were elected by the men. The Haufen was therefore a tightly knit”*. Dessa forma, as tropas suíças, convocadas e organizadas dentro dos mesmos cantões, lutavam com elevado senso de lealdade pessoal entre seus integrantes (muitas vezes parentes, amigos ou vizinhos da mesma vila) – um fator vital no campo de batalha onde os soldados precisam confiar naqueles que estão posicionados ao seu lado – e tinham sua coesão ampliada pela existência de vínculos maiores com quem os liderava (OMAN, 1885, p. 82; MCLACHLAN, 2020, p. 8, 29). *“This made Swiss foot soldiers willing to make incredible sacrifices for their communal comrades, with units often fighting to the last man”* e também *“the communal nature of Swiss units also reinforced training since communities could train men from their youth onwards”* (JÖRGENSEN *et al.*, 2006, p. 9, grifos nossos).

⁶² Para Oman (1885, p. 66-67), a Infantaria suíça, além da sua solidez em combate, tinha uma patente rapidez de movimentos – uma formidável qualidade tática, especialmente para aquela época. Essa celeridade provinha tanto de uma expedita concentração das forças ao serem convocadas quanto da velocidade com que as tropas marchavam e formavam para as batalhas. Além disso, as táticas suíças eram *“characterized by very quick and aggressive charges across the battlefield in order to bring the enemy to hand-to-hand combat. Their reputation for speed was such that it was said they could charge enemy artillery before the cannon could get a second shot”* (JÖRGENSEN *et al.*, 2006, p. 11).

⁶³ “Antiga arma composta de longa haste, que é rematada por peça pontiaguda de ferro, atravessada por lâmina em forma de meia-lua” (HOUISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 133). A alabarda era um poderoso instrumento de combate quando manejado por soldados de complexão forte (como os campônios suíços, que a tinham como uma arma favorita). Mas apesar de serem letais em embates aproximados, eram lentas e com limitações de emprego tático (OMAN, 1885, p. 65-66; JÖRGENSEN *et al.*, 2006, p. 10).

mas ela se mostrou uma arma deficiente em diversos combates, especialmente para fazer frente a ataques em massa de tropas de Cavalaria (OMAN, 1885, p. 66; MILLER, 1979, p. 10; NICOLLE, 2012, p. 34; MCLACHLAN, 2020, p. 36). A predileção dos soldados suíços fazia com que perdurasse o seu emprego como armamento principal naquelas tropas. Contudo, a derrota sofrida na Batalha de Arbedo (1422)⁶⁴ levou a que as autoridades da Confederação impusessem mudanças que se materializaram com a adoção do pique⁶⁵ e, concomitantemente, do sistema da falange⁶⁶ – reformulações essas que sinalizaram um novo período de supremacia militar da Confederação Suíça (OMAN, 1885, p. 79-80; MILLER, 1979, p. 12-13, 15; JÖRGENSEN *et al.*, 2006, p. 8; MCLACHLAN, 2020, p. 40-41).

A imagem militar dos cantões suíços foi sendo reforçada com os resultados da adoção do alistamento compulsório⁶⁷ e, para além desse “avanço tecnológico” em

⁶⁴ As tropas do Duque de Milão fizeram uso de piques (longas lanças) nesse combate, juntamente com as lanças da Cavalaria desmontada, obtendo uma significativa vantagem sobre as alabardas suíças (OMAN, 1885, p. 79; MCLACHLAN, 2020, p. 40-41). Segundo Machiavelli (2003, p. 37), após sofrer uma primeira derrota, o Conde Carmignuola (comandante das forças milanesas) reorganizou suas tropas e novamente atacou, dessa vez com seus cavaleiros a pé, de forma a aproveitarem das vantagens dos seus equipamentos contra as deficiências helvéticas. Em consequência desse insucesso, o Conselho de Lucerna determinou que uma larga proporção da Infantaria da Confederação passasse, então, a ser equipada com o pique (OMAN, 1885, p. 80).

⁶⁵ “Lança antiga” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 2220), que devido ao seu distinto comprimento necessitava do uso das duas mãos para ser manejada adequadamente (OMAN, 1885, p. 65). Como apresentado por Miller (1979, p. 37), Jörgensen *et al.* (2006, p. 8) e McLachlan (2020, p. 12), o pique era um armamento muito difícil de manipular, não adequado para o combate aproximado e um entrave para a mobilidade, sendo inservível para uso individual e impondo seu emprego coletivamente (após considerável treinamento).

⁶⁶ Miller (1979, p. 13,15, 37) expõe que, face à necessidade de o pique ser utilizado *en masse*, a falange foi adotada (e moldada) como a formação de combate a ser empregada pelos suíços. Essa falange podia deter qualquer carga de Cavalaria e foi também aperfeiçoada como arma ofensiva, obtendo um efeito devastador. Segundo Weir (2001, p. 302), a falange original era uma “*formation of massed infantry armed with spears and protected by shields. It apparently was invented by the Sumerians. It was perfected by the Greek city-states. The Macedonians under Philip, Alexander, and their successors used a slightly different form with lighter armor and longer spears*”. A falange suíça, porém, não fazia uso de escudos. Para O’Connell (1989, p. 102), a criação da Confederação Suíça levou ao início de um exército nacional – que “*poor but independent, not serfs but free peasants and burghers, the Swiss naturally gravitated toward one another, fighting in close formation from the beginning*”. E dessa característica, somada com a necessidade de ajustar o emprego operacional dos piques, “*the tactical formation which emerged - a human hedgehog fronted by four rows of spears - was a familiar one. The Swiss, like the Sumerians and the Hellenes, reacted to analogous socioeonomic conditions by introducing the phalanx to the battlefields of Europe*”.

⁶⁷ Aspecto que contribuiu significativamente para o sucesso da Confederação Suíça nos conflitos nos quais participaram foi a introdução, na metade do Século XV, do alistamento compulsório. Com essa medida a Confederação podia facilmente dispôr de elevados efetivos de tropas próprias em campo, o que também permitia maior independência militar em razão de a contratação de mercenários ser muito esporádica (MILLER, 1979, p. 3-4). De fato, os cantões suíços eram grandes provedores de mercenários e essa realidade sobressai sobre a maioria dos demais Estados europeus que se valiam fortemente de exércitos constituídos por tropas estrangeiras – que lutavam por dinheiro, sem plenas conexões ou fidelidade para com os seus empregadores (MCLACHLAN, 2020, p. 7-8), como os já citados mercenários de Armagnac e outros. Complementando o exposto em nota de rodapé anterior, o alistamento suíço também operava para que os integrantes de cada *Haufen* fossem

armamento⁶⁸, sobretudo com a edificação de um sistema tático para empregá-lo⁶⁹ (mesmo que estando baseado no antecedente histórico das falanges macedônicas) (OMAN, 1885, p. 65). A reputação foi ampliada e repercutida com outros sucessos militares da Confederação Suíça que se seguiram⁷⁰. Vale destacar que as derrotadas forças militares da Borgonha eram consideradas como das mais avançadas de então, sendo altamente organizadas, sob uma rígida estrutura de comando, constituídas pelos melhores mercenários em cada especialidade (como os arqueiros ingleses e os besteiros italianos) e contando com uma Artilharia muito evoluída e treinada – mas foram sucessivamente sobrepujadas pelos suíços (MCLACHLAN, 2020, p. 25-28, 43-44). Para salientar o resultado desses eventos:

This remarkable series of defeats shows how a well-organized and technologically advanced army could not stand up to innovative infantry tactics. Theoretically, the Burgundian artillery should have been able to blast large holes through the tightly formed pike squares, but they ended up being no match for them. No doubt, the Swiss did suffer losses from artillery fire, but their highly trained pikemen were able to quickly shift location within the square to plug any gaps and advance rapidly enough that the slow-loading cannons could only get off a couple of shots before the pikemen were upon them. (MCLACHLAN, 2020, p. 28, grifo nosso).

oriundos de uma mesma comunidade – transferindo, assim, a conexão comunal entre eles para a unidade de combate, criando um forte *esprit de corps*, uma *camaraderie* e elevando a efetividade das tropas da Confederação. Deve ser ressaltado que, diferentemente dos grupos de mercenários suíços ditos livres (que se autogeriam e não tinham subordinação com as autoridades de qualquer dos cantões), esses contingentes cantonais regulares “*were hired out to foreign princes, swore to obey the Confederate military ordinances and were paid directly by the cantons*” (MILLER, 1979, p. 31, grifo nosso).

⁶⁸ O pique nessa versão “moderna” (pós-macedônica) não se originou na Suíça, mas na Itália (cidadãos de Turim já eram comissionados na fabricação deles em 1327) (MILLER, 1979, p. 37). E, dentre outros combates, foram utilizados pelas tropas do Duque de Milão na anteriormente citada Batalha de Arbedo (OMAN, 1885, p. 79; MCLACHLAN, 2020, p. 40-41).

⁶⁹ Essa concepção tática, a falange suíça, permitia uma maior flexibilidade de emprego e rapidez, além de incluir frações equipadas tanto com armas de fogo individuais quanto com bestas (*crossbow*). Também mantinha elementos dotados de alabardas para quando ocorressem combates aproximados (MILLER, 1979, p. 15, 31; MCLACHLAN, 2020, p. 12, 43). Como explicação, essa arma denominada como besta (*crossbow*) é “*a bow set at right angles to a stock. Because it can be drawn with both hands, or with a mechanical device, it is usually far stronger than a hand bow*” (WEIR, 2001, p. 300).

⁷⁰ Como aqueles contra as tropas do Duque de Borgonha nas batalhas de Grandson (1476), Morat (1476) e Nancy (1477), assim como em Dornach (1499), enfrentando as forças dos Habsburgos e da Liga da Suábia (OMAN, 1885, p. 82-87; MILLER, 1979, p. 20-31; HONIG, 2000, p. 60-61; DUBY, 2007, p. 191; PHILLIPS, 2011b, p. 233; DAVID, 2012, p. 93; NICOLLE, 2012, p. 50-51; MCLACHLAN, 2020, p. 44-46). Também pode ser citada a Batalha de Novara (1513) contra os franceses, a última das grandes vitórias militares dos suíços (OMAN, 1885, p. 82-87; BUNTING, 2011a, p. 244).

Apesar de o termo Dissuasão não estar presente nos textos até aqui apresentados tratando do desempenho militar suíço, é clara a existência de efeitos dissuasórios decorrentes da competência bélica helvética – construída em razão dos resultados alcançados pelas forças combatentes da Confederação Suíça em diversos campos de batalha europeus. Para ilustrar esse ponto, a já citada passagem sobre desdobramentos da Batalha de Saint Jacob-en-Birs (1444): “*the generals and armies who afterwards faced them [the Confederates], went into battle without full confidence in themselves*” (OMAN, 1885, p. 82). Essa competência militar se insere, conforme referido na introdução deste capítulo, na primeira das três condicionantes que formam o Triunvirato da Dissuasão: a posse de Capacidade⁷¹. E ela comporta dar continuidade na construção do arcabouço analítico da Dissuasão, conforme poderá ser observado na próxima seção deste capítulo.

Dando continuidade ao resumo histórico da Suíça naquilo que for pertinente a esta tese, será tratada a sua adoção de uma política de neutralidade – política essa que se apresenta singularmente conexa à Doutrina Dissuasória daquela Confederação e que teve lugar com o fim do dito ciclo expansionista suíço⁷², advindo quando da derrota dos mesmos para as tropas francesas⁷³ na Batalha de Marignano (1515)⁷⁴ (MILLER, 1976, p. 21-22; SPILLMANN, 1987, p. 2; BROOKS, 2000a, p. 64-

⁷¹ Focando nos aspectos militares, a efetividade da Dissuasão inclui a existência de uma fidedigna Capacidade Militar (POSEN, 1984; BIDDLE, 2004; TANGREDI, 2013).

⁷² Duby (2007, p. 191) apresenta como a Reforma penetrou radicalmente na Confederação Suíça, levando a uma guerra civil e ao rompimento da unidade religiosa, resultando em os sete cantões católicos se opondo fortemente aos quatro protestantes (Zurique, Basileia, Berna e Schaffhausen), com apenas Glarus e Appenzell admitindo a liberdade religiosa). E Spillmann (1987, p. 2-3) discorre que a adoção dessa política de neutralidade foi menos uma decisão racional de Política Externa do que a solução possível frente à realidade interna da Confederação, com fortes tensões oriundas de conflitos religiosos e uma tênue estrutura política (estando a coligação dos cantões sujeita a ruptura). Apenas no decorrer da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) é que os suíços passaram a reconhecer a neutralidade como uma ferramenta extremamente útil para a sua estabilidade e segurança. Aqui o Realismo Neoclássico se manifesta, com o contexto doméstico se projetando sobre o planejamento estatal de atuação no campo internacional, influenciando-o.

⁷³ As tropas confederadas obtiveram o elemento surpresa graças ao seu rápido deslocamento e empregaram suas formações com a tradicional habilidade e determinação – mas os franceses tinham desenvolvido respostas táticas à forma de combater dos helvéticos: fazendo uso maciço de artilharia (quebrando as formações dos suíços) e com ataques coordenados com a Cavalaria Pesada (pelos flancos) e os Lansquenetes (BUNTING, 2011, p. 248). Os Lansquenetes (*Landsknechts*) eram mercenários germânicos (normalmente rivais dos suíços) que combatiam em formações cujo armamento principal eram os piques, mas com a adoção dos arcabuzes (especialmente ao longo da segunda metade do Século XVI) (OMAN, 1885, p. 89-90; MILLER, 1976, *passim*; JÖRGENSEN *et al.*, 2006, p. 11-13).

⁷⁴ Após essa batalha foi assinado um tratado de paz no qual os suíços desistiam permanentemente de seus interesses na Itália, que juntamente com “*the divisions created by religious debates between Catholics and Protestants back in Switzerland meant that the Swiss would play less and less of a role in European warfare and politics in the years to come*” (MCLACHLAN, 2020, p. 49).

65; BUNTING, 2011a, p. 248; DAVID, 2012, p. 111, 115). Contudo a neutralidade não é obtida (e nem mantida) simplesmente com a emissão de uma declaração⁷⁵. Esse é um ponto que importa salientar para o objetivo desta tese, pois a:

Neutrality alone, the Swiss learned, was a useful but not sufficient means to maintain independence. The lack of a clear will and the lack of adequate military means to defend it made neutrality worthless. Only credibly armed neutrality could survive “the malice of time”. (SPILLMANN, 1987, p. 3, grifo do autor).

Consequentemente, mesmo um Estado que opte por uma posição de neutralidade necessita dispor de condições políticas, diplomáticas, econômicas e militares para garanti-la e, dessa forma, preservar a sua independência. Para além de palavras e tratados, se faz necessário estabelecer uma Dissuasão adequada⁷⁶ frente aos perigos presentes e vindouros, como a “*credibly armed neutrality*” supracitada. Para ilustrar esse tópico, esta tese irá se valer da Doutrina Dissuasória suíça utilizada durante a Segunda Guerra Mundial⁷⁷.

Contextualizando aquela época e como apresentado por Ribi (2010, p. 9), em junho de 1940 todo o território limítrofe à fronteira oeste da Suíça passou ao controle da Alemanha nazista. Essa nova realidade, criada devido a vitória germânica sobre a França⁷⁸, abria uma frente de ataque inusitada, bastante extensa e pouco defendida.

⁷⁵ Para explicitar, 15 países europeus se declararam neutros no início da Segunda Guerra Mundial, mas apenas cinco (Irlanda, Portugal, Espanha, Suíça e Suécia) conseguiram preservar a sua neutralidade no decorrer daquele conflito (ROBERTS, 1986, p. 38). E destes, a Suíça tinha quase a totalidade de suas fronteiras (a exceção era o pequeno Principado de Liechtenstein) com países beligerantes expansionistas (Alemanha/Áustria e Itália) ou colaboracionista com eles (a França de Vichy).

⁷⁶ “**A neutral state, by definition, counts on deterrence: it does not plan to impose its own will upon other states, save to convince them to leave it in peace**” (ARON, 2017, p. 404, grifo nosso).

⁷⁷ Até o final da Segunda Guerra Mundial (quando da introdução das bombas atômicas), nos mais de 400 anos que se seguiram à Batalha de Marignano, a Suíça foi invadida apenas durante as Guerras Napoleônicas (SPILLMANN, 1987, p. 3; GILBERT, 2011a, p. 503). Essa invasão resultou em que, após o Congresso de Viena (em novembro de 1815), a neutralidade da Suíça fosse reconhecida pelas maiores potências europeias de então – reconhecimento esse que foi reafirmado em 1919 no artigo 435 do Tratado de Versailhes (SPILLMANN, 1987, p. 3-4). Mas apesar dessas garantias, a independência suíça esteve em risco, especialmente em 1870 (Guerra Franco-Prussiana) e durante a Primeira Guerra Mundial (SCHELBERT, 2007, p. xxxi, lxxv; HALBROOK, 2006, p. 9). Porém nenhuma ameaça foi tão acentuada como no decorrer da Segunda Guerra Mundial, razão da escolha para estudo desse período histórico específico.

⁷⁸ Essa vitória foi alcançada com surpreendente rapidez (em seis semanas) e frente a forças britânicas e francesas expressivas (mas deficientes em tropas blindadas qualificadas e apoio aéreo adequado). Assim e como detalhada no capítulo anterior, a *Blitzkrieg* se mostrou plenamente apta a vencer tropas realizando defesas fixas em posição (SHEPPERD, 1990, *passim*; PIMLOTT, 2006, p. 54-55; GILBERT, 2011c, p. 808). O resultado é que, diferentemente do ocorrido na Primeira Guerra Mundial, a aptidão dissuasória suíça foi significativamente reduzida. Se as forças e meios mobilizados pela Confederação apresentavam um adequado fator dissuasório no conflito que teve

Amplificando o choque advindo da derrota francesa, no dia 25 de junho de 1940 (pouco após a assinatura do armistício franco-germânico), Marcel Pilet-Golaz (então Presidente da Confederação Suíça) proferiu um discurso radiofônico que foi interpretado como uma capitulação e a aceitação de uma “Nova Europa”⁷⁹. Frente a essas ameaças à independência suíça⁸⁰, o General Henri Guisan⁸¹ reuniu toda a oficialidade militar da Confederação Suíça (do posto de major ou acima) em Rütli⁸² no dia 25 de julho de 1940, quando proferiu um discurso que veio a galvanizar o povo suíço⁸³ (HALBROOK, 2006, 131-132; SCHELBERT, 2007, p. 156, 290; RIBI, 2010, p.

lugar entre 1914 e 1918, o mesmo não ocorria em 1940. Sem possuir formações móveis, doutrina adequada e força aérea compatível para fazer frente à *Blitzkrieg*, a Capacidade para Dissuasão suíça, mesmo com os expressivos efetivos mobilizados (cerca de 650.000 soldados e auxiliares) possivelmente não intimidaria os possíveis agressores (que, diferentemente de 1914-18, agora também incluía a Itália e que tinham controle de toda a região fronteira da França com a Suíça) (SCHELBERT, 2007, p. lxxvii). Como comparação e quase um ano antes da queda da França, o Exército da Polônia, com um efetivo de cerca de um milhão de integrantes após a mobilização, fora batido em pouco mais de duas semanas (com o ataque soviético em 17 de setembro de 1939 pouco contribuindo para o debacle polonês) (PIMLOTT, 2006, p. 44-45; GILBERT, 2011b, p. 801; MOORHOUSE, 2019, *passim*). A Suíça necessitava, assim, implementar uma nova estratégia defensiva para substituir aquela baseada na realidade da Primeira Guerra Mundial e lograr obter uma adequada Capacidade para Dissuasão.

⁷⁹ Nessa fala, considerada malfadada e sombria, Pilet-Golaz citava estar aliviado pela França ter optado pela paz, que a Europa deveria então estabelecer um novo balanço de poder e pedia compreensão e lealdade dos cidadãos suíços para futuras decisões governamentais que nem sempre teriam como ser explicadas. Ele não fez qualquer menção sobre democracia, independência, liberdade ou neutralidade (RIBI, 2010, p. 9-10)

⁸⁰ Deve ser ressaltado que as cartas magnas da Suíça explicitam a manutenção da independência nacional como valor supremo, não a neutralidade. O Artigo 2º da Constituição de 1848 (CH, 2023, p. 5, tradução nossa) apresenta “garantir a independência do país contra o poder estrangeiro” como o primeiro dos quatro objetivos daquela Confederação. Redação idêntica se encontra também no artigo 2º da Constituição de 1874 (CH, 1874, p. 4), a qual estava válida no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

⁸¹ Em 3 de agosto de 1939, no preâmbulo da Segunda Guerra Mundial, o General Guisan foi eleito pela Assembleia Nacional como Comandante das FFAA suíças (a mais alta autoridade militar da Confederação). Disponível em: <https://web.archive.org/web/20201024204445/https://www.vtg.admin.ch/en/die-schweizer-armee/geschichte-der-schweizer-armee/themen-der-militaergeschichte.detail.news.html/vtg-internet/verwaltung/2019/19-07/henri-guisan.html>. Acesso em: 23 jan. 2024.

⁸² A escolha desse local tinha uma clara sinalização afirmativa (interna e externa) de resistência a invasores, pois Rütli (situada às margens do Lago Lucerne) possui um forte simbolismo histórico por ser tradicionalmente considerado como o local onde se originou a Confederação Suíça (SCHELBERT, 2007, p. 156, 208, 289-290). Como aqui apresentado previamente, os cantões se confederaram com o objetivo comum de defenderem sua independência frente a investidas externas, aliança essa que já durava mais de 700 anos.

⁸³ As palavras iniciais do General Guisan foram que “*we have reached a watershed moment in our history. Switzerland's very existence is at stake*” (RIBI, 2010, p. 10, grifo nosso), passando então a focar em dois pontos-chaves: a vontade de resistir e a nova estratégia de defesa. Segundo Schelbert (2007, p. 290), ele enfatizou “*his strategy of nonsurrender and of resistance to the last to be waged from fortresses in the Alps*”. Sua mensagem era um antídoto frente ao derrotismo que assomava em vários setores da sociedade suíça, mensagem essa que foi reforçada em pronunciamento radiofônico no dia 1º de agosto (Dia Nacional da Suíça), quando o General Guisan indagou e respondeu: “*Are we able to resist? This question is unworthy of a Swiss citizen and most definitely of a soldier*” (RIBI, 2010, p. 10).

10). Incitada a vontade da população suíça de fazer frente às ameaças a sua independência⁸⁴, importava secundá-la com uma estratégia plausível para resistir a uma invasão germano-italiana, de forma a dissuadir a deflagração da mesma⁸⁵.

Em consequência, foram planejadas e adotadas ações diplomáticas e econômicas⁸⁶, mas um caráter resolutivo das mesmas era dificultado sobremaneira em razão de a Suíça se encontrar insulada por países do Eixo e vivenciando um conflito em escala global – tornando, assim, imprescindível a posse de efetivos instrumentos do campo militar⁸⁷.

O planejamento de defesa suíço foi centrado em uma Doutrina Dissuasória denominada de *Réduit National*⁸⁸ (Reduto Nacional, tradução nossa), a qual já existia desde os tempos de paz e que seria plenamente implementada no caso de a região

⁸⁴ Dentro da área militar, a exortação para enfrentar agressões externas já estava presente, conforme apresentado por Schelling (2008, p. 50, grifo do autor): “a Swiss order of April 1940, distributed to every soldier in his ‘livret de service’, declared that in event of attack the Swiss would fight and that any order or indication to the contrary, from any source, was to be considered enemy propaganda”.

⁸⁵ Os alemães elaboraram diversos planejamentos para uma invasão teutônica (com apoio de forças italianas) à Suíça, prevendo um ataque no estilo *Blitzkrieg* e fazendo uso de divisões concentradas não apenas junto às fronteiras alemãs e italianas, mas também da França ocupada (URNER, 2002, p. 25-35, 66-67; HALBROOK, 2006, p. 129-130, 135-137). Um exemplo foi o Plano *Tannenbaum* (Árvore de Natal, tradução nossa), no qual (como os demais planos) constava a execução de um assalto relâmpago para isolar as maiores unidades suíças, impedindo-as de escapar e reforçar as defesas nos Alpes (KAUFMANN; JURGA, 2002, p. 207; URNER, 2002, p. 70; HALBROOK, 2006, p. 140-141). Conforme esse último autor (2006, p. 33-34), eles também publicaram o livro de bolso intitulado *Schweizerisches Heer* (Exército Suíço, tradução nossa) em janeiro de 1940 – com uma distribuição (para as forças posicionadas na região fronteiriça) e tiragem que só se justificariam como uma preparação de tropas para realizar uma invasão.

⁸⁶ Como exemplos citados por Schelbert (2007, p. xxxii, lxxvii), complexos acordos foram estabelecidos com países aliados para fornecimento de suprimentos em falta (mas que foram intermitentemente cortados) e também com a Alemanha para receber carvão (indispensável para a indústria e o aquecimento dos suíços). Ocorreu o racionamento de vestuário, calçados e alimentos, bem como a introdução de um programa de produção agrícola intensivo (*Anbauschlacht*), visando tornar a Suíça autosuficiente nesse quesito. E as posturas diplomáticas tiveram lugar em conformidade com a neutralidade, mas objetivando minimizar incentivos à invasão pelas potências do Eixo – contando também com uma equilibrada resistência política doméstica frente à agitação nacional-socialista e comunista. Roberts (1986, p. 44) apresenta os compromissos assumidos com a Alemanha (normalmente relativos a questões de suprimentos e transporte, os quais também foram levados a cabo pelos suecos) como “from the Swedish and Swiss points of view they were a lesser evil”.

⁸⁷ Apesar da excelência da Diplomacia helvética (HALBROOK, 2006, p. 7), é relevante observar o questionamento e a resposta de Aron (2017, p. 405-406): “How can the state diplomatically on the defensive convince a state diplomatically on the offensive that it will carry out its threat? Today as yesterday, the two most common procedures are [...] the Swiss defense preparations: a solemn commitment that makes retreat almost impossible, and proof of the resolution by action”.

⁸⁸ Segundo Halbrook (2006, p. 137), *Réduit* era a região dos Alpes suíços onde o General Guisan decidiu concentrar forças para fazer frente aos ataques nazifacistas. Ela se estendia das áreas fortificadas de Sargans a leste até Saint Maurice a oeste e Gottard ao sul. O *Réduit National* era constituído desde amplos fortes até posições de bloqueio preparadas para demolição (como pontes e túneis), com novas fortificações sendo construídas no decorrer da guerra (KAUFMANN; JURGA, 2002, p. 197-198, 202-205).

centro-norte (o Platô Suíço ou *Mittelland*)⁸⁹ fosse conquistada pelas tropas do Eixo – levando a que o exército colocasse em prática uma guerra de guerrilhas a partir dos Alpes e tornando assaz custoso o ataque militar (SCHELBERT, 2007, p. lxxvii, 373)⁹⁰. Mas deve ser observado que a defesa das regiões fronteiriças (e subsequentes) não eram relegadas, sendo elas também protegidas por uma série de fortificações (KAUFMANN; JURGA, 2002, p. 197-201), as quais serviriam para, ao menos, causar baixas e retardar os avanços dos inimigos⁹¹.

Essas fortificações na fronteira, porém, iam além de buscar defender a área mais densamente povoada e industrializada da Confederação – os suíços entendiam perfeitamente a importância que havia de respaldar a sua neutralidade, já que “*Switzerland should not be regarded by any of the powers as a piece of territory that could lightly be crossed in support of military operations in another theatre*” (ROBERTS, 1986, p. 52, grifo nosso). Essa realidade fica ressaltada pois, ao examinar a posição geográfica da Suíça (ROSA *et al.*, 1999, p. 132, 160; MUMFORD *et al.*, 2015, p. 58-59, 73), se observa que ela se interpõe nas ligações terrestres entre a França e a Itália e, especialmente, naquelas entre a Itália e a Alemanha (além de também apresentar um eixo que possibilita desbordar a tradicional fronteira franco-germânica). Dessa forma:

The [Swiss] mountain chains, which separate northern from southern Europe, have passageways between the towering groups of peaks. Among them are, from west to east, the Great St. Bernard, the Simplon, the St. Gotthard, the Lukmanier, the San Bernardino, the Septimer-Maloja-Julier, and the Albula-Bernina passes. These geographic traits make Switzerland a country of transit from both north to south and east to west. (SCHELBERT, 2007, p. xl, grifo nosso).

⁸⁹ Observando os mapas e relevo daquela região (ROSA *et al.*, 1999, p. 130, 160; MUMFORD *et al.*, 2015, p. 73) é possível notar que o terreno na porção norte e central da Suíça é plano e com poucos obstáculos, o que dificulta sobremaneira as ações defensivas – realidade agravada pelo aumento substancial da extensão fronteiriça dominada pelo Eixo após a queda da França. Além disso, as forças armadas suíças tinham falta de meios específicos de combate para fazer frente ao previsto ataque no estilo *Blitzkrieg* naquele Platô (principalmente aviação, armas anticarro e forças blindadas).

⁹⁰ “*Mountain barriers have presented the Swiss with strong defensive advantages, which that nation has long adapted its military organization to exploit*” (POSEN, 1984, p. 65, grifo nosso). Para Aron (2017, p. 55), as “*mountains account for Switzerland’s exceptional capacity for wartime defense*”, apreciação que ele (2017, p. 189) complementa afirmando que a capacidade de a Suíça fazer frente a seus agressores, mantendo sua independência e neutralidade, provavelmente mais do que em qualquer outra nação do Velho Mundo, se deve a sua geografia.

⁹¹ Roberts (1986, p. 52) apresenta que na década de 1930 foi construída uma extensão da Linha Maginot ao longo de 40 milhas entre Basel e Zurique.

A Doutrina do *Réduit National* tinha bases sólidas e dispunha das condições necessárias para fazer frente àquelas ameaças externas, pois: se beneficiava das vantagens defensivas proporcionadas pelas características geográficas da Suíça, especialmente da sua porção sul⁹²; contava com adequados elementos materiais (como recursos humanos dotados de habilidades marciais e meios estocados) que estavam preparados para realizar ações defensivas e de resistência⁹³; comportava abalizados elementos não materiais (lideranças motivadas, população comprometida, resiliência nacional e outros); apresentava uma possibilidade real de implementar o objetivo de impedir (ou de dificultar sobremaneira) o uso pelo inimigo das suas vias de transporte transalpinas; e estava fundamentada em um planejamento realista e que adotava uma política de Defesa Territorial que era adequada à realidade daquela Confederação⁹⁴.

Kaufmann e Jurga (2002, p. 205) detalham a seguir algumas das medidas previstas de serem executadas no caso de invasão e/ou que já estavam sendo implementadas, de modo a que os avanços das tropas invasoras nazifascistas fossem estorvados ou fracassassem:

Two to four rows of holes were drilled and capped in narrow defiles to create anti-tank obstacles similar to those used on the bridges. In certain narrow passages small chambers secured by a door were prepared and loaded with

⁹² O terreno na parte meridional da Suíça é caracterizado por um relevo majoritariamente montanhoso (que inclui alguma das mais destacadas elevações do Continente Europeu) (ROSA *et al.*, 1999, p. 130, 160; MUMFORD *et al.*, 2015, p. 73), onde as vantagens da *Blitzkrieg* são grandemente anuladas e a defesa é muito facilitada. Experiências anteriores ocorridas em região idêntica durante a Primeira Guerra Mundial (nas Montanhas Dolomitas, localizadas no extremo leste da Suíça e entre a Áustria e a Itália) demonstraram as dificuldades extremas vivenciadas pelas tropas austríacas e italianas para lutar em regiões montanhosas (especialmente para os atacantes) (DURSCHMIED, 2012, p. 180-201; ALBESI; AUTIERI, 2019, p. 55-69). As condições singulares do combate em montanha (particularmente no inverno) impõem acentuada vantagem para soldados originários desse habitat (como eram os suíços no caso em estudo) ou para unidades com treinamentos e equipamentos especializados (mas que nunca existem em grande número), como os *Chasseurs Alpins*, os *Gebirgsjäger* ou os *Alpini* (respectivamente as denominações das tropas de montanha francesas, austro-germânicas e italianas) (MABIRE, 1984; WILLIAMSON, 2003; BULL, 2013; ALBESI; AUTIERI, 2019).

⁹³ Ações de resistência envolvem tanto atividades bélicas centradas em formações militares (mesmo que elas não estejam organizadas em moldes tradicionais) executando uma guerra de guerrilhas quanto outras ações de caráter mais individual (como sabotagens, não colaboração com o inimigo, obtenção de informações etc., as quais contariam com a participação mais efetiva da população) (UHLMANN, 1952; MONTFORT, 1957; DACH, 1965; BÜHLMANN, 2017).

⁹⁴ Observando o contexto então suportado pela Suíça e conforme a concepção de Roberts (1986, p. 10) (apresentada no início desta seção), a Defesa Territorial daquela Confederação necessitava claramente “*on making one’s own territory and people hard to conquer*” – fazendo uso das suas Forças Armadas e da população civil na aplicação de diversos métodos de combate defensivo (inclusive a guerra de guerrilhas). A Doutrina do *Réduit National* era particularmente compatível para com a realidade daquele período histórico, os meios existentes e o inimigo confrontado.

explosives, ready to be detonated by the local militia. The rail tunnels were also readied for destruction. Thus passage through this Alpine fortress was easily controlled and blocked with a judicious use of forts and explosives. (KAUFMANN; JURGA, 2002, p. 205, grifo nosso).

Essa Doutrina tinha a desvantagem de admitir a cessão da parte mais rica e povoada da Confederação Suíça (localizada no *Mittelland*), mas era realista frente à situação então vivenciada, pois negava ao invasor nazifascista a maior vantagem estratégica que ele poderia obter com a conquista da Suíça⁹⁵ e possibilitava ações de resistência em muito melhores condições – resistência essa que, diferentemente da realizada pelos *maquis* franceses, pelos *partigianos* italianos e pelos guerrilheiros soviéticos e iugoslavos, estaria localizada junto a fronteiras pouco defendidas do *Reich* germânico (que permitiam acesso natural à Baviera e ao Tirol austríaco, por exemplo) e contaria com suíços de língua materna alemã e traços étnicos e culturais teutônicos.

Apresentadas a Capacidade para Dissuasão suíça e as condições geopolíticas então existentes, é indeclinável o questionamento acadêmico se elas teriam sido suficientes para dissuadir Hitler de atacar a Confederação Suíça – especialmente ao observar que outros países, como a Noruega, Iugoslávia e Grécia (também neutros, montanhosos e/ou dotados de FFAA razoáveis, além de possuírem maior extensão territorial) foram invadidos (WILLIAMSON, 2003, p. 32-33, 41-43; PIMLOTT, 2006, p. 52-53, 68-69; GILBERT, 2011c, p. 807, 2011e, 818). Nesse questionamento também devem ser inseridos mais três fatos, os quais enraivecaram Hitler e poderiam ter desencadeado a invasão: a própria existência da democracia suíça, acompanhada de uma imprensa livre (que atacava a política ditatorial e expansionista germânica) e da prevalência de um forte sentimento antinazista entre os helvéticos⁹⁶; o abate, realizado pela Força Aérea suíça, de diversas aeronaves da *Luftwaffe* que violaram o espaço aéreo daquela Confederação⁹⁷; e a descoberta, no início de junho de 1940, de um

⁹⁵ Como observado por Roberts (1986, p. 54), havia um grande interesse de Hitler para com as comunicações norte-sul através dos Alpes durante a Segunda Guerra Mundial. E Kaufmann e Jurga (2002, p. 207) ainda pontuam que “*if the German invasion had materialized, the Swiss would most likely have destroyed many vital points on the lines of communications, such as tunnels, crippling the main rail routes between the Reich and Italy*”.

⁹⁶ Esse sentimento é citado por Halbrook (2006, p. 25, 29). Ele (2006, p. 17) também apresenta que “*the Nazi hierarchy saw Switzerland as a land in which the ideals of freedom and federalism posed a threat to their New Order*”. Urner (2002, p. 15-23) cita a hostilidade nazista para com a Suíça (inclusive descrevendo como a imprensa helvética se portava).

⁹⁷ Essas violações tiveram lugar em diversas ocasiões no período de maio a junho de 1940 (enquanto transcorria a campanha contra a França). A Força Aérea helvética, cujos principais caças eram *Messerschmitt Bf 109* (adquiridos da Alemanha antes do início da Segunda Guerra Mundial), buscou

acordo secreto estabelecido entre os Exércitos francês e o suíço que visava à realização de uma defesa militar em conjunto⁹⁸. Se o primeiro ponto incomodava as lideranças nazistas pela existência, limítrofe ao território do *Reich*, de um sistema político e uma população contrária à ideologia nazista, o segundo afrontava o orgulho teutônico pelo resultado dos combates aéreos, além de macular a propalada superioridade militar alemã. E o último, constituindo a mais séria ameaça, inseria provas que poderiam justificar uma ofensiva contra a Suíça em razão de ela exercer uma neutralidade dúbia. Tudo isso ponderado, inseridas as informações acadêmicas existentes e observando que os Estudos Estratégicos não são uma ciência exata, a resposta ao questionamento acima que pode ser proporcionada por esta tese está interligada à segunda das três condicionantes que formam o Triunvirato da Dissuasão: a posse de Credibilidade por parte da Doutrina Dissuasória suíça⁹⁹. Essa Credibilidade será debatida a seguir, juntamente com a Capacidade.

interceptar os invasores – com um resultado expressivo de 11 aeronaves germânicas abatidas frente à perda de apenas dois caças suíços (algumas fontes apresentam dados discrepantes, porém ainda mais favoráveis aos pilotos da Confederação) (ROBERTS, 1986, p. 107; URNER, 2002, p. 18-19; HALBROOK, 2006, p. 123; SCHELBERT, 2007, p. xxxii; EMBLETON, 2020, p. 55). Hitler se enfureceu e determinou reações, que resultaram em ataques por sabotadores contra aeródromos militares suíços, os quais foram descobertos e falharam (URNER, 2002, p. 20-21; HALBROOK, 2006, p. 126). As interceptações aéreas contra aeronaves da *Luftwaffe* se encerraram após uma ameaçadora nota diplomática da Chancelaria alemã ter sido enviada ao Conselho Federal suíço (URNER, 2002, p. 21; EMBLETON, 2020, p. 55).

⁹⁸ Quando do debacle militar francês frente à *Blitzkrieg*, os germânicos encontraram (nas cercanias de Dijon) uma composição ferroviária com documentos secretos que inadvertidamente não tinham sido destruídos. Neles estavam detalhadas ações conjuntas estabelecidas pelo Estado-Maior Geral francês com o seu congênere suíço e que visavam à coordenação de ações para resistirem a um ataque alemão (incluindo, por exemplo, a previsão de reforços franceses em artilharia para os suíços) – uma violação flagrante da neutralidade helvética (HALBROOK, 2006, p. 127-128, 139). Urner (2002, p. 51, 67) também trata desses planos secretos e das reações que a descoberta deles causou. Kaufmann e Jurga (2002, p. 206) apresentam que “*in 1938, secret talks concerning a French advance into Switzerland to head-off a possible German attack took place between the military leaders of both countries*”. E segundo Ribi (2010, p. 9), no outono de 1939 teriam ocorrido conversações secretas entre o General Guisan e enviados do Exército Francês. Nelas teria sido estabelecido que, no caso de uma invasão alemã à Suíça, tropas francesas cruzariam a fronteira para defender a região da Basileia (recebendo, inclusive, o comando de toda uma divisão do Exército suíço).

⁹⁹ Um aspecto essencial da Dissuasão Convencional é que ela seja crível e efetiva (KAUFMANN, 1954; SNYDER, 1961; MEARSHEIMER, 1981, 1983; MORGAN, 2003; PAUL, 2009; WIRTZ, 2018), ou seja, que as ações de um agressor serão indubitavelmente defrontadas e que as respostas sejam adequadas – uma simbiose cardeal. Como dito anteriormente por Aron (2017, p. 405), a Dissuasão Convencional necessita tanto da posse de meios materiais por parte do Estado quanto da sua determinação em fazer uso dos mesmos.

3.4 COMPONENTES DA DISSUASÃO CONVENCIONAL: CAPACIDADE E CREDIBILIDADE

Anteriormente neste capítulo já haviam sido destacadas a Capacidade e a Credibilidade, duas das condicionantes que compõe o Triunvirato da Dissuasão e que agora serão pormenorizadas. Iniciando com a primeira e em uma aproximação introdutória, o termo Capacidade, enquanto uma das premissas para a Dissuasão¹⁰⁰, será entendido nesta tese como o conjunto de requisitos que uma nação deveria possuir para autodefesa e de seus interesses – traduzido na disponibilidade de condições concretas para deter ações agressivas e retaliar e/ou infligir custos singularmente elevados a quem a atacar¹⁰¹. Mas essa Capacidade não deve ser mensurada unicamente avaliando o dito balanço de forças entre os dois oponentes (especialmente se tal avaliação levar em conta unicamente os meios materiais¹⁰² existentes):

*Capability is straightforward enough. [...], **the immediate, local balance of forces is not always a key determinant of deterrence success – but a defender’s broadly perceived suite of capabilities, military and otherwise, must be strong enough** to convince a potential attacker that it is likely to pay a heavy price for aggression.* (MAZARR, 2018, p. 10, 2021, p. 25, grifo nosso).

Desenvolvendo essa idéia, Mearsheimer (2001, p. 58, grifo nosso) complementa que o *balance of power* (aqui compreendido como balanço de forças) “*is not a highly reliable predictor of military success. The reason is that **non-material factors sometimes provide one combatant with a decisive advantage over the other.** Those factors include, among others, strategy, intelligence, resolve, weather,*

¹⁰⁰ Deve ser reiterado que essa Capacidade para Dissuasão está relacionada com todos os campos do Poder Nacional, mas as considerações apresentadas irão aludir majoritariamente ao campo militar por ser essa a área de estudo preponderante desta tese.

¹⁰¹ Como definições doutrinárias de Capacidade, “*the ability to achieve a desired effect under specified standards and conditions through combinations of means and ways to perform a set of tasks*” (USA, 2009, p. 6) e “*the ability to create an effect through employment of an integrated set of aspects categorized as doctrine, organization, training, materiel, leadership development, personnel, facilities, and interoperability*” (NATO, 2021, p. 23).

¹⁰² Como principais exemplos de meios materiais militares percebidos nesta tese estão: os sistemas de armas (inclusive navios e aeronaves) e suas guarnições (em uso e aqueles que possam vir a ser adquiridos e/ou desenvolvidos); os efetivos de tropas (existentes e mobilizáveis); e os meios presentes e futuros (como munições, itens para manutenção, combustíveis e lubrificantes, alimentos, suprimentos para saúde, equipamentos de comunicação etc.). Instalações de apoio (como portos, aeroportos, centros de comando e controle, hospitais, parques de manutenção e fábricas) também se inserem.

*and disease*¹⁰³. E uma clarificação do porquê ocorre o uso no meio acadêmico do balanço de forças como forma de comparar forças oponentes no campo internacional – em vez de valer-se de um aferidor mais completo como é a Capacidade Militar – é que:

*Military power is the product of material resources and [one of] the processes whereby states translate resources into military capability. Most scholarship in international relations (IR) focuses on the former, although **the latter is arguably more important**. This focus is **understandable given that resource levels are quantifiable whereas capability-generating processes are not**. Yet as Stephen Biddle found in his major study of the subject, *Military Power*, comparing resource levels (gross national product, population, military personnel and expenditure, and a composite measure) and technology differentials **is little or no better than flipping a coin at predicting military outcomes in war**. Biddle concludes that what really matters to military victory is not a gross advantage in resources, but **how a state exploits its resources** (FARRELL, 2005, p. 448-449, grifos nossos).*

Recepcionando a idéia de que fatores materiais e não materiais interagem para produzir resultados reais em combate, Biddle (2004, p. ix), leva em conta especificamente um fator não material – o *Force Employment*¹⁰⁴ – como tendo importância central para a modelagem dos fatores materiais, incluso podendo predeterminar o resultado do conflito. Para esse autor (2004, p. 190), o desfecho de uma conflagração bélica deriva do uso do *Force Employment* – condição não material cuja implementação não é completa em todos os Estados e, conseqüentemente, gera um descompasso militar entre eles, além de refletir incisivamente nas respectivas Capacidades. E Grauer (2016) apresenta a *Command Structure Theory*, a qual se fundamenta no entendimento de que forças militares organizadas para melhor compreender as mutações no campo de batalha e para responder efetivamente a

¹⁰³ Mearsheimer (2001, p. 59) acrescenta que Estados menos poderosos (em termos de balanço de poder/forças) podem fazer malograr intenções hostis de Estados mais fortes nesse quesito, inclusive derrotando-os. Isso se deve, de acordo com ele (2001, p. 60), pois “*non-material factors such as strategy sometimes profoundly affect outcomes*”. Por conseguinte, os resultados de um sucesso militar incorporam efetivamente tanto os ingredientes materiais como os não materiais. “*Certainly, one could count the number of soldiers and weapons on each side and even make allowances for qualitative differences in the opposing force structures; but a cursory glance at the historical record reveals that the smaller force frequently defeats the larger one*” (MEARSHEIMER, 1981, p. 15).

¹⁰⁴ O *Force Employment* é apresentado por Biddle (2004, p. ix) como constituído da doutrina e das táticas pelas quais forças militares são utilizadas contemporaneamente em combate. O nível de implementação do *Force Employment* varia tanto por razões políticas (como conflitos nas relações civis-militares e uma excessiva centralização na tomada de decisões imposta em muitos Estados) quanto organizacionais (adoção de conscrição militar de curta duração e o elevado nível de proficiência demandado). Essas dificuldades levam a que nem todas as FFAA possuam ou consigam prover os requisitos necessários para a prática de um efetivo *Force Employment* (BIDDLE, 2004, p. 48-50).

essas alterações, frequentemente vencem, mesmo contando com meios materiais mais reduzidos. Ele (2016, p. 2, grifos nossos) expõe que “*the most commonly used measure of military power – material preponderance – is often a poor predictor of martial strength*” e continua citando que “*the effectiveness with which those resources are used on the battlefield is frequently more important than their mere possession*”.

Por conseguinte, a Capacidade para Dissuasão vai além da simples disponibilidade de uma maior quantidade de meios materiais (como sistemas de armas e tropas) que aquela do adversário. Para esta tese será considerado o entendimento de que tal Capacidade inclui necessariamente fatores não materiais, como a estratégia e doutrina adotadas (inclusa competência para atualizá-las frente a distintas realidades operacionais), nível de treinamento (especialmente conjunto), aptidão de comando e controle¹⁰⁵, motivação e moral das tropas, liderança exercida e características geográficas locais, dentre outros¹⁰⁶. Conforme já apresentado, os cantões suíços demonstraram a posse de diversos desses fatores¹⁰⁷, tendo com eles, inclusive, derrotado inimigos com superioridade em elementos materiais (como efetivos e meios). Desse modo, a disponibilidade suíça dos elementos não materiais citados influenciou na sua Capacidade para Dissuasão, em especial a partir do período histórico posterior, quando aquela Confederação se encaminhou para uma posição de neutralidade.

Atuando em parceria umbilical com a Capacidade, é a Credibilidade¹⁰⁸ que mais fortemente incidirá na esfera psicológica do agressor de forma a dissuadi-lo de seus

¹⁰⁵ Comando e controle (*command and control*) é “*the exercise of authority and direction by a properly designated commander over assigned and attached forces in the accomplishment of the mission. Also called C2*” (USA, 2016, p. 40, grifo do autor). Uma sigla mais completa, refletindo avanços tecnológicos que disponibilizaram novos elementos de direção e informação para o comandante (e o processo de tomada de decisão), é o C5ISR (*Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*) (RIBEIRO, 2018a, p. 103-104).

¹⁰⁶ Apesar de intimamente ligados à disponibilidade de fatores materiais, a habilidade logística e o modelo de conscrição e de mobilização também serão incluídos na categoria de fatores não materiais.

¹⁰⁷ Dentre outros, podem ser destacados os seguintes fatores não materiais apresentados pelas forças militares suíças: doutrina de emprego (a falange); nível de treinamento; motivação e moral das tropas; velocidade de concentração e manobra; modelo de mobilização militar; habilidade em inovação bélica; e as características geográficas locais.

¹⁰⁸ “*Capability without credibility will eliminate persuasiveness and will render deterrence ineffective*” (FILIPPIDOU, 2020, p. 14, grifo nosso) e, como colocado por Walton (2019, p. 206, grifo nosso), “*capability is also central to credibility - a would-be deterrer is inherently more credible if it clearly possesses the means necessary to make good its threat*”. Um exemplo baseado na conjuntura em estudo se refere ao mencionado cômputo muito favorável para a Força Aérea suíça nos embates aéreos com aeronaves germânicas que violaram o espaço aéreo da Confederação (com mais de 5 aeronaves da *Luftwaffe* abatidas para cada uma perdida pelos defensores). Os

intentos. Se a Capacidade para Dissuasão é compreendida nesta tese como o conjunto de requisitos que uma nação deveria possuir para autodefesa e de seus interesses, então a Credibilidade é a competência de demonstrar que esses requisitos existem, são eficientes e serão empregados no caso de necessidade¹⁰⁹. Em outras palavras, ela deve comunicar que a nação dissuasora tem os instrumentos de defesa necessários (ou muitos deles), sabe utilizá-los e não se intimidará em acioná-los. Outro ponto que é necessário compreender (e transmitir) se refere a qual margem de manobra existe: **“actions that demonstrate political, strategic, and operational commitment to executing threats should deterrence fail increase credibility, but actions that reduce actual flexibility when it comes to executing a deterrent threat send a message that is difficult to ignore”** (WIRTZ, 2018, p. 66).

Da mesma forma, importa observar, com relação ao adversário, quais são os seus *“strategic dilemmas, domestic political costs of inaction, and assessment of achieving at least some of its objectives by nonviolent means”* (JERVIS; LEBOW; Stein, 1985, p. 217) e que ele possa adotar um entendimento de racionalidade próprio, agindo de forma distinta (PAUL, 2009). Assim a comunicação deve ser especialmente mensurada levando em consideração a Cultura Estratégica alóctone¹¹⁰ (além de dar a conhecer as qualidades e características da Cultura Estratégica autóctone)¹¹¹. Em

suiços dispunham de Capacidade material (os caças *Messerschmitt Bf 109*), mas o seu oponente também. E se de um lado prevalecia a inexperiência, do outro reinavam veteranos aguerridos por campanhas anteriores na Espanha e Polônia. O resultado obtido pelos pilotos suíços se traduziu em Credibilidade, a qual se somou à Capacidade de forma que assim contribuía para com a Dissuasão helvética: *“during the battle of France in 1940, groups of German Me 109 fighter aircraft frequently flew over Swiss territory. They were regularly intercepted by Swiss citizen pilots flying exactly the same aircraft-Me 109s. The rate of scoring was 7 to 1 in favour of the Swiss; not figures to be shrugged off as quite insignificant”* (FOOT, 196, p. 71 *apud* ROBERTS, 1986, p. 107, grifos nossos).

¹⁰⁹ A Credibilidade faz uso de todos os campos do Poder Nacional para realizar o seu desígnio de fazer chegar comprovações de aptidão, determinação e resiliência nacionais, de modo a possibilitar que a Dissuasão triunfe. Apesar de a Credibilidade depender de todos os campos do Poder Nacional, esta tese focará majoritariamente nas suas ações levadas a efeito no campo militar, buscando desse modo uma melhor delimitação deste estudo acadêmico. Outrossim, o foco nos aspectos militares se fundamenta pois eles contribuem para com a Credibilidade ao inserir *“the idea in the mind of the opponent that a threat would actually be executed if certain redlines are crossed”* (WIRTZ, 2018, p. 59).

¹¹⁰ Conforme apresentado por Walton (2019, p. 206, grifos nossos), **“every deterrence relationship is unique, and a would-be deterrer must try to understand what their counterpart values and how difficult it will be to dissuade the deterree from undertaking specific actions”** e que **“there is no simple deterrence formula that applies to all potential opponents; it is always important to understand the motivations and desires of those whom one is attempting to deter”**. A Cultura Estratégica será detalhada em capítulo específico à frente.

¹¹¹ Um exemplo relacionado à Cultura Estratégica que deve ser observado é a questão da reputação e do prestígio. Ambos pesam tanto nas decisões de um possível agressor quanto naquelas do dissuasor pois, dependendo de cada Cultura Estratégia (que somam realidades históricas, considerações políticas, reflexos domésticos etc.), é imposta a busca por maior prestígio ou a

uma definição sobre Credibilidade mais orientada para a Dissuasão por punição, mas da mesma forma também válida para a Dissuasão por negação¹¹²:

*Credibility is the quality of **being believed**. Deterrence theorists led the way in appreciating that it was not a state's capacity to do harm that enabled it to practice deterrence, it was others' belief that it had such a capacity. **What deterred was not the threat but that it was believed**.* (MORGAN, 2003, p. 15, grifos nossos).

Aqui aparece outro ponto focal que permeia a Dissuasão Convencional: a sua subjetividade. A incerteza do sucesso envolve a Dissuasão e exacerba os aspectos psicológicos (SNYDER, 1961; POSEN, 1984; JERVIS; LEBOW; STEIN, 1985; JERVIS, 1989b; MORGAN, 2003; LIEBERMAN, 2013; MAZARR, 2018, 2021). Assim se faz necessário atuar nas percepções reafirmando a seriedade e alcance de medidas efetivadas frente a agressões ao país, sabendo comunicar essa determinação e competências (PAUL, 2009; WIRTZ, 2018). Como exposto por Morgan (2003, p. 16), “*For credibility the opponent had to know about these [of the defender's] military capabilities*”. Como já colocado, a Credibilidade necessita de Comunicação: “*credibility also meant effectively communicating one's commitment*” (MORGAN, 2003, p. 17). Pois é por intermédio dela que se torna público o nível alcançado pelos pressupostos da Capacidade para Dissuasão de uma nação (como a proficiência das FFAA), do mesmo modo que aqueles mais ligados à Credibilidade (como a Grande Estratégia, comprometimento e nacionalismo das lideranças estatais e da população, orçamento da Defesa, nível de desenvolvimento tecnológico na área militar e a história nacional, especialmente a militar¹¹³).

necessidade de manutenção da reputação – sendo inaceitáveis recuos e concessões frente aos seus significados internos e externos. No que se refere à Credibilidade para Dissuasão, o resultado dessas análises importa pois pode ocorrer de o dissuasor se ver obrigado a perseverar, mesmo estando a frente de sérias desvantagens na sua Capacidade Militar em relação à do agressor. Além disso, a existência de uma elevada reputação militar pregressa de quem se defende deverá influir nos cálculos dissuasórios, dando-lhe maior Credibilidade (HUTH, RUSSETT, 1988, p. 35-37, 39, 42-43). Em uma exemplificação histórica, Baram (1994, p. 35, grifos nossos) discorre que duas das razões que levaram Saddam Hussein a atacar Israel com mísseis *Scud* durante a Guerra do Golfo (1990-91) foram que “*Saddam hoped to **redeem Iraq's military honour** in view of his army's passivity during the first weeks of the air campaign [...]by hitting Israel Saddam **re-established his deterrence credibility***”.

¹¹² Uma outra definição de Credibilidade é apresentada por Walton (2019, p. 206, grifos nossos): “**Credibility is central to the success** of any deterrence threat. If a threat is not credible—in short, if the actor being threatened does not believe that its foe will carry out the threat - it is **likely to ignore deterrence warnings and do what it wishes**”.

¹¹³ A difusão dos feitos militares suíços ocorria inclusive por intermédio de obras de grandes pensadores militares, como no caso do *Dell'arte della Guerra* de Machiavelli (2003, *passim*). De acordo com Heuser (2010, p. 105), os suíços eram aqueles soldados que, pertencentes ao período em que

Essa Comunicação pode se valer da Diplomacia e da Propaganda¹¹⁴, dentre outros meios que façam uso de sistemas de comunicação públicos e privados. Segundo Huth e Russett (1988, p. 36, grifos do autor), “*the two primary means of conveying commitment and resolve [for Deterrence]: diplomatic communications and military acts*”. Com relação a esses dois dispositivos para difundir a Capacidade e a Credibilidade, a peça-chave no campo militar é a denominada Diplomacia de Defesa, assim definida:

Conjunto de ações não coercitivas, executadas em tempo de paz por integrantes civis e militares da Defesa no âmbito das relações internacionais. Elas visariam à consecução de objetivos nacionais nos campos da segurança, da **promoção da paz** e da ajuda humanitária. Tudo em consonância com a Política Externa, da qual faz parte, e com base na cooperação bilateral e multilateral, no estabelecimento da confiança mútua e na **construção de** relacionamentos e **influência**. (PEREIRA, 2021, p. 238, grifos nossos).

Para além de difundir a Capacidade para Dissuasão daquela nação, um outro intento da Diplomacia de Defesa é o de apoiar o aperfeiçoamento dessa Capacidade¹¹⁵ (PEREIRA, 2021, p. 237). E inserida na execução desses intentos, a Diplomacia de Defesa também atua para promover a Credibilidade – tudo atuando de forma a que ela possa atender aos seus objetivos de “promoção da paz” e de “construção de influência” citados na definição supramencionada. Para tanto, importa observar a lista de instrumentos que, segundo Pereira (2021, p. 234-236), a Diplomacia de Defesa dispõe para levar a efeito os seus intentos (implementados seja no próprio país e/ou no exterior): cursos e estágios; intercâmbios tecnológicos; missões de cooperação; demonstrações e feiras bélicas; reuniões bilaterais e multilaterais; tratados e acordos de cooperação em Defesa; e exercícios e manobras

escreveu sua obra, mais impressionavam Machiavelli. Isso era decorrente dos feitos dos helvéticos derrotando forças da Borgonha, da França e do Sacro Império Romano-Germânico – feitos esses que Machiavelli comparava àqueles que ele mais admirava, os obtidos pelas legiões da República Romana. Segundo Miller (1979, p. 3), Machiavelli nominava os soldados suíços como os *New Romans*.

¹¹⁴ Como uma definição inicial, “Propaganda is language aimed at large masses, it sends words, and other symbols such as pictures, through the radio, press, and film, where they reach huge audiences. The intention of the propagandist is to influence mass attitudes on controversial issues” (SMITH; LASSWELL; CASEY, 1946, p. 1, grifos dos autores).

¹¹⁵ De forma resumida, as ações da Diplomacia de Defesa possibilitam a aquisição de novos conhecimentos junto a FFAA estrangeiras, o desenvolvimento de expertise bélica através de práticas com países mais avançados e/ou experientes nesse campo e a demonstração das aptidões e ânimo do componente militar de uma nação – tudo cooperando para com a Dissuasão. Esse tópico da Diplomacia de Defesa será aprofundado em capítulo posterior desta tese.

militares, dentre outros mecanismos no campo da Defesa. Esses instrumentos contribuem para melhorar e testar a Capacidade para Dissuasão, certificar a sua Credibilidade e, incluso, amplificar o alcance da Comunicação (em especial dentro da comunidade de Defesa)¹¹⁶.

No tocante à Propaganda¹¹⁷, uma referência pode ser a obra *The Twenty Year's Crisis 1919-1939* (CARR, 1946), onde o poder na política internacional é segmentado nos domínios militar (p. 105-113), econômico (p. 113-132) e sobre a opinião (p. 132-145). Tratando agora do último domínio nominado por Carr, esse é centrado no emprego da Propaganda, notadamente com relação aos seus vieses de persuadir, influenciar e mesmo como guerra psicológica¹¹⁸ – os quais transcendem a natureza mais circunscrita de informar¹¹⁹.

Uma das definições de Propaganda – quando concernente às relações internacionais e aos estudos estratégicos – é que ela “*consists of the **planned** use of*

¹¹⁶ Alguns exemplos para ilustrar a atuação da Diplomacia de Defesa dentro do contexto histórico hora em estudo: “*in March 1943, in a secret meeting with the German SS commander Schellenberg, General Guisan of the Swiss army expressed his determination that the Swiss would fight in all circumstances*” (ROBERTS, 1986, p. 52); visando aperfeiçoar os seus quadros militares, “*very many Swiss officers are dispatched to French military schools*” (HALBROOK, 2006, p. 21); para melhorar as defesas no *Réduit National*, “*some Swiss officers inspected the Maginot Line and information was exchanged*” (KAUFMANN; JURGA, 2002, p. 206); e exercícios militares eram realizados e divulgados de forma “*calculated to give the Swiss people confidence and to encourage participation while at the same time sending the message to Germany that the Swiss military was prepared and would resist fiercely*” (HALBROOK, 2006, p. 76-77). Tarefas como a obtenção de informações e dados, incluso a avaliação da preparação militar e da vontade nacional do país onde estivessem alocados provavelmente foram realizadas pelos Adidos Militares suíços, da mesma forma como aquelas citadas em Halbrook (2006, *passim*) sobre os Adidos Militares germânicos e italianos atuando na Suíça.

¹¹⁷ Segundo Linebarger (1948, p. 38, grifo nosso), o termo Propaganda seria originário “*from the name of that department of the Vatican which had the duty of **propagating the faith***” – o qual foi fundado em 1622 com a denominação de *Propaganda Fide* (atualmente nominado como Congregação para a Evangelização dos Povos). Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cevang/documents/rc_con_cevang_20100524_profile_po.html. Acesso em: 06 fev. 2024.

¹¹⁸ Alexandroff e Rosecrance (1977, p. 408, grifo nosso) focam na utilização desses métodos de Propaganda ao descreverem a estratégia estabelecida (em julho de 1938) pelos Chefes de Estado-Maior britânicos para fazerem frente ao provável ataque alemão contra os Aliados. Ela estabelecia que, após o ataque ter sido contido, “*our subsequent policy should be directed to weakening Germany and Italy by the exercise of economic pressure and by **extensive propaganda***”. Relativamente à Guerra Psicológica (*Psychological Warfare*), ela será detalhada na seção que se segue.

¹¹⁹ Ilustrando esse ponto, durante a Guerra do Golfo em 1990-91, as lideranças israelenses foram alertadas da possibilidade de que Saddam Hussein pudesse fazer uso dos seus mísseis *Scud* contra Israel. Ao mesmo tempo em que o Estado-Maior Geral israelense preparava planos operacionais para a defesa contra esses ataques do Iraque (e eventuais ações ofensivas), “*the politicians stepped up the verbal warnings, promising dire retribution in the event of an Iraqi attack without spelling out what precise form the retribution would take. [...] public warnings to Saddam Hussein became an almost daily occurrence, **part of a calculated policy of deterrence***” (SHLAIM, 1994, p. 64, grifo nosso).

any form of public or mass-produced communication designed to affect the minds and emotions of a given group for a specific public purpose, whether military, economic, or political” (LINEBARGER, 1948, p. 39, grifos nossos)¹²⁰. David (2012, p. 286-287) mostra que a Propaganda nos conflitos bélicos¹²¹ se destina, dentre outras finalidades¹²², a incentivar as tropas a lutar, a gerar apoio doméstico para o esforço de guerra e a desmoralizar o inimigo – esforços esses que naturalmente podem ser canalizados para execução antes de o conflito ser deflagrado¹²³, por conseguinte beneficiando diretamente a competência dissuasória estatal. A vinculação fulcral da Dissuasão com a Propaganda é o direcionamento profissional da última para a difusão da Capacidade e da Credibilidade dissuasórias de uma nação, comunicando as qualidades e a solidez de tais atributos às lideranças e à opinião pública do agressor¹²⁴ – consequentemente influenciando¹²⁵ o processo de tomada de decisões desse agressor de forma que ele seja dissuadido a atacar e não busque alterar o status quo.

O planejamento e a execução da Propaganda são complexos e necessitam de profissionais com qualificações específicas, de tal modo que demandam a sua realização por intermédio de agências governamentais especializadas. Esse foi o caso dos cunhados Ministério da Informação britânico, do Comitê estadunidense para Informação Pública, da Seção de Agitação e Campanhas de Massa e da Seção de

¹²⁰ De acordo com Linebarger (1948, p. 39, grifo do autor), um dos fundamentos da Propaganda é que se “*the communication is not planned it cannot be called propaganda*”.

¹²¹ Para Linebarger (1948, p. 39, grifo nosso), “*military propaganda consists of the **planned** use of **any form of communication** designed to **affect the minds and emotions** of a given **enemy, neutral or friendly foreign** group for a **specific strategic or tactical purpose**”.*

¹²² Em um exemplo de emprego indireto da Propaganda (financiando-a), a Alemanha apoiou os bolcheviques durante a Primeira Guerra Mundial para que eles tomassem o poder na Rússia Czarista e declarassem a paz (eliminando uma segunda frente de combate): “*Lenin's archives has confirmed that the Bolshevik Party had been secretly receiving large sums of money from the German government with which they financed **revolutionary propaganda among the Russian troops and workers** following the February revolution*” (BULLOCK, 1998, p. 54, grifo nosso).

¹²³ Apesar de estar se referindo à Guerra Psicológica, essa colocação também é válida para a Propaganda (e igualmente cooperando para com a Dissuasão): “*Psychological warfare is **waged before, during, and after war** [...] the nature of its instruments and its mission, **begins long before the declaration of war***” (LINEBARGER, 1948, p. 1, grifos nossos).

¹²⁴ Conforme apresentado no capítulo pregresso desta tese (com base no Realismo Neoclássico), a sociedade (refletida na opinião pública) tem um papel real no desenvolvimento e implementação das políticas externas e de defesa de uma nação.

¹²⁵ No caso da Suíça, Halbrook (2006, p. 57-68) detalha como o *Army Film Service* helvético produziu centenas de filmes e cinejornais durante a Segunda Guerra Mundial (vistos também pelos serviços de inteligência nazifascistas), cuja mensagem era clara: “*the entire Swiss population would rise up against a Nazi invasion*” (HALBROOK, 2006, p. 58). Essas produções também buscavam motivar a população e se opor aos *Wochenschau*, filmes semanais produzidos pelo Ministério da Propaganda nazista e assistidos na Suíça (HALBROOK, 2006, p. 59-60).

Cultura e da Propaganda (mostrando a importância atribuída à Propaganda pelos soviéticos, pois elas compunham duas das seis principais seções do Secretariado do Comitê Central da URSS, o qual era diretamente supervisionado por Stalin) e do *Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda* (Ministério do Esclarecimento Popular e da Propaganda do Reich, tradução nossa) – que dirigido por Goebbels irá se transformar em um marco na elaboração e aplicação da Propaganda (BULLOCK, 1998, p. 265, 436; DAVID, 2012, p. 287). Ademais, a existência de uma entidade estatal voltada para a propaganda facilita as necessárias composições com outros ministérios e órgãos governamentais:

*Propaganda must be **coordinated with information and espionage services** which can supply material to the propagandists and report progress of propaganda work. That propaganda can be effectively **correlated with diplomatic, military and economic pressures** was abundantly demonstrated during the [First] World War. (LASSWELL, 1937¹²⁶, p. 524-525 apud SIMPSON, 1996, p. 18, grifos nossos).*

As artes gráficas tem um papel significativo na Propaganda ao permitirem comunicar mensagens, ideias e emoções por intermédio de expressões visuais¹²⁷. Uma das suas manifestações, a qual foi particularmente valorizada da metade do Século XIX e até o final do Século XX, era a confecção de cartazes e panfletos, como os famosos “*I want you for U.S. Army*” (com a figura do Tio Sam se dirigindo “diretamente” a quem lia o poster) e “*Your Country needs you*” (com o Marechal britânico Lord Kitchener igualmente apontando para o leitor) (PARIS, 2000, *passim*; DAVID, 2012, p. 287)¹²⁸.

A contribuição das artes gráficas (especialmente a fotografia e o cinema) na guerra e na Dissuasão pode ser encontrada em escritos do filósofo francês Paul Virilio. Ele adentra uma visão sobre o impacto que a percepção possui nos resultados de

¹²⁶ LASSWELL, Harold. Propaganda. In: SELIGMAN, Edwin R. (ed.). **Encyclopedia of the Social Sciences**. v. 11-12. New York: Macmillan, 1937. p. 521-528.

¹²⁷ Além da elaboração de filmes e filmetes (como os citados *Wochenschau* nazistas e aqueles produzidos pelo *Army Film Service* suíço), a difusão radiofônica e pela imprensa escrita eram técnicas muito utilizadas no passado (hoje sendo substituídas especialmente pelas mídias digitais) (DAVID, 2012, p. 286-287).

¹²⁸ Posters também eram elaborados para incutir medo e preocupação, inclusive entre a população civil. Castle (2015, p. 6) detalha um desses, que foi elaborado pelos alemães no início da Primeira Guerra Mundial e materializa os temores de muitos britânicos com um ataque aéreo germânico. O poster retrata uma frota de *Zeppelins* avançando no céu noturno de Londres, com explosões e chamas surgindo na cidade e os dirigíveis avançando sem serem atingidos pelas defesas antiaéreas.

confrontações bélicas, como ao tratar do uso intensivo do resultado obtido pelo lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945: “demonstrando que não estavam dispostos a recuar diante da dimensão de um holocausto civil, os americanos provocaram no espírito de seus adversários esta *explosão de informação* [...]. Já se tratava do princípio da dissuasão” (VIRILIO, 1993, p. 12, grifo do autor). Posteriormente, em uma entrevista a John Armitage, ele irá declarar que “*the first deterrence, nuclear deterrence, is presently being superseded by the second deterrence: a type of deterrence based on what I call ‘the information bomb’ associated with the new weaponry of information and communications technologies*” (VIRILIO; ARMITAGE, 2000, grifo do autor).

Como fechamento desta seção, uma sinopse histórica analisando a conjuntura aqui estudada – indicando como a Capacidade para Dissuasão, a Credibilidade e a Comunicação levadas a cabo pela Confederação Suíça – incluso com a participação da sua Diplomacia, sua resiliente população e uma longa história de defesa de sua independência (inclusive com derrotas que frutificaram como sendo benéficas à reputação helvética¹²⁹) – renderam dividendos para que aquela nação pudesse permanecer em paz:

*It is true that, despite her geographical location and her large German-speaking population, Switzerland never seems to have been at the forefront of Hitler's mind; and that Swiss collaboration with the Axis on matters of transport, blackout and so on reduced the motives for attack. Nevertheless, **there is evidence that Swiss military preparations played some part in discouraging any such adventure. Germany knew that Switzerland would fight**; that the St Gotthard and Simplon tunnels, so important for sending arms and supplies to Italy, would be blown up; and that even if the Swiss army had to abandon the densely populated areas it had plans to withdraw into the Alps rather than surrender. (ROBERTS, 1986, p. 52, grifos nossos).*

¹²⁹ Schelling (2008, p. 79, grifo do autor) cita que uma “*defensive action may even be undertaken with no serious hope of repelling or deterring enemy action but with a view to making a ‘successful’ conquest costly enough to deter repetition by the same opponent or anyone else.*” No contexto em estudo, “*the Swiss demonstrated [the value of a fierce defense] in the fifteenth century by the manner in which they lost battles as well as by the way they sometimes won them*” (SCHELLING, 2008, p. 79) – o que pode ser comprovado pelo exemplo do resultado posterior da já aludida Batalha de Saint Jacob-en-Birs (1444).

3.5 LIMITES DA DISSUASÃO CONVENCIONAL: OS CASOS DO ATAQUE A PEARL HARBOR (1941) E DA INVASÃO ALEMÃ DA POLÔNIA (1939)

Duas conjunturas dissuasórias antecedendo à era atômica foram aqui pontuadas, dessa forma possibilitando anuir com o juízo de que a Dissuasão prescindia do aparato bélico nuclear para ser factual. Fazendo uso desses casos, foi buscado, ainda, desenvolver um melhor entendimento sobre as práticas dissuasórias, bem como apresentar parte do arcabouço analítico da Dissuasão. Dentre outros quesitos, a Dissuasão por negação, a Dissuasão por punição, a Capacidade para Dissuasão, a Credibilidade e a Comunicação estiveram em debate, inclusive observando suas relações para com a Doutrina Dissuasória e a Capacidade Militar que estiverem vigentes em cada nação. Mas o leque de ocorrências pré-armamento nuclear em que a Dissuasão prevaleceu pode ser ampliado, como quando da inação franco-britânica na frente ocidental durante a denominada *Phoney War*¹³⁰ (MEARSHEIMER, 1981, p. 140-211, 1983, p. 67-98). Contudo, o estudo de exemplos históricos encontra sérias dificuldades pois muitas vezes ocorre que a existência de intenções hostis por parte de um Estado contra outro não transparecem – disposição estatal essa que pode permanecer secreta e inacessível, logo não permitindo concluir se a Dissuasão funcionou e o porquê do seu êxito, prejudicando as pesquisas acadêmicas.

Não obstante, existe uma outra forma para, igualmente, colher ensinamentos sobre a Dissuasão – inclusive ratificando ou retificando os processos dissuasórios –

¹³⁰ *Phoney War* (Guerra Falsa ou de Imitação, tradução nossa) ou *Sitzkrieg* (Guerra Sentada, tradução nossa), na denominação adotada pelos germânicos, foi como ficou conhecido o período de inatividade na frente ocidental entre as forças anglo-francesas e as alemãs (durando do início da guerra em setembro de 1939 e até a invasão da França pelos germânicos em maio de 1940) (PIMLOTT, 2006, p. 48-49). Apesar de terem, durante o ataque nazista à Polônia, uma superioridade militar de 70 divisões (com 3.000 carros de combate e comando do ar) frente a 33 divisões germânicas (das quais 25 eram de segunda classe ou pior) (BULLOCK, 1998, p. 702), os franceses e britânicos optaram por se manterem na defensiva, pois “*although the Allies were willing to declare war, they were not willing to launch an offensive predicated on an attrition strategy [...] The prospect of employing an attrition strategy against a strong Germany was a powerful deterrent to offensive action*” (POSEN, 1984, p. 68, grifo nosso). As lembranças do terrível morticínio ocorrido na Primeira Guerra Mundial atuaram como fator dissuasório para evitar sérias ações ofensivas dos Aliados – mesmo no período em que a maioria das melhores forças militares nazistas se encontravam na invasão da Polônia (MEARSHEIMER, 1981, p. 187, 1983, p. 86). Resumidamente, “*the Allies were deterred from taking military action to support Poland because they believed that employment of an Attrition Strategy in 1939 would have been fruitless and terribly costly*” (MEARSHEIMER, 1981, p. 184, 1983, p. 85, grifo nosso) – não possuindo eles uma Doutrina Militar que possibilitasse a execução de ações ofensivas rápidas, conclusivas e com a probabilidade de ter custos reduzidos (como a *Blitzkrieg*).

que é pela análise de episódios históricos nos quais ela não tenha sido exitosa. Um desses casos foi o ataque aeronaval do Japão à Pearl Harbor em 1941, com a Dissuasão estadunidense não tendo sido suficiente para demover os nipônicos de irem à guerra¹³¹ (BROWN, 1977, p. 3-7). Esse evento permite observar como imposições políticas e econômicas podem se sobrepor a desvantagens militares existentes, levando a que o mais fraco (especialmente nos campos militar e econômico, nesse caso sendo o Japão) adote uma opção ofensiva e inviabilize, assim, a competência dissuasória do mais forte (os EUA). Analisando as dificuldades que o Japão passou a apresentar a partir de meados de 1941, com o incremento dos embargos contra si (especialmente de petróleo, que eles não produziam, mas era vital para a logística na guerra contra a China)¹³², Brown (1977, p. 4) discorre como as lideranças nipônicas entendiam que o seu Império iniciaria um sério declínio em razão dessas interdições de natureza econômica. Estudando as possibilidades de reverter essa decadência (*“inaction was an unacceptable policy”*), a melhor opção que se apresentava era a de um ataque preemptivo aos EUA (mesmo frente a todo o seu poderio industrial-militar, porém sem considerar invadi-lo) – agressão a qual conjecturaram (inclusive pela destruição do âmago das forças aeronavais estadunidenses do Pacífico, cujo maioria se encontrava então estacionada no Havaí) seria seguida de uma paz negociada ou de os nipônicos conseguirem defender os

¹³¹ Conforme exposto por Brown (1977, p. 3, grifo do autor), *“the Japanese NCA ‘should’ have been deterred from attacking the United States because the United States possessed the clear-cut capability to inflict an intolerable level of punishment on the Japanese empire as well as the capability to deny Japan her objectives (hegemony in the South Pacific and East Asia) should the United States have been so inclined”*. Para esse autor, a sigla NCA (*National Command Authority*) se refere *“to those actors (civilian and/or military; individual, collective, and/or institutional) specifically responsible for decisions to commit a nation to war”* (BROWN, 1977, p. 1).

¹³² O Japão formalmente se juntou ao Eixo (Alemanha, Itália) em setembro de 1940. Dentre outras ações, a reação estadunidense foi a de incrementar as sanções econômicas e financeiras aos japoneses e aumentar o apoio ao governo nacionalista chinês de Chiang Kai-shek (que combatia a invasão nipônica àquele país). Reações e contrarreações se seguiram, como a ocupação japonesa da Indochina francesa (então sob o Governo de Vichy), até que, em 26 de julho de 1941, os EUA, a Grã-Bretanha e a Holanda cortaram todo o acesso do Japão a fornecimentos de óleo combustível e metais estratégicos, além de implementarem um amplo congelamento dos ativos financeiros nipônicos (KUEHN, 2014, p. 201-203). Outros autores, como Isby (2000b, p. 222), Pimlott (2006, p. 88) e Hewitt (2011, p. 824-825), concordam que esses embargos econômicos impuseram forte pressão na decisão japonesa de atacar o Havaí - invadindo também as Filipinas, além de possessões britânicas e holandesas na Ásia, como a Indonésia, a Malásia, Singapura, Burma e Hong Kong (PIMLOTT, 2006, p. 88-95; BLUHM JUNIOR, 2011c, p. 827; DAVID, 2012, p. 302).

seus ganhos¹³³ (contando, para isso, com suas forças militares distribuídas em um anel de bases estabelecidas nos territórios conquistados¹³⁴).

Outro caso em que a Dissuasão não prevaleceu se refere à incapacidade dos franceses e ingleses de dissuadir a Alemanha de atacar a Polônia em 1939 (ALEXANDROFF; ROSECRANCE, 1977). Para além da superioridade das forças germânicas em relação às polonesas e da inocuidade dissuasória para Hitler da força de bombardeiros britânica¹³⁵, aqui se sobressai a falta de Credibilidade por parte dos nazistas de que os Aliados poderiam adotar alguma ação militar de relevo contra eles¹³⁶, deficiência essa gerada pela constante passividade militar e as excessivas demonstrações de conciliação e apaziguamento que ocorreram anteriormente (como durante a remilitarização da Renânia em março de 1936 e a anexação da Áustria em março de 1938, do mesmo modo que quando da cessão da região dos Sudetos em setembro de 1938, seguida da invasão e ocupação do restante da Tchecoslováquia em novembro daquele ano)¹³⁷. E, como consequência dessa série de cessões e

¹³³ Em uma amostragem da importância de se compreender corretamente a Cultura Estratégica do adversário, nos seus cálculos estratégicos as lideranças nipônicas não teriam julgado plenamente a determinação de lutar dos estadunidenses (BROWN, 1977, p. 3), não avaliando corretamente o *ethos* guerreiro daquela nação. Assim concluíram que os EUA ou não revidariam o ataque e negociariam a paz (suspendendo o bloqueio econômico e financeiro), ou não seriam capazes de derrotar as tropas japonesas e ultrapassar as suas defesas – diferentemente da luta obstinada e dos esforços ilimitados que os estadunidenses apresentaram, só aceitando parar frente à rendição incondicional do Império do Sol Nascente.

¹³⁴ Tangredi (2013, p. 2-3) apresenta esse planejamento nipônico para preservar as suas conquistas na Ásia (que vinham desde a captura da Manchúria em 1931): “*its [the Japanese] objective was now to prevent reentry to the western Pacific by the one opponent with the potential for strategic superiority. With elimination of U.S. forces from the Philippines, along with defeat of the British and Dutch, the Japanese were now the tactically superior force in east Asia and the western Pacific*”, raciocínio que continua “*their strike at Pearl Harbor was not intended as a prelude to an invasion of Hawaii or the continental United States, but to knock over the chessboard so that the Americans would decide that - as far as the Asia-Pacific region was concerned - it was too costly to put their pieces back into the game*”.

¹³⁵ Consoante com o apresentado no capítulo anterior, os britânicos estabeleceram uma frota de bombardeiros pesados na presunção de que a ameaça de emprego deles teria um forte efeito dissuasório sobre os alemães – raciocínio que se mostrou errôneo (HUGHES, 1989, p. 283-284, 319).

¹³⁶ Essa falta de Credibilidade é exposta no menosprezo de Hitler pelos Aliados, quando ele disse durante uma audiência com chefes militares alemães no final de agosto de 1939 (pouco antes da invasão da Polônia): “*our enemies are little worms. I saw them in Munich*” (MEARSHEIMER, 1981, p. 245).

¹³⁷ Essa sequência de concessões e a falta de respostas firmes dos Aliados serviu para reforçar a confiança dos nazifascistas, fortalecer o poder deles (internamente, pela aquisição de novos recursos e na redução de áreas vizinhas hostis), retardar uma mobilização plena dos Aliados e, em consequência, aumentar os riscos de guerra (MURRAY, 1984, *passim*; ISBY, 2000a, p. 194-195; PIMLOTT, 2006, p. 32-33; DAVID, 2012, p. 288). Como bem colocado por Pimlott (2006, p. 22, grifo do autor), “*Hitler’s expansionism could have been stopped as early as 1936; that it was not and was instead ‘appeased’ by British and French leaders intent on avoiding another European bloodbath, made war unavoidable*”.

tibieza responsiva, se tornou plausível que as lideranças nazistas levantassem o raciocínio de que “porquê os Aliados atuariam diferente no caso da invasão da Polônia?” – questionamento esse que, ampliado pela assinatura do Pacto Germânico-Soviético em 23 de agosto de 1939 (nove dias antes do início do ataque à Polônia)¹³⁸, acabou por dilacerar a competência dissuasória dos Aliados. Entretanto, daqui se extrai a lição imperativa de entender que mudanças podem ocorrer no cenário internacional e no ambiente doméstico, gerando alterações significativas nas condicionantes externas e/ou na opinião pública. Essas alterações desencadeiam reflexos que podem até mesmo repercutir na Cultura Estratégica da nação – tudo contribuindo para alterar a realidade percebida pelos tomadores de decisão e levá-los a adotar decisões distintas das anteriores. Avaliar constantemente e nada conjecturar como certeza permanente são hábitos salutareos nas lides estratégicas:

*On the basis of events in 1938, Hitler had every reason in August 1939, since he had isolated Poland even more completely than Czechoslovakia the year before, to expect surrender rather than war from Britain and France. What he failed to see was that **his [previous] actions had altered national attitudes and political perceptions in the body politic of the Western democracies.** Thus, surrender, no matter how attractive philosophically for those controlling Anglo-French policy, was no longer an alternative. Unfortunately, **bad statesmanship often results from an inability to see the realities of the action-reaction world in which we live;** rather it believes that we **inhabit a mechanistic universe in which our opponents react in a predictable manner.** The Schlieffen plan perhaps best exemplifies that tendency in military planning. (MURRAY, 1984, p. 357, grifos nossos).*

Aproveitando esses dois exemplos históricos em que os movimentos dissuasórios não foram bem-sucedidos, é benéfico para esta tese recuperar mais explicitamente os fatores que levaram ao fracasso da Dissuasão. O primeiro ponto é que a Dissuasão necessita infundir uma certeza no possível agressor: ele não terá êxito ou suas perdas serão incomensuravelmente maiores que o que pretende obter. No caso da invasão da Polônia, Hitler nem acreditava em que seria detido (na verdade sequer esperava que a guerra seria declarada naquela ocasião) e nem que sofreria prejuízos frente ao que poderia obter com a conquista da porção ocidental da Polônia (como sofrer, por parte das forças anglo-francesas, uma ofensiva terminal de

¹³⁸ Esse Pacto de Não Agressão foi um expediente diplomático que permitiu aos germânicos atuarem sem a preocupação de que poderiam ter de combater em duas frentes, como tinha ocorrido nos anos iniciais da Primeira Guerra Mundial – dessa forma enfraquecendo ainda mais o potencial dissuasório dos Aliados (ISBY, 2000a, p. 194; PIMLOTT, 2006, p. 32-33; DAVID, 2012, p. 288).

bombardeio aéreo e/ou ser atacado nas regiões fronteiriças do Sarre, de Baden-Württemberg e da Renânia-Palatinado). Em suma, uma capacidade defensiva inepta (como era a polonesa, valorosa, mas sem meios suficientes), subestimada ou de difícil percepção em relação à suas qualidades, além da visão de uma incapacidade de os aliados contribuírem para com essa defesa, são fatores que levam ao fracasso da Dissuasão.

Pelo lado das lideranças do Japão, o código do Bushido¹³⁹ impunha condutas que dificilmente seriam negligenciadas por eles (e que não deveriam ser desconhecidas pelas lideranças estadunidenses, britânicas e holandesas). A isso se somava um menosprezo a quem não fosse um guerreiro na acepção nipônica e o entendimento que os valores morais e bélicos dos descendentes dos samurais seriam capazes de superar as vantagens industriais e tecnológicas das potências ocidentais (especialmente dos EUA). Em suma, os bloqueios econômicos colocaram o Japão em uma posição em que havia apenas uma saída para aquela nação: o ataque, independente da menor Capacidade Militar de que dispunham frente a dos EUA, logo incapacitando a Dissuasão estadunidense.

Aqui o ensinamento extraído se conecta à necessidade de a nação dissuasora, além da posse de uma Capacidade Militar adequada e de Credibilidade, necessita conhecer as mais profundas necessidades políticas, econômicas e socioculturais de um possível agressor – a sua Cultura Estratégica. Pois, para obter os seus Interesses Nacionais (previamente descritos no Capítulo 1), esse agressor pode se lançar ao ataque mesmo com reduzidas chances de sucesso e o vislumbre de ganhos materiais reduzidos. Ele irá avaliar que mesmo uma agressão malsucedida e com custos elevados compensará na busca de alcançar resultados cujo simbolismo lhe seja

¹³⁹ O Bushido é um código que rege o caminho a ser adotado pelos samurais, tendo sido seguido pelos militares japoneses. Ele trata de como deve ser o espírito dos guerreiros, elencando sete virtudes, das quais a coragem, a honra e a lealdade estão diretamente ligadas ao caso em estudo (NITUBE, 2012). Como apresentado no Capítulo 1, a prática do *seppuku* era uma forma aceita no Bushido para expiar culpas e reparar erros, podendo ter também contribuído para a decisão nipônica de atacar os EUA, já que “*nations have gone to war in the face of certain ‘military suicide’*” (BROWN, 1977, p. 2, grifos do autor). E a posterior compreensão estadunidense desses aspectos do Bushido na Cultura Estratégica japonesa irá influenciar na decisão de empregarem as bombas atômicas para forçar uma rendição incondicional – já que as autoridades japonesas “*adopted the Ketsu-go and Ten-go (Okinawa) defense plans that relied on attrition and kamikaze tactics to bleed the Americans into agreeing to a peace rather than invade Japan*” (KUEHN, 2014, p. 224, grifo nosso). Em Iwo Jima foram 28.000 baixas estadunidenses e cerca de 80.000 em Okinawa, mas a perda de 121.000 militares e 80.000 civis japoneses nesses dois embates (além da destruição das suas maiores cidades por bombardeio aéreo) não arrefeceu as lideranças radicais nipônicas: “*Army leaders believed that another bloodbath would convince the Americans to back down from their harsh surrender terms*” (KUEHN, 2014, p. 225).

relevante. Para esse agressor não irá importar as perdas e gastos, mas sim que obtenha benefícios que atendam nomeadamente aos ditames da sua Cultura Estratégica¹⁴⁰. Entendendo o âmago da Cultura Estratégica alóctone, bem como as suas imposições, permite preparar uma Dissuasão mais focada e, inclusive, buscar soluções políticas-diplomáticas-econômicas para evitar a escalada da crise.

Outro ponto importante se relaciona à Doutrina Militar adotada pela nação e seus reflexos e influência na Dissuasão. Observando o exemplo francês, enquanto a opção era totalmente ofensiva antes da Primeira Guerra Mundial¹⁴¹, sua Doutrina Militar reverteu para uma alternativa defensiva extrema. É pouco provável que um agressor seja dissuadido quando apreende que não será atacado – podendo assim se mover livremente, pois as forças militares da nação que irá agredir permanecerão atrás das suas posições sem lhe incomodar. Dessa forma, a Doutrina Militar adotada deve cooperar para a Dissuasão, em vez de incentivar o possível agressor a atacar e, tampouco, permitir sua liberdade de ação nos campos de batalha.

3.6 COMPONENTES DA DISSUASÃO CONVENCIONAL: ORQUESTRAÇÃO E ELEMENTOS SUPLEMENTARES

Destarte e finalizando a construção do arcabouço analítico, neste ponto se apresenta a terceira condicionante do Triunvirato da Dissuasão: a necessidade de Orquestração dos diversos instrumentos dissuasórios.

A Dissuasão não é obtida por um simples fator, mas sim por uma construção que emprega distintos artifícios e materiais. No decorrer desta tese se buscou demonstrar a importância que uma atuação de forma conjunta dos diversos campos do Poder Nacional (em uma soma de esforços) tem para a Dissuasão. Podem ser

¹⁴⁰ Existem diversos exemplos históricos de nações que se lançaram à guerra para atender aos seus Interesses Nacionais (contidos na Cultura Estratégica), mesmo que possuindo tênues chances de vitória. Casos como esse do Japão em 1941, o já referido ataque egípcio na Guerra do Yom Kippur (1973) e outros irão ser detalhados à frente, especialmente no Capítulo 5.

¹⁴¹ O “culto à ofensiva”, o qual possuía uma forte carga emocional de buscar vingar a derrota acachapante na Guerra Franco-Prussiana de 1870. Como a “honra francesa” exigia atacar, a Dissuasão inexistia pois o outro lado (no caso os alemães) não poderia esperar para ser destruído, então buscava se mobilizar mais rápido e atacar antes (VAN EVERA, 1991). Essa doutrina ofensiva prevalecia mesmo frente aos novos armamentos e tecnologias, os quais ajudavam exponencialmente nas ações defensivas (por serem muito mais mortíferos e destrutivos) (MILLER; LYNN-JONES, 1991, p. xiii).

apontados dois exemplos dentre aqueles já desenvolvidos nesta tese¹⁴²: a ação da diplomacia nazista ao negociar o Pacto de Não Agressão com a URSS em 1939 (debilitando a efetividade dissuasória dos Aliados); e o estabelecimento de uma Doutrina Militar abrangente, de forma a coordenar as Forças Singulares (como no caso da resposta conjunta na defesa aérea do Reino Unido na Segunda Guerra Mundial, citada no capítulo anterior). Esses exemplos históricos aqui inseridos servem para demonstrar tanto que a Dissuasão é multicomponente quanto da importância de abordá-la em uma visão integrada e capaz de interoperar com os diversos campos do poder (autoridades governamentais e políticas, FFAA, sociedade etc.). Assim a aqui denominada Orquestração se apresenta ao Triunvirato da Dissuasão como componente indissociável para alcançar uma competência dissuasória, juntamente com a Capacidade e a Credibilidade.

Antes porém de delinear a Orquestração, se faz necessário ressaltar que alguns autores e órgãos governamentais (MOHAN, 1986, p. 4; HARVEY, 1997, p. 27-28; HAFFA JUNIOR, 2018, p.96-97; PETERS; ANDERSON; MENKE, 2018, p. 17; UNITED KINGDOM - UK, 2019, p. 9-10) apresentam a Capacidade, a Credibilidade e a Comunicação como sendo os pilares que fundamentariam uma Dissuasão eficaz (*Capability, Credibility and Communication as the “three Cs” of Deterrence*). Não obstante esse entendimento, esta tese considera a Comunicação como sendo parte visceral da Credibilidade, em razão de a segunda não existir sem a primeira. Além disso, comunicar a Capacidade para Dissuasão de uma nação é aqui compreendida como responsabilidade precípua da Credibilidade. Em suma, nesta tese a Comunicação não se enquadraria como um pilar singular da Dissuasão por estar entremeada no pilar da Credibilidade.

Mas a Dissuasão não subsiste apenas com a posse de Capacidade e de Credibilidade (nessa última estando incluída a Comunicação), ela carece de que suas ações sejam compostas, resultando em uma sinergia de esforços que amplie a competência dissuasória. Essa composição – que será nominada nesta tese como Orquestração¹⁴³ – visa obter um produto final melhor, em que o todo é maior que a

¹⁴² Mesmo que um dos exemplos se refira a fatos ocorridos em combate (significando que a Dissuasão falhou), ele serve para demonstrar condutas que, caso já estivessem incorporadas antes de o conflito ocorrer, ampliariam a competência dissuasória da nação.

¹⁴³ Complementando as justificativas pela escolha do termo Orquestração e ainda em uma perspectiva do mundo da música, para Rimsky-Korsakov (1912, p. X, grifo nosso), uma “*good orchestration means proper handling of parts*” e segundo Mathews (2006, p. xiv, grifo nosso), “*central to Berlioz’s definition of orchestration is the notion of appropriate combinations*”. O termo Orquestração

soma das suas partes constituintes. Desse modo, para esta tese a Orquestração exprime utilizar e coordenar todos os distintos componentes da Dissuasão – governo, FFAA, diplomacia (inclusive abarcando o apoio de outras unidades do sistema internacional) e os demais componentes dos múltiplos campos do Poder Nacional – de forma que seus esforços harmonizados (entre si e internamente) concorram para o sucesso dissuasório.

A cognição que levou à inserção da Orquestração como integrante do Triunvirato da Dissuasão tem um alicerce teórico e empírico constituído de proposições várias. Uma delas é a da Interoperabilidade (intra e entre Forças), a qual foi apresentada no Capítulo 2. Outra trata da essencialidade de valer-se, para a Dissuasão e a Defesa, de todo o aparato contido nos diversos campos do poder de uma nação, não computando apenas o Poder Militar (segundo o já explicitado neste Capítulo 3). E, igualmente, deve ser considerada a proposição debatida em seção precedente neste Capítulo 3, de que a Dissuasão não deve considerar apenas os fatores materiais (como efetivos e armamentos), mas igualmente os meios não materiais (como as relações civis-militares, a estrutura de comando, estratégia e doutrinas adotadas, motivação e moral dos nacionais etc.) e a forma como eles interagem entre si (interna e externamente) – uma das pedras angulares da proposta da Orquestração.

Também Mearsheimer (2001) e Aron (2017) contribuem para fundamentar a Orquestração. O primeiro (2001, p. 76, grifo nosso) expõe que o poderio apresentado por uma nação, especialmente o militar, não necessariamente reflete a riqueza da mesma, pois, dentre outras razões, “*the efficiency of that transformation [wealth to military might] varies from case to case, occasionally with important consequences for the balance of power*”¹⁴⁴. Dessa forma, ações estatais mais qualificadas geram

também é utilizado em outras áreas além da música, mas contendo a mesma ideia de combinação de esforços para alcançar objetivos. Exemplificando, Klingebiel e Paulo (2015, p. 2, grifos dos autores) apresentam (ao tratarem de como implementar metas de desenvolvimento sustentável) que “*Orchestration is a mode of governance by which an ‘orchestrator’ enables other actors (the ‘intermediaries’) to cooperate and achieve common goals*”. E se referindo ao contexto de tecnologia da educação, Dillenbourg (2012 *apud* TCHOUNIKINE, 2013, p. 501) propõe a definição de que “*Orchestration refers to how a teacher manages in real-time multi-layered activities in a multi-constraints context*”.

¹⁴⁴ Mearsheimer (2001, p. 79, grifo nosso) reitera que “*states convert their wealth into military power with varying degrees of efficiency*” e que “*states distill military power from wealth at varying levels of efficiency*” (2001, p. 82, grifo nosso). Ele (2001, p. 79-81) ilustra esse ponto com o exemplo da expressiva superioridade soviética na produção de armamentos frente à Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial – apesar de os germânicos disporem de uma maior riqueza (especialmente após a captura de boa parte da Europa), dedicarem uma maior parcela do seu

maiores dividendos com o mesmo dispêndio de recursos – uma intenção manifesta da Orquestração, que é a de exponenciar os resultados da Dissuasão e da Defesa pela aplicação de procedimentos que promovam a otimização dos recursos e meios já existentes. Outro escopo da Orquestração apresentado por Mearsheimer (2001, p. 78) se relaciona à nação lograr dispor de aliados poderosos e ricos, permitindo dessa forma a economia de seus recursos e/ou a ampliação do poder agregado daquela nação: *“if one of those rivals has wealthy allies and the other does not, the state with rich friends will probably have to spend less on defense than its rival”*.

Com relação a Aron (2017), seu tributo à Orquestração está ligado ao que ele (2017, p. 54, grifos nossos) denominou de *“collective capacity for action”*, a qual *“includes the **organization of the army**, the discipline of the combatants, the **quality of the civil and military command**, in war and in peace, and the **solidarity of the citizens** during the conflict in the face of good or bad luck”* – ação coletiva essa que, juntamente com as particularidades do meio físico ocupado pela nação e os recursos de que ela dispõe (materiais, humanos, econômico-tecnológicos e militares), seriam os fatores *“determinants of power”*¹⁴⁵. Ele (2017, p. 62) igualmente frisa que a aplicação do potencial econômico nacional em Poder Militar necessita da *“collective capacity for action”* – na forma da capacitação técnica-administrativa adotada, na dita *“organization”*¹⁴⁶. E também os Estados não se diferenciam necessariamente pelos recursos humanos e industrial, mas sim *“by the **unequal** capacity to mobilize resources. Military force was the primary consequence of this capacity of mobilization”* (ARON, 2017, p. 254, grifo nosso).

orçamento para a Defesa e de os bombardeiros aéreos aliados ainda não terem afetado significativamente a capacidade industrial alemã. A questão era a existência de uma maior eficiência – aspecto central para a Orquestração – da URSS nesse quesito: *“the Soviets did a much better job of rationalizing their economy to meet the demands of total war. In particular, the Soviet (and American) economy was **far better organized** than the German economy for mass producing weaponry”* (MEARSHEIMER, 2001, p. 80-81, grifo nosso).

¹⁴⁵ Segundo Aron (2017, p. 57, grifo nosso), mesmo em tempo de paz essa *“collective capacity for action”* está ligada à Dissuasão, pois ela *“is expressed aggressively by the **art of convincing** or constraining **without recourse to force**, and defensively by the art of not letting oneself be deceived, terrified, upset or divided”*.

¹⁴⁶ Em caso de guerra, o que também interessa à Dissuasão ao mostrar ao agressor o que ele pode esperar se decidir atacar, Aron (2017, p. 62) entende que essa *“organization”* se traduz em otimizar a mobilização: *“the administration must be capable of redistributing the population among the necessary jobs, reducing to a minimum the number of workers who produce those goods that are not indispensable, and assigning to each man the task to which he is best suited”*. Ele (2017, p. 244, grifo nosso) igualmente ressalta a importância da capacidade de utilização dos recursos, *“a capacity itself dependent on the knowledge of men and the **efficacy of collective action**”*.

Por conseguinte, as supramencionadas atuações coletivas e coordenadas de diversas facetas do Poder Nacional – traduzidas nesta tese como Orquestração – acabam por se manifestar como sendo indutoras na ampliação da competência dissuasória e da Defesa, justificando assim a sua inserção no Triunvirato da Dissuasão.

Em produção mais recente, Chase e Chan (2016) apresentaram o conceito de *Integrated Strategic Deterrence* elaborado pela China (tendo surgido em estudos a partir de 2001). Visando aprimorar as aptidões dissuasórias chinesas para fazer frente a avanços das capacidades bélicas estadunidenses, a *Integrated Strategic Deterrence*:

[Strategic Deterrence] is a multidimensional set of military and nonmilitary capabilities that combine to constitute the “integrated strategic deterrence” posture required to protect Chinese national security interests. This Chinese military concept calls for a comprehensive and coordinated set of strategic-deterrence capabilities. In particular, powerful military capabilities of several type - including nuclear capabilities, conventional capabilities, space capabilities, and cyberwarfare forces – are all essential components of a credible strategic deterrent [...] Chinese military publications indicate that nonmilitary aspects of national power – most notably diplomatic, economic, and scientific and technological strength – also contribute to strategic deterrence alongside military capabilities. For Chinese strategists, however, the military components have the most immediate, direct ability to influence a potential adversary’s decision-making calculus. (CHASE; CHAN, 2016, p. vii, grifo do autor).

E alguns anos depois foram lançadas pelo governo estadunidense as *National Security Strategy* (NSS) (USA, 2022a) e a *National Defense Strategy* (NDS) (USA, 2022b), ambas contendo o conceito de *Integrated Deterrence*, o qual melhor sintetiza a proposta desta tese em incluir a Orquestração como componente basilar da Dissuasão. Afinal, segundo Mazarr e Ke (2024, p. 1), a “*Integrated deterrence is not intended to be a new theory of deterrence per se*”, mas sim que a “*Integrated deterrence thus represents a **particular approach to the age-old problem of how to prevent various forms of state aggression using instruments of statecraft***” (MAZARR; KE, 2024, p. 2, grifo nosso), abordagem que condiz com a concepção aqui defendida.

Observando a NSS (USA, 2022a, p. 22, grifos nossos), a *Integrated Deterrence* se apresenta como “*the seamless **combination of capabilities***” e ela demanda uma integração entre as diversas esferas dos Campos do Poder, em vista de que “*our [USA] competitors’ strategies operate **across military (land, air, maritime, cyber,***

and space) and non-military (economic, technological, and information) domains – and we must too". O documento continua com o imperativo de se integrar "across regions", "across the spectrum of conflict" e "across the U.S. Government" ("to leverage the full array of American advantages, from **diplomacy, intelligence, and economic tools to security assistance and force posture decisions**"), além de requerer a integração com os aliados e parceiros ("through investments in **interoperability and joint capability development, cooperative posture planning, and coordinated diplomatic and economic approaches**"). Em suma e plenamente coligado com a Orquestração, o core da *Integrated Deterrence* exibido na NDS (USA, 2022b, p. v, grifos nossos) é o de "to develop, **combine, and coordinate our strengths to maximum effect**"¹⁴⁷.

Finalizando, a *Integrated Deterrence* apresenta diversas facetas aqui tratadas que contribuem para embasar a Orquestração, mas essa última não deve ser confundida com a primeira. A Orquestração – mantendo a originalidade da sua inserção acadêmica – apresenta um conjunto de encargos e ações imprescindíveis na construção de uma fidedigna competência dissuasória. Mas a Dissuasão inexistente sem a Capacidade e a Credibilidade, todas constituindo o Triunvirato da Dissuasão. Como Mazarr e Ke (2024, p. 13) colocam e esta tese assim propugna, "*Integration is only one of many possible avenues to enhanced deterrence*".

Frente ao apresentado e mantendo a exemplificação com a analogia musical, a Dissuasão necessita, como se fosse uma orquestra sinfônica, da harmonização entre seus diversos elementos para ser exitosa – a Orquestração. No quesito desempenho (Capacidade), as suas ferramentas devem atuar de forma concorde e orientadas para os resultados desejados, sob a batuta de uma direção central. Um resultado satisfatório impõe condicionantes como: quantidade, qualidade e treinamento dos instrumentos empregados; competência técnica dos seus componentes; liderança qualificada do maestro; e partitura bem elaborada. No quesito divulgação (Credibilidade/ Comunicação), se faz necessária uma escolha musical adequada ao público alvo (estratégia), um marketing oportuno e inteligente e um

¹⁴⁷ Apesar desta tese não ter como objetivo o estudo da Dissuasão e Defesa dos EUA, se faz necessário destacar como a *Integrated Deterrence* se coloca como uma solução para práticas dissuasórias equivocadas adotadas pelo Departamento de Defesa daquela nação: "*In the past, the Department's approach to deterrence has too often been hindered by competing priorities; lack of clarity regarding the specific competitor actions we seek to deter; an emphasis on deterring behaviors in instances where Department authorities and tools are ill-suited; and stovepiping*" (EUA, 2022b, p. 8, grifos nossos). A Orquestração deve igualmente buscar essa correção de rumos.

histórico consagrado, dentre outros. Mas para além do aqui apresentado, também participa de uma Orquestração tudo o que envolva a escolha do teatro (política, diplomacia e estratégia), os recursos para montagem do show (orçamento) e muitos outros aspectos que não se encontram na sinfônica *per se* – ou seja, a Dissuasão vai muito além do Poder Militar e necessita compor com todos os campos do poder da nação, com os diversos integrantes do sistema internacional e com a Cultura Estratégica.

Em consonância com a previamente debatida relação da Capacidade Militar e da Credibilidade com a Cultura Estratégica, também a Orquestração necessita bem compreender a Cultura Estratégica – tanto a alóctone quanto a autóctone – e assim possibilitando que ela seja a mais efetiva possível na sua contribuição para alcançar uma melhor competência dissuasória. Afinal, pode ser que os Interesses Nacionais de um possível agressor só sejam solucionados e/ou atendidos por ações políticas, diplomáticas e/ou econômicas do dissuasor, não pela existência de uma estrutura militar completa.

Em consequência e independente de o foco majoritário deste trabalho estar voltado para o campo militar (uma opção de viés essencialmente epistemológico), seria um erro irredimível deixar de observar a natureza intrinsecamente complexa e multifacetada da Dissuasão. Isto posto e depreendendo que a Comunicação é inerente à Credibilidade¹⁴⁸, a resultante é o Triunvirato da Dissuasão sendo integrado pela Capacidade, pela Credibilidade e pela Orquestração¹⁴⁹.

Estabelecida a composição do Triunvirato da Dissuasão, é benéfico para esta tese oferecer alguns elementos suplementares ao arcabouço dissuasório, os quais permeiam o tecido da opinião pública (logo também das lideranças governamentais)

¹⁴⁸ Compartilhando novamente o entendimento de Morgan (2003, p. 17, grifo nosso) de que a “*Credibility also meant **effectively communicating** one’s [Nation] commitment*”.

¹⁴⁹ Existem pesquisadores que apresentam uma divisão distinta dos pilares para a Dissuasão, como no caso de Lonsdale (2022, p.1, grifos nossos): “*traditionally, **credibility** is understood to be dependent upon the so-called three Cs of credible deterrence: **capability, commitment and communication**. However, it is here proposed that a fourth C is equally essential to the outcome of a deterrence relationship: **context***”. Para esta tese o Triunvirato da Dissuasão se mantém conforme apresentado, pois entende-se que o *commitment* está inserido na Credibilidade (como no dito de Morgan na nota de rodapé imediatamente anterior) e o *context* se relaciona à Orquestração e à Cultura Estratégica. Debatendo a *Integrated Deterrence*, Wirtz e Larsen (2023, p. 17-19) propõem que ela incorporaria os pilares da Capacidade (forças militares e organismos civis, nacionais e de aliados), da Credibilidade (ligada ao público) e da Estratégia (se referindo a lideranças políticas e aliados). Da mesma forma que na proposta acima de Lonsdale (2022), o conceito do Triunvirato da Dissuasão se sustém, em razão de ele possuir entendimento muito semelhante aos pilares da Capacidade e da Credibilidade, bem como a Orquestração incluir – e expandir – o pilar da Estratégia.

e assim necessitam ser considerados devido aos efeitos dissuasórios. É produtivo notar que existem práticas outras com alcance dissuasório implícito pois geram a percepção doméstica (no país agressor) de que efeitos da guerra irão perpassar os campos de batalha e atingirão a população e o cerne econômico que a sustenta e apoia (como centrais de produção de energia, redes de transporte, fabricantes de alimentos etc.)¹⁵⁰.

O ponto fulcral desses elementos dissuasórios é que eles transmitem, especialmente para a população civil, medos e ansiedades frente às perspectivas dos sofrimentos e privações que podem ocorrer. Dessa forma e bem antes do início dos conflitos, a Dissuasão terá mais alguns argumentos para prevalecer na sociedade agressora:

- a) o temor das destruições e perdas lavadas a cabo pelos bombardeios aéreos de represália;
- b) o receio da escassez de alimentos, combustíveis e outros produtos em razão de bloqueios marítimos e econômicos;
- c) as incertezas perpetradas pela Propaganda adversa (exponenciando as consequências).

Esta tese vai se valer de pesquisadores acadêmicos e exemplos históricos¹⁵¹ para demonstrar essas ações dissuasórias suplementares – as quais, como citado acima, almejam também atingir os alvos não militares, mas são efetuadas particularmente pelos instrumentos disponíveis no aparato bélico do dissuasor (logo constantes da sua Capacidade Militar).

Herz (1959, p. 97-107) destaca três dessas ações: a ocorrência de um bloqueio econômico (que ele denomina como *Economic Warfare*); uma penetração político-ideológica (nominada como *Psychological Warfare*); e a eclosão de uma *Air War*. Com relação à *Economic Warfare*, Herz (1959, p. 99-101), em sua obra, a restringe à realização de bloqueios econômicos (especialmente navais) e apresenta que, durante a Primeira Guerra Mundial, “*Germany and her allies were seriously endangered when the Western Allies cut them off from overseas supplies, particularly foodstuffs.*

¹⁵⁰ Essas práticas estão “involved with developments in warfare which **enable belligerents to overleap or by-pass the traditional hard-shell defense of states**. As soon as this happens, the traditional relationship between war, on the one hand, and territorial sovereignty and power, on the other, is altered decisively” (HERZ, 1959, p. 97, grifo nosso).

¹⁵¹ Esses exemplos históricos não se destinam a ilustrar uma Dissuasão sendo bem sucedida (o que não ocorreu), mas sim apresentar resultados de campanhas militares reais – objetivando clarificar como as advertências dissuasórias poderão vir a ser materializadas.

Countering with the submarine, the Germans posed a similar threat to Britain for a while” (HERZ, 1959, p. 99, grifos nossos). Em um outro entendimento sobre o termo *Economic Warfare*:

[It] denotes offensive economic measures designed to reinforce the more orthodox military tactics. It does not include such domestic defensive measures as price controls, commodity rationing, or governmental interference with the economy. But it encompasses all measures designed to reduce the enemy's economic strength. For this reason, the strategic bombing in the second world war was considered an economic warfare tactic. During the first world war, economic warfare procedures included those British maritime measures which sought to keep overseas imports away from enemy or border neutral ports. They also encompassed such diplomatic blockade tactics as import consignment to private neutral societies, Allied rationing of border neutral imports, and Allied preclusive purchases of neutral domestic products. The French worked out a rudimentary theory of economic warfare in March 1915 which they gradually extended and perfected. While it utilized primarily the tools of diplomacy, the French economic warfare program sought the offensive objective of the enemy's economic isolation and destruction. (FARRAR, 1974, p. 2, grifos nossos).

Sem a preocupação de definir qual o conceito a ser adotado, o ponto-chave aqui é como a ameaça do emprego das ferramentas militares na *Economic Warfare*, *pari passu* com as diplomáticas e econômicas¹⁵², beneficia as práticas dissuasórias. Portanto, fica reforçada a compreensão de que a Dissuasão não subsiste apenas com o Poder Militar¹⁵³. Outro ponto que se sobressai é o da aplicabilidade do Realismo Neoclássico para o entendimento da Dissuasão, pois essa teoria das relações internacionais, ao sopesar a influência doméstica na definição das políticas estatais (como a Externa, a de Defesa e a Econômica), insere, nos cálculos decisórios do Estado agressor, as consequências para a sua população do uso de instrumentos da *Economic Warfare* pelo Estado dissuasor¹⁵⁴.

¹⁵² Friedman (2015, p. 104, grifo nosso), ao tratar de ações econômicas que poderiam ser adotadas na eclosão da Primeira Guerra Mundial, expõe que “*credit was vulnerable to financial panic. [...] The outbreak of war would clearly create a much worse panic. Could the British exacerbate its effect on Germany, using the international credit system to destroy the German economy? Before 1914 British advocates of economic attack (including blockade) against Germany argued that this weapon alone could quickly end a war*”.

¹⁵³ Sintetizando esse entendimento com base na obra supracitada de Farrar (1974), a qual trata das contribuições da França no bloqueio econômico aos Poderes Centrais (a Alemanha e os Império Austro-Húngaro e Otomano) de 1914 a 1918, essa autora explicita que ocorreram inúmeras gestões diplomáticas (desenvolvidas particularmente pelos franceses), concomitantemente com o bloqueio naval (realizado sobretudo pelos britânicos), ambas “*to denote the various measures which they took to prevent all kinds of merchandise from reaching the Central Powers*” (FARRAR, 1974, p. 2, grifo nosso).

¹⁵⁴ Herz (1959, p. 99, grifos do autor) destaca que “*it should be said from the outset that ‘economic blockade’ so far has never enabled a belligerent to force another into surrender through ‘starvation’*”.

Isso posto, considerada a relevância da *Economic Warfare* para a Dissuasão e coerente com a delimitação desta tese de priorizar os estudos do Poder Militar, será exposto um exemplo histórico de emprego de bloqueios marítimos executados por intermédio de forças navais: a atuação da força de submarinos da *U.S. Navy* frente ao tráfego mercante e naval japonês nos TO Pacífico e TO Pacífico Sudoeste durante a Segunda Guerra Mundial.

O transporte marítimo exhibe características que o distingue de outros meios de locomoção pela aptidão de movimentar tanto grandes efetivos quanto cargas volumosas e pesadas a longas distâncias (inclusive entre continentes não interligados), tornando-o assim essencial para o esforço de guerra, bem como para a subsistência de populações. O Japão, por sua característica física insular e deficiências em materiais estratégicos diversos, dependia fortemente de importações de bens transportados por mar em navios mercantes (pois sua Marinha já estava empenhada no abastecimento de bases e unidades militares espalhadas pelo Pacífico). Mas os submarinos aliados tornaram insustentável manter esse transporte de bens essenciais aos japoneses, pois afundaram cerca de 80% de toda a frota mercantil nipônica até o final daquele conflito (DAVID, 2012, p. 303)¹⁵⁵. Relatório do *United States Strategic Bombing Survey* afirmou que *“the war against shipping was perhaps the most decisive single factor in the collapse of the Japanese economy and logistic support of Japanese military and naval power. Submarines accounted for the majority of vessel sinkings and the greater part of the reduction in tonnage”* (BLAIR, 2001, p. 879, grifos nossos).

Resumindo, o bloqueio marítimo, realizado por forças navais de superfície e/ou por submarinos, se apresenta como um proveitoso instrumento dissuasório – o que é decorrente da perspectiva dos efeitos políticos-militares-econômicos-sociais que poderão advir de uma obstrução às linhas de comunicação marítimas que venha a ser efetivada em caso de agressão. Fica também evidenciado que os submarinos têm uma destacada competência para realizar tanto ações defensivas quanto ofensivas (as quais vão além daquelas demandadas pelos bloqueios, como permitindo ações de Dissuasão por negação). Mas a simples existência desses instrumentos navais,

alone”. Mesmo assim, as privações que podem ocorrer irão naturalmente cooperar para com a Dissuasão ao pesarem nos cálculos decisórios do Estado agressor.

¹⁵⁵ De acordo com Blair (2001, p. 879), a Força de Submarinos dos EUA representava menos do que 2% do efetivo da Marinha estadunidense, porém foi responsável por um total de 55% de todas as perdas marítimas sofridas pelos nipônicos.

bem como o seu emprego singular, apartado dos demais instrumentos bélicos, não se constitui na Dissuasão *per se*, necessitando sim estarem corretamente capacitados e coordenados ininterruptamente com os diversos segmentos envolvidos nas ações dissuasórias.

Retornando às demais práticas dissuasórias apresentadas por Herz (1959), que se caracterizam por transporem os campos de batalha e possibilitar alcançar a população, bem como a matriz econômica do adversário, será explorada a *Psychological Warfare* – referida por Herz (1959, p. 98, 101-104) como “*ideological-political penetration*”, se encontra inserida na Propaganda e compartilha suas particularidades¹⁵⁶. A *Psychological Warfare* foca especialmente na obtenção de resultados nos campos político e militar, podendo assim cooperar diretamente para com a Dissuasão. Ela pode ser definida como “*Psychological warfare comprises the use of propaganda against an enemy, together with such other operational measures of a military, economic, or political nature as may be required to supplement propaganda*” (LINEBARGER, 1948, p. 40, grifos nossos) – realçando mais uma vez a natureza abrangente e plural que cerca os diversos ingredientes da Dissuasão.

Linebarger (1948, p. 3-24) apresenta diferentes exemplos históricos de *Psychological Warfare* através dos tempos¹⁵⁷, dentre eles a sua aplicação pelos mongóis – inculcando o medo nos adversários pela disseminação de informações (por meio de agentes próprios e mesmo dos espiões do inimigo) de que possuiriam hordas ilimitadas de cavaleiros selvagens, corajosos e ansiosos pela luta, capazes de se deslocarem por longas distâncias e combaterem com poucos recursos, sendo implacáveis para com os seus inimigos. Entretanto, se essas informações não eram necessariamente corretas¹⁵⁸, o importante é que elas surtiram o efeito desejado nas populações e forças oponentes, desencorajando-as de oferecer resistência e então buscarem a negociação.

¹⁵⁶ A Propaganda e suas características foram detalhadas anteriormente neste capítulo. Como será observado, a *Psychological Warfare* possui objetivos específicos, entretanto ela não é uma autarquia que atua independentemente – ela é a propaganda executada com finalidade bélica e, sendo assim, atendendo aos interesses intrínsecos desta tese.

¹⁵⁷ Outros casos de Propaganda, ocorridos especificamente na Segunda Guerra Mundial, podem ser encontrados nas obras de Lerner (1971) e de Gilmore (1998).

¹⁵⁸ Como apresentado por Linebarger (1948, p. 14-15), pesquisas mais recentes revelam a impossibilidades da existência, naquele tempo, de vastas populações nas zonas rurais da Ásia Interior. Mas, mesmo assim, a imagem de turbas ilimitadas de bárbaros guerreiros mongóis ainda se encontra plantada no inconsciente coletivo dos europeus.

Aqui fica reforçada a ligação da Credibilidade e da Comunicação, com a última também sendo direcionada para alargar a Capacidade existente e favorecer a Dissuasão – pois todas essas ações podem e devem ser efetuadas antes do início do conflito. Outra forma de utilizar a *Psychological Warfare* em apoio à Dissuasão é o de manipular a opinião pública (mesmo que em países não diretamente envolvidos no conflito) e assim realizar pressões que possam afetar os tomadores de decisão de um Estado.

Para ilustrar, em 7 de maio de 1915, o transatlântico *Lusitania* foi torpedeado pelo submarino alemão U-20 ao largo da costa irlandesa, ocasionando a perda de 1.198 vidas (inclusive de 128 cidadãos estadunidenses). Uma onda de protestos veementes teve lugar, inclusive pelo Presidente Woodrow Wilson, dos EUA – país então neutro, mas onde a opinião pública se voltou contra a Alemanha. A preocupação germânica com a entrada dos EUA na guerra ao lado dos Aliados levou à suspensão da guerra submarina, o que foi um bálsamo para o esforço logístico dos Aliados (O'CONNELL, 1989, p. 250-251; DAVID, 2012, p. 272). De acordo com O'Connell (1989, p. 251, grifos nossos), *“the broadside of **English propaganda** during the summer of 1915 solidified world opinion against unrestricted submarine warfare at a time when **British merchant losses climbed to 135,000 tons per month**”* – o resultado de uma campanha de Propaganda bem-sucedida levada a cabo pelos britânicos contra a guerra submarina e que ilustra bem esse método de influenciar audiências e alterar percepções. Como bem colocado por O'Connell (1989, p. 251, grifos nossos), as pressões advindas podem ser intensas, como nesse caso, onde *“the Germans had **deliberately relinquished a potentially decisive weapon at a critical point in the war. And they had been motivated to do so more by moral pressure than by fear of reprisal**”*.

A *Psychological Warfare* é executada por intermédio das denominadas operações psicológicas, que são *“**planned activities using methods of communication and other means directed at approved audiences in order to influence perceptions, attitudes and behaviour, affecting the achievement of political and military objectives**”* (NATO, 2021, p. 105, grifos nossos)¹⁵⁹. E, em razão da sua

¹⁵⁹ Outro exemplo foi a campanha propagandista nazista orientada para culpar a Polónia por atos de agressão e assim justificar a invasão germânica (LIGHTBODY, 2004, p. 39), como observado nas palavras de Hitler a seus generais em 22 de agosto de 1939: *“I shall give a propaganda reason for starting the war, whether it is plausible or not. The victor will not be asked whether he told the truth”* (BULLOCK, 1998, p. 677-679).

complexidade, peculiaridade e importância¹⁶⁰, é imprescindível que essas operações sejam elaboradas e executadas por entidades de constituição especial, como as *Psychological Warfare Units*, que segundo Linebarger (1948, p. 40) foram estabelecidas em cada TO relevante durante a Segunda Guerra Mundial¹⁶¹ – como no caso da *Psychological Warfare Division* junto ao *Supreme Headquarters, Allied Expeditionary Force Units* (o órgão de direção militar responsável por todas as operações no TO Europeu) (LERNER, 1971, p. 11). Outra particularidade que requer ser mencionada é que:

Offensively, the psychological warfare operator must fight antagonists who never answer back – the enemy audience. He cannot fight the one enemy who is in plain sight, the hostile psychological warfare operator, because the hostile operator is greedily receptive to attack. Neither success nor defeat are measurable factors. Psychological strategy is planned along the edge of nightmare. (LINEBARGER, 1948, p. 1, grifos nossos).

Em suma, a *Psychological Warfare*, integrada na figura maior da Propaganda e sob gerenciamento do mais alto nível (compondo com outros órgãos estatais), permite executar ações de convencimento, influenciar procedimentos e incutir informações na nação agressora – nos seus governantes e na sua sociedade – de forma a favorecer a Dissuasão de modo pleno. E para as práticas dissuasórias é valiosa a possibilidade de que a *Psychological Warfare* tenha início previamente à eclosão das hostilidades. Por fim, a *Psychological Warfare* não atua em uma esfera paralela e desconectada, ela necessita estar inserida no planejamento amplo que envolve a Dissuasão:

The empire of the Khan was built on bold military inventiveness - the use of highly mobile forces, the full use of intelligence, the coordination of half-global strategy, the application of propaganda in all its forms [...] The Mongols used espionage to plan their campaigns and deliberately used rumor and other means to exaggerate accounts of their own huge numbers, stupidity, and

¹⁶⁰ Simpson (1996, p. 9, grifos nossos) observa essa característica das *Psychological Warfare*, mesmo quando circunscrita a seu âmbito funcional: “*Psychological warfare projects demanded scientific accuracy and academic integrity, to be sure, but they were at their heart applied research tailored to achieve narrowly defined political or military goals*”.

¹⁶¹ Reiterando a importância da *Psychological Warfare* e o nível em que ela deve ser tratada, as ações de Guerra Psicológica estavam sob a autoridade geral da JCS durante aquele conflito (LINEBARGER, 1948, p. 40). Relembrando o apresentado no capítulo prévio, a JCS era, até a promulgação do *Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act of 1986*, o órgão militar de maior nível das FFAA estadunidenses no assessoramento direto às lideranças civis seniores dos EUA na área da Defesa (o Presidente, o Conselho de Segurança Nacional e o Secretário de Defesa).

ferocity. They did not care what their enemies thought as long as the enemies became frightened. Europeans described light, hard-hitting numerically inferior cavalry as a 'numberless horde' because Mongol agents whispered such a story in the streets. (LINEBARGER, 1948, p. 14-15, grifo do autor).

Com relação à *Air War*, o início da sua história pode ser considerado como quando uma aeronave italiana realizou um ataque aéreo na Líbia em 1911 (DAVID, 2012, p. 272). A partir daí, o emprego militar da aviação cresceu exponencialmente – em volume, relevância, abrangência, tecnologia, doutrina, estrutura organizacional e diversidade, de forma a se constituir no denominado Poder Aéreo¹⁶². A aviação passou a ter uma faceta militar mais complexa e importante, como mostra um resumo da sua evolução inicial:

*Aircraft were primarily an adjunct to armies on the ground. They quickly proved their worth for reconnaissance in the mobile fighting of 1914 and became even more vital in that role once the trenches were dug. Flying over enemy lines, the airmen photographed trench systems, "spotted" for artillery – observing where their [of the artillery] shells fell – and reported on troop movements. They also **dropped small bombs on targets such as stations and marshalling yards**. A number of aircraft were fitted with guns so that they could shoot down enemy reconnaissance aircraft and bombers, and soon these aircraft were fighting one another. (DAVID, 2012, p. 272-273, grifos nossos).*

Frequentemente mandatório para o sucesso das batalhas terrestres e navais modernas nos níveis operacional e tático, o Poder Aéreo logo apresentou um outro enfoque (obtido em razão do longo raio de ação que as aeronaves passaram a dispor): a de poder executar também ações estratégicas frente à possibilidade de levar a guerra até as profundezas do território inimigo¹⁶³. Com relação a esses dois primeiros níveis de emprego, um apropriado Poder Aéreo nacional se apresenta como essencial para com a Dissuasão por negação¹⁶⁴. E no último nível (o estratégico), ele tanto

¹⁶² Poder Aéreo é, de acordo com a definição da RAF (UK, 2022, p. 3), "*The ability to use air capabilities in and from the air, to influence the behaviour of actors and the course of events*". Aquela Força também cita que "*the fundamental purpose of military air power is **achieving mastery of the air***" (UK, 2022, p. 2, grifo nosso). Segundo a RAAF (AUSTRALIA, 2013, p. 122, 214, grifo nosso), Poder Aéreo é "*the ability of a nation to assert its will by **projecting military power in, through and from the air domain***". Esta tese fará uso da expressão Poder Aéreo ao invés de *Air War* por entender que a primeira é mais adequada ao contexto sendo aqui pesquisado.

¹⁶³ "*Air war, of all the **new developments and techniques prior to the atomic age**, is the one that has **affected the territoriality of nations most radically**. With it, so to say, the roof blew off the territorial state*" (HERZ, 1959, p. 104, grifos nossos).

¹⁶⁴ O Poder Aéreo pode executar inúmeras ações bélicas, basicamente agrupadas em quatro categorias: a de controle do ar (atuando em tarefas como de interceptação, supressão das defesas aéreas inimigas, escolta e varredura aérea); a de ataque (estratégico e em apoio a operações terrestres e/ou navais, exemplificadas respectivamente no apoio aéreo aproximado e na guerra

participa da Dissuasão por negação quanto da Dissuasão por punição – seja por ser apto a infligir danos aos recursos e às capacidades bélicas localizadas nos recessos do país agressor e de seus aliados, como ao possibilitar atingir suas populações e bens de valor histórico-cultural¹⁶⁵.

Observando esse desenvolvimento operacional, o foco nesta tese estará voltado para as ações estratégicas do Poder Aéreo¹⁶⁶, uma vez que serão elas que maiores reflexos terão sobre o assim dizer quociente dissuasório. Sem desconsiderar a importância da posse de uma Capacidade Militar para apoiar a Dissuasão por negação, o emprego do Poder Aéreo é possivelmente a expressão mais conhecida das ações bélicas que afetam a população civil – logo podendo influir mais na opinião pública e, como resultado, também nas lideranças do agressor, resultando assim em efeitos dissuasórios mais acentuados. E os ataques aéreos longínquos da frente de batalha, atingindo alvos da cadeia produtiva, distributiva e logística do inimigo (fábricas, pontes, portos, usinas, depósitos, refinarias etc.) geram também dividendos

antissubmarino, dentre outras tarefas); a de inteligência, vigilância e reconhecimento (incluindo a disseminação de Propaganda, levantamento fotográfico e a vigilância eletrônica); e a de mobilidade aérea (realizando reabastecimento aéreo, operações aeroterrestres e de Forças Especiais, evacuação aeromédica, transporte aéreo e de apoio logístico, busca e salvamento operacional e outras) (UK, 2022. p. 27-42).

¹⁶⁵ Morgan (2003, p. 7, grifos nossos) observa esses pontos com relação aos britânicos, os quais “*eventually developed strategic bombing as a deterrent, with preliminary thoughts on how key targets might be industrial and military or the will, politically and psychologically, of the enemy to continue to fight, foreshadowing the distinction between deterrence via defense (war-fighting) and deterrence via punishment (retaliation)*”. E segundo ele (2003, p. 7), “*US military thinking was similarly interested in deterrence through the threat of strategic bombing*”. E Jervis (1989b, p. 10, grifo do autor) apresenta que “*naval blockades, raids on the other side's towns and farmlands, as well as what we now call 'conventional' bombing, all inflicted punishment before 1945*”.

¹⁶⁶ Essas ações envolvem aeronaves, mas também mísseis balísticos, bombas guiadas e mísseis de cruzeiro. Durante a Segunda Guerra Mundial e desenvolvidas particularmente pelos nazistas, surgiram bombas/mísseis guiados para serem lançados de aeronave em voo contra embarcações – como o Fritz-X e o Henschel Hs 293, ambos tendo obtido sucesso em combate afundando navios dos Aliados (NOWARRA, 1993, p. 17-22; HOGG, 1999, p. 69-79; ZALOGA, 2019, p. 4-19). Também foram testadas bombas planadoras de longo alcance (como a Bv 246 *Hagelkorn*, prevista para alcançar 210 km, mas que não entrou em serviço operacional) (NOWARRA, 1993, p. 24, 27-29; HOGG, 1999, p. 85; ZALOGA, 2019, p. 20-21). E mais conhecidas foram as ditas bombas voadoras V-1 e os mísseis balísticos V-2 (ou A-4), prioritariamente utilizados como “*vengeance weapons*” frente aos devastadores bombardeios dos Aliados contra cidades alemãs (HOGG, 1999; ZALOGA, 2003, 2005; DUNGAN, 2005; KIKUCHI, 2011b, p. 868; DAVID, 2012, p. 297). Com apoio dos projetistas e modelos capturados dessas bombas e mísseis, os soviéticos, estadunidenses e britânicos iniciaram o desenvolvimento de novas armas (ZALOGA, 2003, p. 38-42; 2005, p. 39-43). Assim, surgiram novos instrumentos de guerra (como a série inicial dos mísseis *Scud* soviéticos em 1958 e os ICBM que transportam ogivas nucleares), os quais acabaram por dar origem, dentre outros, aos modernos mísseis de cruzeiro, bombas guiadas a laser e mísseis balísticos. Nesta tese todos esses sistemas de armas serão considerados como inseridos no Poder Aéreo, independente de serem componentes da Força Terrestre e/ou Naval. A finalidade é a de facilitar o desenvolvimento desta pesquisa, tendo em vista que em diversos países eles estão sob o controle da Força Aérea e que seus efeitos são convergentes com aqueles dos sistemas clássicos do Poder Aéreo (como as aeronaves): destruição vinda de longe através dos céus.

que refletem exponencialmente nas forças combatentes. Em consequência, a escolha de estudo da faceta estratégica do Poder Aéreo irá proporcionar maiores benefícios de pesquisa para esta tese.

A análise histórica do Poder Aéreo atuando no coração territorial de um adversário longínquo pode ser iniciada com os ataques dos dirigíveis *Zeppelin* a Londres em 1915¹⁶⁷, posteriormente substituídos pelos bombardeiros *Gotha* e *Giant* em 1917¹⁶⁸ (ISBY, 2000a, p. 180-181; FAULKNER; DURRANI, 2008; STOREY, 2015; CASTLE, 2008, 2010, 2015; HOLMAN, 2009, 2014; RIDLEY, 2022)¹⁶⁹. Aqui se faz necessário regressar a escrito prévio que enfatiza como a inexistência de uma Doutrina Militar nacional pode prejudicar o esforço de guerra. Na conjuntura histórica agora discutida, o “*German Army had already concluded that increasing Zeppelin losses made further attempts on London by that means impossible, a decision stubbornly rejected by the naval airship authorities*” (CASTLE, 2010, p. 6, grifo nosso).

¹⁶⁷ No dia 25 de julho de 1909, o aviador francês Louis Blériot cruzou voando o Canal da Mancha e o *Daily News* (então o mais popular jornal britânico) publicou que a “*British insularity has vanished*” (DAILY NEWS, 1909, p. 6 *apud* HOLMAN, 2009, p. 1, 2014, p. 23). Mais tarde, o visionário escritor H. G. Wells escreveu que a Grã-Bretanha, do ponto de vista militar, não era mais “*an inaccessible island*”. (CASTLE, 2008, p. 7, 2015, p. 11). Confirmando esses ditos, em 31 de maio de 1915, após o Kaiser Guilherme II ter finalmente autorizado ataques germânicos a “leste da Torre de Londres”, o *Zeppelin* LZ 38 realizou a primeira incursão aérea àquela cidade (CASTLE, 2008, p. 9, 19-24; STOREY, 2015, p. 382-384). Outros ataques se sucederam, mas se tornarão muito esporádicos a partir de outubro de 1916, tendo em vista as perdas elevadas que esses dirigíveis passaram a sofrer quando da adoção pelos britânicos de munição explosiva e incendiária para as metralhadoras das suas aeronaves – as quais inflamavam o hidrogênio que sustentava os *Zeppelins*, transformando-os em enormes bolas de fogo (CASTLE, 2008, p. 9, 69, 82, 2010, p. 4; GRANT, 2011a, p. 745). Nessa nova fase, os ataques por *Zeppelins* foram executados apenas pela *Kaiserliche Marine* e duraram até 19 de outubro de 1917 (CASTLE, 2008, p. 9, 69).

¹⁶⁸ O ramo aéreo do Exército alemão foi reorganizado ao final de 1916, recebendo depois aeronaves que tinham um raio de ação que as permitia, partindo da Bélgica, alcançar Londres (e retornar). Seu primeiro modelo a entrar em ação foi o *Gotha* G.IV, o qual podia carregar de 300 a 400kg de bombas (explosivas e incendiárias) e duas metralhadoras para defesa (na frente e na parte posterior da cabine). O primeiro ataque a Londres teve lugar em 13 de junho de 1917 (realizado à luz do dia e que causou quase 600 baixas civis). Ataques se seguiram, inclusive com um novo modelo de bombardeiro (o R.VI *Giant*), até 19 de maio de 1918, finalizando com duas incursões diurnas e quinze noturnas e elevando as baixas civis a mais de 2.800, além de efetuarem destruições de inúmeras instalações (CASTLE, 2010, p. 5-8, 13-16, 49, 89; GRANT, 2011a, p. 749).

¹⁶⁹ Não foi apenas Londres que foi bombardeada pelo ar na Primeira Guerra Mundial, outras cidades como Paris, Liège e Antuérpia também sofreram ataques aéreos (HOLMAN, 2014, p. 6) – inclusive cidades na Alemanha Ocidental que sofreram retaliações aéreas em 1918 pela então incipiente RAF (ISBY, 2000a, p. 181; HOLMAN, 2014, p. 51). Entretanto esta tese irá se concentrar nos ataques à capital britânica por terem sido os mais intensos e os de maior repercussão internacional (inclusive pela vasta difusão a nível mundial que a imprensa inglesa tinha, ao se computar o Império Britânico, os EUA e parte considerável da elite mundial interessada na ainda potência hegemônica e centro financeiro mundial).

Assim, enquanto a *Kaiserliche Marine* se mantinha apegada a uma visão paroquialista, inclusive gastando recursos extras no desenvolvimento do denominado *Super Zeppelin* (CASTLE, 2008, p. 9, 47, 56-58), o Exército alemão investia em uma nova perspectiva e “*a few months later, largely unopposed, German bombers were flying over the streets of London in broad daylight trailing death and destruction in their wake*” – sucedendo em obter “*new means of striking at the morale of the British population*” (CASTLE, 2010, p. 6).

Essa dualidade doutrinária certamente levou ao enfraquecimento da Capacidade Militar teutônica ao conduzir para uma dispersão de energias e duplicação de gastos, além de criar graves complicações na coordenação operacional (afinal, de quem seria a prioridade e como dirigir um ataque aéreo sobre o mesmo alvo, especialmente sem meios de comunicações adequados?) – uma lição ainda válida na atualidade.

Mas o reflexo mais destacado que se originou dessa fase inicial do emprego estratégico do Poder Aéreo foi a grande repercussão que se estabeleceu tanto na população civil quanto em seus representantes: um temor profundo das consequências que poderiam advir dos bombardeiros aéreos (como a ruína dos serviços básicos, uma mortandade na população civil, o desmoronamento do sistema de administração interno e político da nação, dentre outras)¹⁷⁰. Fruto da observação de que essas novas tecnologias aeronáuticas tinham modificado irrevogavelmente a essência do combate e da estratégia, tanto nos campos de batalha quanto no dito *front* doméstico:

*During the First World War, the idea emerged that in the future the main strategic risk to Britain would be the possibility of a sudden, intense aerial bombardment of its cities, which would cause tremendous destruction and large numbers of casualties. **Civilian morale would be shattered and the nation knocked out of the war quickly, long before it could fully realise its military potential.** The next war would start and end in the air, and would be won or lost in the air. **This theory of the knock-out blow solidified into a near-consensus among military intellectuals during the 1920s and by the 1930s had almost become an orthodoxy, accepted and promoted by pacifists and militarists alike.** (HOLMAN, 2009, p. 2, 2014, p. 24, grifos nossos).*

¹⁷⁰ Mueller (2001, p. 58, grifo do autor) coloca que “*in Britain many concluded that an air attack could deliver a ‘knock-out blow’ to the country, particularly to London*”.

Essa cognição coletiva de medo de um “nocaute” da nação oriundo do emprego do Poder Aéreo (HOLMAN, 2011) era reforçada, dentre outros canais, por escritores de viés independente¹⁷¹, pela imprensa britânica¹⁷² e por manifestações de autoridades¹⁷³ – os quais atuavam nos princípios da Propaganda, seja por motivações pacifistas que buscavam evitar a guerra ou para estimular que fosse implementado um rearmamento (visando dissuadir agressores potenciais e também preparar o país para um possível conflito) (BIALER, 1980a).

Bastante ilustrativa desse sentimento vigente entre as duas guerras mundiais é a declaração abaixo, proferida em suas memórias por Harold Macmillan (que foi Primeiro Ministro inglês de 1957 a 1963) – a qual também explicita como esse receio de que o Poder Aéreo fosse utilizado contra suas nações foi um fator dissuasório que gerou sérias consequências na atuação da Política Externa britânica e francesa, gerando, por exemplo, o Acordo de Munique de 1938 (o qual cedeu aos nazistas, em troca de uma “*peace for our time*”¹⁷⁴, a região dos Sudetos que se localizava nas fronteiras da porção oeste da então Tchecoslováquia):

Among other deterrents of war in 1938, expert advice had indicated that bombing of London and the great cities would lead to casualties of the order of hundreds of thousands or even millions within a few weeks. We thought of

¹⁷¹ “*The very heart of a country now lies open to a peculiarly horrible form of attack which neither science nor invention can prevent, and to which no human skill or courage can be successfully opposed*” (CHARLTON, 1938, p. 25 *apud* OVERY, 1992, p. 73).

¹⁷² Como um exemplo de atuação da imprensa britânica, o *Evening News* lançou em janeiro de 1935 uma campanha com premiação em dinheiro: convidava seus leitores a enviarem suas memórias da ofensiva aérea efetuada pelos alemães na Primeira Guerra Mundial. A publicação das cartas recebidas tinha o objetivo de lembrar os horrores e ruínas que resultaram daqueles ataques aéreos, mas especialmente o de transmitir a mensagem de que a Grã-Bretanha se encontrava praticamente indefesa e que o governo deveria empreender um sério rearmamento do seu Poder Aéreo (HOLMAN, 2014, p. 1-2).

¹⁷³ Outra amostra da busca de influenciar a opinião pública é o então famoso discurso de teor pacifista proferido pelo parlamentar inglês Stanley Baldwin (na Casa dos Comuns em 10 e novembro de 1932). Entitulado “*A Fear for the Future*” e contendo a advertência de que “*the bomber will always get through*”, o seu objetivo era o de instigar o desarmamento frente a certeza de que os bombardeiros aéreos iriam superar as defesas e causar grande devastação. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/wp-content/uploads/2020/09/A-Fear-for-the-Future.pdf>. Acesso em 13 fev. 2024.

¹⁷⁴ Essa fala é parte do discurso realizado pelo então Primeiro Ministro britânico Neville Chamberlain quando do seu retorno à Londres em 30 de setembro de 1938, após a assinatura do Acordo de Munique (disponível em: <https://www.theguardian.com/world/from-the-archive-blog/2018/sep/21/munich-chamberlain-hitler-appeasement-1938>. Acesso em 13 fev. 2024). Esse Acordo é compreendido como sendo o ápice de uma política de apaziguamento liderada pelo governo britânico (contando com seus aliados, como o governo francês). Denominada como *British Appeasement Grand Strategy* por Layton (2018, p. 153-169), ela envolveu diversas tentativas de 1934 a 1939 para evitar a eclosão de um novo conflito mundial – inclusive, além de ações diplomáticas e econômicas, de um rearmamento britânico (especialmente aéreo e naval) que visava dissuadir Hitler de atacar.

air warfare in 1938 rather as people think of nuclear warfare today. (MACMILLAN, 1966¹⁷⁵, p. 522 *apud* BIALER, 1980b, p. 158, grifo do autor).

Outra consequência, para além das ações de Propaganda midiática, se relaciona a uma indagação para instituir uma colocação do Poder Aéreo dentre o componente militar de uma nação¹⁷⁶, o que levou à produção de uma literatura especializada por pensadores militares, como a do General italiano Giulio Douhet¹⁷⁷ (1972, texto original de 1921) e a do General estadunidense William Mitchell¹⁷⁸ (2009, texto original de 1925). Eles estabeleceram as fundações teóricas (especialmente Douhet)¹⁷⁹ e práticas (como Mitchell e também o Marechal britânico Hugh Trenchard¹⁸⁰) do emprego estratégico do Poder Aéreo (WEIGLEY, 1973; BERKLAND, 2011; HIPPLER, 2013; ECHEVARRIA II, 2021). Para além de serem defensores da constituição de uma nova Força Singular (separada do Exército e da Marinha)

¹⁷⁵ MACMILLAN, Harold. **Winds of Change**: 1914-1939. London: Macmillan, 1966.

¹⁷⁶ Liddell Hart (1946, p. 69, grifos nossos), se referindo à RAF após a sua criação, descreve muito bem essa busca de uma posição emancipada e reconhecida: *“the directing minds of the new service were eager to develop a field of action wider than that to which they had hitherto been confined, as a mere supporting arm. They wanted to stretch their wings beyond the battlefield”*.

¹⁷⁷ Oficial do Exército, Douhet se tornou aviador ainda antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Mais conhecido pelos seus escritos teóricos, os quais contribuíram para o conceito operacional da necessidade de se obter a superioridade aérea (ou “Comando do Ar”, em uma clara analogia ao conceito naval de “Comando do Mar” apresentado no início deste capítulo). Com relação ao quesito estratégico, ele exerceu uma forte influência em lideranças políticas e militares que acreditaram na eficácia do bombardeiro aéreo contra a população civil para, sozinho, obter a vitória – concepção que se mostrou falha frente aos acontecimentos na Segunda Guerra Mundial (BERKLAND, 2011, p. 389-390; FARQUHAR, 2018, p. 77-78).

¹⁷⁸ Mitchell foi comandante do componente aéreo da Força Expedicionária que os EUA enviaram para combater na França em 1917-1918. Na busca de obter conhecimentos sobre o emprego do então incipiente Poder Aéreo, ele foi ao encontro do General Trenchard (considerado um reputado especialista) – com quem irá compartilhar inúmeros conceitos. Ele abalou a crença da Marinha na invulnerabilidade dos encouraçados a ataques aéreos quando, em 1921, bombardeou e afundou o *Ostfriesland* (uma poderosa belonave alemã capturada ao final da Primeira Guerra Mundial). Frente à sua inexorável campanha pela criação de uma Força Aérea independente e na busca por mais recursos (inclusive por meio da imprensa), acabou sendo indiciado em uma corte marcial por insubordinação e, condenado, resignou do seu posto do Exército pouco depois (em 1926) (BERKLAND, 2011, p. 391-392; FARQUHAR, 2018, p. 78-80; STEPHENS, 2018, p. 27-29).

¹⁷⁹ *“Some military theorists, especially the influential Italian general Giulio Douhet, concluded from the experience of the Great War that any ground war would quickly and necessarily degenerate into a stalemate while air power would determine the outcome”* (MUELLER, 2001, p. 58).

¹⁸⁰ A primeira unidade britânica dedicada ao bombardeio aéreo estratégico foi comandada pelo então Major-General Trenchard – que mostrando muito do seu pensamento militar, até realizou represálias aéreas a cidades na Alemanha Ocidental (como citado antes), mas *“in practice it spent much of its time bombing enemy airfields and railways, to the annoyance of the planners in London”* (HOLMAN, 2014, p. 51). Durante a Primeira Guerra Mundial ele chegou a comandar o *Royal Flying Corps* (então a aviação do Exército britânico e que irá se fundir em 1918 com o *Royal Naval Air Service* para formar a RAF) e depois a RAF durante a década de 1920. Ainda em 1916, escreveu uma diretriz operacional intitulada *Future Policy in the Air*, a qual se mantém como uma expressão clássica de que a natureza do Poder Aéreo é intrinsecamente ofensiva. Ele é considerado por muitos como o pai da *Royal Air Force* (BERKLAND, 2011, p. 390-391; MEILINGER, 2018, p. 37; STEPHENS, 2018, p. 25-27).

(HASTINGS, 1979, p. 41; OVERY, 1992, p. 74; BERKLAND, 2011, p. 389, 391; FARQUHAR, 2018, p. 77-80; STEPHENS, 2018, p. 26-27)¹⁸¹, eles advogavam conceitos que podiam ser correlatos, mas que não eram necessariamente convergentes.

Sem adentrar a um detalhamento teórico-doutrinário, a principal divergência se relacionava a dois fatores: de qual seria o propósito basilar da aplicação estratégica do Poder Aéreo e qual a sua relação com os componentes terrestre e naval da ferramenta bélica nacional. Para Douhet e seus seguidores¹⁸², a meta era a de quebrar a vontade de lutar de uma nação inimiga por intermédio de bombardeios massivos contra a sua população¹⁸³ e que o Poder Aéreo estaria em uma posição dominante frente ao Exército e à Marinha (que atuariam como meras forças auxiliares) (DOUHET, 1972, *passim*; BERKLAND, 2011, p. 389-392; FARQUHAR, 2018, p. 77-78; MEILINGER, 2018, p. 36).

Sumarizando a posição de Douhet de que um cataclismo vindo do ar levaria inevitavelmente a uma revolta popular e a uma subsequente rendição:

*A complete breakdown of the social structure cannot but take place in a country subjected to this kind of merciless pounding from the air. The time would soon come when, to put an end to horror and suffering, **the people themselves**, driven by the instinct of self-preservation, **would rise up and demand an end to the war** - this before their army and navy had time to mobilize at all!* (DOUHET, 1972, p. 58, grifos nossos).

Para Trenchard, Mitchell e seus adeptos, o objeto visado era a destruição das capacidades industriais e econômicas do adversário¹⁸⁴, com um Poder Aéreo

¹⁸¹ Como exposto no capítulo pregresso, os aviadores atuaram fortemente junto ao *establishment* e à sociedade para a instalação nas FFAA de um terceiro ramo independente (que seria denominado como Força Aérea) – cujo primeiro sucesso foi a criação da RAF ainda em abril de 1918 (LIDDELL HART, 1946, p. 69; GRANT, 2011a, p. 749; HOLMAN, 2014, p. 51; OLSEN, 2018, p. 2-3).

¹⁸² Um dos quais será o Marechal Arthur Harris, comandante do Comando de Bombardeiros da RAF de 1942-1945 (HASTINGS, 1979, *passim*) e que será responsável por conduzir uma mudança na doutrina britânica de bombardeio: “*from February 1942 Bomber Command generally gave up its attempts at precision attacks and adopted an ‘area bombing’ strategy that aimed to lay waste whole cities and kill or demoralize their civilian inhabitants*” (DAVID, 2012, p. 297, grifo do autor). Outro seguidor dos princípios teóricos de Douhet será o General Curtis LeMay, responsável pelos ataques dos EUA às cidades japonesas a partir de 1945 (PIMLOTT, 2006, p. 210; GRANT, 2011b, p. 889).

¹⁸³ Segundo Meilinger (2018, p. 36-37, grifos nossos), “*a pragmatist, **Douhet rejected arguments that attacks on civilians were immoral**. To him, war itself was inhuman, and in the war just experienced there were no innocents. Offering a paradox common among other air theorists such as Wright and Ader, he maintained that **air warfare would be so horrible it would be humanizing***”.

¹⁸⁴ Um mesmo objeto, mas buscando resultados distintos: “*whereas the Americans wished to bomb industry to **destroy capability**, Trenchard sought to bomb industry so as **to fracture the national will***”. Trenchard compreendia que os ataques à infraestrutura industrial também levariam a quebra

autônomo (dentro do seu próprio domínio), mas atuando em ações necessariamente coordenadas com os instrumentos terrestre e naval (de forma a otimizar a eficiência geral e a resultante do conflito) (OVERY, 1992, p. 75; MITCHELL, 2009, *passim*; BERKLAND, 2011, p. 391; FARQUHAR, 2018, p. 78-80; MEILINGER, 2018, p. 37; STEPHENS, 2018, p. 26-29; RIDLEY, 2022, p. 18). Descrevendo a busca da RAF por uma doutrina de emprego aéreo adequada, Liddell Hart (1946, p. 69) concede uma lição de como a realidade da guerra¹⁸⁵ pode alterar percepções e valores, refletindo assim na Doutrina Militar nacional:

Looking for a suitable theory on which to base air operations, they found it in a logical adaptation of the “economic” aim of Britain’s characteristic way of warfare. Instead of being limited to narrowly military objectives, the new-born air force should be used to strike at the sources of the enemy’s war effort. In the peace-time theory of the Air Staff, as it was evolved, this aim was to be achieved by precision-bombing, and it was argued that this would minimize the danger to the civil population other than the workers engaged in actual war production. But it was easy to see that an attempt at humane limitation on these lines would be subject to a wide margin of error, thus provoking reprisals, and that even the attempt was likely to be abandoned as the war mood became more bitter. (LIDDELL HART, 1946, p. 69, grifo do autor).

A Segunda Guerra Mundial presenciou esse choque de conceitos no mais alto nível¹⁸⁶ – o que estorvou uma melhor aplicação dos preciosos recursos do Poder Aéreo (que sempre existem em menor quantidade do que a demanda operacional solicita, em razão da extremada dificuldade de obter e manter tripulações experientes e dos elevados custos para aquisição, manutenção e operação das aeronaves). Se de um lado estava a opção de assolar populações civis na busca de quebrar o moral nacional com ataques aéreos violentos a metrópoles¹⁸⁷, do outro lado se apresentava

na disposição nacional de lutar: “*He reasoned that the disruption of the normal life of the people – the loss of jobs, wages, services, transportation and goods [caused by the air attacks] – would be so debilitating that the people would demand peace*” (MEILINGER, 2018, p. 37, grifos nossos).

¹⁸⁵ Liddell Hart (1946, p. 72) exemplifica bem esse ponto ao tratar do primeiro ataque alemão a Londres em setembro de 1940 “*following upon six successive attacks on Berlin during the previous fortnight. The Germans were thus strictly justified in describing this as a reprisal, especially as they had, prior to our [British] sixth attack on Berlin, announced that they would take such action if we did not stop our [British] night bombing of Berlin*”.

¹⁸⁶ Essa diferença doutrinária entre nações aliadas – um problema delicado e que pode gerar sérias consequências (conforme apresentado no capítulo anterior) – levou a uma divisão de horários, em que o período diurno foi destinado às aeronaves estadunidenses (que priorizavam a destruição de alvos da base industrial teutônica e optavam por bombardeios de precisão) e o ciclo noturno ficou com o Comando de Bombardeiros da RAF (que, sob a liderança do Marechal Arthur Harris, optava pelo ataque às cidades germânicas na busca de quebrar o moral da população) (PIMLOTT, 2006, p. 156).

¹⁸⁷ Como: o bombardeio alemão a Roterdã em 1940 (GILBERT, 2011c, p. 810); o ataque germânico a Coventry em 1940 (destruindo um terço das suas habitações (DAVID, 2012, p. 297); a denominada

a seleção pelas intervenções aéreas cirúrgicas com a intenção de paralisar o esforço de guerra inimigo, incapacitar a sua defesa e apoiar as demais Forças nas ações estratégicas no TO¹⁸⁸. Os resultados demonstraram que a efetividade desses ataques aéreos variou bastante¹⁸⁹, assim como as perdas de aeronaves e tripulações nos embates dos bombardeiros versus defesas aéreas¹⁹⁰, mas inquestionavelmente o Poder Aéreo contribuiu para com o esforço de guerra¹⁹¹ – porém certamente não a venceu de forma autossuficiente.

Blitz contra Londres (1940-1941) (PIMLOTT, 2006, p. 58-59; GILBERT, 2011d, p. 814-815; DAVID, 2012, p. 296-297); os bombardeios britânicos iniciais a cidades alemãs (1940-1942, como Bremen e Berlim) (PIMLOTT, 2006, p. 60-61) e a desolação de Hamburgo (1943, matando e ferindo mais de 80.000 pessoas) (PIMLOTT, 2006, p. 104-105; KIKUCHI, 2011a, p. 856); a ofensiva aérea britânica contra Berlim (1943-1944, considerada uma derrota para o Comando de Bombardeiros da RAF, o qual perdeu 1047 aeronaves, além de 1682 avariadas e amargou cerca de 7 mil tripulantes mortos, feridos e desaparecidos) (KIKUCHI, 2011a, p. 859); o ataque anglo-estadunidense a Dresden (1945 e amplamente considerado desnecessário pela proximidade do término da guerra) (PIMLOTT, 2006, p. 192-193; KIKUCHI, 2011a, p. 884-885); e a política sistemática de destruição das maiores cidades japonesas (Nagoya, Osaka, Kobe, incluso a devastação de Tóquio com bombas incendiárias, causando de 80 a 120 mil mortes) (1944-1945) (PIMLOTT, 2006, p. 210-211; GRANT, 2011b, p. 889).

¹⁸⁸ Como exemplos do primeiro objetivo, foram realizadas operações aéreas contra alvos de específico valor industrial/logístico, como: a destruição de represas alemãs no Ruhr pela RAF, fazendo uso das *bouncing bombs* (especialmente desenvolvidas para quicarem na água até chegarem na base da represa, quando explodiam) (1943) (KIKUCHI, 2011a, p. 854); os ataques estadunidenses às refinarias romenas em Ploesti e às fábricas de produção de aeronaves e de rolamentos germânicas em Schweinfurt-Regensburg (1943) (PIMLOTT, 2006, p. 156-157; KIKUCHI, 2011a, p. 857); e ação ofensiva dos EUA contra as fábricas na *Big Week* (20 a 25 de fevereiro de 1944), mas que também atingiu a finalidade de desgastar as defesas aéreas teutônicas pelo emprego ofensivo de caças de escolta de longo alcance (KIKUCHI, 2011a, p. 862; LACEY; MURRAY, 2013, p. 384-385). Os três últimos também cumpriram a intenção de debilitar as defesas aéreas germânicas (com os caças de escoltas estadunidenses destruindo muitas aeronaves inimigas que chegavam atraídas pelas formações de bombardeiros). E, como amostras de ações de apoio estratégico às Forças Terrestre e Naval, podem ser destacadas a denominada Batalha da Inglaterra (1940), quando a *Luftwaffe* buscou obter o comando do ar nos céus britânicos para criar as condições favoráveis para uma invasão germânica (WEIR, 2001, p. 42-45; PIMLOTT, 2006, p. 56-57; GILBERT, 2011d, p. 812-813; DAVID, 2012, p. 296-297; LACEY; MURRAY, 2013, p. 307-333) e a destruição antecipada da rede de transporte francesa em suporte à invasão da Normandia, de forma a anular o seu uso pelas tropas de reserva germânicas (PIMLOTT, 2006, p. 156; LACEY; MURRAY, 2013, p. 385-386).

¹⁸⁹ Inclusive alterando preceitos doutrinários pré-existentes, como de que os bombardeiros seriam “*self-defending*” (que por serem bem armados e velozes, como o B-17 *Flying Fortress* e o B-24 *Liberator*, passariam pelas defesas inimigas com poucas baixas e não necessitariam da escolta de caças) (PIMLOTT, 2006, p. 156, DAVID, 2012, p. 297).

¹⁹⁰ Baixas essas que foram expressivas. Pimlott (2006, p. 192, grifos nossos) indica que, nas campanhas de bombardeiro estratégico no TO Europeu, os britânicos teriam perdido cerca de 55.500 tripulantes e o EUA acima de 63.000.

¹⁹¹ “*Although pre-war theories about the capabilities of bombers to win the war on their own, without the need for land campaigns, were clearly wrong, the bombing offensive did enormous damage to the German war economy and contributed in no small measure to Allied victory*” (PIMLOTT, 2006, p. 192, grifos nossos). Ele (2006, p. 192, grifos nossos) continua: “*by early 1945, German front line forces were desperately short of fuel and munitions, lacking the factories to produce such resources and transportation to get them forward, and civilian morale, although not broken, was battered enough to reduce resistance*”.

Com relação à efetividade dissuasória, é interessante reafirmar que o Poder Aéreo – da mesma forma que os demais componentes da Capacidade Militar nacional – inclui uma gama de componentes, métodos e composições: “*Air power is not only about aircraft, weapon systems, and bombing. It is **also about training, education, values, rules of engagement, leadership, adaptability, boldness in execution, and a range of other factors [as logistics], tangible and non-tangible, that influence a military operation***” (OLSEN, 2018, p. 5, grifos nossos). Essa colocação vai ao encontro com o já exposto nesta tese, de que a Capacidade Militar e, conseqüentemente, a Dissuasão, vão bem além de um simples balancete numérico. Outrossim, também se faz necessário sempre “*accounts for the **wider political-military-economic-judicial-ethical-social** context in which air power must be viewed*” (OLSEN, 2018, p. 5, grifo nosso).

Os conceitos de emprego do Poder Aéreo têm peculiar repercussão na Dissuasão¹⁹². Em primeiro lugar, por ele conter um forte elemento dissuasório em razão de se apresentar como a faceta mais visível da guerra dentro do *front* doméstico¹⁹³ – repercutindo intensamente na população e nas suas lideranças. Outro ponto é que a eficácia dissuasória depende também de qual dos conceitos é adotado na Doutrina Militar de uma nação: se o de bombardeios contra a população ou o de ataque a alvos relacionados ao esforço de guerra. Nesses dois contextos cabe reiterar a necessidade de bem compreender cada Cultura Estratégica, pois as repercussões dissuasórias podem variar para cada nação. Observando exemplos apresentados anteriormente, o receio das autoridades britânicas de sua população sofrer um holocausto aéreo pesou na decisão de assinar o Acordo de Munique (MUELLER, 2021, p. 53), contudo a possibilidade de a RAF atacar cidades alemãs não foi suficiente para dissuadir Hitler de invadir a Polônia (pois como suas decisões posteriores mostraram, ele não se preocupava em proteger os germânicos no caminho que traçou para lograr alcançar seus objetivos).

¹⁹² Como expresso por Overy (1992, p. 73, grifo nosso), “*it is hardly an exaggeration to see the development of air power during the twentieth century as the **central feature in the emergence of a strategy of deterrence***”. Esse posicionamento que é por ele (1992, p. 73, grifos nossos) justificado pois “*from its inception in World War I, **air power was regarded as qualitatively different from conventional surface combat, for not only could aircraft attack the national fabric rather than the armed forces but they also did so in a rapid and annihilating way***”.

¹⁹³ Inclusive por ter, conforme Liddell Hart (1946, p. 32, grifo nosso) ao se referir às bombas voadoras (mas se estendendo a todo o Poder Aéreo), “*tear away the veil of illusion that has so long obscured the reality of the **change in warfare - from a fight to a process of destruction***”.

Entretanto, a abordagem conceitual mais nociva para a Dissuasão é a de que o Poder Aéreo seria capaz, isoladamente, de finalizar um conflito quando fosse empregado de forma agressiva e robusta. Apesar de os bombardeios aéreos terem obtido resultados devastadores na Guerra Civil Espanhola¹⁹⁴, na invasão japonesa da China¹⁹⁵ e na Segunda Guerra Mundial¹⁹⁶, não foi o Poder Aéreo que isoladamente obteve a vitória¹⁹⁷. Reprisando, o Poder Aéreo foi um dos componentes para a vitória – essencial, especialmente pela destruição das infraestruturas de guerra alemã e japonesa¹⁹⁸, mas não o único ou soberano. Porém reiteradamente ocorre de as teorias, mesmo quando não sejam comprovadas pela prática, deixarem seguidores os quais – por crença, por paroquialismo, por conveniência – acabam por configurar respostas próprias para justificar as inexatidões conceituais. O que, no caso presente, seria de validar um solecismo bélico configurado como o Poder Aéreo sendo um *primus inter pares*. Dessa forma se faz necessário ir de encontro a qualquer unicismo dissuasório que prescreva a adequabilidade de uma só ferramenta como o necessário para alcançar uma Dissuasão competente.

¹⁹⁴ Ocorreram inúmeros ataques aéreos a cidades espanholas (tanto naquelas sob controle dos Republicanos quanto nas de posse dos Nacionalistas), como Madri e Barcelona. Mas a devastação da pequena cidade basca de Guernica em 26 de abril de 1937 se tornou a face para o público mundial de uma agressão vinda pelo ar (GRANT, 2011a, p. 749; DAVID, 2012, p. 296; HOLMAN, 2014, p. 203-205).

¹⁹⁵ Diversas cidades chinesas foram bombardeadas por aeronaves nipônicas, como Cantão (atualmente Guangzhou), onde milhares de pessoas foram mortas em um período de ataques que perdurou por duas semanas a partir de 28 de maio de 1938 (DAVID, 2012, p. 296; HOLMAN, 2014, p. 204-205).

¹⁹⁶ Nesse conflito o Poder Aéreo atingiu um ápice operacional e obteve diversos avanços técnicos, inclusive com o aparecimento de aeronaves a jato, mísseis aéreos guiados, miras aperfeiçoadas para bombardeiros etc. (HOGG, 1999, *passim*; ISBY, 2000b, p. 208-209). Mas mesmo assim, os diversos ataques aéreos já aqui apresentados não demonstram que o triunfo sobre as potências do Eixo foi deles – mas sim que esse triunfo se originou também deles.

¹⁹⁷ “It is true that even this new kind of warfare, up to and including the Second World War, **did not by itself account for the defeat of a belligerent**, as some of the more enthusiastic prophets of the air age had predicted it would” (HERZ, 1959, p. 104, grifo nosso).

¹⁹⁸ “Undoubtedly, however, it [the Airpower] had a massive contributory effect. And this effect was due to strategic action in the hinterland, rather than to tactical use at the front. It came at least close to defeating one side ‘vertically,’ by direct action against the ‘soft’ interior of the country, by-passing the ‘fronts’ and other outer defenses” (HERZ, 1959, p. 104, grifos do autor). Herz (1959, p. 104, grifos do autor) apresenta ainda que “by striking against cities, ‘morale,’ supplies, industries, etc., it foreshadowed the ‘end of the frontier,’ that is, the demise of the traditional impermeability of even the militarily most powerful states”.

3.7 CONCLUSÃO PARCIAL

Finalizando este capítulo, se verificou que a Dissuasão Convencional figura nas relações entre Estados muito antes que a bomba de urânio *Little Boy* e a bomba de plutônio *Fat Boy* fossem lançadas sobre o Japão em 1945¹⁹⁹. Mas nem por isso significa que ela é uma prática estratégica plenamente compreendida e/ou aplicada. Este capítulo buscou então expor conjunturas e referências históricas na busca de clarificar a prática dissuasória. Também foram apresentados conceitos teóricos que possuem divergências (como buscar formulações matemáticas que possam quantificar dados incertos como liderança, competência e vontade de vencer), teorias mal formuladas (como a de supremacia do Poder Aéreo) e desconhecimento dos valores maiores para uma nação ou sua liderança (relacionados à Cultura Estratégica), os quais não foram considerados corretamente (no exemplo do ataque japonês a Pearl Harbor). Exemplos de ações de *Economic Warfare*, *Psychological Warfare* e *Air War* foram citadas (até extensamente) para demonstrar como a adoção (ou ameaça de emprego) dessas condutas poderiam influenciar a competência dissuasória de uma nação.

Frente a eles, esta tese definiu entendimentos e se posicionou, estabelecendo, inclusive, uma esquematização original, a qual foi denominada de Triunvirato da Dissuasão – cujo maior ineditismo foi a inserção da nominada Orquestração. Com esse Triunvirato se entrevê uma representação que permita aplicar as variáveis personalizadas para cada Dissuasão Convencional. E reiterou-se que a Dissuasão Convencional não subsiste em um ecossistema composto exclusivamente (ou mesmo majoritariamente) pelo componente bélico de uma nação.

Mas a Dissuasão Convencional também não desempenhará adequadamente o seu propósito de evitar as guerras sem que suas ferramentas militares estejam preparadas em todas as esferas (desde a existência de meios suficientes até a implementação de doutrinas e estratégias adequadas). Os exemplos históricos não

¹⁹⁹ Demonstrando que antes desses dois lançamentos já existia um terrível poder de destruição (mesmo que não concentrado em um único artefato), Olsen (2018, p. 3, grifos nossos). destaca que algumas centenas de bombardeiros B-29 “**killed or injured more people and wreaked more damage upon greater Tokyo on 9 March 1945 than did either of the atomic bombs upon their targets. The number of people killed, wounded, and rendered homeless exceeded a million, presaging the horrors of nuclear warfare before the bombs fell on Hiroshima and Nagasaki**”. Como comparação, o poder destrutivo da bomba atômica lançada sobre Hiroshima equivalia a cerca de 12.500 quilos de TNT (DAVID, 2012, p. 297).

se prestam apenas para dar cor ao estudo teórico, eles apresentam ensinamentos a serem colhidos. Como uma amostra, observando aqueles episódios expostos nos tópicos de discussão do Poder Aéreo, é possível verificar lições relativas a elaborações doutrinárias falhas e planejamentos baseados em percepções (não em levantamentos sérios), provocando elevado desperdício de vidas e meios na busca de comprovar uma falácia.

Assim, complementando o alicerce constituído no capítulo pregresso desta pesquisa, mais componentes foram agora incluídos no arcabouço analítico da Dissuasão Convencional (como o seu Triunvirato constituinte). Buscou-se, assim, reforçar a construção desta tese – a qual já pode justificar o mote de que a “Dissuasão se origina por cultivar a ocorrência sincrônica de ações específicas em todos os campos do poder”.

4 DISSUASÃO CONVENCIONAL NA ERA NUCLEAR

O presente capítulo visa debater a Dissuasão Convencional após o surgimento dos armamentos nucleares. Uma das consequências da inserção dessa inovação tecnológica no campo de batalha e nas lides estratégicas foi o desenvolvimento da denominada Dissuasão Nuclear. Apesar de ela não ser foco desta tese, é mandatório estudá-la com vistas às suas significativas contribuições para o incremento dos estudos sobre Dissuasão.

Frente a uma realidade ímpar, a da possível incorrência de um Armagedom nuclear, foram realizados estudos pioneiros para compreender e esquematizar as práticas dissuasórias. Destacados pesquisadores acadêmicos e governamentais então se debruçaram sobre a nova problemática e assim proporcionaram aportes teóricos que foram fundamentais para o entendimento e o desenvolvimento da Dissuasão Nuclear. Mas esses conhecimentos também podem ser replicados na Dissuasão Convencional – desde que se evitem vícios de origem, como considerar que ambas fazem uso do mesmo *modus operandi* ou que tenham sua Capacidade Militar plenamente quantificável. Assim sendo, a seguir é explorado o surgimento e a evolução da denominada Dissuasão Nuclear, com ênfase nas suas contribuições para a Dissuasão Convencional.

No prosseguimento do capítulo, a Teoria da Dissuasão Convencional de Mearsheimer (1981, 1983) é tipificada. Apesar de ela ter sido desenvolvida em uma situação específica (campos de batalha na região central e norte da Europa Ocidental durante a Guerra Fria e observando majoritariamente um teatro de operações terrestre), ainda se mostra bastante adequada para que sejam obtidos dividendos a serem aplicados na realidade contemporânea – especialmente frente aos eventos bélicos ocorridos na Ucrânia.

À Teoria de Mearsheimer se segue uma sumarização de como a Dissuasão Convencional se desenvolve dentro das concepções acadêmicas na atualidade, enfatizando sua conformação multifacetada. Como exemplos desse florescimento teórico serão arrazoadas a concepção de emprego operacional conhecida como *Anti-Access/Area Denial* (A2/AD) (umbilicalmente ligada à Dissuasão por negação) e o conceito designado como *Tailored Deterrence* (com fortes vínculos na Cultura Estratégica).

O Capítulo 4 termina com uma síntese do Triunvirato da Dissuasão, reafirmando a sua relevância para a Dissuasão Convencional mesmo durante a Era Nuclear. Da mesma forma é destacada a importância da retenção de uma apropriada Capacidade Militar para o exercício dissuasório. Afinal, de que adianta uma nação dispor de um forte poder econômico, contar com um corpo diplomático de primeira linha, possuir meios de comunicação primorosos e apresentar lideranças políticas e sua sociedade comprometidas com o bem e a soberania do país, se inexistem condições marciais de fazer valer o interesse e a segurança nacional frente a inimigos externos?

4.1 DISSUASÃO NUCLEAR

Como debatido na seção precedente, a Dissuasão já era exercida antes do emprego bélico da energia nuclear¹ (BRODIE, 1959; BEAUFRE, 1965, 1998; BROWN, 1977; JERVIS, 1989a; FREEDMAN, 1989; GRAY, 1990; DANILOVIC, 2002; MORGAN, 2003; FREEDMAN, 2004; ZAGARE; KILGOUR, 2004; ARON, 2017; MAZARR, 2018, 2021). Todavia, a Dissuasão ainda não fora estudada e sistematizada extensivamente como ocorreu durante e após a Guerra Fria (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JUNIOR, 1971; MEARSHEIMER, 1981, 1983; OVERY, 1992; KEEGAN, 1994; PAUL, 2009; OSINGA; SWEIJS, 2021). Foi o uso de bombas atômicas ao término da Segunda Guerra Mundial que ensejou um encadeamento de profundas transformações nas concepções estratégicas e militares, as quais necessitaram se adaptar ao colossal poder de destruição advindo.

O desenvolvimento teórico e prático do emprego da Dissuasão avançou especialmente após a URSS também ter obtido a capacidade de realizar operações bélicas com uso de artefatos nucleares² – o que ocorreu passados cerca de 10 anos dos lançamentos estadunidenses que devastaram Hiroshima e Nagasaki (FREEDMAN; MICHAELS, 2019, p. 83-85). Segundo esses autores, os soviéticos, após terem realizado o seu primeiro teste nuclear em agosto de 1949, já estavam

¹ Como bem resumido por Aron (2017, p. 405), “*the mechanism of deterrence does not date from the Atomic Age*”.

² Pois até então a plena contextualização das práticas dissuasórias nucleares ainda não tinha se apresentado, como exposto por Bobbitt (1988, p. 20, grifo do autor), “*the atomic bomb was developed as a weapon that, like other counter-city incendiary bombs, could be used to compel the Axis political structure to collapse. 'Deterrence' as such only entered the picture, if at all, to the extent that Roosevelt feared that Germany would acquire the weapon first*”.

aptos a utilizarem esse tipo de armamento no território continental dos EUA em meados da década de 1950.

Outro ponto para reforçar a necessidade de melhor compreender e sistematizar a Dissuasão foi, em janeiro de 1950, a decisão dos EUA de desenvolver e produzir uma bomba de hidrogênio (que sendo de fusão nuclear criava um ainda maior poder de destruição que os modelos anteriores de fissão nuclear) (BOBBITT, 1988, p. 19; FREEDMAN, 2003, p. 61-62; YOUNG; SCHILLING, 2019). Como informação, o inventário de armas nucleares em 1955 era de 2.636 artefatos (2.422 dos EUA, 200 da URSS e 14 do Reino Unido), o qual cresceu exponencialmente em quantidade e países detentores, computando 40.037 dispositivos em 1967 (31.255 dos EUA, 8.339 da URSS, 380 do Reino Unido, 36 da França, 25 da República Popular da China e dois de Israel) (NORRIS; KRISTENSEN, 2010, p. 81).

Nesse ponto da citada escalada nuclear, a produção intelectual (acadêmica e governamental) sobre essa nova categoria de armamentos avançara significativamente, seja na busca de melhor compreendê-la, constatar sua aplicabilidade ou analisar as repercussões políticas e estratégicas que advinham da sua posse – derivando também em uma valiosa contribuição para o desenvolvimento dos estudos sobre a Dissuasão (pesquisas essas que refletem fortemente nas doutrinas dissuasórias contemporâneas). Pesquisadores como Kaufmann (1954), Brodie (1959), Snyder (1959, 1961), Beaufre (1965; 1998), Garnett (1970), Morgan (1977), Schelling (1980; 2008), Gilpin (1981), Huntington (1982), Freedman (2003), Kahn (2007), Aron (2017) e Jervis (2017b) iniciaram estudos vários no que denominamos como Dissuasão Nuclear – aquela que, segundo esses estudiosos pioneiros, pressupõe a posse, por ambos os lados oponentes, de uma efetiva capacidade de atingir alvos no território inimigo com artefatos nucleares. A Dissuasão Nuclear enseja, ainda, que os beligerantes possam revidar uma ação hostil ou retaliar um ataque nuclear que tenham sofrido.

Essa escalada nuclear – um procedimento adotado na tentativa de evitar que uma potência tivesse uma vantagem quantitativa e/ou qualitativa tal que ela se sentisse instigada a efetuar uma agressão nuclear (atuando como descrito no Dilema da Segurança de Herz, referido em capítulo precedente) – conduziu à nominada Dissuasão Mútua ou Recíproca (baseada nos armamentos nucleares) (GARNETT, 1970; MORGAN, 1977; SCHELLING, 1980, 2008; GILPIN, 1981; DINIZ, 2016; ARON, 2017).

Em conformidade com dados expressos no início desta seção, Dougherty e Pfaltzgraff Junior (1971, p. 255) apresentam que, pela metade da década de 1960, a quantidade de dispositivos nucleares se elevou de tal forma que já havia o entendimento da existência de uma Dissuasão Mútua entre os EUA e a URSS, na qual nenhum dos lados teria capacidade de realizar um ataque preemptivo sem ser fortemente retaliado pelo outro. Esse quadro foi reforçado com a inserção de engenhos balísticos intercontinentais (como os ICBM) no inventário soviético ao início dos anos 1950 (ARON, 2017, p. 424).

Frente ao crescimento qualitativo e quantitativo desses sistemas de armas (inclusive das plataformas que transportavam e lançavam os artefatos nucleares, como na incorporação dos SSBN³), nações com arsenais nucleares passaram a recear a sua ruína caso fizessem uso de tais artefatos, na chamada Destruição Mútua Assegurada (dando origem ao acrônimo MAD, da expressão em inglês *Mutual Assured Destruction*) (GILPIN, 1981, p. 235; JERVIS, 1989a, p. 74-76; O'CONNELL, 1989, p. 299; PAYNE; WALTON, 2002, p. 168; FREEDMAN, 2003, p. 234-236; GAT, 2018, p. 115). Essa destruição recíproca foi formalizada por Reagan e Gorbachev como “*both sides (not to mention bystanders) would suffer so much in a total war that they both would lose*” (JERVIS, 1989a, p. 4). Dessa forma, o temor de uma hecatombe levou a que Estados detentores de poderio nuclear voltassem sua atenção para o emprego de meios de combate ditos clássicos ou convencionais nas suas estratégias políticas e militares. No campo das práticas dissuasórias ressurgiu⁴ a cognominada Dissuasão Convencional (a qual, para efeito desta tese, não considera o uso do poder bélico advindo de armas de destruição em massa).

As análises teóricas sobre Dissuasão Nuclear influenciaram as práticas dissuasórias como um todo e a expertise da Dissuasão Convencional em particular, de modo que, para proveito desta tese, alguns pontos necessitam serem ressaltados. O primeiro deles é que as disputas internacionais podem envolver atores que não

³ Os *Submarine Ballistic missile Nuclear-powered* (SSBN) são embarcações capazes de transportar e realizar o lançamento (inclusive enquanto estiverem submersos) de mísseis balísticos – os denominados *Submarine-Launched Ballistic Missile* (SLBM) (USA, 2016, p. A-166). Pela facilidade de se deslocarem ocultos (inclusive podendo se aproximar do litoral inimigo), são uma plataforma com alta probabilidade de sobrevivência a um primeiro ataque nuclear e, conseqüentemente, agregam maior certeza de que uma retaliação a essa agressão irá ocorrer (VANN, 1988, *passim*).

⁴ Afinal, “***nuclear weapons pushed conventional deterrence into the background, at least for the superpowers, for a while after 1945***” (MUELLER, 2021, p. 54, grifo nosso).

possuem armas nucleares⁵ – por razões técnicas, orçamentárias e/ou políticas, inclusive normatização institucional interna, como no caso das determinações constitucionais brasileiras (BRASIL, 1988) – e, assim, se interpõe a Dissuasão Convencional.

A opção dissuasória convencional também desponta quando da posse de artefatos nucleares por um ou ambos os lados, pois para além de o temor do emprego desse tipo de engenho bélico levar à devastação recíproca (como já mostrado acima), também podem se fazer presentes pressões internacionais e domésticas, considerações humanitárias e mesmo perspectivas mais práticas (como de levar à destruição o ganho que poderia ser obtido). Dentro dessa última linha de pensamento, em 1954 o então Presidente Eisenhower proferiu discurso para oficiais de alto escalão no qual antevia o gosto amargo dos possíveis resultados de uma vitória nuclear sobre a URSS (em uma época em que o arsenal estadunidense desse tipo de arma e os seus sistemas de lançamento ainda eram incontestavelmente superiores aos soviéticos): “[...] *gain such a victory, and what do you do with it? Here would be a great area from Elbe to Vladivostok and down through Southeast Asia torn up and destroyed, without government, without its communications, just an area of starvation and disaster [...]*” (BOBBITT, 1988, p. 41; JERVIS, 1989a, p. 4).

Complementando esse primeiro ponto, nem todo conflito tem um caráter político que vise ao cabal colapso do oponente, possui uma dimensão que imponha um envolvimento integral por parte dos contendores e/ou almeje a uma plena conquista territorial – elementos que estão no cerne das nominadas Guerras Ilimitadas. Se contrapondo a elas ocorrem as intituladas Guerras Limitadas, que se caracterizam pela busca de objetivos menos abrangentes (como a posse de uma parcela territorial específica ou a obtenção de uma vantagem política/econômica intrínseca) e, especialmente, pela ausência de uma plena mobilização dos recursos nacionais e/ou da intenção de destruir o(s) adversário(s) (FREEDMAN, 1994; TRAUSSCHWEIZER, 2006; DUARTE, 2015, 2019; FREEDMAN; MICHAELS, 2019; MAHNKEN, 2019; SHEEHAN, 2019).

⁵ A realidade é que a maioria absoluta dos países se enquadra nessa categoria, pois apenas nove deles (China, Coreia do Norte, EUA, França, Índia, Israel, Paquistão, Reino Unido e Rússia) possuíam armamentos nucleares estocados e os meios adequados para lança-los. Disponível em: <https://www.ucsusa.org/nuclear-weapons/worldwide#:~:text=Nine%20countries%20possess%20nuclear%20weapons,is%20close%20to%2013%2C000%20weapons>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Conceito que ganhou destaque ao final dos anos 1940 – para fazer frente aos avanços soviéticos no chamado Terceiro Mundo e em vista de que “*the unparalleled destructiveness of nuclear weapons made total war unthinkable except in the most drastic of situations*” (PORTER, 1982, p. 270) – a Guerra Limitada degrada a opção de emprego do arsenal nuclear por parte dos contendores e se manteve no pós-Guerra Fria como opção para as potências nucleares atuarem na arena internacional sem se exporem a uma hecatombe nuclear. Importa observar que mesmo existindo a possibilidade de uma Guerra Limitada escalar para um conflito irrestrito, se valorizam as opções militares não nucleares para dissuadir ações agressivas. Ao tratar de cenário no qual essa escalada serviria para intimidar um agressor, é observado por Schelling (1980, p. 193, grifo nosso) que: “*the less likely it is that the enemy’s aggressive advances can be **contained by limited and local resistance**, the more reason there may be to fall back upon the deliberate creation of mutual risk*”.

O segundo ponto a destacar, quando se observa a Dissuasão Nuclear na sua corroboração da modalidade dissuasória convencional, se refere a outra conjuntura factível, que ocorre quando uma potência nuclear se compromete a defender seu(s) aliado(s) por meio de um “guarda-chuva” nuclear (PAYNE; WALTON, 2002, p. 168) – metáfora que se aplica à nominada Dissuasão Estendida (*Extended Deterrence*) (WALTZ, 1979; MEARSHEIMER, 1981; HOWARD, 1982; BOBBITT, 1988; HUTH, 1988; HUTH; RUSSETT, 1988; DANILOVIC, 2002; FREEDMAN, 2004; PAUL, 2009; HLATKY, 2015; ARON, 2017). Nesse caso, essa potência distende a sua proteção (seu “guarda-chuva”) para além dos seus territórios, abarcando os *protégés* (Danilovic 2002, p. 52).

Assim, a Dissuasão Estendida resulta quando um Estado mais fraco busca a cooperação de outro(s) para fazer frente a ameaças de agressão e esse(s) outro(s) Estado(s) aceita(m) protegê-lo (essa cooperação pode se dar por pactos diretos e/ou por intermédio da participação em acordos de defesa multinacionais, como a OTAN⁶). Dessa forma, a competência dissuasória do mais fraco fica ampliada e a Dissuasão se torna mais crível de ter sucesso. Em um desdobramento desse conceito bem estabelecido no corolário da Dissuasão Nuclear, essa proteção pode ser

⁶ Outro exemplo pode ser observado quando da elaboração de Doutrinas nacionais, conforme citado por Mearsheimer (1981, p. 23, grifo nosso): “*Both the **McNamara Doctrine**, outlined at Athens in May 1962 and Ann Arbor in June 1962, and the **Schlesinger Doctrine**, enunciated in January 1974, were designed, in part, to convince West Europeans that the **U.S. nuclear arsenal would be used to defend Europe against a Warsaw Pact attack**”.*

perfeitamente aplicada contando apenas com armas convencionais e, assim, sendo também enquadrada na Dissuasão Convencional. Para Huth (1988, p. 424), a Dissuasão Estendida tem lugar quando:

A confrontation in which the policymakers of one state ('defender') threaten the use of force against another state ('potential attacker') in an attempt to prevent that state from using military force against an ally - or territory controlled by an ally ('protégé') - of the defender. The objective of extended deterrence is to protect other countries and territories from attack, as opposed to preventing a direct attack on one's own national territory. (HUTH, 1988, p. 424, grifos do autor).

Mas apesar da existência de acordos estabelecidos e interesses a proteger (além de que os eventuais embates ocorreriam fora dos domínios dessa potência “protetora”, não atingindo-a diretamente), que garantia existe de que esse guarda-chuva nuclear (e/ou convencional) será executado, qual a certeza de que um país iria sacrificar pessoal e meios para proteger seus aliados (POSEN, 1984, p. 71; MORGAN, 2003, p. 41; MAZARR, 2018, p. 3, 2021, p. 16-17)?

Novamente retornamos à questão da Credibilidade⁷, que nesse caso é ainda mais desafiadora, pois, segundo Kahn (2007, p. 32, grifos do autor), ela “*depends on being willing to accept the other side’s retaliatory blow. It depends on the harm **he** can do, not on the harm **we** can do*”. Importa também observar o questionamento (especialmente europeu) ocorrido no período da Guerra Fria (PAYNE; WALTON, 2002, p. 168): “*will the United States accept the destruction of Washington or New York to defend Bonn or Rome?*”. Parte da resposta a essa pergunta está contida na colocação abaixo:

*The belief in the centrality of **reputational interests** makes extended deterrence (i.e., the deterrence of attacks on allies) both possible and necessary. Extended deterrence is possible because if potential aggressors believe that the defenders **see events as interconnected** they will conclude that the latter will **be willing to pay more to resist than the area’s intrinsic value would merit**. For the same reason, extended deterrence is necessary because a **failure to act at the periphery menaces areas of greater intrinsic value**. (JERVIS, 2017a, p. 246, grifos nossos).*

⁷ Para Hlatky (2015, p. 4, grifo nosso), “*the guarantor state must be able to convince its allies that the **capabilities are sufficient to deter potential threats** [...] and that **it will act to protect them in case of crisis***” – estando essa obrigação de apoiar (com ações nucleares e/ou convencionais apropriadas) no âmago de uma Dissuasão Estendida exitosa.

Para além disso, também se reforça a necessidade de outras garantias (inclusive pela vertente bélica convencional) para “*to convince a potential aggressor that **the distant defender will definitely respond to an attack**, or at least as promptly as it can in accordance with national laws*” (MAZARR, 2018, p. 3, 2021, p. 16, grifo nosso) – como pela salvaguarda proporcionada pela potência protetora com o pré-posicionamento de tropas suas junto à nação a ser protegida⁸, conforme ocorria com forças dos EUA na Europa durante a Guerra Fria⁹ (MEARSHEIMER, 1981, 1983)¹⁰, tropas as quais lá ainda se mantém (mesmo que em menor número), assim como no Japão e na Coreia do Sul¹¹. Tratando de uma realidade vivenciada no final dos anos 1950, porém não menos válida:

Deterrence by denial [as an Extended Deterrence] is maximized, however, if the forces are physically present on the threatened territory, and particularly if they are deployed on the boundary. Such deployments make clear a U.S. determination to fight. They pass to the enemy the responsibility for initiating war with the United States. In the absence of such deployments, the enemy might try to deter our response by initially committing forces of such size that they raise the cost of our response higher than our valuation of the objective; the enemy must recognize that as a result of the commitment of our prestige in the form of American combat forces, we will be willing to suffer considerably higher costs than would be warranted by the intrinsic value we attach to the territorial objective. The two divisions we maintain in Korea and the patrolling of the Taiwan Strait by the Seventh Fleet are good examples of forces deployed in relatively minor areas which exert this 'trip-wire' or 'automating' effect. (SNYDER, 1959, p. 35, grifos do autor).

Citando exemplos históricos de Dissuasão Estendida, Huth (1988, p. 440-441) apresentava seus leitores com 58 eventos dessa modalidade dissuasória que cobrem o período de 1885 a 1983, como quando a Rússia Imperial se colocou como defensora da Coreia (*protégé*) frente ao Japão (atacante potencial) em 1903-1904 – um

⁸ A existência de tropas da potência protetora (de valor expressivo) no território do *protégé* – correndo os mesmos riscos que as forças anfitriãs – reforça no potencial agressor a convicção de que as ações implícitas (contra si e seus objetivos) contidas naquela Dissuasão Estendida serão efetivadas. “*The defender seeks to create the perception that it has, in effect, no choice but to respond if its ally is attacked*” (MAZARR, 2018, p. 3, 2021, p. 17).

⁹ As repercussões desse pré-posicionamento de tropas estadunidenses na Europa são bem descritas por Howard (1982, p. 321-322, grifos nossos): “*the reassurance on which most Europeans rely is **the presence among them of American troops**; a presence that makes the **defense of West European territory appear a feasible proposition** and has **encouraged us** to make greater provision for our own defense*”.

¹⁰ “*Few doubt that the United States, with thousands of troops stationed in Europe, would stand with its European allies against a [Warsaw] Pact attack*” (MEARSHEIMER, 1981, p. 25a).

¹¹ Informações disponíveis em: [https://usafacts.org/articles/where-are-us-military-members-stationed-and-why/#:~:text=The%20top%20five%20countries%20with,the%20United%20Kingdom%20\(9%2C949\)](https://usafacts.org/articles/where-are-us-military-members-stationed-and-why/#:~:text=The%20top%20five%20countries%20with,the%20United%20Kingdom%20(9%2C949)). Acesso em: 18 fev. 2024.

movimento político-estratégico que falhou no quesito Dissuasão e culminou com a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905 (BROOKS, 2000c, p. 148-151; BUNTING, 2011b, p. 690-695; TUCKER, 2011, p. 380-391; DAVID, 2012, p. 254-257; KUEHN, 2014, p. 152-167; LARDAS, 2018, p. 7-11), finalizada com uma retumbante vitória nipônica (tanto no domínio terrestre quanto no naval¹²) e a anexação da península coreana ao Império do Sol Nascente. Como exemplo de uma Dissuasão Estendida exitosa, foi citado o posicionamento diplomático e militar estadunidense para evitar que as ilhas de Quemoy e Matsu (territórios controlados pelas forças nacionalistas de Taiwan, *protégé* dos Estados Unidos) fossem tomadas pela China Comunista em 1954-1955 (CHANG; DI, 1993) – um exemplo de efetividade dissuasória desdobrada¹³ que ainda tem se mantido funcional, apesar de a credibilidade estadunidense estar sendo constantemente testada e medida por parte dos comunistas chineses (como sucedido particularmente em 1958 e em 1995-1996).

¹² Além de “*Russia saw little reason to negotiate with Japan, despite impressive Japanese victories over China and Japan’s remarkable technological progress. The **Japanese were seen as uncultured barbarians***” (LARDAS, 2018, p. 7, grifo nosso) e de que “*prior to the outbreak of the Russo-Japanese War (1905), the Russians were confident that they would win easily because they were matched against Asians whom the Russians considered **inferior human beings***” (MEARSHEIMER, 1981, p. 44, grifo nosso), a frase de David (2012, p. 255, grifos nossos) também ajuda a compreender a causa de essa Dissuasão Estendida ter falhado: “*Japan’s victory over Russia in the 1904–05 war ended centuries of **European assumption of racial superiority**. It was gained largely because the **Japanese forces were better led, trained, and motivated than the Russians***” – uma potência defensora com menosprezo pelo adversário e sem uma Capacidade Militar adequada. Dentre os diversos embates que tiveram lugar nessa guerra, a Batalha Naval de Tsushima (27-28 de maio de 1905) atesta bem esses erros: uma Marinha presunçosa, de liderança duvidosa e sem preparação adequada (inclusive na parte logística para se deslocar quase 30.000 quilômetros desde suas bases no Mar Báltico) presumindo sua vitória sobre um adversário jovem e de uma nação menos desenvolvida (mas cujas forças navais eram bem lideradas, treinadas e equipadas). Mas esses erros de avaliação de Cultura Estratégica levarão a que 28 belonaves russas entrem no Estreito de Tsushima (entre o Japão e a Coréia) e apenas três cheguem a Vladivostok (17 foram afundadas, cinco capturadas e três se desviaram para o sul, com a perda de apenas três navios torpedeiros nipônicos) (BROOKS, 2000c, p. 150-151; WEIR, 2001, p. 51-54; BUNTING, 2011b, p. 694-695; TUCKER, 2011, p. 387-391; DAVID, 2012, p. 254-257; KUEHN, 2014, p. 165-166; LARDAS, 2018, *passim*). Uma colocação pertinente é a de Mearsheimer (1981, p. 44-45, grifo do autor) de que explicações de superioridade racial e de “*fundamental cultural differences between nations which result in a situation where ‘certain peoples’ make better soldiers than others*” não conseguem explicar como, por exemplo, os alemães tiveram sucesso na Frente Ocidental em 1940 e falharam na Frente Oriental em 1941 (e posteriormente).

¹³ A Dissuasão Estendida impõe à potência protetora a posse de uma capacidade denominada como Projeção de Poder: “*the use of different elements of national power beyond – and typically a significant distance from – one’s immediate land and maritime borders*” (JOSHI, 2015, p. 13). No campo militar, a capacidade de projetar poder se traduz em um Estado ter a competência de transportar tropas aptas a combater para além das suas fronteiras, incluso os meios logísticos para que se sustentem e combatam. Exemplos típicos desse tipo de tropas são as constituídas de paraquedistas e as de fuzileiros navais. Essa capacidade será melhor discutida à frente neste capítulo.

O último ponto a enfatizar, reiterando o aqui previamente colocado, é que, apesar de a Dissuasão já existir bem antes do surgimento das bombas atômicas, a seriedade e a profundidade dos estudos sobre ela alcançaram um patamar inovador e transformador a partir da segunda metade do Século XX – afinal tratavam-se de pesquisas dirigidas para resguardar a humanidade de uma imolação nuclear que poderia exterminá-la na Terra¹⁴. Esses estudos sendo orientados para a dita Dissuasão Nuclear (mesmo que ela fosse referida simplesmente como Dissuasão), essas produções teóricas resultaram também em um forte avanço – mesmo que indireto – nos entendimentos da Dissuasão Convencional. O cuidado que se faz necessário agora é o de não incorrer em percepções errôneas. Afinal, se Dissuasão Nuclear compartilha diversos pontos com a Dissuasão Convencional, ambas também possuem diferenças chaves. Conseqüentemente, reputar que os estudos dedicados à primeira possam ser reproduzidos na segunda – desconsiderando apenas a impossibilidade de uso de armamentos nucleares – é uma simplificação inadequada e que pode levar a sérios erros quando da aplicabilidade e no entendimento da Dissuasão Convencional.

Para demonstrar esse ponto, se nota que alguns autores (SNYDER, 1959, 1961; MEARSHEIMER, 1981, 1983; BOBBITT, 1988; WIRTZ, 2018) apresentam uma compartimentação em que a Dissuasão Convencional empregaria a negação e a Dissuasão Nuclear faria uso da punição¹⁵. Entretanto¹⁶, importa observar que existe a possibilidade de se utilizar armamentos nucleares táticos (de menor poder destrutivo) para denegar liberdade no campo de batalha (Dissuasão por negação). E, da mesma forma, ataques convencionais podem ser empregados para ações de retaliação (Dissuasão por punição) (GEORGE; SMOKE, 1974, p. 21; QUESTER, 1986, p. viii, xviii) – para tanto fazendo uso de meios aéreos, navais e de Forças Especiais¹⁷, assim

¹⁴ Segundo Olsen (2018, p. 3-4), “*the advent of atomic bombs represented a true revolution in political and military affairs, shifting the emphasis away from optimising and perfecting the use of military force toward avoiding confrontations that could escalate into the destruction of humankind*”.

¹⁵ “*But it was also possible to deter simply by a threat to punish, and this came to be seen as the ultimate, essential basis of deterrence in the nuclear age – after all, the goal was to never have to defend*” (MORGAN, 2003, p. 14, grifo nosso). Essa simplificação não se encaixa na Dissuasão Convencional, para a qual é imprescindível demonstrar ser capaz de se defender, não apenas de retaliar.

¹⁶ Conforme já foi destacado na seção do capítulo prévio que tratou da conjuntura dissuasória dos EUA na sua pós-independência.

¹⁷ Complementando uma citação anterior de Jervis (1989a, p. 10, grifo do autor), “*nuclear weapons have greatly enhanced the role of punishment, not created it. Naval blockades, raids on the other side's towns and farmlands, as well as what we now call 'conventional' bombing, all inflicted punishment before 1945*”.

como de medidas nos campos econômico, político e diplomático. Em outra perspectiva que traz diferenças conceituais entre a Dissuasão (concebida na era nuclear) e a Dissuasão Convencional que necessitam ser discernidas, Danilovic¹⁸ (2002, p. 49) expõe que¹⁹:

Under the influence of Schelling's classic statement of the theory of commitments in the nuclear age (1960, 1966), much of the literature has focused on strategies that might enhance deterrence success by punishment, i.e., by 'manipulating' the adversary's costs and risks from an undesired action. Both theoretical and empirical works on 'deterrence by denial' through inducements and via positive incentives are rather scarce in the strategic literature and, arguably, are often neglected in the official foreign policies as well. (DANILOVIC, 2002, p. 49, grifos da autora)²⁰.

Finalizando esse ponto da necessidade de prudência quando examinar a Dissuasão Nuclear na corroboração de concepções da modalidade dissuasória convencional:

*Since classical deterrence theory is largely a **byproduct of the Cold War era**, it should be no surprise that its development has been **inordinately influenced by the hostile relationship of the United States and the Soviet Union and by the haunting specter of nuclear weapons**. But now that the Cold War has ended, it should be easier to see that **deterrence is a universal phenomenon that operates across cultures, across technologies, and across millennia**. As such, it requires a more general treatment than is typically found in the literature of international relations. (ZAGARE; KILGOUR, 2004, p. xix, grifos nossos).*

Para concluir esta seção, a importância de que exista uma Dissuasão Nuclear se encontra inserida na avaliação de O'Connell (1989, p. 7, grifos nossos) de que *“just twice in recorded history have there arrived weapons technologies of such*

¹⁸ Deve ser ressaltado que essa autora aborda a Dissuasão por negação e a Dissuasão por punição dentro dos mesmos parâmetros que elas foram apresentadas anteriormente nesta tese, inclusive com ela (DANILOVIC, 2002, p. 49) destacando que *“these different definitional angles have greater consequences for testing a theory of deterrence”*.

¹⁹ Observando essa citação e frente à análise das suas obras, Schelling exerceu forte influência nos estudos sobre Dissuasão, levando a duas consequências: que grande parte da literatura produzida naquele período fosse direcionada a estratégias que objetivassem à punição do agressor (especialmente com emprego de armas nucleares); e que a produção acadêmica e as políticas oficiais negligenciassem a Dissuasão por negação. Frente especialmente a essa valorização unidirecional (pouco relevante para a Dissuasão Convencional), a produção de Schelling se contrapõe ao entendimento e proposta desta tese, levando a que essa produção não fosse aqui detalhada em profundidade (com exceção de citações de pontos específicos).

²⁰ A Dissuasão por negação tem sido mais debatida nos últimos anos, como pode ser observado em trabalhos como de Tangredi (2013), Klein *et al.*, 2019, Noll, Bojang e Rietjens (2021), e Wilner e Wegner (2021b), mas permanece válida a necessidade de precaução ao analisar os estudos de Dissuasão Nuclear para a compreensão da Dissuasão Convencional.

*fundamental importance that they [the gun and nuclear weapons] **changed everything**, not simply military relationships **but politics itself***. Mas essa importância política-militar da Dissuasão Nuclear, bem como a sua contribuição para uma convivência não extremada entre as potências (especialmente as nucleares), não se traduz em uma Dissuasão Convencional menos determinante para evitar a eclosão de conflitos bélicos. E apesar de estudiosos como Snyder (1959, 1961), Brown (1977), Waltz (1979), Gilpin (1981), Howard (1982), Posen (1984) e Aron (2017) já terem se referido à competência dissuasória de forças não nucleares, será Mearsheimer (1981, 1983) que irá apresentar uma teoria específica sobre Dissuasão Convencional, na qual ele dissocia a opção bélica nuclear como sendo o fator mandatário dentro dos cálculos de uma estratégia dissuasória – teoria essa que será examinada na seção contígua.

4.2 TEORIA DA DISSUASÃO CONVENCIONAL DE MEARSHEIMER

Há mais de quarenta anos, John Mearsheimer (1981) apresentou sua tese de doutorado na Universidade de Cornell, intitulada *The Theory and Practice of Conventional Deterrence*²¹ e cujo objetivo era desenvolver uma teoria sobre Dissuasão que fizesse uso exclusivo de competências militares não-nucleares. Essa modalidade dissuasória foi denominada por ele como Dissuasão Convencional. Em sua teoria, Mearsheimer (1981, 1983) analisa a Dissuasão Convencional frente a vários exemplos históricos e à possibilidade de a Europa Central ser atacada por forças do Pacto de Varsóvia (majoritariamente soviéticas). Todavia, antes de avançar nos debates dessa teoria, se faz necessário inserir algumas observações que irão reafirmar o seu caráter inovador.

Como aqui já sublinhado, desde o advento das armas nucleares, especialmente por parte da URSS, pôde ser observado que os estudos levados a cabo relativos à Dissuasão incluíam majoritariamente o emprego de armamentos nucleares – na denominada Dissuasão Nuclear. Esse contexto, além de citado por Mearsheimer (1981, p. 2, 10-11, 1983, p. 18), pode também ser verificado em trabalhos daquela

²¹ Mearsheimer (1983, p. 9-10) irá publicar a sua tese com adaptações no livro *Conventional Deterrence*. Nele foram inseridos dois capítulos com artigos seus: *The Prospects for Conventional Deterrence in Central Europe* (publicado inicialmente em 1982 na revista *International Security* com o título *Why the Soviets Can't Win Quickly in Central Europe*) (MEARSHEIMER, 1982) e *Precision-Guided Munitions and Conventional Deterrence* (publicado na revista *Survival* em 1979) (MEARSHEIMER, 1979).

época já apresentados nesta tese. Existem contrapontos a esse citado contexto, mas que não o contradizem. Como exemplo, Aron (2017)²² apresentou o mecanismo da Dissuasão como sendo anterior à “era atômica” – logo unicamente baseado em Capacidades Militares convencionais – e expôs aspectos inerentes às estratégias dissuasórias, ou seja, como independentes do tipo de instrumento bélico disponível. Mas como os demais pesquisadores da época, o seu trabalho privilegiou o estudo da Dissuasão Nuclear. Sem dar realce ao tópico da Dissuasão dentro da sua obra, Waltz (1979, p. 189) entendeu que tanto forças militares nucleares, como aquelas convencionais, poderiam ser empregadas por um Estado para tentar dissuadir outro de adotar medidas agressivas contra ele. Esse autor (1979, p. 126-127) também tratou a Dissuasão dentro de um quadro de coalizões estatais.

Acontece que sobrevieram mudanças no quadro político-estratégico mundial nas duas décadas que antecederam à aprovação da tese de Mearsheimer, alterações essas que depreciaram o valor da Dissuasão Nuclear como ferramenta para obstar a eclosão de um conflito entre as potências hegemônicas e seus principais aliados. Uma delas foi que a paridade nuclear (a aludida Dissuasão Mútua) teria sido alcançada em meados de 1960 (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JUNIOR, 1971, p. 255) – levando as potências hegemônicas de então à compreensão de que o uso do arsenal nuclear para a solução de conflitos levaria a uma MAD, fazendo com que o emprego da opção nuclear se tornasse uma *ultima ratio regum* peremptória²³.

Ademais, em 14 de outubro de 1964 ocorreu a substituição de Nikita Khrushchev por Leonid Brejnev como Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética. Brejnev, bem como os demais integrantes da *Troika* que passou a governar a URSS, haviam sentido o resultado negativo para os soviéticos da denominada Crise dos Mísseis de Cuba (1962) (TOMPSON, 2003, p. 35; CRUMP, 2014, p. 74-75) e que “*the lesson was obvious: the Soviet Union had to **achieve military equality with America** so as to preclude the possibility of any such humiliation in the future*” (TOMPSON, 2003, p. 10, grifo nosso). Consciente de que não haveria vitória em uma

²² Apesar de parecer recente, esse texto de Aron (2017, verso da folha de rosto) foi publicado originalmente em inglês no ano de 1966. E segundo ele próprio referiu na folha de comentários e agradecimentos dessa obra (2017), a edição em francês foi finalizada em outubro de 1961.

²³ Mas isso não significa que a opção de emprego de armas nucleares (logo a Dissuasão Nuclear) esteja descartada, pois “*the threat of **nuclear escalation is a key element in the NATO deterrent equation** which cannot be fully replaced by a significant improvement in NATO’s conventional forces. Nuclear weapons, because of the horror associated with their use, really are **the ultimate deterrent**” (MEARSHEIMER, 1985, p. 20, grifos nossos).*

guerra nuclear (TOMPSON, 2003, p. xv), Brejnev trabalhou para que a URSS atingisse o ápice do seu poderio militar e, sob a provisão da nominada Doutrina Brejnev²⁴, invadiu a então Tchecoslováquia (em 1968) e o Afeganistão (em 1979) (TOMPSON, 2003; CRUMP, 2014). À vista disso, diversos indicativos se faziam presentes que não seria irrealista imaginar que, em um futuro próximo²⁵, seria possível vivenciar o surgimento de uma horda constituída de unidades blindadas e aéreas do Pacto de Varsóvia atravessando as planícies da Europa Central em direção ao Rio Reno e às fronteiras orientais da França²⁶.

Por fim, irrompeu o Conflito Árabe-Israelense de 1973 (Guerra do Yom Kippur)²⁷, a qual levou a uma reorganização nas concepções militares frente ao sucesso do Exército egípcio (mesmo que não total) de se defender dos ataques das

²⁴ A Doutrina Brejnev (ou Doutrina da Soberania Limitada) é uma declaração explícita que o *establishment* comunista (particularmente o soviético) não teria condescendência para com desvios doutrinários nos estados marxista-leninistas (TOMPSON, 2003, p. 39, 147; CRUMP, 2014, p. 121-127). Ela pode ser sintetizada nesse trecho proferido por Brejnev em Bratislava, nas vésperas da invasão da Tchecoslováquia: “*each Communist Party is free to apply the principles of Marxism-Leninism and socialism in its own country, but it is not free to deviate from these principles if it is to remain a Communist party . . . The weakening of any of the links in the world system of socialism directly affects all socialist countries, and they cannot look indifferently upon this*” (CRUMP, 2014, p. 123, grifos nossos).

²⁵ Esse cenário, para além dos planejamentos militares então existentes, é muito bem apresentado por Mearsheimer (1981, 1982, 1983), que oferece detalhes que permitem melhor compreender o planejamento operacional ofensivo que poderia ser adotado pelo Pacto de Varsóvia, especialmente no seu (1982) artigo. Uma leitura interessante para visualizar essa possível agressão soviética são apresentadas pelo General John Hackett (1980, 1983). Mesmo que escritas em um estilo ficcional, essas duas obras não deixam de conter uma base realista em vista das realizações castrenses e da vida acadêmica do autor: comandou (1966-1968) o *Northern Army Group* da OTAN e o *British Army of the Rhine* (as forças do Reino Unido posicionadas na então Alemanha Ocidental para deter uma eventual ofensiva do Pacto de Varsóvia); foi a Vice-Chefe do Estado-Maior Imperial (1963-1966), assim como comandante da 4ª Brigada de Paraquedistas durante a Segunda Guerra Mundial (1943-1944); cursou Clássicos e História Moderna em Oxford (obtendo um *Master of Arts*) e realizou pós-graduação em Estudos Pós-Medievais na Universidade de Graz (Áustria); e foi o reitor do *King's College London* (1968-1975) (FULLICK, 2003).

²⁶ Dentro desse cenário exequível, inclusive pela bem superior alocação de forças militares do Pacto de Varsóvia (ISBY, 2000c, p. 238-239), os planejadores soviéticos teriam em conta que: o emprego de armas nucleares (inclusive as táticas) pela OTAN seria bastante dificultado frente a possibilidade de retaliação soviética e pela destruição que elas causariam em boa parte da então Alemanha Ocidental (ao buscarem atingir as formações blindadas soviéticas que lá estariam); um avanço rápido e de surpresa impossibilitaria a chegada na Europa, a tempo de intervir nos combates, das divisões de reforço do Reino Unido, Canadá e, especialmente, dos EUA (que ficavam aquarteladas nos seus respectivos territórios); e existia a possibilidade de a França se manter neutra e/ou celebrasse uma paz em separado (ela tinha se desligado da estrutura da OTAN durante o governo de Charles de Gaulle e o seu Partido Comunista era pró-soviético e tinha forte influência na política gaulesa). Assim se tornava chave para a vitória comunista a questão do tempo a ser dispendido na sua ofensiva até a chegada ao Rio Reno, da mesma forma que a implementação de ações preliminares de caráter político-diplomático, psicossocial e econômico (como aquelas buscando bloquear um rearmamento ocidental).

²⁷ Mearsheimer (1981, p. 331-348, 1983, p. 155-164) faz uma análise sobre este conflito (bem como outros ocorridos em 1956 e 1967 entre árabes e israelenses) com vistas a sua aplicabilidade para desenvolver os conhecimentos da Dissuasão Convencional.

formações blindadas israelenses²⁸. O que surpreendeu o meio político-militar foi como o uso maciço de armas guiadas anticarro por uma infantaria determinada, a qual contava com uma eficaz cobertura de armas antiaéreas (impossibilitando que os ataques aéreos fossem decisivos), conseguiu barrar e infligir pesadas baixas nas, até então invictas, unidades de carros de combate das *Tzahal* (acrônimo que designa as Forças de Defesa de Israel) (MACGREGOR, 2016, p. 100-134; MCNAB, 2018, *passim*; COOPER; EMRAN, 2019, p. 18-21, 53-54). O resultado induziu a uma reformulação doutrinária e tecnológica na esfera bélica²⁹ – especialmente pela OTAN, que passou a visualizar uma efetiva forma de deter o assalto das tropas soviéticas³⁰ sem o emprego de armamento nuclear.

Postas essas perspectivas, a Dissuasão Convencional foi se avolumando no horizonte político-diplomático-estratégico-militar das relações internacionais. Todavia a sua adoção não ocorreu sem alguns estorvos e atrasos – o principal deles sendo a reticência europeia de elevar seus gastos com a Defesa convencional, mantendo como pretexto sua confiança na competência nuclear dos EUA para dissuadir uma invasão soviética³¹. Mearsheimer (1981, p. 17-18) reitera esses pontos e complementa que “*although Europeans have come to accept the need for greater reliance on conventional forces, they still resist U. S. efforts to think in terms of a conventional deterrent*”. E essa relutância de nações europeias em modernizar e

²⁸ A Guerra do Yom Kippur iniciou em 6 de outubro de 1973, com ataques árabes contra Israel provenientes de direções distintas. Na primeira, forças egípcias atravessaram o Canal de Suez e tomaram uma faixa do terreno no Sinai, estabelecendo posições defensivas dentro da proteção de suas baterias antiaéreas. Na segunda, tropas sírias atacaram as Colinas de Golã, visando a conquistá-las e depois prosseguir pelo norte de Israel (ISBY, 2000c, p. 236-237; RABINOVICH, 2004, *passim*; JOHNSON; WHITBY; FRANCE, 2010, p. 171-174; SWIFT, 2011, p. 927-929; DAVID, 2012, p. 335).

²⁹ Essa reformulação foi tratada em capítulo precedente nesta tese quando se dedicou a debater a Doutrina Militar.

³⁰ Apesar de não ser assim apontada, a defesa das Colinas de Golã pelas tropas israelenses (particularmente pela 7ª Brigada Blindada) também cooperou para solidificar essa percepção – afinal essas tropas blindadas (combatendo com táticas militares ocidentais e dotadas de carros de combate de origem britânica e estadunidense), mesmo em fragorante inferioridade numérica (de 5 para 1 em carros de combate e tropas, de 13 para 1 em artilharia), conseguiram retardar e/ou impedir as formações blindadas sírias (algumas dotadas dos mais modernos carros de combate soviéticos e fazendo uso de táticas do Exército Vermelho) até a chegada de reforços que “viraram o jogo” (RABINOVICH, 2004, p. 158-188, 201-238, 314-356; SWIFT, 2011, p. 928; TUCKER, 2011, p. 588-591).

³¹ Nas palavras de Howard (1982, p. 312, grifos nossos), as populações da Europa Ocidental, mesmo que alertadas por especialistas em Defesa, “*so long as they remained prosperous, saw little danger of Soviet attack and wanted defense on the cheap. They remained reassured, though whether this reassurance came from shrewdness or from self-delusion, from confidence in American nuclear supremacy or basic disbelief in the reality of any Soviet threat, it would probably be impossible to say*”.

aumentar as suas defesas convencionais também decorria do fato que “*in whatever economic context, conventional arms are expensive – more expensive than even their nuclear cousins*” (O’CONNELL, 1989, p. 306, grifos nossos) e que “*during the past 30 years this problem of costs was, as we [the Europeans] have seen, taken care of by nuclear deterrence*”³² (HOWARD, 1982, p. 320, grifo nosso).

Mas a realidade foi se impondo e, como Mearsheimer (1981, p. 8, 12, 1983, p. 13) expressou, desde o começo dos anos 1960 os EUA (e a OTAN por sua influência) fiavam-se cada vez mais em forças convencionais para deter uma agressão das forças militares do Pacto de Varsóvia – o que era fortalecido com evidências de que os soviéticos se preparavam para um conflito não nuclear na Europa desde o início dos anos 1970. E, em um perfeito entendimento de que para poder negociar e dissuadir era imprescindível dispor também de uma Capacidade Militar convencional, “*Kennedy commenced a military build-up in the spring of 1961 with increases in conventional forces to create 'an alternative between atomic holocaust and surrender'*” e também que “*the military build-up, he hoped, would give Khrushchev an incentive to negotiate seriously, and to take U.S. expressions of firmness seriously when it chose to be firm*” (SNYDER; DIESING, 1977, p. 270, grifo dos autores).

Enquanto isso, as pesquisas científicas foram desvendando os caminhos da Dissuasão Convencional, de forma que a proposta acadêmica de Mearsheimer (1981) se impôs progressista naquele período, ao dissociar a opção bélica nuclear como fator mandatário dentro dos cálculos de uma estratégia dissuasória. Adicionalmente, o resultado dela se revelou um aprimoramento teórico adequado para os objetivos desta tese, ao apresentar uma base de estudo consistente e atender à delimitação desta pesquisa de desconsiderar o uso dos armamentos não convencionais (logo excluindo os nucleares).

A Teoria da Dissuasão Convencional de Mearsheimer é explorada neste capítulo dentro do entendimento de que ela não esgota o tema, mas sim auxilia no entendimento de diversos trabalhos sobre Dissuasão da mesma época e posteriores³³, bem como é uma base adequada para melhor compreender a realidade

³² Afinal essa visão refletia o citado por Liddell Hart (1970, p. 144, grifos do autor), mas sem que muitos europeus assimilassem a sagacidade contida na observação final: “*as recently as July, 1949, General Bradley declared: 'Should Western Europe be attacked, then the United States must fling the full force of its strategic air offensive against the enemy'. But it was then still being reckoned that Russia would not have developed the atom bomb until 1952*”.

³³ Observando essa lógica e compreendendo que a base original da Teoria da Dissuasão Convencional é a tese de doutorado de Mearsheimer apresentada e aprovada em 1981, o debate

dissuasória contemporânea (como no caso da invasão da Ucrânia). Seguindo esse curso, Dissuasão, segundo Mearsheimer (1981, p. 3, 1983, p. 14, grifo nosso), significa, em um sentido amplo, “*convincing an opponent not to initiate a specific action because **the perceived benefits do not justify the potential costs and risks***”. Analisando a Dissuasão dentro do enfoque que privilegia o emprego das ferramentas militares nacionais:

*Deterrence is based on the relationship between the perceived political benefits resulting from military action and the potential costs and risks of such an undertaking. In other words, one assumes that in crises, **decision-makers weigh the value of the desired political objectives against both the risks and costs of a military campaign to achieve those objectives.*** (MEARSHEIMER, 1981, p. 29, grifo nosso).

Mearsheimer (1981, p. 3-4, 1983, 8, 14) complementa que, na equação da Dissuasão, devem ser levados em conta outros fatores além dos militares, incluindo ações de Estados aliados, de adversários e de OI, bem como considerações econômicas. Mas apesar de frisar que fatores não militares (como seus custos e riscos) também afetam a Dissuasão, o trabalho dele contemplará apenas os aspectos militares terrestres frente às dificuldades de desenvolver uma teoria que leve em consideração todos esses fatores. O entendimento desta tese vai ao encontro dessa visão de Mearsheimer de existirem outros aspectos além dos bélicos a serem mensurados na Dissuasão (mas igualmente priorizará as perspectivas militares nos estudos a serem aqui desenvolvidos).

Esse autor (1981, p. 4-5, 1983, p. 14-15) prossegue apresentando que na literatura sobre Dissuasão existe uma diferenciação teórica relativa aos resultados possíveis de serem obtidos quando utilizados artefatos nucleares ou meios convencionais. Usualmente o primeiro tipo embute uma capacidade de arrasar significativas extensões do território antagônico, devastando sua população e economia – uma Dissuasão baseada em punição e que é normalmente associada à

aqui realizado vai pautar nesse último documento acadêmico como sendo o seu principal eixo argumentativo. Em consequência, o livro (1983) será peça complementar, inclusive por permitir mostrar posteriores desenvolvimentos teóricos.

Dissuasão Nuclear³⁴. O segundo tipo uma Dissuasão baseada em negar ao oponente a vitória no campo de batalha³⁵.

Mearsheimer (1981, p. 5, grifos nossos) termina por definir a Dissuasão Convencional como sendo aquela que enfatiza “*the capability to deny an opponent his objectives on the battlefield through purely conventional means*”³⁶ e cuja efetividade da sua competência dissuasória ocorrerá quando for apreendido pelo potencial agressor que suas forças militares não se mostrarão aptas a alcançar seus objetivos dentro desse campo de batalha. Para uso na sua Teoria de Dissuasão Convencional, Mearsheimer (1981, p. 18-20, 1983, p. 15) circunscreveu o entendimento de campo de batalha – dito moderno³⁷ – àquele dominado pelas grandes formações blindadas (dispondo de tropas mecanizadas, artilharia, apoio aéreo aproximado etc.) e semelhante ao observado na Segunda Guerra Mundial, mesmo que incorporando inovações³⁸.

Levando em consideração os juízos supracitados, é impositivo para esta tese inserir alguns contrapontos a essas formulações, fazendo uso de concepções aqui debatidas previamente. O primeiro contraponto se refere à Dissuasão por negação, cuja extensão deve ultrapassar aquela descrita por Mearsheimer (1981), a do campo de batalha. Como debatido anteriormente, ações convencionais efetivadas no interior do território inimigo também irão afetar positivamente a capacidade do dissuasor de se defender, negando assim que o agressor conquiste seus objetivos no campo de batalha. Isso seria operacionalizado de forma mais pontual e sem a intenção de punir,

³⁴ Mas Mearsheimer (1981, p. 4-5, grifo nosso) reconhece que “*although the threat of punishing an opponent's homeland with conventional weapons is an important form of deterrence*”. Em seu livro, ele (1983, p. 15) também insere que a Dissuasão por punição eventualmente pode ser alcançada por intermédio de armas convencionais. Ele referencia Quester (1986) sobre esse tópico em ambos os trabalhos.

³⁵ “*Battlefield denial is invariably linked with conventional forces although there is a school of thought which argues that nuclear weapons can be and should be used on the battlefield*” (MERSHEIMER, 1981, p. 5, grifos nossos). Essa “*school of thought*” incluiria, dentre outros, Bernard Brodie, Samuel Cohen, Colin Gray e Henry Kissinger (MERSHEIMER, 1981, p. 5; 1983, p. 15, 214).

³⁶ Segundo o livro de Mearsheimer (1983, p. 15, grifos nossos), “*Conventional deterrence [...] is a function of the capability of denying an aggressor his battlefield objectives with conventional forces*”.

³⁷ A denominação de “campo de batalha moderno” (*modern battlefield*) empregada por Mearsheimer se referia a uma realidade para ele que hoje tem mais de quatro décadas. Este trabalho continuará a adotar a expressão de “campo de batalha” (ou “campo de batalha convencional”) quando tratar desse objeto, mas se faz necessário entender que inovações táticas e tecnologias surgiram (como a inserção de drones de ataque, guerra cibernética etc.). Mas para Mearsheimer (1981, p. 22), até o surgimento de uma transformação revolucionária no campo de batalha convencional, a Teoria da Dissuasão Convencional se manterá válida.

³⁸ A Teoria de Dissuasão Convencional não se aplica a conflitos de baixa-intensidade (MEARSHEIMER, 1981, p. 14), aspecto que interage com a proposta desta tese.

como com o emprego de mísseis de cruzeiro – indo além do campo de batalha – para destruir concentrações de tropas, componentes da infraestrutura logística e instalações militares inimigas. O segundo contraponto está relacionado à definição de Dissuasão Convencional acima apresentada, cuja circunscrição ao campo de batalha pode ser coerente com as restrições epistemológicas impostas por Mearsheimer nas suas pesquisas³⁹, mas que não coaduna com uma perspectiva integral da Dissuasão Convencional, necessitando ser expandida para se adequar como objeto de estudo nesta tese. Colocados esses pontos, se observa que a definição de Dissuasão Convencional a seguir (do próprio Mearsheimer) é condizente com os contrapontos agora apresentados:

*Conventional deterrence, however, is ultimately based on a broader relationship. In the final analysis, the **military factors must be viewed in conjunction with the expected political gains**. In other words, we assume that, in a crisis, decision makers weigh the value of the desired political objective against the risks and costs of a military campaign to achieve them. (MEARSHEIMER, 1983, p. 60, grifo nosso).*

Antes de prosseguir, devem ser destacadas outras diferenças entre a Dissuasão Nuclear e a Convencional para além da natureza e dos efeitos dos seus artefatos bélicos. Um ponto é o peso que a possibilidade de um Estado fazer uso de armas nucleares – sofrendo ou permitindo o advento de uma hecatombe – infere fortemente no processo decisório. Para Gilpin (1981, p. 215), se por um lado essa possibilidade de destruição extensiva protege a integridade territorial dos Estados com capacidade bélica nuclear, por outro reduz a capacidade de um Estado ser compelido a acatar a vontade de outro. Mearsheimer (1981, p. 23) também ressalta que os custos extraordinários resultantes do uso de armamento nuclear acabam por reduzir a possibilidade do seu emprego, especialmente em áreas periféricas aos principais interesses dos Estados com poderio nuclear (a dita Dissuasão Estendida). Como resultado, o uso de instrumentos militares convencionais passa a ser considerado, valorando a Dissuasão Convencional.

Um ponto chave para a Teoria de Dissuasão Convencional é estabelecer configurações de modo a fortalecer a ferramenta dissuasória convencional. Nela o

³⁹ Demonstrando a medida dessa limitação, Mearsheimer (1981, p. 5) complementa que o objeto que ele definiu como Dissuasão Convencional poderia ser perfeitamente denominado como *battlefield deterrence* e também emprega o termo *battlefield denial* ao tratar da Dissuasão por negação.

ponto focal deve estar nas considerações militares de custos e probabilidade de sucesso no campo de batalha – “*a fundamental conclusion of this study is that an understanding of **what determines battlefield success provides the key to understanding why decision-makers are either deterred or not deterred from launching a war***” (MEARSHEIMER, 1981, p. 26, grifos nossos)⁴⁰. As ações não devem ser dirigidas para que o oponente altere seus objetivos políticos e/ou sua percepção de possíveis benefícios, mas sim em maximizar os riscos e os custos para o caso dele vier a fazer uso da alternativa militar, tornando-os exorbitantes, proibitivos até (MEARSHEIMER, 1981, p. 29-29a).

Como exposto por Mearsheimer (1983, p. 23), a questão fulcral da Dissuasão reside nos temores do potencial agressor pelas consequências das suas ações militares, ou seja, a Dissuasão tem maiores chances de sucesso na medida direta em que esse agressor acredita ser baixa a sua possibilidade de obter êxito e que os seus custos, advindos da sua agressão, serão elevados. Como os custos em um conflito não nuclear aumentam pelo prolongamento do mesmo, a probabilidade de se obter uma Dissuasão Convencional cresce na medida que o dissuasor conseguir retardar a conquista dos objetivos por parte do agressor (MEARSHEIMER, 1983, p. 24). Então é essencial ao agressor a sua estimativa de tempo para que ele obtenha sucesso. O ideal para esse agressor seria de alcançar seu(s) objetivo(s) em um prazo mais curto (mesmo que a custos iniciais muito elevados). Se a probabilidade de uma vitória célere for grande, permitindo assim auferir ganhos mais rapidamente e reduzindo os custos finais, é maximizada a chance de a Dissuasão falhar (MEARSHEIMER, 1981, p. 30-32).

Em vista desses pontos, importa para uma Dissuasão Convencional com mais elevadas chances de sucesso que ela seja dotada de uma configuração militar que proporcione ao atacante uma baixa probabilidade de alcançar seus objetivos, que tenha os seus riscos potencializados e sem perspectivas de o conflito ser de curta duração. Mearsheimer (1981, p. 46, 1983, p. 28-29) explicita que o fator determinante da vitória no campo de batalha convencional é a estratégia militar selecionada –

⁴⁰ Aqui surge um novo contraponto, pois não é apenas o resultado previsto no campo de batalha que irá dissuadir, ou não, uma nação a materializar a sua agressão. Mas, inquestionavelmente, esse possível resultado militar terá um forte (mesmo fundamental) peso nas equações elaboradas pelos decisores inimigos. Em consequência, o estudo de Mearsheimer contribui para o entendimento da Dissuasão Convencional nesta tese – realçando que a ocorrência do confronto bélico (e como poderá se desenvolver) é uma parte da apreciação decisória, não a decisão *per si*.

estratégia⁴¹ essa definida como sendo a forma como um Estado emprega seus recursos bélicos para concretizar a conquista de um objetivo militar específico e cuja escolha depende de diversos fatores como os objetivos políticos e militares pretendidos, meios disponíveis, condições existentes e outros.

São apresentadas três diferentes estratégias militares ofensivas por Mearsheimer (1981, p. 48-51, 136-137, 1983, p. 29-30; 32-60): a de Atrito; a da *Blitzkrieg*; e a de Objetivos Limitados. Na Estratégia de Atrito, os atacantes buscam a vitória por meio de uma série de batalhas de aniquilação ou predeterminadas⁴². O sucesso é demorado, pois decorre do desgaste da defesa até não ser mais possível resistir e, conseqüentemente, impõe um alto custo em pessoal e material – logo sendo favorável como um instrumento dissuasório.

Na Estratégia da *Blitzkrieg*⁴³, a mobilidade e velocidade inerentes às tropas blindadas permitem derrotar o adversário sem se engajar em batalhas sangrentas e demoradas, inclusive evitando os pontos fortes do defensor e buscando uma penetração profunda que leve ao colapso daquelas defesas. A possibilidade de vencer rapidamente e com baixo custo tornam essa estratégia pouco suscetível a se obter uma Dissuasão eficaz.

Com relação à Estratégia de Objetivos Limitados⁴⁴, ela se destina a atingir metas circunscritas – como uma parcela específica do território adversário de alto valor agregado (uma ilha ou cidade, por exemplo) – em uma vitória limitada, mas importante no contexto do conflito. O uso da surpresa é que caracteriza essa estratégia, permitindo que a meta estipulada seja alcançada antes da plena mobilização das defesas do oponente. Essa estratégia, além de ser normalmente a menos arriscada e custosa, se apresenta como a mais promissora para fazer frente a uma Dissuasão bem estruturada.

Uma dessas estratégias (ou combinação de mais de uma) é que estará no cerne do processo de tomada de decisão do agressor, tendo o tempo como forte fator

⁴¹ Mearsheimer faz uso de *strategy* no seu texto. Apesar desta tese ter entendimento diverso sobre o significado de “estratégia”, foi mantida a expressão original do texto.

⁴² O termo utilizado por Mearsheimer (1981, p. 49) foi de *set-pieces battles*, o qual não apresenta uma tradução exata. Nesta tese se optou por utilizar a expressão “batalhas predeterminadas” pelo seu significado: combates em que fatores como condições do terreno, limitações logísticas, imposições políticas e outros, constroem a liberdade de ação e impelem no sentido da adoção dos mesmos planos – como batalhas predeterminadas.

⁴³ A *Blitzkrieg* foi apresentada com maiores detalhes no capítulo anterior.

⁴⁴ A Guerra Limitada (tratada na seção anterior) e a Estratégia de Objetivos Limitados possuem significados distintos – em que essa Estratégia, por ser um tipo de ação bélica, pode ser empregada tanto em Guerras Limitadas quanto nas Totais.

decisor⁴⁵. Da análise dessas estratégias ofensivas apresentadas, é possível inferir que o sucesso de uma Dissuasão Convencional estará também bastante ligado a qual estratégia defensiva o dissuasor tem aptidão e recursos para levar a cabo. Aquela que leve o oponente a uma guerra de atrito (inclusive quando os objetivos do agressor forem limitados) se mostra incomensuravelmente como a melhor com relação aos efeitos dissuasórios (como no caso dos helvéticos ao utilizarem das suas montanhas para impedirem um resultado de curto prazo, além de cobrarem desgastes constantes e custos elevados).

É interessante observar como a dita Teoria Ofensiva-Defensiva (LYNN-JONES, 2004) se relaciona com esse entendimento da Teoria de Dissuasão Convencional de Mearsheimer. A primeira teoria citada argumenta que:

The character of international politics is influenced by whether offensive military operations are easy or difficult. When offensive operations have the advantage over defensive operations, the theory suggests that war and conflict are more likely; when defensive operations have the advantages, peace and cooperation are more likely. (LYNN-JONES, 2004, p. xi).

Assim sendo e de acordo com essa teoria, existem fatores tecnológicos, geográficos, políticos e sociais que induzem a ações ofensivas ou defensivas por parte dos Estados. Possibilidade de emprego de formações de maior mobilidade (como blindadas e aeromóveis) tendem a valorizar a ofensiva, enquanto barreiras físicas (como cadeias de montanhas, obstáculos aquáticos e florestas densas) favorecem a adoção da defensiva – para a qual contribuem também a ordem política e social do Estado (regimes populares são mais aptos a organizar resistência a um invasor) e a Diplomacia (por intermédio de alianças defensivas, sistemas de segurança coletiva e colaboração, mesmo que de isenção, de Estados neutros) (VAN EVERA, 2004b, p. 239-244).

Um dos aspectos citados é como crenças doutrinárias podem influenciar fortemente a adoção de estratégias que podem ser benéficas, ou não, à Dissuasão. Um exemplo é o do culto à ofensiva, crença essa fortemente compartilhada pelas lideranças militares germânicas, francesas, britânicas e russas nos primórdios do Século XX e que levaram à deflagração da Primeira Guerra Mundial (VAN EVERA,

⁴⁵ Resumindo, “John Mearsheimer’s use of an ‘attrition-blitzkrieg’ strategic dichotomy to explain conventional deterrence” (BIDDLE, 2004, p. 18, grifo do autor).

2004a, p. 69-118). Segundo esse autor, essas percepções induziam a que guerras preemptivas se fizessem imperativas (necessário atacar antes), que ações expansionistas se mostrassem atrativas e que o emprego de diplomacias mais temerárias fosse justificado.

Relacionada com esse tópico supramencionado está a *cheap-victory strategy* (MORGAN, 2003, p. 6-7), uma opção que apareceu antes da Primeira Guerra Mundial frente ao entendimento de que o próximo conflito seria extremamente voraz e dispendioso. Assim foi elaborada essa concepção, cuja *“idea was to ensure that the great costs, destruction, and loss of life would fall mainly on the other side”*, resultando em que *“the major states approaching World War I had plans for rapid mobilization and decisive offensive thrusts to overwhelm the opponent in the opening battles, forcing the enemy to collapse in just weeks before intolerable casualties and costs were incurred”*⁴⁶ (MORGAN, 2003, p. 6). Como consequência dessa *cheap-victory strategy* ocorreu uma carnificina sem paralelo até então – mas o “canto da sereia” de uma vitória barata sempre pode ressurgir, tornando imperativo para que a Dissuasão seja consumada que fique claro ao agressor que necessariamente a “conta” será bastante elevada.

É de interesse desta tese observar alguns outros pontos apresentados na Teoria da Dissuasão Convencional. Mearsheimer (1981, p. 6, 8, 12), citando especificamente a América Latina e reforçando a importância de existir uma Dissuasão Convencional, deixa claro que a ameaça de uma escalada nuclear não se constitui em fator impeditivo para iniciar uma guerra convencional⁴⁷. Convergindo agora nas premissas do Realismo Neoclássico, ao tratar das dificuldades da implementação de uma melhor Dissuasão Convencional na OTAN por parte dos EUA, Mearsheimer (1981, p. 12-14) observou como os efeitos decorrentes do envolvimento estadunidense no conflito do Vietnã moldou a opinião pública, que foi se tornando contrária à participação naquele conflito asiático, terminando inclusive por dificultar e

⁴⁶ Como exemplo, *“the Prussian approach involved diplomatically isolating the opponent, then utilizing industrial-age resources and nationalism to mobilize rapidly and throw huge well-coordinated forces into the initial battles to overwhelm the opponent, inflicting a complete defeat to end resistance”* (MORGAN, 2003, p. 6).

⁴⁷ Em relação a esse aspecto, Mearsheimer (1981, p. 7, grifos nossos) aponta que, durante os anos iniciais da Guerra Fria (1945-1960, *“there was a strong feeling in many quarters that **U.S. nuclear superiority could serve to deter non-nuclear wars.** This assumption was the cornerstone of the Eisenhower Administration's policy of Massive Retaliation”*. Mas que essa possibilidade se alterou com os *“critics were quick to point out, however, that **such a policy was viable only as long as the Soviets did not have the capability to retaliate with nuclear weapons against the United States”***.

reduzir a alocação de recursos para a defesa convencional da Europa. Também ocorreram reflexos no campo intelectual (acadêmico e militar), restando os estudos sobre Dissuasão Convencional em vista da atmosfera pública reinante e de os esforços de pesquisa terem sido desviados para realizar pesquisas sobre conflitos de baixa-intensidade.

Para Mearsheimer (1981, p. 103-104), as relações civis-militares nos processos de tomada de decisão variam conforme período. Em situações de paz o controle pertence aos civis, os quais determinam os objetivos políticos a serem obtidos pelos militares. Entretanto, em tempos de conflitos esse controle é muito menos efetivo, fruto do favorecimento do Estado para a obtenção de vitórias decisivas.

Diversos fatores contribuem para esse procedimento (MEARSHEIMER, 1981, p. 104-111): o entendimento, por parte dos militares, de que a conduta da guerra deve recair sobre eles, os profissionais com treinamentos e qualificações específicas; os militares, geralmente relutantes em iniciar uma guerra, quando frente à luta fazem o seu melhor e buscam uma vitória decisiva, com todo o esforço se concentrando em finalizar a luta o mais rápido e de forma a limitar os sofrimentos por ela impostos; e as vitórias rápidas possibilitariam proteger as instituições militares, seus líderes e tradições.

Assim, dentro da coincidência de objetivos dos políticos e dos militares, de obtenção de uma vitória decisiva, aos últimos é geralmente concedida uma elevada margem de manobra por parte dos primeiros (MEARSHEIMER, 1981, p. 113). Porém esse relacionamento irá se alterar frente a outras formas de conduta para a guerra. Uma delas se refere às Guerras Limitadas, as quais Mearsheimer (1981, p. 110-112, 114-115) entende que correm o risco de se tornarem prolongadas e, conseqüentemente, inconvenientes para os militares. Nesse caso, a liderança política deve se assegurar de que os objetivos militares estejam concomitantes para com os escopos políticos estabelecidos – tarefa que pode apresentar problemas em razão da aversão militar à interferência civil e a preferência dos primeiros pelas vitórias decisivas. Essa tarefa apresenta maiores desafios frente à dificuldade de se estabelecer com precisão objetivos políticos limitados, bem como pela possibilidade de os mesmos sofrerem alterações no decorrer do conflito.

Como já aqui apresentada previamente (especialmente em capítulo precedente), a importância do entendimento da História Militar contemporânea para com a Dissuasão Convencional também é observada por Mearsheimer (1981, p. 10-

11, 15-16, 20-22, 1983, p. 16-17) – estudo esse realizado com o intuito de alcançar uma compreensão mais apurada das condicionantes, dificuldades e especificidades do combate moderno e, conseqüentemente, da Dissuasão Convencional⁴⁸. Ocorria que:

*Until World War II, military matters were generally considered the private domain of practitioners of the military art [...] After 1945, a community of non-military defense analysts emerged in the West [...] Their attention, however, was **focused on nuclear strategy**, which was perfectly natural **since preventing nuclear war is the highest order task** and because **there was no body of literature dealing with nuclear force matters** [...] Nuclear exchange models, specific criteria for assured destruction and damage limitation, and other **quantitative measures, all of which are essential to the study of nuclear deterrence, have no equivalent at the conventional level**. In short, the particular skills of the majority of the analysts who did the pioneering work in the field of nuclear deterrence **were not readily transferable to the study of conventional deterrence**. In addition to the fact that conventional deterrence does not lend itself to quantification, **a thorough understanding of the subject requires a detailed knowledge of military history as well as a basic understanding of military strategy and tactics**. These are subjects about which the majority of experts on nuclear deterrence know little. (MEARSHEIMER, 1981, p. 10-11, 15-16, grifos nossos).*

Em suma, sejam os militares em geral, sejam os acadêmicos e civis especialistas em Defesa em particular, não basta entender de doutrinas e/ou de teses – se faz impositivo o domínio seguro e profundo da *Ars Bellica*, o qual só advém por intermédio da maestria em História Militar contemporânea. Para além da simples aquisição de novos equipamentos bélicos, se faz necessário compreender as inovações no emprego das competências militares que gerem significativas mudanças no campo de batalha.

Mearsheimer estabeleceu uma relação inovadora entre, o dispêndio de tempo e recursos necessários para que uma nação agressora alcance seus objetivos, e como cada tipo de estratégia ofensiva e defensiva se comporta nesses quesitos – de forma que as estratégias que impõe maiores gastos (materiais, humanos e em prazos temporais) ao agressor elevam o efeito dissuasório. Assim sendo, a Dissuasão Convencional buscará, além de minorar as probabilidades de sucesso, negar vitórias rápidas e tornar os custos proibitivos (1981, p. 29-32, 1983, p. 14), majorando o *risk*

⁴⁸ “**Contemporary military history**, or what might be alternately described as military history relating to the modern battlefield, **is of great value in understanding conventional deterrence**. Battlefield experiences prior to the emergence of the modern battlefield provide limited insight into the nature of the modern battlefield” (MEARSHEIMER, 1981, p. 21).

calculus do agressor (SNYDER, 1961, p. 12)⁴⁹ e dificultando uma *cheap-victory strategy* (MORGAN, 2003, p. 6-7). Afinal, como apresentado por Clausewitz (1984, p. 91, tradução nossa), os motivos para se buscar a paz podem advir da “improbabilidade da vitória” e “dos seus custos inaceitáveis [dessa vitória]”. Mearsheimer (1981, p. 29a) também deixa claro que, na análise final de uma Dissuasão, todos os aspectos, inclusive os não militares, devem ser observados em conjunção com os ganhos políticos ambicionados.

Para concluir, a Teoria da Dissuasão Convencional de Mearsheimer apresenta ferramentas teóricas que auxiliam na busca da estratégia militar dissuasória que seja mais pertinente a cada nação, incluindo nela o estabelecimento de quais os parâmetros serão necessários para construir uma adequada Capacidade para Dissuasão.

4.3 DISSUASÃO CONVENCIONAL CONTEMPORÂNEA

A Dissuasão Convencional no Século XXI não diverge necessariamente daquela que era praticada desde alguns séculos atrás. Mas certamente que as evoluções tecnológicas, a ampliação dos conhecimentos teóricos, desenvolvimento de novas práticas operacionais e uma capacidade de comunicação exponencial inseriram diferenciais, a maioria dos quais já foram apresentados anteriormente nesta tese (como o surgimento do Poder Aéreo, a expansão da Propaganda e outros). Dentro do quesito do desenvolvimento do saber teórico e doutrinário, a seguir serão apresentadas algumas concepções mais hodiernas ligadas à Dissuasão Convencional.

A primeira delas é o conceito designado como de *Anti-Access/Area Denial* ou A2/AD, o qual, inserido na Doutrina Militar de uma nação, consubstancia-se na Dissuasão por negação a ser utilizada. Com base em diversos exemplos históricos⁵⁰,

⁴⁹ Cálculo o qual leva em consideração quatro fatores: “*his valuation of his war objectives; the cost which he expects to suffer as a result of various possible responses by the deterrer; the probability of various responses, including 'no response'; and the probability of winning the objectives with each possible response*” (SNYDER, 1961, p. 12, grifo do autor).

⁵⁰ Os quais, assim como as ocorrências históricas citadas por Mearsheimer (1981, 1983), robusteceram a proposta teórica e reforçam a importância do estudo analítico da Estratégia e da História Militar. Como citado por Tangredi (2013, p. 7- 13; p. 22-31; p. 110-117; p. 117-123; p. 123-133): a segunda das Guerras Grego-Persas (480-479 a.C.); a Guerra do Golfo (1991); a derrota de *La Armada Invencible* espanhola pela Inglaterra (1587-1589); a defesa otomana mantendo o controle do Estreito de Dardanelos (1915-1916); a invasão nazista da Grã-Bretanha detida frente a derrota na Batalha da Inglaterra (1941). Tangredi (2013, p. 135- 141; p. 2-3 e 141-149; p. 149-156;

Tangredi (2013) sistematizou esse conceito. E também, configurando um ponto importante para esta tese, deixou clara a importância da dita fase de pré-campanha militar, que ele (2013, p. 76) nominou como *deterrence phase*⁵¹, incluindo “**to conduct political, diplomatic, and economic efforts to prevent other states within the region from achieving or maintaining an effective politico-military relationship with an outside power**” e que “**most important is to prevent the outside power from being able to station or position military forces within the region**” (TANGREDI, 2013, p. 79, grifos nossos).

O conceito de *Anti-Access/Area Denial* (denominação essa que foi simplificada para *anti-access strategy* ao ser utilizada no decorrer de sua obra) ficou assim compreendido⁵²:

*An anti-access strategy is a plan to **prevent an opponent from operating military forces near, into, or within a contested region**. This plan, if it is to support the objectives of grand strategy, includes links to other plans of action for achieving other, usually related objectives. An anti-access campaign consists of the implementation of such a plan. **The ultimate measure of its accomplishment is the continued exclusion of a superior opposing force from the contested region until time, attrition, and/or extrinsic events shake the determination of the superior force**. Its objective is not to achieve victory in a symmetrical force-on-force battle. Rather, its purpose includes the avoidance of such a direct force-on-force contest within the region. In support of other objectives already achieved, **a stalemate can be a victory for the anti-access force**. (TANGREDI, 2013, p. 75, grifos nossos).*

Um aspecto contemporâneo a ressaltar é que “*what makes A2/AD different from the past is the rapid improvement in sensor, guidance, and communication technology in recent decades, and the new ways of implementing these strategies that such technology creates*” (BIDDLE; OELRICH, 2016, p. 19). Além disso, a Interoperabilidade se apresenta como fundamental para a operacionalização de uma

p. 110-117) ainda insere mais três casos históricos onde o emprego da A2/AD não foi bem sucedido: a defesa da Fortaleza Europa pelos nazistas (1944-1945); a campanha japonesa no Pacífico (1941-1945), incluso o ataque a Pearl Harbor; e o fracasso argentino de manter as recém-conquistadas Ilhas Malvinas/Falklands (1982).

⁵¹ “*Military forces, including anti-access or counter-anti-access forces, are designed to be effective in combat but **are most effective by achieving the objective while not actually being used in combat***” (TANGREDI, 2013, p. 76-77, grifo nosso).

⁵² Um outro entendimento (centrado em um estudo sobre operações de Projeção de Poder estadunidenses) é que “*if **A2 strategies aim to prevent US forces entry into a theater of operations, then AD operations aim to prevent their freedom of action** in the more narrow confines of the area under an enemy’s direct control. AD operations thus include actions by an adversary in the air, on land, and on and under the sea to contest and prevent US joint operations within their defended battlespace*” (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003, p. 5, grifos nossos).

doutrina A2/AD eficaz, bem como para ações anti-A2/AD (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003; TANGREDI, 2013)⁵³. As razões de a Interoperabilidade ser essencial é tanto a complexidade intrínseca nelas contidas (para emprego da A2/AD), quanto para permitir sucesso ao enfrentar essa doutrina (com uso de ações anti-A2/AD) – particularmente em razão de que são grandes potências bélicas e fortes alianças militares, como os EUA, a OTAN, a China e a Rússia (além do Irã e outros), que a adotam ou poderão necessitar vencê-la⁵⁴.

A outra concepção mais atual a ser abordada é a denominada *Tailored Deterrence*. Conforme colocado por Mazarr (2018, p. 8, 2021, p. 23), “*in essence it [the Tailored Deterrence] merely calls for applying classic deterrence notions to specific cases*”⁵⁵ – o que até pode ser considerado como trivial, mas que embute um aspecto essencial da Dissuasão: de que ela não é um item genérico, de produção seriada e/ou de concretização simplificada, mas sim que deve ser elaborada “sob medida”⁵⁶. E conforme apontado por Mazarr e Ke (2024, p. 21), a *Tailored Deterrence* está relacionada com a *Integrated Deterrence* (conceito esse já debatido no Capítulo 3) e também que “*Tailored deterrence is an approach that places increased emphasis on customizing deterrence policies to specific contexts and issues*” (JOHNSON; KELLY, 2014⁵⁷, p. 22-29 *apud* MAZARR; KE, 2024, p. 11) – asseverando assim a sua importância para com a competência dissuasória.

⁵³ Mas que não é de fácil implementação, especialmente frente ao paroquialismo presente em muitas instituições, como observado por Krepinevich, Watts e Work (2003, p. iii) ao tratarem de como as Forças Singulares (*Services*) dos EUA respondem às demandas de implementar uma doutrina A2/AD: “*perhaps the most striking feature of their individual responses [of the Services] to the A2/AD challenge so far is the absence of a truly joint approach. Instead, each Service appears to be pursuing its own solution, for its own institutional purposes, within the boundaries of its traditional warfighting roles and domain*”.

⁵⁴ Maiores detalhes sobre a doutrina A2/AD (e as respostas anti-A2/AD) nesses países podem ser obtidos em obras como de Tangredi (2013), Biddle e Oelrich (2016), Kelly, Gompert e Long (2016), Bonds *et al.* (2017), Lanoska e Hunzeker (2019) e Jonsson e Dalsjö (2020).

⁵⁵ Para Walton (2019, p. 206), “*every deterrence relationship is unique*”. Morgan (2012, p. 103, grifo do autor) entende que a idéia base da *Tailored Deterrence* é a de “*to have deterrence efforts fit the nature of the opponent (not the nature of the attack per se)*”. E Payne (1996, p. 129) coloca que “*intelligence about the challenger and context will be at least as important a contribution to establishing tailored deterrence policies as is the character of the U.S. military threat*”.

⁵⁶ Outros autores compartilham desse entendimento, como Bunn (2007, p. 1-3), Yost (2009, p. 13-17), Johnson e Kelly (2014, p. 23) e Payne (2022, p. 2-3).

⁵⁷ JOHNSON, Michael; KELLY Terence K. Tailored Deterrence: Strategic Context to Guide Joint Force 2020. **Joint Force Quarterly**, Washington, v. 74, n. 3, p. 22-29, 3rd Quarter 2014.

A edição de 2018 do *Nuclear Posture Review* (USA, 2018b), mesmo que tratando mais especificamente dos EUA⁵⁸, permite compreender bem tanto a *Tailored Deterrence* quanto a sua aplicabilidade geral:

There is no “one size fits all” for deterrence. The requirements for effective deterrence vary given the need to address the unique perceptions, goals, interests, strengths, strategies, and vulnerabilities of different potential adversaries. The deterrence strategy effective against one potential adversary may not deter another. Consequently, the United States will apply a tailored approach to effectively deter across a spectrum of adversaries, threats, and contexts. Tailored deterrence strategies are designed to communicate the costs of aggression to potential adversaries, taking into consideration how they uniquely calculate costs and risks. This calls for a diverse range and mix of U.S. deterrence options, now and into the future, to ensure strategic stability. Tailored deterrence also calls for on-going analyses to adapt our strategies to different potential adversaries and contingencies. These analyses address how potential adversaries define unacceptable damage, and how the United States can credibly communicate to them the risks and costs that would accompany their aggression. Adjusting our deterrence strategies accordingly is what it means to tailor deterrence. (USA, 2018b, p. 26, grifo do autor).

Outro ponto complementar é que:

*If what is rational depends on preferences then **to maximize chances of success deterrence must be tailored to opponent preferences**. If those are misperceived: (1) deterrence may be **practiced unnecessarily**, (2) it may be **practiced incorrectly** – punishment is threatened when an opponent’s chief fear is defeat, or defeat when the chief fear is death, etc., and (3) regardless of the outcome, it is hard to determine if deterrence worked, or why, and thus whether the strategy was correct. **Unfortunately, governments rarely know enough about others’ preferences**. (MORGAN, 2003, p. 66, grifos nossos).*

Pelo exposto, fica claro que a *Tailored Deterrence* é uma evolução teórica e doutrinária que não deve ser desconsiderada para evitar degradar o efeito dissuasório pretendido. Ao ressaltar que cada adversário possui distintos temores e fraquezas, percepções e idiosincrasias, valores e estimas, a *Tailored Deterrence* se aproxima da Cultura Estratégica para buscar qualificar e quantificar essas diferenças e individualidades. Afinal não se pode negligenciar a ligação extensiva da Dissuasão

⁵⁸ Ainda fazendo uso de documento estadunidense para exemplificar a *Tailored Deterrence*, a mais recente edição da NDS (EUA, 2022b, p. 9, grifo nosso) destaca que “*Coordinating and applying deterrence logics to **maximum effect requires tailoring for specific problems, competitors, and settings***”. E ela EUA, 2022b, p. 9-10, grifo nosso) apresenta diversos cenários de ataques a terem um planejamento dissuasório sob medida elaborada, como: no território doméstico e de aliados; pela China; pela Rússia; pela Coreia do Norte; e pelo Irã.

com a cognição – em que a efetividade da primeira é fruto de um sequenciamento de informações, experiências e eventos existentes ou percebidos na segunda, da qual irão resultar as decisões pessoais, estatais e até de uma nação. Por fim, Morgan (2012, p. 103, grifo do autor) destaca a seguinte argumentação teórica para justificar a *Tailored Deterrence*: “a core debate on the US nuclear posture at one point in the Cold War was about whether US deterrence could fail because Soviet leaders’ conceptions of ‘unacceptable’ losses from American retaliation were much higher than Americans believed”. E foi dessa argumentação que teve origem o desenvolvimento teórico da Cultura Estratégica – conceito a ser analisado de modo pleno no próximo capítulo.

Cabe aqui sintetizar a construção elaborada nesta tese para que a Dissuasão Convencional disponha das melhores condições de sucesso: o Triunvirato da Dissuasão. Nele devem coexistir três governantes de poderes distintos, mas convergentes. A Capacidade representa a força, o poder disponível – sem os quais pouco se consegue. A Credibilidade contém a aparência – mas necessita mostrar as habilidades e as energias internas. E a Orquestração se manifesta pela união e harmonia existentes – com o bem da nação como farol. Categorizar se uma ação dissuasória é de negação ou de punição é um exercício teórico, mas buscar atender às condicionantes (gerais e específicas) do Triunvirato da Dissuasão são preceitos que necessitam ser postos em prática.

Completando esta seção, o foco se volta mais profundamente para um dos integrantes do Triunvirato da Dissuasão: a Capacidade, especificamente na sua vertente bélica, a Capacidade Militar. Apesar de já ter sido apresentado que ela transcende a avaliação dicotômica de armas e efetivos para classificar o poder militar de uma nação, comporta repetir: a Capacidade Militar abrange todo o universo de preparo⁵⁹ e emprego do instrumento militar nacional. Ela inclui, sem finalizar a lista, as Doutrinas Militares, a experiência profissional dos seus integrantes, suas tradições e valores cultivados, as relações com o poder civil e a sociedade (que inclusive se traduz em um orçamento adequado), seu desempenho científico-tecnológico e logístico e suas lideranças. Tudo demandando tempo e esforço para atingir níveis

⁵⁹ Ilustrando esse ponto, Heuser, Heier e Lasconjarias editaram um livro (HEUSER, 2018) que apresenta a importância dos exercícios militares (manobras, treinamentos, operações) para o desenvolvimento de habilidades, interoperabilidade e auferir credibilidade – tudo contribuindo para a Dissuasão.

adequados para enfrentar os desafios dos campos de batalha modernos – muito mais complexos e exigentes do que os vivenciados anteriormente. Aqui se insere a reflexão abaixo:

*Military forces [...] are designed to be effective in combat but are most effective by achieving the objective while not actually being used in combat. **This avoidance is logical, although it might also seem paradoxical** to those who view as inefficient the spending of money on resources for wars that never occur. **A great deal of resources must often be spent to ensure credible deterrence**, yet the forces themselves may never be used. **This is not a standard business model.** (TANGREDI, 2013, p. 76-77, grifos nossos).*

A Dissuasão existe para evitar a eclosão de conflitos, mas ela só terá sucesso se a Capacidade Militar nacional for adequada, estiver treinada, motivada e bem liderada. Estar preparado não é dispêndio supérfluo de recursos, é necessidade para ter uma Dissuasão que proteja a nação de agressões e assaltos, é a razão maior desta tese.

Termino tomando a liberdade de parodiar Vegécio: ***Se vis pacem, diligenter para bellum*** (Se deseja a paz, prepara-se **cuidadosamente** para a guerra, tradução nossa).

4.4 CONCLUSÃO PARCIAL

De acordo com a proposta inicial deste capítulo, a Dissuasão (e suas vertentes nuclear e convencional) foi aqui apresentada, majoritariamente sob a perspectiva acadêmica. Se buscou solidificar alguns entendimentos, como que a Dissuasão Convencional não pode prescindir das ferramentas propiciadas pelos demais campos do Poder Nacional, dessa forma indo além das práticas oriundas da esfera militar. Ela também preceitua bem mais do que práticas retaliatórias e uma atitude de passividade frente a uma agressão que possa vir a sofrer. A Dissuasão Convencional não condescende com formulações matemáticas – os quais levam em conta apenas os recursos militares e econômicos quantificáveis – para definir a sua efetividade dissuasória. E ela é moldada por motivações político-religiosas e percepções cognitivas, as quais interferem sobremaneira no produto final.

Com relação à Dissuasão Nuclear, foi verificado o seu aporte para o desenvolvimento das práticas dissuasórias, mas *“in reality, because their own*

enormous lethality has rendered them virtually useless for actual fighting, nuclear weapons have become preeminently instruments of threat; as such, a strong intraspecific residuum also hangs about them” (O’CONNELL, 1989, p. 305).

O Triunvirato da Dissuasão foi debatido em suas partições indissociáveis: a Capacidade, a Credibilidade e a Orquestração. Destarte se concluiu o arcabouço analítico da Dissuasão, qualificando-a para atuar como a variável dependente desta tese. Se os alicerces (o Capítulo 2) e a estrutura (o Capítulo 3) já estão posicionados, se faz agora necessária a inserção do acabamento para finalizar a construção que abrigará esta tese. Esse acabamento – o qual, como em toda obra, é personalizado, feito sob medida mesmo – será concretizado por intermédio da Cultura Estratégica, a variável independente que é específica de cada nação.

Para finalizar este capítulo, a citação a seguir servirá de ligação entre o que foi aqui debatido com a proposta do capítulo subsequente:

*We wanted to show how **every age had its own kind of war, its own limiting conditions, and its own peculiar preconceptions**. Each period, therefore, would have held to **its own theory of war**, even if the urge had always and universally existed to work things out on scientific principles. It follows that **the events of every age must be judged in the light of its own peculiarities**. (CLAUSEWITZ, 1984, p. 593, grifos nossos).*

Nota-se na colocação acima que, frente às peculiaridades de cada momento histórico, tais circunscrições temporais (e espaciais) continham teorias da guerra de particularidades específicas – em que pese a constante busca de um preceito que fosse abrangente a todas as épocas. Nesse sentido, é possível estabelecer uma correlação na qual, tendo confrontado realidades históricas e sociais peculiares (constituindo assim Culturas Estratégicas singulares), cada nação possuiria formas distintas de dissuadir e de ser dissuadida – sem que exista um código de aplicação irrestrita aplicável a todas elas.

5 CULTURA ESTRATÉGICA, DIPLOMACIA DE DEFESA E A DISSUASÃO CONVENCIONAL NO BRASIL

O Capítulo 5 se propõe a apresentar, inicialmente, a Cultura Estratégica – a Variável Independente que atuará na Dissuasão Convencional dentro da pesquisa proposta nesta tese. Apesar de ser um conceito moderno, a Cultura Estratégica exhibe muito dos princípios de estratégia estabelecidos a milênios por Sun Zi (2006, 2007), como:

*Hence, **know the enemy and know yourself**, and in a hundred battles you will never be defeated. If you know yourself but not the enemy, your chances of winning or losing are equal. If you know neither the enemy nor yourself, you are bound to lose in every battle.* (Zi, 2006, p. 117, grifos nossos)¹.

A Cultura Estratégica já foi citada e exemplificada diversas vezes durante o desenrolar desta tese (inclusive apresentando seu forte vínculo com a *Tailored Deterrence*), então o escopo neste capítulo será o de apresentar suas formulações mais teóricas e ajustar o seu conceito ao proposto nesta pesquisa – pois como será detalhado na próxima seção, a conceituação de Cultura Estratégica ainda carece de uma melhor definição metodológica.

Igualmente constará aqui como a dualidade espacial intrínseca à Cultura Estratégica importa para a Dissuasão Convencional: a Cultura Estratégica autóctone permitindo melhor compreender como certas decisões e procedimentos errôneos e/ou peculiares são adotados pela nação dissuasora e que será a base da Variável Independente desta tese; e a alóctone, cujo entendimento se impõe para melhor preparar as ações dissuasórias e, inclusive, fazer uso de medidas não militares para solucionar possíveis Interesses Nacionais existentes na Cultura Estratégica de nações agressoras.

E, complementarmente, será apresentada uma metodologia de pesquisa entendida como adequada para buscar compreender a Cultura Estratégica na sua vertente “de Defesa”.

¹ Em uma formulação sucinta, “*as with any military strategy, **successful deterrence depends on knowing one’s adversaries***” (ECHEVARRIA II, 2017, p. 75, grifo nosso). Ele (2017, p. 75, grifo nosso) continua apresentando uma colocação que será melhor debatida no decorrer deste capítulo: “*especially since **not all would-be aggressors can be deterred**. Some, like Adolf Hitler, can be delayed, but not truly deterred; if they pause, they do so only long enough to gain a better advantage*”.

O tópico seguinte trata da Diplomacia de Defesa, a ferramenta de que dispõe o *establishment* da Defesa de uma nação que é bastante apta para contribuir com melhorias nos componentes do Triunvirato da Dissuasão, da mesma forma que com o exame da Cultura Estratégica.

A parcela final deste capítulo se destina a estudar a Dissuasão Convencional do Brasil com relação aos preceitos levantados doutrinários e teóricos nos Capítulos 3 e 4. Assim se pretende observar discrepâncias entre o que deveria estar sendo realizado e a realidade planejada e/ou executada – buscando então razões para essas diferenças que possam estar ligadas a especificidades de uma Cultura Estratégica do Brasil – objetivando confirmar ou desmentir a hipótese de trabalho e responder ao problema de pesquisa.

5.1 CULTURA ESTRATÉGICA

A expressão Cultura Estratégica foi inicialmente empregada por Jack Snyder (1977) quando ele apresentou um estudo sobre as diferenças entre o pensamento estadunidense e o soviético com relação ao emprego do aparato nuclear. O entendimento que prevalecia anteriormente era de que os decisores de ambos os lados se portariam de uma forma similar, equívoco que foi por ele demonstrado². Nesse caso específico, as lideranças estadunidenses tomariam decisões com base em entendimentos equivocados sobre o grau de perdas limite para os soviéticos – engano o qual poderia prejudicar a Dissuasão dos EUA e resultar em graves consequências, inclusive de uma hecatombe atômica³.

² Conforme mostrado no capítulo anterior, “a core debate on the US nuclear posture at one point in the Cold War was about whether US deterrence could fail because Soviet leaders’ conceptions of ‘unacceptable’ losses from American retaliation were much higher than Americans believed” (MORGAN, 2012, p. 103, grifo do autor).

³ Em um interessante estudo de caso sobre os confrontos entre os EUA e a China Comunista entre 1949 e 1958 (os quais incluíram a Guerra da Coréia e crises relacionadas a Taiwan), Zhang (1992) mostra como a Dissuasão varia entre culturas diferentes e como os estrategistas (erroneamente) assumem um entendimento comum da Dissuasão, sem levar em conta essas diferenças culturais e nacionais. “*The Chinese differed from the Americans particularly in **how they calculated deterrence strategy**. Washington strategists hardly understood that the Chinese leaders would **regard a belligerent response to a crisis as the best deterrence against apparent long-term threats**”.* Ele continua: “U.S. officials never understood that China would rely on protracted war to deny a final victory to the enemy as a deterrent to discourage the United States from taking further actions in Korea and in other areas.” (ZHANG, 1992, p. 116, grifos nossos).

Segundo Snyder (1977), se referindo especificamente à estratégia com emprego de armas nucleares, mas plenamente válida como definição geral de Cultura Estratégica, a:

*Strategic Culture can be defined as the **sum total of ideas, conditioned emotional responses, and patterns of habitual behavior** that members of a national strategic community have **acquired through instruction or imitation and share with each other** with regard to nuclear strategy. (SNYDER, 1977, p. 8, grifos nossos).*

Entretanto esse conceito foi sendo desenvolvido para além da estratégia nuclear (GRAY, 1981, 1999; BOOTH, 1979; JOHNSTON, 1995b; NEUMANN; HEIKKA, 2005; ADAMSKY, 2010, 2024). Porém e como colocado por Meyer (2006, p. 16, grifo nosso), “*definitions of strategic culture are inevitably **influenced by the overall research interest and the epistemological and ontological assumptions of a given author***”. O resultado é que não foi alcançada uma visão convergente sobre o significado da Cultura Estratégica entre os diferentes pesquisadores acadêmicos⁴ – exceto sobre a importância que convicções e valores específicos têm sobre as condutas no campo estratégico (MACMILLAN, 1996, p. 71-72; SCOBELL, 1998, p. 29). E, em razão dessa falta de consenso no campo acadêmico, o conceito de Cultura Estratégica acabou por ser utilizado de forma bastante elástica para a compreensão de singularidades nacionais e regionais no campo da Defesa, o que se mostra uma virtude ao permitir impulsionar as discussões (MARQUES, 2018, p. 223).

Frente a essa realidade e como o objetivo precípua desta tese não é o de efetuar um estudo decisivo sobre a Cultura Estratégica, será realizada uma delimitação desse conceito para uso nesta pesquisa. Essa concepção, já apresentada no início do Capítulo 2, certamente não encerra o tema, mas permitirá que ele seja instrumentalizado de forma que sejam alcançadas observações pertinentes ao presente estudo sobre a Dissuasão Convencional. Dessa forma, a Cultura Estratégica remete:

To a nation's traditions, values, attitudes, patterns of behaviour, habits, symbols, achievements and particular ways of adapting to the environment and solving problems with respect to the threat or use of force [...] derives

⁴ Exemplificando, Johnston (1995a) dividiu em três “gerações” os estudos em Cultura Estratégica até então realizados, distinguindo-os assim por períodos e diferentes caminhos adotados na análise cultural do pensamento estratégico-militar. Essa divisão também pode ser observada em Vreÿ (2013, p. 51) e Noll, Bojang e Rietjens (2021, p. 114). Adamsky (2024, p. 13-14) apresenta quatro gerações.

*from its history, geography and political culture, and it represents the **aggregation of the attitudes and patterns of behaviour of the most influential voices**; these may be, depending on the nation, **the political élite, the military establishment and/or the public opinion**.* (BOOTH, 1990, p. 121, grifos nossos)⁵.

Para justificar essa opção serão destacadas algumas facetas da Cultura Estratégica apresentadas por outros estudiosos. Uma delas é que comportamentos estratégicos distintos possuem ligações com a realidade geopolítica local, eventos históricos vivenciados e circunstâncias econômicas experimentadas, da mesma forma que são influenciados por fatores filosóficos, políticos, culturais e cognitivos diversos (NEUMANN; HEIKKA, 2005, p. 6-7), onde a Cultura Estratégica “*is an ideational milieu which **limits behavioral choices***” (JOHNSTON, 1995a, p. 46, grifo nosso). E é a partir desses limites que seria possível construir previsões mais específicas sobre quais as prováveis escolhas estratégicas que uma nação agressora professaria – permitindo assim adotar as providências necessárias para elaborar uma Dissuasão Convencional adequada àquela ameaça.

Ressaltando a importância de conhecer a Cultura Estratégica alóctone, particularmente com relação ao planejamento e instituição de uma *Tailored Deterrence* (e também destacar a influência dos personagens domésticos da nação agressora, a qual se reproduz nos nacionais):

*It [Tailored Deterrence] recommends **identifying political leaders, elites, and individuals in the government and military of the potential aggressor** who are the most likely to receive and act on a threat or incentive messages as well as **design case-specific deterrence strategies to affect their perceptions**. Tailored deterrence also involves an **evaluation of strategic culture**, which can be influenced by a strong national cultural identity, elite allegiance to tradition, and a strong military organizational culture. Because deterrence is an interactive process that relies in part on the communication of the deterrence message for its success, **the target state’s strategic culture and understanding of deterrence should be evaluated vis-à-vis any U.S. strategy, which is, in this case, integrated deterrence**.* (MAZARR; KE, 2024, p. 11, grifos nossos).

Para permitir aprimorar a Dissuasão Convencional de uma nação, outro

⁵ Complementando essa definição, para Adamsky (2024, p. 10, grifos nossos), Cultura Estratégica é “*as a set of shared values, norms, beliefs, assumptions, and narratives (**written, oral, formal, and informal**), which shape and sometimes determine the **collective identity, instincts, and modus operandi** of a given strategic community **in its approach to questions of peace and war***”, que ele exemplifica como sendo “*the appropriate ends, means, and ways of achieving national security objectives*”.

aspecto que necessita ser examinado é a faceta doméstica da Cultura Estratégica – afinal Sun Zi (2006, 2007) já orientava sobre a obrigatoriedade de compreender igualmente ao agressor como a si mesmo. Isso posto, uma das possibilidades é que a Cultura Estratégica (autóctone e/ou alóctone) “seria um instrumento dos grupos políticos hegemônicos” (JOHNSTON, 1995⁶ *apud* MARQUES, 2018, p. 225). Scobell (1998, p. 2, grifos nossos) também cita essa ideia no final da sua conceituação de Cultura Estratégica, como aquela sendo constituída por “*fundamental and enduring assumptions about the role of war (both interstate and intraestate) in human affairs and the efficacy of applying force held by political and military elites in a country. These assumptions will vary from country to country*”. Aqui se enleva a importância da adoção do Realismo Neoclássico nesta tese⁷, pois é com ele que se faz possível inserir a realidade doméstica de uma nação para a compreensão das suas Políticas Externa e de Defesa – impondo, dessa forma, uma obrigatoriedade de entender o poder específico que provém das elites, dos grupos de pressão (como as burocracias estatais) e da opinião pública em cada nação onde se busque avaliar a sua Cultura Estratégica. E essa Cultura Estratégica, como bem destacado por Scobell (1998), é distinta para cada unidade do sistema internacional⁸.

A definição abaixo possibilitará que seja reforçada a recém debatida influência dos atores internos para a Cultura Estratégica, mas também vai reiterar o ambiente basilar de pesquisa nesta tese, que é o campo militar. Dessa forma, a Cultura Estratégica:

*Comprising the **socially transmitted, identity-derived norms, ideas and patterns of behaviour** that are shared among the **most influential actors and social groups within a given political community**, which help to shape*

⁶ JOHNSTON Alastair I. Thinking about Strategic Culture. **International Security**, Cambridge, v. 19, n. 4, p. 32-64, Spring 1995.

⁷ Reiterando o já apresentado, o Realismo Neoclássico se relaciona com a Cultura Estratégica ao apontar o componente doméstico como elemento que necessita também ser analisado. Para além das influências na Política Externa (ZAKARIA, 1998; ROSE, 1998; TALIAFERRO; LOBELL; RIPSAN, 2009; SCHWELLER, 2003, 2006), as características internas dos Estados não podem ser negligenciadas nas avaliações de ameaças e nas políticas militares no campo externo. O ponto chave é que os formuladores das políticas e os tomadores de decisão são influenciados tanto pelas condições práticas (externas e internas, como o Poder Nacional e a Capacidade Militar, por exemplo), quanto pelos valores e cultura gerais da sociedade a que pertencem (a Cultura Estratégica).

⁸ Conforme já citado no princípio desta tese, Taliaferro (2006, p. 465-466) menciona que confrontados com a mesma ameaça, Estados possuem diferentes competências para mobilizar recursos para a Defesa – com esses resultados distintos sendo fruto das instituições estatais, ideologia e nacionalismo existentes, da mesma forma que a aptidão estatal de incentivar ou de inovar serão limitadas frente às resultantes desses fatores (TALIAFERRO, 2006, p. 467). Uma equação que reforça a unicidade de cada Cultura Estratégica.

*a ranked set of options for a community's pursuit of **security and defence goals**.* (MEYER, 2006, p. 20, grifos nossos).

Nesse mencionado “*ranked set of options*” é vital observar a existência (ou não) dos denominados Valores Sagrados: “*Sacred values (also referred to as ‘protected values’) differ from instrumental values⁹ by incorporating moral (including religious) beliefs*” (TAYLOR, 2023, p. 1). Esses “Valores Sagrados” são inegociáveis e “*inscrutable propositions that **are immune to logic or empirical evidence***” (ATRAN, 2010¹⁰, p. 38 *apud* TAYLOR, 2023, p. 1). Dessa forma e mesmo quando não forem especificamente ligados ao campo militar, os Valores Sagrados devem ser cuidadosamente observados quando da avaliação de uma Cultura Estratégica – afinal podem desacreditar ferramentas dissuasórias que seriam adequadas em outras conjunturas. Ressaltando este ponto, uma abrangente definição de Valores Sagrados, cuja frase final se sobressai:

Sacred values are moral imperatives that seem to drive behavior independently of any concrete material goal. They often have their basis in religion, but such transcendent core secular values as a belief in the importance of individual morality, fairness, reciprocity, and collective identity (i.e., ‘justice for my people’) can also be sacred values. These values will often trump economic thinking or considerations of realpolitik. (ATRAN; AXELROD, 2008, p. 226, grifo do autor).

Esses Valores Sagrados se mesclam com os já referidos Interesses Nacionais, resultando em ações de execução mandatória frente a cada Cultura Estratégica¹¹ – mesmo que sendo avaliados como contraditórios por outras Culturas Estratégicas. O importante não é estabelecer juízo de valores, mas sim que os tomadores de decisão e os planejadores da nação dissuasora computem esses Interesses Nacionais alóctones nos seus pressupostos para implementar a Dissuasão Convencional, afinal esses Interesses podem contribuir significativamente para que uma nação os decida atacar. Pois, por mais que esta tese almeje delinear a Dissuasão Convencional de forma mais clara (como ao estabelecer o Triunvirato da Dissuasão), é fundamental

⁹ *Instrumental Values* são aqueles utilizados normalmente pelos tomadores de decisão nos seus cálculos de custo-benefício para verificar se os ganhos superam as despesas (TAYLOR, 2023). Podemos considerá-los pelo “valor de face”, enquanto os *Sacred Values* possuem um “valor agregado” bem superior, só plenamente definido por quem os possui.

¹⁰ ATRAN, Scott. **Talking to the Enemy**: Religion, Brotherhood, and the (Un)Making of Terrorists. London: Penguin Books, 2010.

¹¹ Para esta tese e objetivando uma simplificação, a mescla dessas ações de execução mandatória das Culturas Estratégicas serão aqui nominadas indistintamente como Interesses Nacionais.

compreender a complexidade dos fatores que compõe o caleidoscópio da prática dissuasória. E que existe uma miríade de nuances e diferenças entre as nações (e mesmo dentro delas), tornando basilar bem compreender as suas Culturas Estratégicas.

Com relação ao escrutínio da Cultura Estratégica autóctone, o seu escopo é o de verificar a existência de tirocínios domésticos que sejam prejudiciais à Dissuasão da nação (e, conseqüentemente, também a sua Defesa). Esse é um procedimento necessário para aprimorar os processos dissuasórios internos – mas tanto a avaliação dos problemas quanto a implementação de mudanças não necessariamente são fáceis e/ou simples. Ocorre que, muitas vezes, os nacionais não conseguem discernir que certos processos de resolução política-administrativa-militar adotados são deletérios à Defesa da sua nação. Essa dificuldade pode advir particularmente de duas situações: de essas práticas já serem duradouras, estando consolidadas e como que “invisíveis” ao escrutínio doméstico; e de ações paroquialistas e/ou ideológicas que impõem concepções ultrapassadas e/ou errôneas frente a seus interesses.

Para ilustrar esses pontos, um exemplo seria o da falta de iniciativa apresentada pelas forças soviéticas, particularmente nos escalões mais baixos e intermediários. Diversas obras (USA, 1950, 1984; MCMICHAEL, 1989) expõem esse ponto que prejudicava a efetividade militar da URSS. Mas essa realidade do período soviético se reproduz atualmente no ordenamento militar russo, como apresentado por Wasielewski (2023, p. 4): *“Russia’s military has depended [...] strict adherence to orders by field officers. Plans were developed at the most senior level available. In this system, initiative was harmful because it might undermine a commander’s overall plan”*. Uma análise completa sobre as causas dessa marginalização das lideranças subalternas russo-soviéticas de poderem tomar decisões individuais não é o foco desta tese¹² – mas importa apresentar como a Cultura Estratégica autóctone pode levar a práticas marciais desfavoráveis:

*In modern warfare, however, the situation changes so rapidly that **rigorous adherence to previous orders inevitably leads to defeat**. The requirement*

¹² Como referência, Shamiev (2024, p. 4) cita que as reformas implementadas nas FFAA russas entre 2008-2011 (após as falhas militares na Georgia) não conseguiram, dentre outros: acabar com as influências patrimonialistas no Ministério da Defesa russo; aprimorar a qualidade do componente humano no meio militar; prover treinamento adequado, inclusive de liderança e comando. E Wasielewski (2023, p. 3) deixa claro que a coletividade marcial da Rússia reflete a sociedade dirigida por um governo autocrático onde *“decentralization, honest communication, and individual rights are not only incompatible with the ethos of the state but also threaten it”*.

*to follow an order unconditionally deprives Russian officers of initiative and personal responsibility, and the ability to make independent decisions. Independence in decision-making while implementing a combat task is the key to success in network-centric warfare. This concept assumes that the achievements of the revolution in military affairs (satellite reconnaissance and communications, the use of drones etc.) mean that each combatant receives comprehensive information and makes decisions based on it. The Ukrainian army is currently trying to implement such a concept. It appears that the Russian army is unable to implement this. **The Russian MoD has been trying to create a modern command and control system for many years but without success.** This failure is understandable. The concept of network-centric warfare is incompatible in principle with its archaic military culture [adopted by the Russians] focused on a mass mobilization army and on permanent superiority of numbers over the enemy. (GOLTS, 2023, p. 12, grifos nossos).*

Dentro dos traços que podem existir nas Culturas Estratégicas de interesse desta tese, um deles é o nível de controle das lideranças nacionais sobre o país. Não é incomum que as lideranças nacionais em regimes autoritários confundam seus interesses específicos com aqueles da nação que dominam¹³, especialmente por não terem que se justificar a outros poderes e prestar contas à opinião pública (ou mesmo por dominar a todos). Conforme pode ser observado no estudo de Brown (1977):

Nations have gone to war in the face of certain “military suicide” [...] The alternative perspective developed in this essay contends that a nation's long-term political, economic, and social prospects dominate narrow military considerations in a decision on whether or not to go to war. If long-term prospects seem bright to a nation's NCA [National Command Authority], it will find the current state of affairs on the whole acceptable. In this case a nation might not go to war even when presented with certain military success. On the other hand, if long-term prospects seem dim to a nation's NCA, it will find the current state of affairs intolerable, in that existing trends define those long-term developments. In this case a nation might go to war [even] in the face of likely military defeat. (BROWN, 1977, p. 2, grifos do autor).

Essa realidade é possível de ser observada em exemplos históricos, como: nos governos ultranacionalistas japoneses nas décadas de 1930 e 1940, que resultaram no ataque a Pearl Harbor e aos domínios europeus no Pacífico (PAUL, 1994, p. 64-85; BROWN, 1977, p. 3-7; KUEHN, 2014, p. 200-205); no Egito sob a presidência de Anwar Sadat, que levou à Guerra do Yom Kippur em 1973 (BROWN, 1977, p. 7-9; MEARSHEIMER, 1981, p. 331-348, 1983, p. 155-164; PAUL, 1994, p. 126-145); e com Saddam Hussein no Iraque, acarretando a invasão do Kuwait em 1990¹⁴

¹³ Inserindo suas demandas privadas nos cálculos dos referidos *Instrumental Values* (TAYLOR, 2023).

¹⁴ Existem outros exemplos históricos que podem ser considerados, como a ofensiva paquistanesa na Caxemira (1965) e a invasão argentina das Falklands/Malvinas (1982) (PAUL, 1994, p. 107-125, 146-165). No caso do último, é interessante observar o apresentado por Jervis (2017a, p. 246, grifo

(HOOKER; WADDELL, 1992, p. 85-86; STEIN, 1992, p. 148, 155-159). Tendo em vista que a decisão nipônica já foi aqui estudada, esta tese irá fazer uso dos dois últimos eventos citados para debater como especificidades daquelas Culturas Estratégicas concorreram, juntamente com outros fatores, ao esfacelamento das Dissuasões Convencionais estabelecidas tanto pelos israelenses (particularmente para impedir que os egípcios cruzassem o Canal de Suez e reconquistassem a Península do Sinai) quanto pelos EUA (no caso, uma Dissuasão Estendida apoiada por aliados para proteger a soberania e a integridade territorial do Kuwait).

O primeiro caso a ser apresentado se refere ao ataque egípcio durante a denominada Guerra do Yom Kippur (1973), quando as considerações políticas (especialmente internas) transcenderam as avaliações negativas sobre a possibilidade de obtenção de uma vitória militar contra seu oponente, Israel¹⁵. Contudo, as lideranças do Egito conseguiram ajustar a consecução do objetivo político (uma vitória, mesmo que parcial, no campo de batalha) com a Capacidade Militar nacional, que se concretizou em um plano exequível de investir através do Canal de Suez e realizar uma conquista limitada¹⁶ na Península do Sinai¹⁷. Mas porquê atacar frente a uma Dissuasão Convencional que se apresentava tão eficiente e se não se

do autor) com relação à necessidade britânica de retomar as Falklands/Malvinas: “*Sometimes even the core values being protected do not seem to justify the effort at resisting the initial predation period. The possibility is raised by Margaret Thatcher’s jurisdiction of using force to reclaim the Falklands: “We can’t let this go. Otherwise, what would happen to Gibraltar, Belize and to other similar places?”*”.

¹⁵ A superioridade bélica israelense era flagrante com relação às forças árabes, seja no histórico de confrontos (especialmente na derrota acachapante que impuseram em 1967), seja na disparidade de Capacidade Militar (especialmente em equipamentos, treinamento, liderança, comando e controle, apoio aéreo, tecnologia etc.), além de os israelenses contarem com as preparadas posições defensivas da Linha Bar-Lev, situada atrás do Canal de Suez (que assim necessitava ser cruzado sob fogo) (BROWN, 1977, p. 7; MEARSHEIMER, 1981, p. 333, 1983, p. 156; PAUL, 1994, p. 126).

¹⁶ A Estratégia de Objetivos Limitados foi previamente estudada nos Capítulos 3 e 4. Complementando o apresentado, “*the objective of a limited aims strategy is to create a political or military fait accompli, or an irreversible condition, which may not be altered following the conclusion of the war, although the defender may prefer maintenance of the condition prior to war*” (PAUL, 1994, p. 21, grifos nossos). Essa estratégia casava perfeitamente como a intenção egípcia de realizar uma conquista limitada (uma faixa de terreno na margem oriental do Canal de Suez) e mantê-la frente aos contra-ataques israelenses (contando essa defesa com um guarda-chuva antiaéreo de mísseis SAM e protegidos por uma densa malha de mísseis anticarro) (MEARSHEIMER, 1981, p. 337-339, 346-347, 1983, p. 157-158, 161; PAUL, 1994, p. 131-132, 135) – permitindo um posterior uso político e diplomático dessa conquista limitada.

¹⁷ Essa solução egípcia frente a suas deficiências bélicas mostra um admirável senso de realidade e uma distinta capacidade de adequar os meios existentes aos objetivos desejados. Como apresentado por Brown (1977, p. 8, grifos do autor), “*Sadat did not go to war because of the military balance but rather in spite of the military balance*”. E Mearsheimer (1981, p. 334-348, 1983, p. 156-162) deixa evidente que as lideranças egípcias e suas FFAA se prepararam adequadamente para a tarefa de atravessar o Canal de Suez e conquistar uma porção do Sinai Ocidental – mesmo que aceitando um elevado percentual de baixas, **mas não um ataque suicida** e/ou sem chances de sucesso.

pretendia recuperar toda a Península do Sinai? Segundo Brown (1977, p. 8-9), a posição de liderança de Sadat estava bastante insegura (sofrendo fortes pressões dos militares, da elite intelectual e da população para encontrar solução para o Sinai, situação que consideravam inaceitável)¹⁸. Em vista desses pontos e contra diversos prognósticos negativos, tanto o anseio pessoal de Sadat (de se firmar politicamente) quanto o Interesse Nacional egípcio (recuperar o Sinai) se impuseram. No final, o Egito recuperou sua honra em batalha, acabou por reaver a Península do Sinai, rompeu o veto israelense ao realinhamento do Egito com os EUA e estabeleceu uma paz com Israel que dura até o presente momento.

O segundo caso a ser tratado é a invasão e conquista do Kuwait pelas forças iraquianas em agosto de 1990. Da mesma forma que no caso do ataque a Israel em 1973, existem diversos pontos que se interrelacionam para buscar justificar a falha na Dissuasão Estendida dos EUA (e aliados) com relação à proteção do Kuwait (HOOKER; WADDELL, 1992, p. 85-86; STEIN, 1992, p. 147-179). Para Mazarr (2018, p. 8, 2021, p. 23-24, grifos nossos), *“a state that believes that **it is being constricted to the point of regime collapse, such as Iraq in 1990 or Japan in 1941, will accept many more risks than a state that believes it can achieve its national goals without war**”* – e o regime de Saddam Hussein temia um colapso econômico¹⁹. Por outro lado, Hooker Junior e Waddell (1992, p. 85, grifos nossos) entendem que o *“**U.S. government sent mixed signals when it tilted toward Iraq in the Gulf War and when it failed to react vigorously to Iraqi rhetoric and troop deployments against Kuwait in July 1990**”*²⁰.

¹⁸ Para além dessa realidade chave, também expressa por Paul (1994, p. 141, 144-1445), outros fatores contribuíam para levar a um ataque do Egito: Sadat não poderia responsabilizar os soviéticos pela inação egípcia e os gastos militares impediam o desenvolvimento industrial e agrícola (BROWN, 1977, p. 8-9); o *“Egypt was not going to receive any more arms than it already had, so [it] was at the peak of its military capacity”* (HEIKAL, 1975, p. 20 *apud* BROWN, 1977, p. 9; HEIKAL, 1975, p. 10 *apud* PAUL, 1994, p. 134-135); e havia um sentimento de humilhação generalizado no mundo árabe (particularmente entre os egípcios) pela derrota em 1967, Israel se mostrava irredutível e satisfeito em manter o controle dos territórios conquistados em 1967 (inclusive construindo a Linha Bar-Lev) e as superpotências (especialmente os EUA) não mostravam sinais de que iriam pressioná-lo a devolver o Sinai, inclusive levando ao insucesso diversas tentativas de acordos (MEARSHEIMER, 1981, p. 332-334, 1983, p. 155-156; PAUL, 1994, p. 127).

¹⁹ Com o fim da Guerra Irã-Iraque, os empréstimos externos iraquianos eram cerca de US\$ 80 bilhões, mas com uma renda prejudicada por uma inflação severa, economia estrangulada e queda acentuada nos preços do barril de petróleo – a qual era devida a um aumento de extração por parte do Kuwait, que se negava a reduzi-la (STEIN, 1992, p. 158-159).

²⁰ Na visão desses autores (1992, p. 86, grifos nossos), o Kuwait não teria sido atacado se Saddam tivesse antevisto a magnitude da resposta estadunidense e dos seus aliados após a invasão e que *“**militarily, Saddam could not win unless U.S. resolve faltered** - which, of course, is **exactly what Iraq counted on**”*. E *“**an explicit or implicit declaration of intent, because of the implications for Saudi security and the world price of oil, to oppose military action against Kuwait with force could**”*

Em uma interessante manifestação de como uma nação agressora pode (e deve) estudar a Capacidade Militar e a Cultura Estratégica do dissuasor, Hooker Junior e Waddell (1992) expõem a realidade político-diplomática-militar dos EUA naquela época:

*Would such a threat [to use force] have been credible? Saddam may well have reasoned that our announced plans to make deep cuts in ground forces and defense outlays, as well as our apparent aversion to the use of force except in low-intensity situations, **signalled an unwillingness to respond decisively**. He may have assessed further that we might **fear a hostile Arab reaction to a large U.S. presence in the Gulf** (which could complicate Arab-Israeli relations already strained by the Intifada); this also would have encouraged him to discount a military response from the United States. Finally, **a seeming U.S. inability to move large ground forces quickly by sea may well have convinced Saddam that he had little to fear from American threats to use force** - at least any made prior to his invasion of Kuwait. (HOOKER JUNIOR; WADDELL, 1992, p. 86, grifos nossos).*

E Stein (1992, p. 147-148, grifo nosso) apresenta três explicações para o ataque iraquiano não ter sido impedido: uma falha dos EUA de montar uma efetiva estratégia dissuasória²¹; erros de julgamento de Saddam Hussein com relação às capacidades e determinação estadunidenses; e o “*strategic judgment he [Saddam Hussein] made, late in 1989, that the **United States was determined to undermine his regime through economic sabotage and covert action***”, opção que implicaria em Saddam não poder ser dissuadido. Ela (1992, p. 155-156, 158-159) também cita que existiam antigos reclames iraquianos sobre o Kuwait (que perduravam desde a criação daquele Estado) e, com o domínio do Kuwait, se apresentava a oportunidade de o Iraque controlar os preços do petróleo em escala mundial. Estando Saddam “*motivated principally by the opportunity to establish a commanding regional presence, claim Kuwait, and control oil pricing*”, por conseguinte “*only a clear and unequivocal commitment combined with an explicit threat of the consequences of the use of force against Kuwait stood any chance of preventing the invasion*” (STEIN, 1992, p. 166,

have strengthened deterrence significantly” (HOOKER JUNIOR; WADDELL, 1992, p. 86, grifos nossos).

²¹ Stein (1992, p. 149-155) apresenta uma série de deficiências, como mensagens diplomáticas e governamentais ambíguas e/ou contraditórias e falta de firmeza nos posicionamentos (inclusive em reunião da Embaixadora estadunidense com Saddam Hussein). Para Harvey (1997, p. 25, grifo nosso) “*the failure of the US to deter the Iraqi invasion of Kuwait was in large part a communication failure*” e “*an elementary lesson of deterrence had been lost. The Bush administration drew a line in the sand in firm, deep strokes, but not until the Iraqis had already crossed it*” (GORDON; TRAINOR, 2006, p. 29).

grifos nossos) – mas as demonstrações inequívocas de compromisso não ocorreram, a Dissuasão Convencional falhou e o Kuwait foi invadido²².

Resumindo o aqui debatido, se *“the aggressor has determined that, for geostrategic or domestic political reasons, it has to act. In such cases, even a strong military advantage for the defender will not prevent war from occurring”* (MAZARR, 2018, p. 6, 2021, p. 20) – razões essas que se encontram inseridas na Cultura Estratégica e devem ser corretamente estudadas e mensuradas na busca da Dissuasão Convencional. Mas o Triunvirato da Dissuasão se mantém essencial para prover a nação dissuasora com ferramentas para, no mínimo, implantar dúvidas no agressor.

Diversos outros estudos se dedicam também a explicitar a importância da compreensão e cômputo da Cultura Estratégica frente aos planejamentos e ações militares²³ (GRAY, 1993; FINLAN, 2004; ÅSELIUS, 2005; WILKE, 2007; BARNETT, 2009; MIROW, 2009; TWOMEY, 2010; ESTERHUYSE; VREÏ; MANDRUP, 2013; BRITZ, 2016; JENNER, 2020). Contudo, as pesquisas para buscar compreender a Cultura Estratégica de uma nação no domínio bélico (como que configurando uma “Cultura Estratégica de Defesa”) necessitam penetrar na Geopolítica, na História Militar e, mais especificamente, no universo das diversas corporações militares que compõem o seu aparato de Defesa²⁴.

Essa pesquisa deve se basear em um arcabouço documental que seja emblemático do estado da arte da Defesa relativo ao país a ser estudado, particularmente com respeito a valores professados, Doutrinas Militares, estrutura de comando e processos de tomada de decisão, relações civis-militares, bem como a

²² Interessante observar como a firme atitude britânica em 1961, alocando tropas no Kuwait na maior mobilização no Oriente Médio desde a Crise de Suez (Operação *Vantage*), levou a resultados opostos – com o Iraque sendo dissuadido de invadir aquele país (BISMARCK, 2009, p. 75-83).

²³ Como dito por Lantis e Howlett (2019, p. 105), parece haver uma importante convergência entre estudos sobre Dissuasão e Cultura Estratégica, especialmente sobre escolhas estratégicas para modelos dissuasórios no século XXI.

²⁴ As corporações militares de uma nação também possuem singularidades que as distinguem daquelas existentes em outros países, dessa forma impactando nas Culturas Estratégicas alóctones e autóctones. Autores como Snider (1999), English (2004), Finlan (2013), Esterhuyse, Vreï e Mandrup (2013) e Higbee (2016) utilizam a expressão *Military Culture* para nominar o conjunto de características que formam tanto a vida castrense em geral quanto as suas idiosincrasias particulares a cada nação. O primeiro conjunto, já referenciado por Clausewitz (1984, p. 187) em *“soldiers will think of themselves as members of a kind of guild [society], in whose [specific] regulations, laws, and customs the spirit of war is given pride of place”*, não é de interesse específico para esta tese. Para ela, entretanto, importa evidenciar a necessidade para a Dissuasão Convencional de que seja assimilado e interpretado o que é distinto no domínio bélico de cada nação.

tudo o mais que possa ser representativo de como aquele país se prepara e pretende guerrear. Algumas fontes de acesso aberto se apresentam, para além dos relatos históricos: os documentos oficiais relativos à Defesa (como as Políticas e Estratégias Nacionais de Defesa, Livros Brancos, manuais doutrinários e outros); artigos de periódicos militares; livros sobre Defesa de autores militares; e produções acadêmicas (como monografias) elaboradas em instituições de ensino da Defesa (como as escolas de estado-maior e superiores).

A intenção é que um objeto de estudo seja eleito (como a Dissuasão Convencional), de forma que ele possa ser retratado por meio da análise desses documentos e textos – permitindo assim observar as diferenças dos caminhos escolhidos, das formas de implementação e das tendências/normas existentes frente à práxis constante nas teorias e em outras nações. Assim, entende-se que a Cultura Estratégica de Defesa emergirá dessas comparações, mas lembrando que ela ainda estará envolta na Cultura Estratégica (dita geral) e sofrendo influências dos demais campos do Poder Nacional, especialmente das peculiaridades presentes naquela nação no campo político (como nas relações civis-militares e na visão doméstica sobre Defesa).

A Cultura Estratégica também influencia a Defesa e a Dissuasão Convencional atuando em níveis circunvizinhos. De acordo com Neumann e Heikka (2005, p. 14-19), as Doutrinas Militares, as relações civis-militares e as aquisições de Defesa se relacionam com a Grande Estratégia de um país frente a uma interação dinâmica com a sua Cultura Estratégica. E os princípios²⁵ que regem uma Cultura Estratégica:

*[The norms] are however **neither permanent nor omnipotent**. They can change, are occasionally disregarded by some political actors and **can be contested within societies**. Nevertheless, they are relatively persistent and **change only slowly**. **Violations of norms contained in a strategic culture come at high political costs to decision-makers**. Patterns of behaviour can suggest cultural traits but do not necessarily constitute them and cannot stand alone as indicators for a particular culture. (MIROW, 2009, p. 7, grifos nossos)²⁶.*

Observando o até agora apresentado, fica consolidada, para esta tese, a noção

²⁵ “Strategic culture [is seen] as a **set of norms or ideas** collectively held by a society, **which influence actors**” (MIROW, 2009, p. 7).

²⁶ Essa citação vai ao encontro ao apresentado na Introdução desta tese, de que a Cultura Estratégica não é cinzelada de forma a ser permanente, logo pode se modificar e assim impõe constante reavaliação – como ilustrado na transformação do espírito nacional ocorrida na Ucrânia após as agressões russas perpetradas em 2014 (MANKOFF, 2022; PLOKHY, 2023).

de que a *“strategic culture provides the milieu within which **strategic ideas and defense policy decisions are debated and decided**”* (GRAY, 1981, p. 22, grifo nosso). Frente a isso e observando tanto a faceta alóctone quanto a autóctone, será nesse ambiente – o da Cultura Estratégica – que a Dissuasão Convencional deverá ser planejada e executada para obter maiores chances de sucesso. E dentro do objetivo desta tese, a Cultura Estratégica foi aqui configurada como a Variável Independente para demonstrar como influencia a Variável Dependente, a Dissuasão Convencional.

5.2 DIPLOMACIA DE DEFESA

A Diplomacia de Defesa tem um papel muito importante para a Dissuasão Convencional e, notadamente, para a compreensão da Cultura Estratégica alóctone, razão pela qual ela tem relevância nesta tese nesta tese. Conforme será melhor detalhado a seguir, é por intermédio da Diplomacia de Defesa que ocorrem boa parte das ações concernentes a melhorar a Credibilidade dissuasória (inclusive pela Comunicação), estreitar relacionamentos bilaterais e multilaterais no campo militar, implementar a confiança mútua entre vizinhos, permitir a aquisição de novos conhecimentos bélicos e tecnológicos (cooperando assim para incrementar a Capacidade Militar nacional) e, de modo inclusivo, obter uma melhor compreensão das particularidades que possíveis agressores apresentam (sua Cultura Estratégica). Com relação a essa última, os entendimentos buscados focam especialmente naqueles relacionados às nuances dos pensamentos estratégicos desses presumíveis inimigos, aos valores por eles defendidos, nos seus modelos de conduta na arena internacional, a maneira com que desenvolvem seus processos de tomada de decisão e nas metodologias por eles adotadas de resolução de problemas – com ênfase em todos aqueles que envolvam o uso da força militar e/ou econômica na arena internacional.

Antes de prosseguir é conveniente lembrar que a Diplomacia de Defesa também é influenciada pela Cultura Estratégica do seu país-sede, o que fica bastante claro na obra editada por Liebenberg, Kruijt e Paranjpe (2020), onde é tratada a Diplomacia de Defesa em diversos países do dito Sul Global (Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Venezuela, África do Sul, Namíbia, Zimbábwe, China e Índia). Deve também

aqui ser reiterada a definição de Diplomacia de Defesa que foi exibida em capítulo prévio:

Conjunto de ações não coercitivas, executadas em tempo de paz por integrantes civis e militares da Defesa no âmbito das relações internacionais. Elas visariam à consecução de objetivos nacionais nos campos da segurança, da **promoção da paz** e da ajuda humanitária. Tudo em consonância com a Política Externa, da qual faz parte, e com base na cooperação bilateral e multilateral, no estabelecimento da confiança mútua e na **construção de** relacionamentos e **influência**. (PEREIRA, 2021, p. 238, grifos nossos).

As ações relacionadas à Diplomacia de Defesa não são recentes²⁷, entretanto ela é nova como conceito e esse termo e seus procedimentos específicos foram estabelecidos com o fim da Guerra Fria – formato o qual será utilizado nesta tese. Segundo boletim elaborado pelo *Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces* (DCAF) (2007, p. 2), a Diplomacia de Defesa “*emerged in large part owing to the requirements of the countries of the Western Balkans and Central and Eastern Europe, but later came to play an important role in other regions as well*” – se apresentando, de tal modo, como uma resposta frente a temores que lideranças europeias nutriam de que a paz e a democracia que retornavam àquela região com o fim da União Soviética fossem prejudicadas com a participação das forças militares dos países que compunham o então extinto Pacto de Varsóvia. Essa preocupação fica clara no *Strategic Defence Review* (UK, 1998, p. 13, grifos nossos)²⁸, na qual a Diplomacia de Defesa se apresentava como sendo um novo papel que as FFAA britânicas receberam “*in promoting our [UK's] security through programmes designed to promote **understanding and trust between all European armed forces** and, in particular, to assist the **development of modern, democratic forces in Central and Eastern Europe***”²⁹. Esquematisando a Diplomacia de Defesa em um único documento, os ingleses lançaram o *Policy Paper No 1* (UK, 2000), no qual consta na

²⁷ Vagts (1956), Kennedy (2020) e Pereira (2021) fornecem uma visão bastante ampla das práticas da Diplomacia de Defesa (mesmo que com outras denominações, como *Defense Engagement*) bem antes dos anos 1990 – mais de 200 anos (corrigindo para o tempo presente) como uma categoria profissionalmente reconhecida (VAGTS, 1967, p. ix).

²⁸ De acordo com o mesmo boletim do DCAF (2007, 2), foi nessa *Strategic Defence Review* que a expressão *Defence Diplomacy* foi utilizada oficialmente pela primeira vez.

²⁹ Complementando esse tópico, se determinava também que fossem adotadas iniciativas mais amplas de educação e treinamento “*to help develop the skills and structures **needed by modern democratically accountable forces**. This will include the **establishment of a Defence Diplomacy scholarship scheme at the Joint Services Command and Staff College** and providing extra manpower for short term in-country tasks*” (UK, 1998, p. 13, grifos nossos).

sua conclusão que a Diplomacia de Defesa se destinava especialmente a prevenção de conflitos, a construção e a manutenção da confiança mútua e a implementação de FFAA democraticamente responsáveis.

Naquele mesmo ano de 1998, os chineses promulgaram o seu Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)³⁰, denominado *China's National Defense in 1998* (CHINA, 1998) e no qual constava, de forma pioneira³¹, a expressão *Military Diplomacy*³². Para além da coincidência de datas com o documento britânico, é interessante observar que a China também via com preocupação uma consequência proveniente da desintegração do Estado soviético: a independência de antigas repúblicas da URSS como o Cazaquistão, o Tajiquistão e o Quirguistão, que se tornavam novos países fronteiriços com a região autônoma de Xinjiang³³ – uma área com problemas de controle por parte do governo chinês (JAPAN, 2015, p. 4, 8, 39).

E assim a *Military Diplomacy* foi igualmente empregada na busca de manter a paz – nesse caso adotando medidas para evitar o envolvimento desses novos Estados nas questões entendidas como internas pela China (mesmo que às expensas das populações nativas de Xinjiang). Essas medidas estabeleciam, dentre outras, restrições de permanência de forças militares até 100 km das fronteiras e implementavam medidas de confiança mútua (inclusive estabelecendo formas de fiscalização e de contato entre autoridades em diversos escalões) (CHINA, 1998, p. 17-18, 20).

De acordo com o Professor Guo Xinning (em sua obra “*Study of China's Military Diplomacy and Its Practice*”, publicada pela *National Defense University Press* da

³⁰ Os documentos de defesa conhecidos como *White Papers* serão denominados nesta tese como Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

³¹ Segundo relatório sobre a China elaborado pelo *National Institute for Defense Studies* do Japão, o termo *Military Diplomacy* estreou em documentos oficiais chineses na já referida edição de 1998 do LBDN (JAPAN, 2015, p. 36).

³² Alguns países utilizam a expressão *Military Diplomacy* ao invés de *Defence Diplomacy*. Para esta tese, a diferença, de forma geral, é a amplitude do pessoal e dos meios envolvidos, em que a primeira faz uso unicamente de integrantes e recursos de uma das Forças Singulares (como a *Naval Diplomacy*) e/ou desconsidera os membros do Ministério da Defesa e da Indústria de Defesa nesse cômputo. Observando a definição de Diplomacia de Defesa de Cottey e Forster (2004, p. 5-6, grifo nosso), de que ela “*involves the peacetime cooperative use of **armed forces and related infrastructure (primarily defence ministries) as a tool of foreign and security policy***”, esta será a terminologia adotada nesta tese (ou seja, inclui todo o *establishment* da Defesa), exceto quando a outra estiver implicitamente colocada no texto. No caso da China, o emprego de *Military Diplomacy* se relaciona com o fato de que o *People's Liberation Army* engloba toda a estrutura militar daquele país, inclusive a Marinha e a Força Aérea.

³³ Localizada no noroeste da China, a sua população majoritária é da etnia uigur, muçulmana, de língua turca e com uma cultura distinta, a região de Xinjiang apresenta maiores similaridades com aquelas novas nações da Ásia Central (disponível em: <https://www.britannica.com/place/Xinjiang/Climate>. Acesso em: 15 mar. 2024).

China):

*Military diplomacy refers to institutions or individuals granted the authority by defense departments and/or armed forces of sovereign states to interact, negotiate and engage with relevant bodies of other states, group of states or international organizations with the **aim of enhancing and realizing national interests** and security **particularly with regards to national defense**. It is an important aspect and component of a state's external relations and overall foreign policy, and **embodies the national defense policy within its overall foreign relations**. (XINNING, 2011³⁴, p. 94 *apud* JAPAN, 2015, p. 36, grifos nossos).*

A Diplomacia de Defesa conta com diversos instrumentos para cumprir suas atribuições³⁵ (PEREIRA, 2021, p. 234-236). Abaixo estão destacadas aquelas que concorrem mais diretamente para uma evolução da Dissuasão Convencional (suas Capacidade e Credibilidade) e em ampliar o conhecimento da Cultura Estratégica de nação que possa se tornar uma antagonista:

- a) cursos e estágios no exterior e oferta de vagas em escolas militares no país³⁶: permitindo colher informações e novas expertises (Capacidade, quando no exterior) e demonstrando competências (Credibilidade, quando no país), bem como implementando influência e consolidando relações entre aliados (contribuindo com a Diplomacia clássica para o estabelecimento e/ou manutenção de acordos e alianças). Também possibilitam ampliar o leque de especialistas no país onde realizarem o curso (Cultura Estratégica)³⁷;
- b) missões de instrução/cooperação militar no exterior e assessores militares e civis (para assuntos de Defesa): ao proporcionar a formação e/ou

³⁴ XINNING, Guo. **Study of China's Military Diplomacy and Its Practice**. Beijing: National Defense University Press, 2011.

³⁵ A Diplomacia de Defesa possui diversas atribuições (COTTEY; FORSTER, 2004; PEREIRA, 2021), como essa constante no *Strategic Defence Review* (UK, 1998, p. 13, grifo nosso) de que ela "*also has considerable utility in **support of wider foreign policy objectives***". Entretanto, esta tese irá se direcionar especialmente para aquelas relativas ao campo militar.

³⁶ O trabalho de Atkinson (2014) (focado nos EUA) apresenta muito bem como os programas militares de intercâmbio educacional auxiliam no estabelecimento de influência e na propagação de ideias – o que auxilia na Dissuasão Convencional.

³⁷ Atkinson (2014) expõe diversas tabelas confeccionadas frente a entrevistas que realizou com oficiais estrangeiros cursando escolas de estado-maior ou de nível superior nos EUA. Em uma delas (ATKINSON, 2014, p. 115), a qual trata sobre o que mais importante ele(a)s tinham aprendido sobre os EUA durante o curso, aparece que 29% das citações se referiam a terem aprendido como os estadunidenses pensam e agem, 17% se referiam a terem conhecido o modo de vida e a cultura dos EUA e 13% diziam respeito à compreensão da cultura, doutrina e liderança nas instituições militares estadunidenses.

- aperfeiçoamento de militares de outras nações em seu próprio país, os instrutores (quando bem selecionados) dessas missões poderão exercer influência e conquistar Credibilidade para as suas FFAA, além de conhecer muito bem a Cultura Estratégica local;
- c) reuniões e visitas bilaterais e multilaterais: resultando na possibilidade de que sejam apresentadas competências bélicas próprias e alcançar um melhor conhecimento das lideranças e da realidade militar externa (Credibilidade, Orquestração e Cultura Estratégica), bem como permitem a criação e o incremento de relacionamentos interpessoais;
 - d) adidos de Defesa³⁸ e oficiais de ligação: operacionalizar os relacionamentos entre FFAA de países distintos, estabelecendo canais de ligação claros e diretos, além de buscar informações (Cultura Estratégica) e oportunidades de cooperação (Capacidade) – atuando mais na importante missão de facilitador e clarificador do que como executor;
 - e) exercícios e manobras militares³⁹: demonstrar habilidades marciais (Credibilidade), apreender métodos de combate, adestrar suas unidades frente a realidades diversas (geográficas e operacionais) e adquirir confiança (Capacidade) e, também, melhor entender os procedimentos em batalha de outras FFAA;
 - f) participação em OMP e em apoio de ajuda humanitária em grandes catástrofes: demonstrando competências várias como liderança (particularmente como *Force Commander* de uma missão), habilidades em operações de pequeno vulto e em logística (especialmente no apoio humanitário), o que reflete em Credibilidade e na criação de laços profissionais com integrantes de outras FFAA;
 - g) intercâmbios tecnológicos: possibilitando aumentar o domínio na área

³⁸ Os Adidos de Defesa possuem um papel destacado no âmbito da Diplomacia de Defesa, afinal são eles que intermediam boa parte das atividades de intercâmbio, cooperação e outras ligadas à segurança. Existindo já a alguns séculos (mesmo que com denominações outras), os Adidos de Defesa atuam como interlocutores entre os comandos de FFAA distintas e mesmo como “intérpretes” da Cultura Estratégica do(s) país(es) onde estão postados e/ou credenciados, vindo a futuramente compor o leque de especialistas daquela área (VAGTS, 1967; DCAF, 2007; CHEYRE, 2013; JENNER, 2020; KENNEDY, 2020; PEREIRA, 2021).

³⁹ Reiterando informação prévia, os exercícios militares (como manobras, treinamentos e operações) se revestem de singular relevância para a Dissuasão Convencional em razão de permitirem aprimorar e testar aptidões bélicas e doutrinas, níveis de Interoperabilidade e motivação, condições de C5ISR e apoio logístico, além de abrir espaços para lideranças criativas e soluções inovadoras (HEUSER, 2018; PEREIRA, 2021).

científica da Defesa (Capacidade);

- h) diversos outros eventos, como demonstrações e feiras bélicas, tratados e acordos de cooperação em Defesa, participação e organismos de segurança regional e/ou OI etc.

Um aspecto que necessita ser ressaltado é a alta qualidade frequentemente encontrada nos militares escolhidos para realizar cursos e missões no exterior, os quais, de maneira geral, estarão destinados a ocupar posições futuras de grande relevo na estrutura de Defesa do seu país – com isso amplificando os resultados da Diplomacia de Defesa. Atkinson (2014, p. 6, grifo nosso) destaca que pelos bancos escolares do *U.S. Army Command and General Staff College* (estabelecimento de ensino militar esse que em 1994 comemorou cem anos recebendo alunos estrangeiros nos seus cursos) já haviam passado, até 2011, “*241 [students] have become **heads of their militaries or heads of states***”. Clausewitz (1984) também infere sobre os benefícios e influência que acompanham militares que participam de missões no exterior (sejam os recebidos ou os enviados), inclusive com relação à Cultura Estratégica (o que pode ser observado na última parte iluminada da citação abaixo):

*Another very useful, though more limited, way of gaining familiarity with war in peacetime is to attract foreign officers who have seen active service. Peace does not often reign everywhere in Europe, and never throughout the whole world. A state that has been at peace for many years should try to attract some experienced officers – only those, of course, **who have distinguished themselves**. Alternatively, some of its own officers should be sent to observe operations, and learn what war is like. However few such officers may be in proportion to an army, **their influence can be very real**. Their experience, their insights, and the maturity of their character **will affect their subordinates and brother officers**. Even when they cannot be given high command they should be considered as **guides who know the country** and can be consulted in specific eventualities. (CLAUSEWITZ, 1984, p. 122-123, grifos nossos).*

O conceito de Diplomacia de Defesa aqui apresentado é de que ela é resultante de uma ação conjunta que envolve vários segmentos para além do Ministério da Defesa e das FFAA. Em participações mais ou menos diretas, dela participam a indústria de defesa e a área econômica, o órgão encarregado da Diplomacia no país, as instituições acadêmicas e outros. Ela está ligada à Defesa da nação, não sendo exclusiva de um órgão, afinal ela não é a Diplomacia **da** Defesa. Dessa forma, a Diplomacia de Defesa inclui civis como o próprio Ministro da Defesa e

outros (exemplificando, em um envio de especialistas não militares para prestarem assessoramento sobre elaboração orçamentária de defesa em outro país). E ela abarca as denominadas Diplomacia Militar e Diplomacia Naval, as quais são restritas a segmentos e/ou ações mais específicas.

Uma faceta importante da Diplomacia de Defesa, diretamente ligada à prevenção de conflitos, diz respeito ao já descrito Dilema da Segurança (HERZ, 1950) – quando um determinado Estado eleva seu potencial militar (como na aquisição de um moderno sistema de mísseis de cruzeiro), traz maior segurança para si e, dependendo do caso, até mesmo aumenta a segurança regional frente a perigos externos. Ao mesmo tempo, porém, se essa aquisição for percebida por país(es) da região como sendo uma ameaça a ele(s), irá gerar insegurança nesse(s) Estado(s), podendo levá-lo(s) ao investimento em outros equipamentos bélicos e a uma corrida armamentista local (COSTA; NEVES, 2006).

Para buscar evitar essa escalada bélica, que inclusive pode resultar em conflitos, a chave é a existência de confiança mútua e diligências na busca de um entendimento diplomático e militar no entorno, objetivando ajustar as reações locais e, se for o caso, obter uma convergência frente às possíveis adversidades extrarregionais (PAIVA, 2015; CARVALHO; GONÇALVES, 2016). A Diplomacia de Defesa possibilita atuar em diversos níveis no *establishment* militar de outros países, de forma a atenuar as tensões e solucionar o problema (como realizando visitas às unidades dotadas com o novo sistema de armas, estabelecendo oficiais de ligações locais etc. Uma Dissuasão Convencional de ações preventivas para tolher o surgimento de inimigos futuros e manter bons os relacionamentos atuais.

Com o até aqui apresentado é possível verificar que a Diplomacia de Defesa tem contribuição relevante para com a consecução de uma Dissuasão Convencional eficaz e em uma melhor assimilação da Cultura Estratégica alóctone. Ela permite desde refinar as partes constituintes do Triunvirato da Dissuasão pelos exemplos apreendidos no exterior (especialmente a Capacidade e a Orquestração) até a constituição de um quadro de especialistas em facetas militares de Culturas Estratégicas específicas⁴⁰. Sumarizando, é a Diplomacia de Defesa que consegue

⁴⁰ O levantamento de uma Cultura Estratégica específica deverá ser mais bem sucedido no caso de a esse quadro de especialistas em questões militares alóctones (e também compreendendo as autóctones) se agregarem grupos de peritos em outros traços do agressor, como aqueles constituídos por diplomatas com experiência na área de interesse, pesquisadores civis expertos na região-alvo e grandes empresários com negócios importantes no objeto de estudo.

apresentar respostas a inúmeros questionamentos de “como concretizar uma Dissuasão Convencional efetiva frente a determinada nação agressora” emanados pelos planejadores da prática dissuasória nacional, bem como pelas indagações de “como compreender” oriundas daqueles que necessitam prestar assessoramento sobre uma Cultura Estratégica específica.

5.3 DISSUASÃO CONVENCIONAL NO BRASIL

Esta seção irá abordar a Dissuasão Convencional no Brasil – aqui traduzida em pesquisa qualitativa realizada em fontes (datadas a partir dos anos 1950 e até início dos anos 2020) como documentos e estudos produzidos no meio militar da Defesa brasileira, os quais incluem publicações oficiais, ensaios teóricos, produções científicas (inclusive aquelas realizadas em estabelecimentos de ensino militares) e artigos em periódicos especializados.

Em sequência, este estudo de caso buscará comparar a teoria acadêmica sobre Dissuasão – apresentada nos Capítulos 3 e 4 e distintamente com relação ao Triunvirato da Dissuasão – com os entendimentos e práticas nacionais nessa área. O objetivo é permitir levantar dissonâncias entre o que a melhor práxis estabelecida preconiza e a realidade dissuasória que ocorre no Brasil. Esse cotejo possibilitará que, no prosseguimento desta seção, essas dissonâncias identificadas sejam confrontadas e analisadas frente às características percebidas como inerentes à Cultura Estratégica de Defesa do Brasil⁴¹.

Frente aos resultados que forem encontrados – ao observar como a Variável Independente aqui escolhida (a Cultura Estratégica de Defesa brasileira) modifica a Variável Dependente em estudo (a Dissuasão Convencional no caso brasileiro) – se pretende caminhar na solução do problema de pesquisa componente desta tese, que é o de: como a Dissuasão Convencional é influenciada pela Cultura Estratégica singularizada para cada nação?

⁴¹ Deve ser lembrado que, conforme citado previamente, essa Cultura Estratégica de Defesa “ainda estará envolta na Cultura Estratégica dita geral e sofrendo influências dos demais campos do Poder Nacional, especialmente das peculiaridades daquela nação no campo político (como nas relações civis-militares e na visão doméstica sobre Defesa)”.

5.3.1 Visão da Dissuasão Convencional no Brasil

Como passo inicial se faz necessário verificar a acepção brasileira de Dissuasão, a qual, segundo o Glossário das suas Forças Armadas (BRASIL, 2015) atualmente em vigor, é a seguinte:

Atitude estratégica que, por intermédio de **meios de qualquer natureza, inclusive militares**, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos. O mesmo que DETERRÊNCIA. (BRASIL, 2015, p. 93, grifo nosso).

Idêntica definição consta do Glossário da Marinha (BRASIL, 1981, p. 44, 46), do Glossário da Aeronáutica (BRASIL, 2001, p. 56) e na edição mais atual do Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército Brasileiro (BRASIL, 2018, p. 122). Essa convergência de definições já permite verificar a existência de um alinhamento conceitual sobre Dissuasão no Ministério da Defesa e nas Forças Singulares brasileiras. E essa conceituação se enquadra nas formulações teóricas apresentadas nos Capítulos 3 e 4 – inclusive na ótica de compreender que a Dissuasão não é exercida apenas pelo componente militar nacional. Um detalhe a ser ressaltado é que o termo Dissuasão Convencional não é adotado em razão de o Brasil não poder possuir armas nucleares⁴². Dessa forma, a nomenclatura oficial brasileira é Dissuasão⁴³ – mas se referindo sempre a Dissuasão Convencional (exceto nos casos que necessite definir situação específica realizada por outro país).

Seguindo o previsto para esta seção, será apresentada uma evolução histórica da Dissuasão no Brasil. O conceito de Dissuasão não é recente no pensamento militar brasileiro, com manifestações que antecedem o já citado Glossário da Marinha (BRASIL, 1981). A Revista Defesa Nacional – fundada em 1913 e um importante difusor de ideias no meio militar, especialmente até o final dos anos 1990 – publicou em 1954 a tradução de um artigo que tratava da aviação dos EUA como elemento de Dissuasão (VANDENBERG, 1954). Edições posteriores incluíram também o tema da Dissuasão, como quando tratou do seu emprego pelo Exército Francês (PULOCH,

⁴² O Brasil desconsidera o uso de armamento nuclear em razão de impeditivo legal previsto na sua Constituição Federal em vigor (BRASIL, 1988, art. 21, XXIII).

⁴³ Na busca de evitar distorções frente à terminologia utilizada no Brasil, esta tese empregará o termo “Dissuasão” (e não “Dissuasão Convencional”) sempre que se referir a essa prática sendo levada a efeito no Brasil.

1964), na sua correlação com forças de intervenção (O'BALLANCE, 1964) e como partícipe na Estratégia, artigo esse de autoria do General Beaufre (BEAUFRE, 1966).

Em 1971, ocorreu o lançamento da obra “Estratégia Militar e Desarmamento”, de autoria do Tenente-Brigadeiro Lavenère-Wanderley e na qual a Dissuasão (especificamente a nuclear) é amplamente debatida (no que ele denomina como “deterência”) (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1971). Naquele mesmo ano, o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Mário César Flores (futuro Ministro da Marinha em 1990/1992) coordenou obra sobre o Poder Marítimo Brasileiro (FLORES, 1972, p. 131, 143, 159), na qual é citada a relevância da posse de um Poder Naval eficiente para a Dissuasão e a importância dos submarinos como instrumento dissuasório.

No ano de 1975, o General Meira Mattos publica o livro “Brasil: Geopolítica e Destino”, com a Dissuasão sendo discutida, inclusive destacando a necessidade de o Brasil possuir uma força bélica capaz de realizá-la frente aos desafios advindos do crescimento do país: “do ponto de vista militar, como [os brasileiros] enfrentaremos, inelutavelmente uma competição internacional, teremos de dimensionar **uma força de dissuasão capaz de garantir a tranquilidade de nosso desenvolvimento**” (MEIRA MATTOS, 1975, p. 88, grifo nosso)⁴⁴. Posteriormente, é lançada a obra “Estratégias Militares Dominantes” (MEIRA MATTOS, 1986), na qual é tratado o estabelecimento de uma estratégia militar de perfil brasileiro, preconizada para granjear uma atitude estratégica defensiva ativa e dinâmica. Essa estratégia incluía a Dissuasão (ainda com a perspectiva de uma futura posse de armas nucleares pelo Brasil):

O efeito estratégico que devemos perseguir nessa atitude defensiva é o de **criar uma força de dissuasão que desencoraje qualquer atitude agressiva** que os azares da política possam vir a acalantar entre nossos vizinhos da América do Sul. Como se sabe, **a dissuasão é preventiva**; quando funciona, tem a virtude de conter o pior, o confronto armado. Este conceito de dissuasão deve compreender nossa [do Brasil] estratégia nuclear. Devemos, também, nos manter preparados para a defesa da nossa costa marítima, nossas águas territoriais e espaço aéreo. (MEIRA MATTOS, 1986, p. 93, grifos nossos).

Esses exemplos demonstram que o tema Dissuasão já era conhecido e debatido no Brasil desde os primórdios da década de 1960, inclusive com a possibilidade de

⁴⁴ Alguns anos depois, Meira Mattos (1984) publicará outra obra na qual defendia a existência no Brasil de uma força estratégica dissuasiva de alta mobilidade.

executar uma Dissuasão Nuclear até o banimento dessa opção bélica pelo ordenamento constitucional brasileiro.

Com relação a estudos acadêmicos produzidos em estabelecimentos militares de ensino, em 1986 foram aprovados dois trabalhos sobre Dissuasão na conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM) da EGN (OLIVEIRA, 1986; SANTOS, 1986)⁴⁵. Em 1992, alunos do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) da ECEME (LOPES; PINHEIRO; CALDERARO, 1992) apresentaram monografia cujo eixo temático era a Dissuasão (com ênfase na defesa da Amazônia). Outras monografias sobre esse tema se seguiram em 1994 e 1995, elaboradas por alunos do Curso de Comando e Estado-Maior (CEM) da ECEME.

Focando nas produções de alunos dos estabelecimentos de ensino militar e estratégico de alto nível das FFAA brasileiras e como parte da pesquisa de campo desta tese, foram estudados inúmeros trabalhos elaborados como requisito curricular para a conclusão dos CEM da ECEME e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) da EGN. Também foram analisadas produções de alunos do CPEAEx (ECEME), do CPEM (EGN) e do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da ESG. Desses, sessenta e oito estavam diretamente relacionados com o tema Dissuasão e, assim, permitiram extrair algumas observações pertinentes a esta tese: o entendimento de Dissuasão é condizente com o estabelecido nos documentos de Defesa aqui citados, mostrando um elevado grau de convergência; e diversos estudos incluem referências às operações conjuntas, mas sem aprofundar a sua importância para a Dissuasão e as operações bélicas, focando mais na atuação da sua própria Força Singular.

É sintomático verificar que em projeto interdisciplinar realizado pelos integrantes do CPEAEx (PRATES *et al.*, 2021) sobre Estratégia da Presença e da Dissuasão, a expressão Interoperabilidade é citada inúmeras vezes com relação a sua implementação **dentro** da Força Terrestre. E também que, dentro das oportunidades de melhoria da Estratégia da Dissuasão apresentadas para o Ministério da Defesa, apareça a recomendação de que uma melhor Interoperabilidade na Defesa necessite

⁴⁵ Oliveira (1986), empregando a expressão “deterrência” ao invés de Dissuasão, já discutia a mesma sob o viés convencional (com base no texto de Mearsheimer), bem como a sua dependência ao Poder Político.

apenas do “direcionamento dos oficiais concluintes dos cursos de operações conjuntas aos comandos conjuntos ativados desde o tempo de paz [...] aumentar a difusão da mentalidade de operações conjuntas nas escolas de formação de oficiais e de sargentos é de extrema importância” (PRATES *et al.*, 2021, p. 81). Essa sugestão simplista fica exacerbada frente à conclusão em item anterior sobre os países estudados naquele projeto (África do Sul, Chile, China, Índia e Rússia), de que: “outro aspecto da dissuasão, observado nos países comparados, foi o fato de todos possuírem comandos conjuntos combatentes ativados, o que sugere a **busca constante pela interoperabilidade de suas forças armadas**” (PRATES *et al.*, 2021, p. 71, grifo nosso).

Tratando da Dissuasão nos documentos governamentais brasileiros de hierarquia mais elevada, é relevante observar que no campo dissuasório eles são encabeçados pela Política de Defesa, pois o país não possui uma Grande Estratégia estabelecida. Isso foi iniciado em 1996, quando do lançamento da primeira Política de Defesa Nacional (BRASIL, 1996), a qual apresenta que a orientação estratégica do Brasil deve ser “centrada em uma **ativa diplomacia voltada para a paz** e em uma **postura estratégica dissuasória** de caráter defensivo” (BRASIL, 1996, item 4.2, grifos nossos) e que “a vertente preventiva da defesa brasileira reside na **valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos** e na **existência de uma estrutura militar de credibilidade capaz de gerar efeito dissuasório eficaz**” (BRASIL, 1996, item 4.3, grifos nossos).

Nesse documento já podia ser observada a necessidade de uma Dissuasão capaz, crível e com uma orquestração mínima entre a Diplomacia e a Defesa, além de ser “um documento público que proporcionasse um quadro de referências comum às forças singulares” (ALSINA JÚNIOR, 2003, p. 67). A essa Política de Defesa embrionária se seguiu outra (BRASIL, 2005)⁴⁶ e, posteriormente, ocorreu a inclusão de um novo documento, a END (BRASIL, 2008). Em 2012, sobreveio uma nova fase atinente aos documentos de Defesa brasileiros: todos eles passaram a ser apreciados pelo Congresso Nacional; seriam atualizados a cada quatro anos; e contariam

⁴⁶ A qual apresenta texto semelhante ao da PDN anterior (BRASIL, 1996): “a vertente preventiva da Defesa Nacional reside na **valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos** e em postura estratégica baseada na existência de **capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório**” (BRASIL, 2005, item 6.2, grifos nossos).

também com um LBDN (BRASIL, 2012b)⁴⁷.

Novas revisões da PND/END (BRASIL, 2016a; 2020a) e do LBDN (BRASIL, 2016b; 2020b) foram lançadas nos anos seguintes. Um ponto comum entre esses três documentos (tanto os de 2012 quanto naqueles das edições subsequentes de 2016 e 2020) foi de a Dissuasão ter sido referenciada em todos eles, ressaltando continuamente a sua importância para o Brasil. Outro ponto a ser mencionado é que a definição de Dissuasão citada no início desta seção (BRASIL, 2015, p. 93) aparece nas duas últimas PND/END (BRASIL, 2016a, p. 71, 2020a, p. 77), reforçando assim sua validade. Contudo se faz necessário destacar alguns pontos com relação às três últimas revisões desses documentos de Defesa, de forma a permitir uma melhor análise entre a Dissuasão adotada pelo Brasil e as práticas compreendidas como mais efetivas:

- a) as revisões mais recentes do PND/END (BRASIL, 2012a, p. 67-91; 2016a, p. 43-51; 2020a, p. 47-55) apresentam a Marinha, o Exército e a Força Aérea com distintas missões/objetivos estratégicos, estruturas e opções doutrinárias, dentre outros aspectos. Esses entendimentos, mesmo que frente às particularidades de cada Força Singular, sugerem distanciamentos nas formas de emprego e quase um Monismo Estratégico⁴⁸, os quais não contribuem para uma sinergia de esforços, logo prejudicando a Dissuasão (a qual sequer é citada no espaço destinado à Força Aérea nos PND/END);
- b) a Interoperabilidade⁴⁹ é citada apenas uma vez na PND/END de 2012: “as seguintes capacidades são **desejadas** para as Forças Armadas: [...] interoperabilidade nas operações conjuntas [...]” (BRASIL, 2012a, p. 129,

⁴⁷ Esse novo modelo foi estabelecido dois anos antes por intermédio de Lei Complementar (BRASIL, 2010). Além disso, a Política de Defesa Nacional teve o seu nome alterado para Política Nacional de Defesa e passou a constar de um documento único, contendo a PND e também a END (BRASIL, 2012a).

⁴⁸ Como anteriormente apresentado no Capítulo 2, Monismo Estratégico é a “dependência primária de um único conceito estratégico, de um único sistema de armas ou de **uma única Força Singular como o meio de alcançar a segurança militar**. O oposto, pluralismo estratégico, requer uma grande variedade de forças e armas para enfrentar a diversidade de potenciais ameaças a segurança” e ele é “incompatível com um alto nível de profissionalismo militar, porque pressupõe a faculdade de prever e controlar as ações de possíveis inimigos” (HUNTINGTON, 1996, p. 443, grifo nosso).

⁴⁹ Segundo a PND/END (BRASIL, 2020a, p. 78, grifos nossos), Interoperabilidade é a capacidade de “**forças militares nacionais ou aliadas operarem em conjunto, efetivamente**, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução” e também é a capacidade dos “sistemas, unidades ou forças **intercambiarem serviços ou informações ou aceitá-los** de outros sistemas, unidades ou forças e, também, de empregar esses serviços ou informações, sem o comprometimento de suas funcionalidades”.

grifo nosso). E, apesar de esta tese não ser uma pesquisa quantitativa, é proveitoso observar que: na PND/END de 2016, essa expressão surge duas vezes para se referir a aspectos logísticos e de comando e controle (BRASIL, 2016a, p. 39, 41), outra se referindo a Interoperabilidade **dentro** da Força Aérea (BRASIL, 2016a, p. 51) e apenas duas ao tratar de articulação entre as Forças Singulares (BRASIL, 2016a, p. 43, 59); e que na PND/END de 2020, a Logística e o comando e controle ganham a disputa ao estarem ligados cinco vezes à Interoperabilidade (BRASIL, 2020a, p. 39, 43, 65, 79) contra somente três que se referem à articulação entre as Forças Singulares (BRASIL, 2020a, p. 47, 65, 79), além daquela que trata da Interoperabilidade **interna** na Força Aérea (BRASIL, 2020a, p. 55). Muito pouca referência – logo tendo exíguo relevo – para uma postura essencial na guerra moderna;

- c) apesar de a Diplomacia possuir toda uma seção para si dedicada nas duas últimas PND/END (2016a, p. 40-41; 2020a, p. 44), os demais componentes do Poder Nacional não são destacados nesses documentos⁵⁰ – possibilitando corroborar a ocorrência de brecha na Orquestração que deveria suceder entre os campos do poder e, assim, depreciando o valor dissuasório brasileiro;
- d) nas PND/END de 2016 e de 2020 aparece o conceito de “Capacidade de Dissuasão” (BRASIL, 2016a, p. 35, 69; 2020a, p. 37, 77, grifo nosso), o qual se apresenta como um fator essencial para a Segurança Nacional “na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões. **Sustenta-se nas condições que possui a Nação de congregar e aplicar sua Capacidade de Proteção e de Pronta-resposta**, no caso de eventuais ações hostis contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil”. Essa definição é complementada na PND/END de 2020 (BRASIL, 2020a, p. 37, grifo nosso), na qual é destacado que “a capacidade de dissuasão, que consiste não só na **disponibilidade e prontidão de meios militares adequados, como também da capacitação do seu pessoal**, é uma ferramenta da diplomacia”.

⁵⁰ Uma exceção está na Capacidade de Pronta-resposta (BRASIL, 2016a, p. 35; 2020a, p. 76), cuja definição é “a capacidade de empregar, em prazo oportuno, **meios das expressões do Poder Nacional**, em resposta à ameaça aos interesses nacionais” (BRASIL, 2020a, p. 76, grifo nosso).

Do até então apresentado, é exequível compreender ser essa Capacidade de Dissuasão⁵¹ o sustentáculo da Dissuasão do Brasil – não atentando para a obrigatoriedade de também possuir Credibilidade e Orquestração como condições mínimas para buscar dissuadir.

Continuando com a análise da Dissuasão Convencional no Brasil, são verificados os manuais de campanha e documentos afins, os quais são fontes primordiais para verificar a existência de uma Doutrina Militar homogênea. Nota-se que o Ministério da Defesa brasileiro editou dois volumes de Doutrinas de Operações Conjuntas (BRASIL, 2020c, 2020d), de cuja análise logo se destaca a imperiosa necessidade da Interoperabilidade: “os conflitos contemporâneos vêm demonstrando, cada vez mais, que a **sinergia do emprego conjunto das Forças Armadas**, caracterizada pela interoperabilidade, tem sido **o caminho para se obter o máximo rendimento da expressão militar do Poder Nacional**” (BRASIL, 2020c, p. 21, grifos nossos).

Porém as Forças Singulares desenvolvem manuais próprios, os quais não necessariamente transmitem as mesmas ideias e direcionamentos das diretrizes ministeriais. Exemplificando no Exército Brasileiro, o seu manual de campanha “Estratégia” (BRASIL, 2020e, *passim*) detalha diversas ações relacionadas à Dissuasão, como: emprego das FFAA em ações não facilmente classificadas como atos de guerra (como forma de ameaça para dissuadir e indicar firme disposição estatal em defender seus interesses); manutenção de forças militares convencionais potentes e em condições de emprego imediato, buscando assim desencorajar agressões militares; considerar o emprego de todas as reservas mobilizáveis para a decisão do conflito; aceite de uma estratégia ofensiva, como na busca da iniciativa das ações (inclusive em território inimigo, mas sem propósitos de anexação) e objetivando a obtenção de vantagens políticas e militares iniciais; e constituição de aliança ou coalizão de Estados, conjugando suas expressões militares para alcançar objetivos e interesses convergentes. Mas além de não tratar da temática da Interoperabilidade, esse manual se refere especificamente a operações conjuntas unicamente para defini-las (BRASIL, 2020e, p. 5-1).

⁵¹ Essa “Capacidade **de** Dissuasão” não deve ser confundida com a “Capacidade **para** Dissuasão” já debatida nesta tese e componente do Triunvirato da Dissuasão. A Capacidade **de** Dissuasão é apresentada como sendo um conjunto de procedimentos e competências, os quais adotados levariam à obtenção da Dissuasão. Como se esse “pacote fechado” contivesse em si o Triunvirato da Dissuasão.

Evidentemente que uma Força deve possuir seus manuais de emprego, porém esses não podem deixar de seguir a Doutrina Militar nacional e nem serem insulares (por exemplo, existe batalha terrestre moderna sem o apoio da Força Aérea?). A solução encontrada no Reino Unido foi o estabelecimento do *Development, Concepts and Doctrine Centre* (DCDC), o qual, subordinado ao Ministério da Defesa britânico, tem a responsabilidade de preparar todos os manuais das suas FFAA – sempre adequados à Interoperabilidade e também para operações com outros países, como os da OTAN e da União Europeia.

Os posicionamentos acima apresentados são coerentes com o pensamento militar brasileiro e alinhados com os documentos oficiais de Defesa. Entretanto, eles transparecem uma realidade: que a Dissuasão não será plenamente atingida sem o emprego de outras áreas do Poder Nacional (como a econômica, a ciência e tecnologia, a diplomática, a política, e a psicossocial), bem como é imperiosa a Interoperabilidade entre as FFAA. Pois, para além das condições geopolíticas favoráveis ao Brasil (como a sua grande extensão territorial, considerável efetivo populacional, a forte capacidade econômica etc.), a Dissuasão precisa estar estruturada “intra” e “entre” Forças – incluso com a existência de uma Doutrina Militar uniforme.

5.3.2 Prática dissuasória no Brasil

Para avaliar a realidade da competência dissuasória brasileira se empregará o Triunvirato da Dissuasão, observando a Capacidade, a Credibilidade e a Orquestração existentes no aparato de Defesa do Brasil.

Principiando com a Capacidade para Dissuasão, ela, como apresentado nos capítulos precedentes, ultrapassa uma simples contabilidade de meios materiais (como sistemas de armas e tropas) e inclui necessariamente fatores não materiais, como a estratégia e doutrina adotadas, o nível de adestramento (especialmente conjunto), habilidade de comando e controle, motivação e moral das tropas, lideranças existentes e características geográficas locais, dentre outros.

Sem adentrar em um inventário de meios materiais das FFAA brasileiras, é possível verificar que elas possuem uma quantidade razoável desses sistemas de armas e pessoal (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES-IISS, 2024, p. 14, 396-407, 416-420), mesmo que diversos equipamentos não sejam de

primeira linha ou em número que atenda às demandas das instituições de Defesa. Não obstante limitações orçamentárias, programas bélicos importantes estão em andamento, como o dos submarinos da classe Riachuelo, dos caças Gripen e do míssil de cruzeiro AV-TM 300.

Se os dois primeiros se traduzem mais na introdução de modernos e melhores sistemas de armas se comparados com aqueles atualmente existentes⁵², são os mísseis de cruzeiro (como o AV-TM 300, o MICLA e o MANSUP)⁵³ que representam um salto revolucionário em termos de projeção estratégica para a Defesa brasileira em geral, levando a uma conseqüente evolução doutrinária e novas competências bélicas. No caso, o Exército Brasileiro (EB) será a Força mais particularmente atingida frente a um nível de atuação estratégica que lhe é ainda desconhecido.

Para exemplificar esse entendimento, importa analisar os manuais doutrinários do EB, os quais mostram que o maior poder bélico daquela Força residia particularmente nas suas brigadas blindadas. E essas forças, mesmo dotadas de boa mobilidade, possuem limitado desempenho estratégico em profundidade. Com relação às duas brigadas de infantaria mais aptas a atuar com amplitude estratégica (a paraquedista e a aeromóvel), essa competência impõe uma cadeia logística de longo alcance, a qual inexistente nas FFAA brasileiras – logo restringindo o emprego dessas tropas aeroterrestres como ferramentas com elevada longitude operacional. Frente a essa realidade, ocorria no EB uma perspectiva de a dimensão do seu campo de atuação estratégico ser reduzido (quase que restrito às fronteiras nacionais). Além disso, se fazia presente uma visão de certa autossuficiência nas operações terrestres – com pouca ênfase na imprescindibilidade do Poder Aéreo no combate moderno e tendo distanciamento das operações navais.

Mas essa equação deverá se alterar com o desenvolvimento pela AVIBRAS de um míssil de cruzeiro com capacidade de ser disparado pelo Sistema ASTROS (já de dotação no EB) e capaz de atingir alvos a 300 km de distância (o AV-TM 300).

⁵² Esse quadro deve se alterar após 2033, quando da entrega do primeiro submarino convencional brasileiro de propulsão nuclear (o Álvaro Alberto) (disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub>. Acesso em: 10 mar. 2024).

⁵³ Rosa (2022) descreve as aplicações estratégicas do AV-MTC e do Míssil de Cruzeiro de Longo Alcance (MICLA-BR), esse último previsto para ser lançado de aeronave em voo (como o Gripen) e que deverá ser desenvolvido pela AVIBRAS para a Força Aérea Brasileira (FAB). O Míssil Antinavio Nacional de Superfície (MANSUP), produto da empresa SIATT e da Marinha do Brasil (MB), se encontra atualmente na fase de testes (disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2023/04/28/marinha-do-brasil-lanca-o-quinto-missil-antinavio-nacional-de-superficie-mansup/>. Acesso em: 10 mar. 2024).

Esse novo meio bélico transfigurou o panorama anteriormente mais modesto de projeção estratégica e de poder dissuasório do EB. O ponto focal aqui é que o Exército Brasileiro, pela primeira vez, passa a contar com um meio bélico capaz de efetivamente atuar em profundidade estratégica. Dessa forma, pode barrar deslocamentos inimigos para bem além das fronteiras brasileiras e atuar decisivamente em concentrações de tropas, centros de comando e bases logísticas profundas de um eventual agressor. Mesmo que as atuais limitações técnicas do míssil de cruzeiro AV-TM 300 não permitam um uso factual na defesa de litoral, o Sistema ASTROS pode vir a ser dotado de um míssil com guiamento terminal – probabilidade essa que igualmente concorre para a Dissuasão.

Observando as ações relacionadas à Dissuasão apresentadas anteriormente (BRASIL, 2020e), essa nova plataforma de armamento: amplifica as ameaças a possíveis inimigos (até mesmo por intermédio de atuação na sua concentração estratégica); desencoraja agressões; permite realizar ações ofensivas limitadas e de caráter preventivo; concorre no estabelecimento e implementação de alianças e coalizões (observando a já citada problemática do Dilema da Segurança); e, incluso, pode corroborar na Estratégia da Resistência. O fato é que o Sistema ASTROS dotado do míssil de cruzeiro AV-TM 300 ampliou o espectro de operações do EB e o levou a um novo patamar operacional. Mas é justamente esse novo patamar que apresenta um desafio inédito a ser vencido: a atuação conjunta das três Forças no nível estratégico. Agora se faz ainda mais necessário sintonizar o pensamento militar brasileiro, saindo das boas intenções expressas no papel para a imposição de práticas efetivas de Interoperabilidade.

Como alguns exemplos de ações do AV-TM 300 que impõem uma Interoperabilidade (pois seu sucesso depende de duas ou mais Forças atuando conjuntamente), é possível citar: ataques coordenados com meios aéreos e/ou navais (compreendendo a supressão de defesas antiaéreas inimigas pelo míssil ou para permitir o seu uso etc.), inclusive com a futura utilização do MANSUP e do MICLA-BR; coordenação do uso do espaço aéreo (para evitar o fogo antiaéreo amigo e acidentes com aeronaves e outros mísseis de cruzeiro amigos); defesa das plataformas de lançamento frente a ataques aéreos (necessitando especialmente da aviação de caça); busca de alvos (ampliada pelas aeronaves de reconhecimento, pelos diversos meios navais e por elementos de operações especiais de todas as Forças Singulares); e mobilidade estratégica (por meio de transporte aéreo, fluvial e/ou naval).

Sobrevém, porém, barreiras até no ordenamento doutrinário do Ministério da Defesa. Consultando a Doutrina de Operações Conjuntas (BRASIL, 2020c, p. 41), a execução da campanha militar é o encargo dos Comandos Operacionais (normalmente conjuntos). A constituição do Comando Operacional Conjunto (BRASIL, 2020c, p. 45) inclui, além de um estado-maior e tropas de apoio, as denominadas Forças Componentes (navais, terrestres, aéreas, de operações especiais, de guerra cibernética, logísticas e outras). Entretanto, o manual não se refere a como será obtido o apoio de fogo (que inclui os mísseis de cruzeiro) exceto quando declara que “o apoio de fogo e ao movimento são **capacidades inerentes** a situação de Força Componente” (BRASIL, 2020c, p. 46, grifo nosso) – permitindo depreender que não existe um comando de apoio de fogo diretamente subordinado ao Comando Operacional Conjunto, alienando-o desse instrumento para intervir no combate. Isso também cria uma cadeia complexa para obtenção de informações (particularmente sobre alvos na retaguarda profunda do inimigo) e dificulta sobremaneira que os pedidos de apoio de fogo com os mísseis de cruzeiro sejam atendidos de forma mais rápida e flexível⁵⁴. E, como fator chave, o míssil de cruzeiro é uma arma de valor estratégico em razão do seu alcance, não devendo estar designado para escalões que se envolvem na campanha tática-operacional.

Aqui se ressalta um aspecto da Capacidade Militar do Brasil: elevadas qualidades marciais demonstradas no nível individual e tático⁵⁵, mas sem poder apresentar experiências no nível estratégico (até mesmo pela falta de vivenciar combates em larga escala desde a Segunda Guerra Mundial). Mas essa dita inexperiência justificaria a elaboração de procedimentos inadequados ao combate moderno?

Com relação à Credibilidade, um ponto de destaque é o emprego da Diplomacia

⁵⁴ Mesmo ocorrendo diariamente a denominada Reunião de Coordenação de Fogos (BRASIL, 2020c, p. 52), o acaso das intenções e decisões do inimigo (dono de sua vontade) e a imprevisibilidade do resultado das operações (mesmo as próprias) não permitem realizar um planejamento que cubra todas as possibilidades – logo impondo um sistema flexível e rápido de respostas.

⁵⁵ As seguidas nomeações de um *Force Commander* brasileiro na *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti* (MINUSTAH) (fato inédito na história das OMP da ONU) é um exemplo das qualidades de liderança dos seus oficiais generais. Também é reconhecido o bom desempenho das tropas do Brasil nas OMP (tanto de Infantaria quanto de Engenharia) e em exercícios militares diversos, como na *Linked Seas 97* (quando o Submarino Tamoio “afundou” a nau capitânia oponente, o Porta-Aviões espanhol *Príncipe de Asturias*) e na *Culminating 2021* (com uma companhia de paraquedistas sendo incorporada à 82ª Divisão Aeroterrestre nos EUA para a realização de manobras com tiro real, inclusive saltando de aeronave brasileira KC-390) (PEREIRA, 2021, p. 228-230).

de Defesa no âmbito das FFAA brasileiras – contribuindo assim para a Dissuasão Convencional conforme debatido anteriormente. Múltiplas atividades têm lugar na esfera internacional de Defesa, as quais cooperam para tornar mais crível a atuação brasileira no campo militar (em uma ação binária que agrega tanto Credibilidade quanto Capacidade), como nos exemplos atuais dos: exercícios *Southern Vanguard 22* e *24*⁵⁶; as operações *Jeanne D’Arc 2024* e *Obangame Express 2024/Guinex IV*⁵⁷; e o exercício *Storm Flag* de 2024 (com aeronave KC-390 da FAB realizando adestramentos de emprego da aviação de transporte em ambientes de conflito com a Força Aérea dos EUA)⁵⁸.

Como apresentado por Pereira (2021, p. 176-179, 225-234), inúmeras ações foram e são praticadas continuamente: Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (que, a mais de 30 anos ocorrem anualmente em lados alternados nas fronteiras terrestres do Brasil); visitas de Comandantes Militares de Área (do Sul, do Oeste e da Amazônia) aos seus homólogos em países vizinhos⁵⁹; e diversas operações e

⁵⁶ O Exercício *Southern Vanguard 22* teve lugar em Lorena/SP e em Resende/RJ de 6 a 16 de dezembro de 2021, tendo sido a maior operação conjunta de forças brasileiras e estadunidenses desde a Segunda Guerra Mundial. Foram realizados assaltos aeromóveis com emprego de helicópteros e tropas de ambos os países, oriundos da *101st Airborne Division (Air Assault)* e da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) (disponível em: <https://www.jbsa.mil/DesktopModules/ArticleCS/Print.aspx?PortalId=102&ModuleId=25294&Article=2884223>. Acesso em: 30 mar. 2024). E o Exercício *Southern Vanguard 24* foi conduzido em Macapá/AP e no Oiapoque de 6 a 16 de novembro de 2023. Participaram tropas da *101st Airborne Division (Air Assault)* e da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, as quais realizaram um assalto aeromóvel e operações no ambiente de selva (disponível em: <https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/3594112/us-brazilian-armies-complete-southern-vanguard-exercise-in-brazil/>; e <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/soldados-dos-eua-e-do-brasil-melhoram-a-prontidao-combinada-durante-core-23-southern-vanguard-24/>. Acesso em: 30 abr. 2024).

⁵⁷ A Operação *Jeanne D’Arc 2024* envolveu as Marinhas do Brasil e da França e foi realizada de 14 a 20 de abril de 2024. Buscando exercitar tarefas do Poder Naval de “projetar poder” e de “controlar área marítima”, ela buscou ampliar a Interoperabilidade entre as duas Marinhas (disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/operacao-jeanne-darc-2024-marinha-do-brasil-realiza-exercicio-com-forcas-armadas-da>. Acesso em: 30 abr. 2024). No dia 20 de abril de 2024, o Navio-Patrolha Oceânico Apa iniciou o deslocamento para participar do *Obangame Express 2024/Guinex IV*, as quais irão transcorrer no Golfo da Guiné com a participação de nações africanas e países europeus (realizando exercícios para reforçar a segurança marítima da região). O Apa irá percorrer Cabo Verde, Gana, Benin, Nigéria, Costa do Marfim, Guiné-Bissau e Senegal (disponível em: [https://www.agencia.marinha.mil.br/internacional/navio-da-marinha-parte-rumo-ao-continente-africano-para-contribuir-com-seguranca#:~:text=Neste%20sábado%20\(20\)%2C%20o,drogas%20e%20de%20pessoas%20na](https://www.agencia.marinha.mil.br/internacional/navio-da-marinha-parte-rumo-ao-continente-africano-para-contribuir-com-seguranca#:~:text=Neste%20sábado%20(20)%2C%20o,drogas%20e%20de%20pessoas%20na). Acesso em: 30 abr. 2024).

⁵⁸ O emprego da aeronave KC-390 de fabricação brasileira eleva o valor desse exercício (disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/42272/INTERNACIONAL%20-%20Força%20Aérea%20Brasileira%20participa%20do%20Exercício%20Storm%20Flag%20nos%20EUA>. Acesso em: 10 mar. 2024).

⁵⁹ Ainda no campo de relacionamentos e influência se incluem as visitas oficiais (como entre comandantes de Forças Armadas), conferências e reuniões especializadas (como a Conferência de

manobras militares⁶⁰.

Examinando as OMP e de ajuda humanitária, devem ser citadas: a liderança e controle da Missão de Observadores Militares Equador-Peru; o estabelecimento do Hospital de Campanha da FAB após o terremoto que devastou o Haiti em 2010; capacidade de liderança exibida no comando militar brasileiro da MINUSTAH, da *Mission de L'Organisation des Nations Unies pour la Stabilisation en République Démocratique du Congo* (MONUSCO) e do componente naval da *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL)⁶¹; e missões de desminagem humanitária na Colômbia e no Benim. Tratando de cooperação em instrução, as equipes de assessoramento técnico em operações na selva para tropas na MONUSCO e de Polícia do Exército no Timor Leste são exemplos com grandes repercussões, amplificando a penetração da competência bélica brasileira (Credibilidade dissuasória) via a Diplomacia de Defesa.

A construção e manutenção de relacionamentos e influência tem um papel de grande importância, especialmente no mundo contemporâneo. Como observado por Atkinson (2014), os programas de intercâmbio com alunos estrangeiros em escolas militares dos EUA permitem a criação de redes de contatos pessoais e profissionais (*networks*), a difusão de ideias e o aumento da influência estadunidense. A autora ressalta os efeitos serem de longa duração e a elevada percentagem de ex-alunos que assumem cargos de relevo na estrutura de suas respectivas FFAA. Dessa forma, a oferta de vagas para militares estrangeiros participarem de cursos no Brasil atende a esse campo da Diplomacia de Defesa ao criar laços e conexões, bem como apresentando os recursos e intenções do Brasil, além de demonstrar as capacidades

Ministros de Defesa das Américas, que está na sua 16ª edição, a Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP (já realizada vinte e duas vezes) e as Conferências Bilaterais de Estado-Maior.

⁶⁰ Em exemplos como o *Cruzeiro do Sul Exercise* (CRUZEX) (realizado pela FAB com a participação de diversas Forças Aéreas) e a FELINO, dos países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), além da Operação Amazonas 2020 (com a realização de tiros do Sistema ASTROS). O próximo CRUZEX está previsto para ocorrer em novembro de 2024 na Base Aérea de Natal (reunindo mais de 100 aeronaves militares de países como Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai, além do Brasil, em um exercício operacional visando promover treinamento conjunto multinacional em cenários complexos de operações aéreas) (disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/42466/CRUZEX%20-%20Base%20Aérea%20de%20Natal%20realiza%20reunião%20com%20nações%20estrangeiras%20para%20a%20CRUZEX>. Acesso em: 30 abr. 2024).

⁶¹ O Brasil também assumiu, no dia 23 de janeiro de 2024 o comando da *Combined Task Force 151*, a qual tem a missão de coordenar forças navais multinacionais em operações de combate à pirataria no Golfo de Áden, na Bacia da Somália e no mar da Arábia (por onde passam algumas das principais rotas marítimas internacionais) (disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/brasil-assume-forca-tarefa-mundial-de-combate-pirataria-maritima>. Acesso em: 30 abr. 2024).

bélicas e a determinação de manutenção da soberania nacional – tudo conectado à Dissuasão e ao conhecimento da Cultura Estratégica⁶².

Nesse quesito a atuação dos Adidos Militares é de especial relevância, com o Brasil possuindo Adidos acreditados em sessenta países (incluindo todos os da América do Sul (BRASIL, 2004). As missões de cooperação militar também têm destaque na obtenção de relacionamentos e influência, inclusive por alcançar um número maior de militares estrangeiros. Como exemplos a Cooperação Militar Brasileira no Paraguai (desde 1942), a Missão Técnica Aeronáutica Brasileira (também no Paraguai), as Missões de Assessoria Naval em Cabo Verde e na Namíbia e a Missão Brasileira de Cooperação em Engenharia Militar no Senegal, além de diversos instrutores que atuam em escolas militares de inúmeros outros países.

O envio de militares brasileiros para realizarem cursos no exterior atende aos objetivos de aquisição de conhecimentos, além de permitir a demonstração de competências. A obtenção de prêmios e menções, especialmente frente a idiomas, culturas, doutrinas e métodos díspares, confirma o elevado padrão de qualidade dos militares brasileiros junto aos seus companheiros de curso e instrutores estrangeiros (PEREIRA, 2021, *passim*).

Assim é possível apontar a Diplomacia de Defesa como sendo um recurso de obtenção de Capacidade Militar e de difusão de Credibilidade bem empregado pelas FFAA brasileiras – porém de forma descentralizada (sem uma real coordenação do Ministério da Defesa, o qual também realiza sua própria Diplomacia de Defesa⁶³) e muitas vezes descontinuada. Como já colocado, a Credibilidade pode ser reforçada por intermédio da participação em manobras e treinamentos militares, como no caso

⁶² Da mesma forma, são realizados cursos no idioma inglês com a finalidade de ampliar o universo de candidatos, como o Curso Internacional de Estudos Estratégicos (na ECEME) e o Curso Internacional de Operações na Selva, esse no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Igualmente ocorrem cursos de ensino de português para militares estrangeiros, tanto no Brasil, quanto no exterior (como na Namíbia, na Indonésia e na Universidade Militar de Moscou) (PEREIRA, 2021, *passim*).

⁶³ Existem atividades que evidentemente são exclusivas ao Ministério da Defesa, como visitas e reuniões de nível Ministro e a alocação de vagas em cursos da ESG (disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/ha-26-anos-estagiarios-das-nacoes-amigas-fazem-parte-da-trajetoria-do-curso-de-altos-estudos-de-politica-e-estrategia-da-esg/>. Acesso em: 30 mar. 2024). Entretanto, ocorrem ações duplicadas que, além de dispenderem esforços e recursos desnecessariamente, revelam descoordenação e, portanto, reduzem a Credibilidade, como no caso de reuniões bilaterais de estado-maior levadas a cabo por aquele Ministério de forma concomitante com as realizadas por cada uma das Forças Singulares. Por exemplo, em 27 e 28 de setembro de 2022 teve lugar a III Conferência Bilateral entre os Estados-Maiores dos Exércitos do Brasil e da Itália e, menos de dois meses depois (de 14 a 18 de novembro de 2022), ocorreu a 2ª Conferência Bilateral entre o Estado-Maior de Defesa da Itália e o Ministério da Defesa do Brasil (WORTMEYER, 2023, p. 11-12).

da operação *Tapón 98* (quando helicóptero *Super Lynx* da Fragata Independência atacou e “destruiu”, com simulação do lançamento de mísseis antinavio *Sea Skua*, o Porta-Aviões espanhol *Príncipe de Asturias*, repetindo o feito anteriormente citado do Submarino Tamoio na operação *Linked Seas 97*) (BATISTA, 2021) e os exercícios *Red Flag* (o maior treinamento aéreo de combate do mundo e onde são testados os desempenhos das aeronaves, dos pilotos e das equipes de terra. As condições simuladas de combate são baseadas em eventos contemporâneos e visam criar novas doutrinas e ampliar o conhecimento de táticas e técnicas de combate)⁶⁴. Mas não é realista esperar que essa Credibilidade se mantenha por cerca de duas ou três décadas.

Deve ser assim frisado que se faz extremamente necessário a destinação constante de recursos para a efetivação dessas atividades mais desafiadoras e no campo externo⁶⁵ e que a presença em eventos desse tipo também eleva a Capacidade Militar nacional pela aquisição de conhecimentos e prática de novas técnicas, especialmente com relação às evoluções nas lides bélicas por parte de FFAA estrangeiras – jamais podendo ignorar que a realidade, assim como treinamentos realistas e desafiadores, se sobrepõem ao papel e ao comodismo sem surpresas na preparação marcial⁶⁶.

Com relação a documentação governamental brasileira específica sobre o tema da Diplomacia de Defesa, é instigante verificar que essa expressão não é utilizada no documento específico do Ministério da Defesa que trata do assunto, a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI) (BRASIL, 2017a). O que aparece é o termo “Atividades de Defesa na Área Internacional”, o que abre caminho para o EB raciocinar

⁶⁴ O Brasil participou da *Red Flag 08-3*, (julho de 2008) com aeronaves F-5EM (disponível em: <https://www.aereo.jor.br/2020/01/26/os-f-5em-da-fab-no-red-flag-08-3/>. Acesso em: 30 mar. 2024), já tendo estado presente em edição anterior desse exercício em 1998 (com aeronaves AMX A-1) (disponível em: <https://www.f3kpodcast.com.br/post/o-brasil-e-a-red-flag>. Acesso em: 30 abr. 2024).

⁶⁵ De particular interesse são as operações e exercícios que afastem as tropas e os comandos de suas zonas de conforto e de conhecimento, assim como aquelas que envolvam grandes comandos e maiores dificuldades de C5ISR e logísticas – aspectos que aparecem ser menos testados no inventário bélico brasileiro.

⁶⁶ Por exemplo e infelizmente, o Brasil nunca participou daquele que é considerado o maior e mais desafiante exercício marítimo internacional, o *Rim of the Pacific* (RIMPAC), que ocorre ao redor do Havaí. Sua última edição (a 28ª) se encerrou em 4 de agosto de 2022 e contou com 41 embarcações de marinhas de 26 países (incluindo aquelas pertencentes a nações sul-americanas: Chile; Colômbia; Equador; e Peru) (disponível em: <https://www.cpf.navy.mil/DesktopModules/ArticleCS/Print.aspx?PortalId=52&ModuleId=13680&Article=3118534>. Acesso em: 30 abr. 2024). E como já faz quase dezesseis anos desde a presença em uma *Red Flag*, se espera que a incorporação dos caças F-39 Gripen possam ajudar a reverter esse quadro (da mesma forma que a chegada das novas fragatas da classe Tamandaré e dos submarinos da classe Riachuelo com relação à RIMPAC e outras grandes manobras navais).

em Diplomacia Militar na sua Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI) (BRASIL, 2020f) e a MB se dedicar a Diplomacia Naval (BRASIL, 2020g, p. 37-39) – outro campo sem que o Ministério da Defesa estabeleça direcionamento preciso.

Mas apesar disso, pode-se observar que a Diplomacia de Defesa do Brasil está muito desenvolvida e, portanto, a Credibilidade dispõe de uma excelente ferramenta de divulgação – mas não se pode esquecer de que ela necessita ter dados positivos para difundir. Como ilustração, ocorre certo distanciamento conceitual entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Defesa brasileiros (logo entre as Políticas de Defesa e Externa nacionais). Apesar de terem evoluído no seu relacionamento, esses dois campos, que deveriam trabalhar em contato cerrado, ainda se situam nos denominados “universos paralelos” (ALSINA JÚNIOR, 2009). Para benefício da nação se faz necessário ocorrer maior convergência entre eles, permitindo uma melhor execução da Diplomacia de Defesa pelo Brasil, com todos os ganhos que possam assim advir, especialmente para a Dissuasão.

Por fim será aqui tratada a Orquestração apresentada pelo Brasil com relação à Dissuasão. Atentando ao Capítulo 2, a Grande Estratégia de uma nação é a diretriz da qual emanam todas as demais políticas setoriais⁶⁷. O Brasil, porém, não apresenta uma Grande Estratégia clara, resultando na falta de um direcionamento mor – ponto esse que é ressaltado por diversos autores brasileiros, muitas vezes fazendo uso de termos distintos, mas que claramente remetem ao significado de uma Grande Estratégia.

Lima (2010, p. 402) cita a necessidade de uma “definição política do Estado”, a qual buscaria instituir objetivos internacionais e dispositivos de articulação intragovernamental, tendo como direcionamento priorizar o interesse nacional frente a preocupações corporativas. Neves (2015, p. 259), sugere o estabelecimento de uma Grande Estratégia para permitir ao Brasil “contestar quaisquer ações externas que inibam a projeção do Estado” e que englobaria todos os campos do poder – mas seria “mandatório uma perfeita coordenação entre as agências responsáveis pela diplomacia, pela defesa, e as políticas econômica e fiscal”. Seria como se existisse

⁶⁷ Como observado com relação às relações internacionais por Brands (2014, p. 1, 3), a Grande Estratégia exerceria o papel de “arquitetura intelectual” na estruturação da Política Externa, moldando-a para a maximização de resultados, o que também seria legítimo para a Política de Defesa.

uma “vontade estratégica” consistente, permanente e capacitada a atingir os objetivos internacionais de longo prazo estabelecidos pelo Estado (FIORI, 2013⁶⁸, p. 16 *apud* NEVES, 2015, p. 259).

Para Alsina Júnior (2015, p. 21), “a grande estratégia, definida como a gestão dos negócios do Estado, visando à materialização de objetivos de longo prazo, é um conceito pouco comum no Brasil”. Kalout (2017, *passim*) discorre amplamente sobre o Brasil ser um país em busca de uma Grande Estratégia e apresenta que a mesma deve ser:

Entendida como o mecanismo que permita ao Brasil, em um mundo de constante transformação, garantir o interesse nacional em todas as suas manifestações, a partir de uma visão integrada de país. Tal estratégia deverá ser clara, articulada, coerente e funcional, de forma a permitir ao Brasil voltar a perseguir o *status* de verdadeiro ator global, efetivo e influente. A articulação de uma grande estratégia representa um exercício prático, baseado na definição e conjunção de meios e fins, de maneira que intenções estejam relacionadas a capacidades, e objetivos estejam relacionados a recursos disponíveis ou alcançáveis. Em suma, trata-se de alinhar recursos de poder do país com seus interesses e prioridades, orquestrando-se fins, meios e métodos. (KALOUT, 2017, p. 10, grifo do autor).

E segundo Lima (2010), a falta de uma definição política do Estado, estabelecendo objetivos internacionais e mecanismos de coordenação entre a Defesa e o MRE, reforçou uma baixa articulação e excessiva autonomia corporativa desses dois segmentos estatais, bem como acabou por reservar um papel doméstico à Defesa.

Ainda observando a Orquestração no aspecto da crucial relação entre Defesa e Diplomacia, ela não se mostra plenamente satisfatória (CASTRO, D'ARAUJO, 2001; LIMA *et al.*, 2017). Mesmo percebendo a importância da coesão entre Diplomacia e Defesa⁶⁹, “não é incomum a compreensão de que tais atividades representam não uma sinergia – voltada à consecução dos objetivos da Política Externa – mas campos completamente distintos da política” (WINAND, RODRIGUES, 2018, p. 279). No caso brasileiro, ocorre “uma incongruente relação entre o Itamaraty e as Forças Armadas”

⁶⁸ FIORI José L. O Brasil e seu “Entorno Estratégico” na Primeira Década do Século XXI. **Carta Maior**, 24 maio 2013 (disponível em: https://www.facebook.com/facecartamaior/?locale=pt_BR. Acesso em: 28 de agosto de 2024).

⁶⁹ “Poucas atividades humanas no âmbito exterior têm estado tão intrinsecamente vinculadas e entrelaçadas, no nível conceitual e em termos operativos, quanto a diplomacia e a defesa” (GARCÍA-SAÚCO, 2016 *apud* WINAND, RODRIGUES, 2018, p. 279).

(WINAND, 2016⁷⁰ *apud* WINAND, RODRIGUES, 2018, p. 279). Segundo Cavagnari (2001⁷¹, p. 11 *apud* ALSINA JÚNIOR., 2003, p. 70-71), o MRE “descarta a força militar do jogo estratégico, ao desqualificar a ação militar como substituta eventual da ação diplomática” – posição que transparece nas duas primeiras Políticas de Defesa Nacional (BRASIL, 1996, item 4.3; 2005, item 6.2, grifo nosso) ao enunciar que a vertente preventiva da Defesa brasileira “reside na valorização da ação diplomática **como instrumento primeiro de solução de conflitos**”.

Entretanto, Pereira (2021) apresenta a execução de diversas iniciativas buscando a aproximação e coordenação entre o MD e o MRE, concomitantes com declarações como a do ex-Chanceler Celso Amorim (2016, p. 307) que, ao refletir sobre sua passagem como Ministro da Defesa, destacou que o “complemento indispensável de uma política externa pacífica é uma política de defesa robusta”. Mas apesar de estar melhorando, ainda permanece essa realidade de diferenças entre esses dois pilares da atuação externa da nação – sendo “a coordenação dessas duas políticas o cerne da grande estratégia brasileira” (AMORIM, 2016, p. 307).

Em virtude da inexistência de uma Grande Estratégia brasileira, decorre que as PND/END mais se assemelham a uma declaração de intenções e desejos das Forças Singulares do que a um documento que explicita o que a nação delas requer. E como se faz necessária a convergência de esforços para alcançar uma Dissuasão eficaz, não há lugar nas PND/END para ajustes paroquialistas como de se destacar áreas específicas como de atuação de uma Força Singular – como no apresentado por Cortinhas (2019, p. 164, grifo nosso) ao tratar da defesa do Atlântico Sul (muitas vezes vista como reservada ao elemento naval do Poder Militar), “*the protection of the South Atlantic can only be fully achieved **through a combined effort of the three armed forces***”.

Uma outra ilustração relativa à Orquestração se liga à Amazônia, onde o efeito dissuasório seria sobremaneira obtido por intermédio da chamada Estratégia da Resistência, a qual:

Caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações militares em um conflito prolongado [...] normalmente contra um oponente possuidor de poder militar incontestavelmente superior, e onde normalmente empregam-se ações não

⁷⁰ WINAND, Érica C. **Diplomacia e Defesa na Gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): História e Conjuntura na Análise das Relações com a Argentina**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

⁷¹ CAVAGNARI, Geraldo L. Introdução Crítica a Atual Política de Defesa. **Carta Internacional**, São Paulo, ano 9, n. 96, p. 11-12, 2001.

convencionais, como táticas e técnicas de guerrilha. Visa a obter a decisão pelo enfraquecimento moral, físico e material do inimigo, por sua desarticulação estratégica e tática, **além da obtenção do apoio político e da opinião pública, nacional e internacional.** (BRASIL, 2020e, p. 4-6, grifo nosso).

Fica claro que, para além dos aspectos militares citados, se farão também necessárias orquestrar ações diplomáticas e políticas junto ao entorno brasileiro e na comunidade internacional, atuação na cadeia logística e industrial, orçamentos condizentes e diversas outras demandas que não serão operacionalizadas frente às lideranças das Forças Singulares, por mais competentes e articuladas que elas possam ser. É necessário um capital político e uma rede de relacionamentos que não fazem parte (e nem devem fazer) do portfolio de um comandante militar. E retornando à citada Estratégia da Resistência, como torná-la um efetivo instrumento dissuasório sem a participação da população?⁷²

5.3.3 Cultura Estratégia brasileira

Finalizando esta seção, foi verificado previamente que indubitavelmente existe o conhecimento e a competência necessários para instituir uma Dissuasão adequada à realidade do país. Entretanto, deles não resulta uma materialização que verdadeiramente expresse os melhores caminhos a se seguir para a Defesa do Brasil. Em outras palavras, o entendimento existente (verificado nos textos e manuais) não se traduz plenamente em real aplicabilidade nas estruturas e práxis objetivando dissuadir agressões contra o Brasil. Essas imperfeições são evidenciadas particularmente no campo da Orquestração, em especial nos níveis mais elevados dos Poderes Nacionais.

Observando a Cultura Estratégica do Brasil, alguns pontos se apresentam para ajudar a entender essa dicotomia entre o conhecimento teórico e o resultado vivenciado, entre a prática correta (“deve ser assim”) e a realidade presente (“aqui é dessa forma”):

- a) as relações civis-militares no Brasil estão ceivadas de complexidades, que podem ser observadas desde o fim da monarquia (levado a cabo pelo

⁷² O exemplo é a já citada *Totalförsvaret* sueca, a qual prepara, desde os tempos de paz, toda a população (civis e militares) daquele reino para ações de defesa daquela nação. Dessa forma, a Suécia (e outras nações, como a Suíça) tem um forte e real instrumento dissuasório a disposição.

Exército) até o governo passado (refletindo no atual). Nessa vivência histórica, interesses corporativos, ideológicos e políticos se misturam de forma agressiva e, assim, contribuem para a criação de obstáculos que prejudicam a convergência para o bem maior da Defesa da Pátria. “Na América do Sul, devido ao passado de regimes militares durante a Guerra Fria, o debate sobre a Defesa com a sociedade civil foi colocado de lado” (VASCONCELLOS; GOMES, 2024), no que é acompanhado por Alsina Júnior (2009, p. 73), que entende ser compreensível que “perdurem, de forma inercial, desconfianças de amplos setores da sociedade civil em relação ao estamento militar”;

- b) existe uma indiferença para com os assuntos de Defesa, como que eles fossem privativos das FFAA – as quais acabam por assim também se posicionarem. Essa situação é reforçada por o Brasil ser “considerado um *Estado satisfeito*, com todas as fronteiras resolvidas, tamanho, população e riquezas apropriadas, sem qualquer intenção de expansão territorial, o que explica sua postura de não beligerância”⁷³ (AGUILAR; MENDONÇA, 2021, p. 167, grifo dos autores). Para Lima e Hirst (2009, p. 70-71), os “círculos políticos e intelectuais brasileiros não valorizam a dissuasão militar como fonte de prestígio internacional e/ou regional”. E segundo Nasser (2012, p. 236), aludindo ao campo externo, “para o Brasil, a diplomacia, mais que a força armada, é fonte de poder. Nas OPs [Operações de Paz], as forças armadas são utilizadas para fortalecer a diplomacia”. Kalout (2017, p. 25) descreve que, desde a redemocratização, o *establishment* político buscou, consciente ou inconscientemente, pela isenção do tema Defesa da arena política;
- c) Lima (2010, p. 402, grifo nosso) expõe que “condição necessária para que se obtenha a articulação entre as duas áreas [Defesa e Diplomacia] é a subordinação constitucional e política das duas principais burocracias [...] ao poder político legalmente constituído”. Indo além do aspecto de um “cumprimento de ordens”, o fato é que essa subordinação necessita ser bem estabelecida em normas e estruturalmente. Mas o que se verifica é que falta

⁷³ Conforme apresentado no Capítulo 2 desta tese, os *Satisfied Powers* são aqueles que almejam a manutenção do status quo em razão de os seus interesses estarem saciados (SCHWELLER, 1994, p. 88, 100-103).

uma Grande Estratégia ao Brasil (LIMA, 2010; ALSINA JÚNIOR, 2015; NEVES, 2015; KALOUT, 2017). Também se constata a existência de um organograma⁷⁴ no qual não existe a subordinação das Forças Singulares a um órgão coordenador e cujo chefe tenha responsabilidade claras de liderança sobre os demais⁷⁵ – abrindo margem a interpretações paroquialistas;

- d) ligado ao item acima é a existência de um Ministério da Defesa com pouca importância política e, conseqüentemente, sem força para implementar alterações que levem a uma maior Interoperabilidade entre as Forças Singulares e uma interlocução influente junto aos demais campos do Poder Nacional.

O ponto fulcral é que, seja por razões históricas (Lima, 2010, p. 415), seja por percepções políticas menos criteriosas, as representações da Cultura Estratégica autóctone exercem e/ou permitem pressões que envolvem ações paroquialistas, conflitos de poder, percepções e leituras equivocadas da teoria dissuasória, além de apresentar um distanciamento e incompreensões nas relações civis-militares – tudo isso levando a claros prejuízos na implementação e execução de uma Dissuasão condizente com o país o qual deveria ser melhor protegido. Em consequência, se faz necessário reverter essa situação para permitir potencializar os resultados pela conjunção de esforços, acompanhado de um menor desperdício de meios, tempo e pessoal, os quais são necessariamente escassos frente à amplitude das necessidades para a Dissuasão. Discrepâncias, fruto da limitada consolidação do Ministério da Defesa brasileiro, necessitam ser solucionadas e ultrapassadas – findando a manutenção dos “ministérios militares” (na forma dos comandos praticamente independentes das Forças Singulares) e iniciando uma era com um Ministério da Defesa com força e apetite para assumir sua posição de liderança na Defesa da nação. Se no passado poderia até ser factível – mesmo que não desejável

⁷⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional-2/estrutura-organizacional>. Acesso em: 10 mar. 2024.

⁷⁵ Pode ser lembrado o caso citado no Capítulo 2 sobre a implementação do *Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act of 1986* que determinou alterações-chaves na JCS estadunidense, como: valorização do *Chairman*, o qual passou a ter a responsabilidade individual de ser o principal assessor militar das lideranças civis seniores na área da Defesa (o Presidente, o Conselho de Segurança Nacional e o Secretário de Defesa); criação da posição de *Vice Chairman* para dar suporte às novas atribuições do *Chairman* (que passou a contar com um Estado-Maior Conjunto, escolhido por ele); atribuição ao *Chairman* do desenvolvimento de uma Doutrina Militar conjunta; e transferência de subordinação dos Comandos Unificados, que passou da JCS para o Secretário de Defesa (e deste para o Presidente dos EUA).

– um planejamento mais independente de cada uma das Forças, focado no seu ambiente dominante (como o terrestre, o marítimo ou o aeroespacial)⁷⁶, a guerra moderna desconstruiu essa possibilidade.

Diversas medidas se apresentam, mas a Cultura Estratégica do Brasil permitirá completá-las? Elas vão desde a elaboração de uma Grande Estratégia brasileira⁷⁷ até a salutar reorganização do ensino militar de estado-maior e de mais alto nível, tornando-o centralizado⁷⁸, passando pelo impositivo estabelecimento de uma Doutrina Militar nacional, uma estrutura militar de guerra mais simplificada, ações de adequação e centralização logística e diversas outras.

A Dissuasão é uma atitude estratégica bastante adequada à realidade brasileira, como: ser de caráter defensivo; não impõe despesas exorbitantes ao orçamento nacional (mas necessita de um montante adequado para a preparação e equipagem das FFAA); pode ser levada a efeito sem a existência de uma ameaça clara e direta; mantém as FFAA focadas na sua missão primordial, de Defesa da Pátria etc. Porém como observado nos Capítulos 3 e 4, uma Dissuasão efetiva se traduz em ações combinadas e contando com o envolvimento das diversas áreas do Poder Nacional. Pelo aqui apresentado, diversos aspectos da Cultura Estratégica brasileira contribuem negativamente para a efetivação de uma Dissuasão capaz e crível, além de notadamente dificultarem que ela seja orquestrada.

5.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Chegando ao final deste capítulo é razoável inferir uma resposta ao problema de pesquisa: como a Dissuasão Convencional é influenciada pela Cultura Estratégica singularizada para cada nação?

Utilizando a metáfora de uma equação, a primeira parte da solução foi constituir o coeficiente Dissuasão Convencional aos seus limites. Daí se passou à

⁷⁶ Cabe lembrar o apresentado previamente nesta tese sobre como as FFAA estadunidenses reagiram a substituir sua “independência” por uma maior efetividade no campo de batalha.

⁷⁷ “Ainda inexistente no Brasil um órgão, em nível ministerial, encarregado de formular, estimular, executar, coordenar, supervisionar e fiscalizar **políticas estratégicas multissetoriais vitais para o progresso [e defesa] do país**” (KALOUT, 2017, p. 26, grifo nosso).

⁷⁸ Como ocorre, por exemplo, no Reino Unido, com o *Joint Services Command and Staff College* (JSCSC) e o *Royal College for Defence Studies* (RCDS) e na Suécia, com a *Försvarshögskolan* (Swedish Defence University/ SEDU).

caracterização da variável Cultura Estratégica e também ao apêndice Diplomacia de Defesa. Por fim, se introduziu o fator Defesa brasileira.

O que pode ser observado é que a Defesa brasileira conhece a teoria da Dissuasão Convencional, inclusive transcrevendo-a em manuais e outros documentos oficiais de forma condizente com os entendimentos teóricos. Entretanto, a Cultura Estratégica nacional é ceivada de impropriedades que claramente prejudicam um domínio da teoria estabelecida na práxis da Dissuasão Convencional – as premissas construídas são degradadas no confronto com *modus operandi* vigente. Isso fica claro no estudo de caso, quando realidades históricas, culturais e políticas apresentadas se impõem sobre a lógica comum e o conhecimento científico.

Desse modo o problema de pesquisa recebe a sua resposta (aqui singularizada às circunstâncias brasileiras): a Dissuasão Convencional é influenciada pela Cultura Estratégica pela interferência que essa última adentra na forma de proceder das lideranças nacionais. Muito mais do que valores e competências individuais, é a inação ou direção (impregnada de características peculiares daquela nação) que, adotadas pelo *establishment* maior da nação, irão ditar os seus rumos na Defesa e que podem levar a sua Dissuasão Convencional a caminhos inadequados difíceis de justificar.

Em suma, a Cultura Estratégica local pode permitir que sejam aceitas justificativas errôneas de distribuição de poder, o predomínio de interesses paroquiais e mesmo a influência negativa de ideologias. Entendê-la se faz necessário para melhorar a própria competência dissuasória de forma a permitir levar a cabo a Dissuasão Convencional mais adequada a um agressor. Muito embora o *establishment* de Defesa brasileiro demonstre um raciocínio atualizado do que vem ser a Dissuasão Convencional (compartilhado pelo Ministério da Defesa e pelas diferentes Forças Singulares), a realidade é divergente desse raciocínio, em razão de a Cultura Estratégica local aceitar práticas deletérias ao estabelecido no Triunvirato da Dissuasão.

6 CONCLUSÃO

Esta tese nasceu da busca pessoal por respostas a questionamentos persistentes que acompanharam este autor durante grande parte de sua carreira profissional e em todo o seu percurso acadêmico, sendo todos eles conexos com a Defesa do Brasil.

Com esta tese finalizada, acredita-se haver sido desveladas diversas respostas e caminhos a seguir frente ao desafio intelectual que foram cativados ao longo de uma vida. Mas, o que deve constar ao final de uma conclusão de trabalho acadêmico não será ainda antecipado, tampouco as consequências e perspectivas futuras frente ao aqui alcançado. Importa detalhar as etapas que foram seguidas.

Antes de a tese tratar do problema de pesquisa *per sí*, se fazia necessário iluminar o caminho que seria seguido. O primeiro farol foi a escolha do Realismo Neoclássico como teoria de base. Foi uma escolha lógica em razão de que a luz necessária deveria incluir para além das lideranças estatais e das unidades do Sistema Internacional. Ao tratar de questões nas quais os aspectos cultural e psicológico são fundamentais, se fazia imprescindível incluir o campo doméstico de cada nação: a sua opinião pública, suas organizações de influência e os votos dos cidadãos – exatamente aqueles cuja resiliência e esforço serão fundamentais nas ações de Defesa. Então a tese iniciou explicando sumariamente o Realismo Neoclássico e sua ligação com a pesquisa sendo realizada.

O segundo farol que foi observado na tese é um daqueles que muitos se esquecem (ou preferem esquecer), até que os recifes e correntezas ameacem a segurança própria, dos seus e de toda a sua nação: a realidade hodierna das guerras interestatais. Apesar de não ser desejável, a eclosão de conflitos em larga escala não pertence ao passado, como demonstrado na invasão russa à Ucrânia em 2022 e que persiste até os dias de hoje. Dessa forma, foram aqui incluídos estudos que fortalecem a necessidade de se manterem forças bélicas aprestadas e equipadas – uma Capacidade Militar que se relaciona diretamente com a Dissuasão Convencional, atividade essa que busca evitar a guerra, mesmo que alguns achem isso um paradoxo em si mesmo.

O terceiro farol se localizava em um nível mais elevado, buscando clarear a direção geral a ser seguida. Para isso foram debatidas a Grande Estratégia, a Política de Defesa e a Doutrina Militar – documentos esses que carregam, em maior ou menor

grau, as decisões das lideranças políticas de uma nação nos quesitos de Defesa. Esses documentos (e outros menos debatidos) têm, idealmente, o propósito de guiar os caminhos que os integrantes do campo militar necessitam seguir. Não devem ser fruto de decisões unilaterais do *establishment* militar ou de opções paroquialistas. E, portanto, se fez necessário (re)apresentar essa luz para reforçar o que deveria ser óbvio: não existe Defesa sem a participação de todos os campos do Poder Nacional. Mais do que isso, será da mais alta liderança política de uma nação a responsabilidade de estabelecer o curso a ser seguido. Afinal:

Strategy is the bridge between military power and political purpose. Its state of repair is highly variable. Moreover, although it is a bridge that must allow two-way traffic between tasking from policy and evidence on military feasibility, it is the former that must dominate. When policy fails to command it finds itself the servant of warfare, the reverse of the only legitimate terms of the relationship. (GRAY, 2006, p. 1, grifos nossos).

Estabelecidos esses faróis, o passo seguinte foi estudar a conformação de emprego bélico escolhida nesta tese, no caso a Dissuasão Convencional. Foram elaborados dois capítulos com a finalidade de compreendê-la, verificar seu *modus operandi* e o que poderia afetá-la. Inconsistências ou divisões teóricas foram ajustadas de forma a obter um compêndio inovador de como se alcança a Dissuasão Convencional – o denominado Triunvirato da Dissuasão.

Essa trindade apresenta três componentes: a Capacidade, a Credibilidade e a Orquestração. Exemplos históricos foram inseridos como comprovações empíricas e trabalhos acadêmicos foram estudados. De tal busca resultou em uma formulação com um perfil inovador, a qual ressalta que a Dissuasão necessita contar não apenas com os diversos integrantes do Poder Nacional, mas que eles atuem em uma orquestração harmoniosa e bem dirigida.

Do estudado no quesito do Triunvirato da Dissuasão, também importa jamais ignorar que:

It is unreasonable to expect deterrence to preserve peace over the long term unless both sides actively commitment to avoiding war. Technological, military, political, and diplomatic power relationships will inevitably alter over time, sometimes dramatically, giving one party an opportunistic advantage over the other [...] It is useful, therefore, to think of deterrence not only as desired outcome, but also as a process requiring constant attention. (ECHEVARRIA II, 2017, p. 74-75, grifos nossos).

Além disso, tanto a literatura clássica quanto análises empíricas recentes sugerem que não é uma Capacidade Militar inquestionavelmente apta a vencer que impede uma nação agressora de agir, “wars rarely start because one side believes that it has a military advantage. They occur when leaders become convinced that force is necessary to achieve important goals” (LEBOW, 1982, p. 197). Outro ponto importante é que:

A defender can succeed by deploying sufficient local forces to raise the cost of a potential attack, to make escalation inevitable, and to deny the possibility of a low-risk fait accompli. Such a strategy is based on the idea that even incomplete denial capabilities can create the risks of escalation, raising ‘a specter of costs for the enemy well beyond those which the surface forces themselves are capable of inflicting.’ Even if an attacker believes it might be successful in such cases, the costs of a long and painful war are a powerful preventive deterrent. (MAZARR, 2018, p. 6, grifo do autor).

Detalhada a Dissuasão Convencional, se fez necessário, então, compreender como se desenvolve a personalidade e o comportamento da nação, como atuam as suas lideranças e a forma de resposta dos seus cidadãos e soldados em uma situação adversa ou de guerra. Afinal, a Dissuasão não é nem um algoritmo matemático e tampouco segue fixamente formulações acadêmicas e doutrinárias. Ela é, sim, a resultante de diversos fatores complementados pelos imponderáveis da mente humana – os quais levam a resultantes não necessariamente previsíveis.

A resposta a esse questionamento sobre como decifrar as reações nacionais frente a uma agressão foi obtida pela via da Cultura Estratégica – opção que aliando história, experiências passadas, valores, cultura e diversos outros elementos permite antever reações, forças e fraquezas desse conjunto que necessita ser analisado, especialmente observando os ditos Interesses Nacionais. A Cultura Estratégica foi apresentada e elaborada sua aplicabilidade como fator para implementar aperfeiçoamentos próprios (ao se autoconhecer) e para melhor se preparar para enfrentar eventuais agressores (ao conhecê-los). Pelas suas características, a Cultura Estratégica foi incluída como a Variável Independente que atuaria na Dissuasão Convencional (essa a Variável Dependente) de forma a buscar solucionar o problema de pesquisa desta tese.

Chegou então a ocasião de incluir um auxiliar nesse trajeto estabelecido, a Diplomacia de Defesa. Ela é uma ferramenta que permite tanto implementar os componentes do Triunvirato da Dissuasão (logo ela em si) quanto cooperar para um

melhor entendimento da Cultura Estratégica alóctone. Foram abordados os diversos instrumentos de que dispõe a Diplomacia de Defesa e relacionados com resultados que obtêm para implementar a Dissuasão Convencional e compreender a Cultura Estratégica – afinal mesmo não sendo fácil ou simples a decisão de partir para uma guerra, é impresindível que a nação dissuasora se esforce ao máximo para que essa agressão não se concretize: elevando ao máximo os componentes do seu Triunvirato da Dissuasão e compreendendo bem a Cultura Estratégica do agressor de forma a atuar nela para reduzir anseios e necessidades antagônicas.

O ato final dessa viagem científica foi colocar o Brasil como passageiro da Dissuasão Convencional. O que ficou claro é que esse passageiro já conhecia a maior parte dos procedimentos e práticas adotadas na Dissuasão Convencional. Todavia, por características e opções próprias, não fazia uso de todas as potencialidades que ela proporciona – possibilitando depreender que a Cultura Estratégica autóctone, ao tolerar certas idiosincrasias, acaba por permitir corromper o exercício da Dissuasão Convencional. Afinal, divisar problemas na sua própria Cultura Estratégica é um exercício que impõe esforço intelectual, imparcialidade de propósitos e uma busca de encontrar respostas fidedignas, mesmo que dolorosas. Não é um processo descomplicado conseguir distinguir práticas danosas à Dissuasão e também à Defesa da sua nação – especialmente por elas estarem inseridas (firmemente) no *establishment* e nas individualidades que constituem aquela nação. Essa realidade ocorre tanto em razão de que essas práticas já podem estar sendo exercidas por anos quanto pela abundância de justificativas direcionadas à confirmação de um (pseudo) acerto delas. Tudo isso contribui para obstar que esses desempenhos prejudiciais à Dissuasão sejam retificados.

No caso do Brasil, o que avultou foram problemas estruturais graves (especialmente nos níveis mais elevados das relações governamentais e sociais): poder político fraco frente às decisões relativas à Defesa; falta de uma Grande Estratégia nacional; relações civis-militares problemáticas; corporativismo e paroquialismo exacerbados; dinâmicas de poder conflituosas por falta de efetivas delimitações de áreas de responsabilidade; e incompreensão dos benefícios do trabalho conjunto.

Como apresentado na conclusão do capítulo anterior, o problema de pesquisa pôde ser respondido ao se analisar o que sobrevém no Brasil: a sua Cultura Estratégica, impregnada de características peculiares que aceitam justificativas

errôneas de distribuição de poder, não consegue solucionar as relações civis-militares e permite que os interesses paroquiais influenciem negativamente a Dissuasão Convencional brasileira. Por conseguinte, é possível constatar que uma das formas “como” a Cultura Estratégica influencia a Dissuasão Convencional é pela postura política-institucional-militar adotada pela nação – onde se observa se os interesses que prevalecem traduzem um real benefício para a Defesa Nacional ou se privilegiam pretensões particulares e/ou paroquiais deletérias a essa Defesa.

Dessa forma e frente aos obstáculos de vulto para a evolução da Defesa do Brasil, reafirma-se a necessidade de produzir mais academicamente sobre o tema, difundir os conhecimentos adquiridos, aprimorar as relações entre os civis e os militares e buscar o desenvolvimento na sociedade brasileira de um firme posicionamento de seus cidadãos e de suas lideranças com relação à Defesa Nacional – de sorte que o Brasil continue resguardado da cobiça internacional e protegido dos horrores da guerra.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav; HE, Jiajie. The Strategic Studies: The West and the Rest. *In*: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (ed.). **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies**. 6th ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 329-347.
- ADAMSKY, Dima. **The Culture of Military Innovation: The Impact of Cultural Factors on the Revolution of Military Affairs in Russia, the US, and Israel**. Stanford: Stanford University Press, 2010.
- ADAMSKY, Dimitry (Dima). **The Russian Way of Deterrence: Strategic Culture, Coercion, and War**. Stanford: Stanford University Press, 2024.
- AGUILAR, Sergio; MENDONÇA, Thaianne. Brasil e Forças Armadas: Dissuasão, Política Externa e Emprego Interno. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 107, p. 163-190, Jul.-Sept. 2021.
- ALBESI, Gianni; AUTIERI, Viola. **Gli Alpini: I Luoghi, I Valori e L'Evoluzione delle Penne Nere dalle Origini a Oggi**. Milano: Gribaudo, 2019.
- ALEXANDROFF, Alan; ROSECRANCE Richard. Deterrence in 1939. **World Politics**, Cambridge, v. 29, n. 3, p. 404-424, Apr. 1977.
- ALLARD, Kenneth. **Command, Control, and the Common Defense**. Washington: National Defense University, 1996.
- ALSINA JÚNIOR, João Paulo S. A Síntese Imperfeita: Articulação entre Política Externa e Política de Defesa na Era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 2. p. 53-86, jul./dez. 2003.
- ALSINA JÚNIOR, João Paulo S. **Política Externa e Poder Militar no Brasil: Universos Paralelos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- ALSINA JÚNIOR, João Paulo S. **Rio-Branco: Grande Estratégia e Poder Naval**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- ALSINA JÚNIOR, João Paulo S. **Ensaio de Grande Estratégia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- AMORIM, Celso. **A Grande Estratégia do Brasil: Discursos, Artigos e Entrevistas da Gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Coleção Política Externa Brasileira. Brasília: FUNAG; [São Paulo]: Editora UNESP, 2016.
- ANTONOV, Georg I. The Red Army in the Finnish War: II. From the Soviet Side. *In*: LIDDELL HART, Basil H. (ed.). **The Red Army**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1956. (Part 1: The Red Army, 1918 to 1945; Part 2: The Soviet Army, 1946 to the Present). p. 88-92.

ARON, Raymond. **Peace and War: A Theory of International Relations**. Abingdon: Routledge, 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ÅSELIUS, Gunnar. Swedish Strategic Culture after 1945. **Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association**, Oslo, v. 40, n. 1, p. 25-44, 2005.

ATKINSON, Carol. **Military Soft Power: Public Diplomacy through Military Educational Exchanges**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.

ATRAN, Scott; AXELROD, Robert. Reframing Sacred Values. **Negotiation Journal**, Cambridge, v. 24, n. 3, p. 221-246, July 2008.

AUSTRALIA. Royal Australian Air Force. **The Air Power Manual** (Australian Air Publication AAP 1000-D). 6th ed. Canberra: Air Power Development Centre, 2013.

BALZACQ, Thierry; KREBS, Ronald R. The Enduring Appeal of Grand Strategy. *In*: BALZACQ, Thierry; KREBS, Ronald R. (ed.). **The Oxford Handbook of Grand Strategy**. Oxford: Oxford University Press, 2021. p. 1-23.

BARAM, Amatzia. Calculation and Miscalculation in Baghdad. *In*: DANCHEV, Alex; KEOHANE, Dan (ed.). **International Perspectives on the Gulf Conflict 1990-91**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1994. p. 23-58.

BARNETT, Roger W. **Navy Strategic Culture: Why the Navy Thinks Differently**. Annapolis: Naval Institute Press, 2009.

BATISTA, José Luiz B. O Dia em que o *Príncipe* se Rendeu à *Independência* - Guerra ... é Guerra. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 141, n. 04/06, p. 219-224, abr./jun. 2021.

BAYLIS, John; WIRTZ, James J. Introduction: Strategy in the Contemporary World. *In*: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (ed.). **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies**. 6th ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 1-15.

BEAUFRE, André. **Deterrence and Strategy**. London: Faber and Faber Limited, 1965.

BEAUFRE, André. Uma visão geral da estratégia. Tradução de Obino L. Alvares. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 609, p. 109-132, set./out. 1966.

BEAUFRE, André. **Introdução à Estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BERKLAND, David. Douhet, Trenchard, Mitchell, and the Future of Air Power. **Defence & Security Analysis**, London, v. 27, n. 4, p. 389-393, Dec. 2011.

BETTS, Richard K. **Conflict After the Cold War: Arguments on Causes of War and Peace.** 5th ed. New York: Routledge, 2017.

BIALER, Uri. Elite Opinion and Defence Policy: Air Power Advocacy and British Rearmament during the 1930's. **British Journal of International Studies**, Cambridge, v. 6, n. 1, p. 32-51, Apr. 1980a.

BIALER, Uri. **The Shadow of the Bomber: The Fear of Air Attack and British Politics 1932-1939.** London: Royal Historical Society, 1980b.

BIDDLE, Stephen D. **Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle.** Princeton: Princeton University Press, 2004.

BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. Future Warfare in Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. AirSea Battle, and Command of the Commons in East Asia. **International Security**, Cambridge, v. 41, n. 1, p. 7-48, Summer 2016.

BIDDLE, Tami D. **Strategy and Grand Strategy: What Students and Practitioners need to Know.** Carlisle: United States Army War College Press, 2015.

BISMARCK, Helene von. The Kuwait Crisis of 1961 and its Consequences for Great Britain's Persian Gulf Policy. **British Scholar**. Edinburgh, v. II, n. 1, p. 75-96. Sept. 2009.

BLACK, Jeremy. **Rethinking Military History.** Abingdon: Routledge, 2004a.

BLACK, Jeremy. **War and the New Disorder in the 21st Century.** New York: Continuum, 2004b.

BLACK, Jeremy. **War and Its Causes.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2019.

BLAIR, Clay. **Hitler's U-Boot War: The Hunters, 1939-1942.** New York: Modern Library, 2000.

BLAIR, Clay. **Hitler's U-Boot War: The Hunted 1942-45.** London: Orion Books, 2011.

BLAIR, Clay. **Silent Victory: The U.S. Submarine War Against Japan.** Annapolis: Naval Institute Press, 2001.

BLUHM JUNIOR, Raymond K. American Revolutionary War. *In*: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History.** London: Cassel Illustrated, 2011a. p. 448-471.

BLUHM JUNIOR, Raymond K. War of 1812. *In*: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History.** London: Cassel Illustrated, 2011b. p. 537, 541, 543-545, 551-554.

BLUHM JUNIOR, Raymond K. World War II: War with Japan. *In*: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History.** London: Cassel Illustrated,

2011c. p. 827.

BLUMBERG, Arnold. **When Washington Burned: An Illustrated History of the War of 1812.** Havertown: Casemate, 2012.

BOBBITT, Philip. **Democracy and Deterrence: The History and Future of Nuclear Strategy.** Basingstoke: Macmillan, 1988.

BONDS, Timothy M. *et al.* **What Role Can Land-Based, Multi-Domain Anti-Access/Area Denial Forces Play in Deterring or Defeating Aggression?** Santa Monica: RAND Corporation, 2017.

BOOTH, Ken. **Strategy and Ethnocentrism.** New York: Holmes & Meier, 1979.

BOOTH, Ken. The Concept of Strategic Culture Affirmed. *In:* JACOBSEN, Carl G. (ed.). **Strategic Power: USA/USRR.** New York: Palgrave Macmillan, 1990. p. 121-128.

BORNEMAN, Walter R. **1812: The War that Forged a Nation.** New York: HarperCollins, 2004.

BOYD-CARPENTER, Thomas. **Conventional Deterrence into the 1990s.** New York: Palgrave Macmillan, 1989.

BRANDS, Hal. **What Good is Grand Strategy: Power and Purpose in American Statecraft from Harry S. Truman to George W. Bush.** Ithaca: Cornell University Press, 2014.

BRANDS, Hal. **The Promise and Pitfalls of Grand Strategy.** Carlisle: Strategic Studies Institute, 2021.

BRASIL. Ministério da Marinha. **Glossário de Vocábulo e Expressões Básicas de uso na Marinha.** Brasília, 1981. (EMA-320B).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional.** Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Glossário da Aeronáutica.** Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto n. 5.294, de 01 de dezembro de 2004. Fixa a lotação de Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 de dezembro de 2004. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 de julho de 2005. Seção 1, p. 5-7.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, 2007. (MD51-M-04).

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei Complementar n. 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 de agosto de 2010. Seção 1, p. 1-2.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015. (MD35-G-01).

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2016a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2016b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI)**. Brasília, 2017a.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Operações Ofensivas e Defensivas**. Brasília: EGGCF, 2017b. (Manual de Campanha EB70-MC-10.202).

BRASIL. Exército Brasileiro. **Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. 5. ed. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2020b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Operações Conjuntas: Conceitos Doutrinários**. v. 1, 2. ed. Brasília, 2020c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Operações Conjuntas**. 2. ed. Brasília, 2020d. (Planejamento, v. 2).

BRASIL. Exército Brasileiro. **Estratégia**. 5. ed. Brasília, 2020e. (Manual de Fundamentos EB20-MF-03.106).

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional** – DAEBAI. Brasília, 2020f. (EB10-D-01.006).

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha**. Brasília, 2020g. (PEM 2040).

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro, 2024.

BRITZ, Malena. Introduction: Strategic Culture and Participation in International Military Operations. *In*: BRITZ, Malena (ed.). **European Participation in International Operations: The Role of Strategic Culture**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016. p. 1-21.

BRODIE, Bernard. **Strategy in the Missile Age**. Santa Monica: RAND Corporation, 1959.

BRODIE, Bernard. The Anatomy of Deterrence. *In*: GARNETT, John (ed.). **Theories of Peace and Security: A Reader in Contemporary Strategic Thought**. New York: St Martin's Press, 1970. p. 87-105.

BRODIE, Bernard. **War and Politics**. New York: Macmillan, 1973.

BROOKS, Richard. The Military Renaissance 1500-1650. *In*: DRURY, Ian (ed.). **The Times History of War: The Illustrated Military History of the World from Ancient Civilization to the 21st Century**. London: HarperCollins, 2000a. p. 62-81.

BROOKS, Richard. Line of Battle 1650-1785. *In*: DRURY, Ian (ed.). **The Times History of War: The Illustrated Military History of the World from Ancient Civilization to the 21st Century**. London: HarperCollins, 2000b. p. 82-101.

BROOKS, Richard. The Heirs of Napoleon 1815-1905. *In*: DRURY, Ian (ed.). **The Times History of War: The Illustrated Military History of the World from Ancient Civilization to the 21st Century**. London: HarperCollins, 2000c. p. 124-151.

BROOKS, Risa A. Introduction: The Impact of Culture, Society, Institutions, and International Forces on Military Effectiveness. *In*: BROOKS, Risa A.; STANLEY, Elisabeth A. (ed.). **Creating Military Power: The Sources of Military Effectiveness**. Stanford: Stanford University Press, 2007. p. 1-26.

BROWN, Michael E. **Deterrence Failures and Deterrence Strategies: Or, Did You Ever Have One of Those Days When No Deterrent Seemed Adequate?** Santa Monica: RAND Corporation, 1977.

BRUNSTETTER, Daniel R.; O'DRISCOLL, Cian. Introduction: An Intimation of Possibilities. *In*: BRUNSTETTER, Daniel R.; O'DRISCOLL, Cian (ed.). **Just War Thinkers: From Cicero to the 21st Century**. Abingdon: Routledge, 2018. p. 1-7.

BUDIANSKY, Stephen. **Perilous Fight: America's Intrepid War with Britain on the High Seas, 1812-1815**. New York: Alfred A. Knopf, 2010.

BUDJERYN, Mariana. **Inheriting the Bomb: The Collapse of the USSR and the**

Nuclear Disarmament of Ukraine. Baltimore: John Hopkins University Press, 2023.

BUDJERYN, Mariana; UMLAND, Andreas. Damage Control: The Breach of the Budapest Memorandum and the Nuclear Non-Proliferation Regime. *In: SCHMIES, Oxana (ed.). NATO's Enlargement and Russia: A Strategic Challenge in the Past and Future.* Stuttgart: Ibidem, 2021. p. 177-189.

BÜHLMANN, Christian. Le Livre du Soldat *Suisse Illustration Républicaine du Lien entre Citoyen et Soldat. Stratégique*, Paris, n. 115, p. 61–78, 2017.

BULL, Stephen. **World War II Winter and Mountain Warfare Tactics.** Oxford: Osprey, 2013.

BULLOCK, Alan. **Hitler and Stalin: Parallel Lives.** London: Fontana, 1998.

BUNN, Elaine. Can Deterrence Be Tailored? **Strategic Forum**, Washington, n. 225, p. 1-8, Jan. 2007.

BUNTING, Tony. Italian Wars. *In: GRANT, R. G. (ed.). 1001 Battles That Changed the Course of History.* London: Cassel Illustrated, 2011a. p. 244, 248.

BUNTING, Tony. Russian-Japanese War. *In: GRANT, R. G. (ed.). 1001 Battles That Changed the Course of History.* London: Cassel Illustrated, 2011b. p. 690-695.

CARMONA, Ronaldo G. **Poder Nacional e Grande Estratégia: uma Análise Geopolítica dos Conceitos Fundamentais do Projeto Brasileiro de Potência.** 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARPENTER, Ted G. **America's Coming War with China: A Collision Course over Taiwan.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

CARR, Edward H. **The Twenty Year's Crisis 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations.** 2nd ed. London: Macmillan, 1946.

CARVALHO, Patrícia N.; GONÇALVES, Fernanda N. O Brasil como Potência Regional: uma Análise da sua Liderança na América do Sul no Início do Século XXI. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 222-248, dez. 2016.

CASHMAN, Greg. **What Causes War? An Introduction to Theories of International Conflict.** 2nd ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.

CASTLE, Ian. **London 1914-17: The Zeppelin Menace.** Oxford: Osprey, 2008.

CASTLE, Ian. **London 1917-18: The Bomber Blitz.** Oxford: Osprey, 2010.

CASTLE, Ian. **The First Blitz: Bombing London in the First World War.** Oxford: Osprey, 2015.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. Introdução. *In*: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **Os Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 7-49.

CHAPMAN, Bert. **Military Doctrine: A Reference Handbook**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.

CHANG, Gordon H.; DI, He. The Absence of War in the U.U.-China Confrontation over Quemoy and Matsu in 1954-1955: Contingency, Lucky, Deterrence. **The American Historical Review**, Oxford, v. 98, n. 5, p. 1500-1524, Dec. 1993.

CHASE, Michael S.; CHAN, Arthur. **China's Evolving Approach to "Integrated Strategic Deterrence"**. Santa Monica: RAND Corporation, 2016.

CHENG, Dean. An Overview of Chinese Thinking About Deterrence. *In*: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim (ed.). **NL ARMS Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century – Insights from Theory and Practice**. Berlin: Asser Press, 2021. p. 177-200.

CHEYRE, Juan Emilio. Defence Diplomacy. *In*: COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh (ed.). **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 369-382.

CHINA. **China's National Defense in 1998**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 1998.

CLARK, André; CARVALHO, Paulo Sérgio M.; CARMONA, Ronaldo. **Tensões Geopolíticas Globais e os Desafios de Fortalecimento da Defesa e Segurança Nacional: Apontamentos Preliminares**. Rio de Janeiro: CEBRI, 2022.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. Edited and Translated by M. Howard and P. Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

COBB, Stephen. **Preparing for Blockade 1885-1914: Naval Contingency for Economic Warfare**. Farnham: Ashgate, 2013.

COHEN, Eliot A. **The Big Stick: The Limits of Soft Power & the Necessity of Military Force**. New York: Basic Books, 2016.

CONFOEDERATIO HELVETICA - CH. **Constitution Fédérale de la Confédération Suisse du 29 mai 1874**. Berne, 1874. Disponível em: <https://www.e-rara.ch/zut/doi/10.3931/e-rara-26153?lang=en>. Acesso em: 17 jan. 2024.

CONFOEDERATIO HELVETICA - CH. Le Conseil Fédéral. **Rapport du Conseil Fédéral à L'Assemblée Fédérale Concernant la Conception de la Défense Nationale Militaire**. Berne, 1966. Disponível em: https://www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1966/1__873_/fr. Acesso em: 17 jan. 2024.

CONFOEDERATIO HELVETICA - CH. Le Conseil Fédéral. **Rapport du Conseil Fédéral à L'Assemblée Fédérale sur la Politique de Sécurité de la Suisse**

(Conception de la Défense Générale). Berne, 1973. Disponível em: https://www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1973/2__103_/fr. Acesso em: 17 jan. 2024.

CONFOEDERATIO HELVETICA - CH. The Federal Council. **Federal Constitution of 18 April 1999 of the Swiss Confederation (SR 101)**. Bern, 2022. Disponível em: <https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/1999/404/en>. Acesso em: 17 jan. 2024.

CONFOEDERATIO HELVETICA - CH. The Swiss Parliament. **Federal Constitution of the Swiss Confederation (1848)**. Bern, 2023. Disponível em: https://www.parlament.ch/centers/documents/de/bv_1848_en.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh. Introduction: The Challenges of 21st-Century Diplomacy. *In*: COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh (ed.). **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-31.

COOPER, Tom; EMRAN, Abdallah. **1973 The First Nuclear War**: Crucial Air Battles of the October 1973 Arab-Israeli War. Middle East@War Series n. 19. Warwick: Helion & Company, 2019.

COOPER, Tom *et al.* **War in Ukraine** (Volume 2: Russian Invasion, February 2022). Europe@War Series n. 28. Warwick: Helion, 2023.

COPELAND, Dale C. **The Origins of Major War**. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

CORBETT, Julian S. **Some Principles of Maritime Strategy**. Urbana: Project Gutenberg, 2005.

CORBIN, Juliet; STRAUSS, Anselm; **Basics of Qualitative Research**: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory. 4th ed. Thousand Oaks: Sage, 2015.

CORNISH, Paul; DONALDSON, Kingsley. **2020: World at War**. London: Hodder & Stoughton, 2017.

CORTINHAS, Juliano S. Brazil and the Construction of Its Power to Defend the South Atlantic. *In*: DUARTE, Érico; BARROS, Manuel C. (ed.). **Navies and Maritime Policies in the South Atlantic**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, p. 151-185.

COSTA, João Marcelo; NEVES, Leonardo P. Prevenção de Conflitos: Construção de Mecanismos de Segurança Regionais. *In*: BRIGAGÃO, Clóvis; MELLO, Valérie C. (org.). **Diplomacia Cidadã**: Panorama Brasileiro de Prevenção de Conflitos Internacionais. Rio de Janeiro: Gramma, 2006. p. 147-162.

COTTEY, Andrew; FORSTER, Anthony. **Reshaping Defence Diplomacy**: New Roles for Military Cooperation and Assistance (Adelphi Paper n. 365). Abingdon: Routledge, 2004.

CRUMP, Thomas. **Brezhnev and the Decline of the Soviet Union**. Abingdon: Routledge, 2014.

DACH, Hans von. **Total Resistance: Swiss Army Guide to Guerrilla Warfare and Underground Operations**. Translated by H. Lienhard. Boulder: Paladin. 1965.

DANILOVIC, Vesna. **When the Stakes are High: Deterrence and Conflict among Major Powers**. Ann Arbor: The University of Michigan Press. 2002.

DAVID, Charles-Philippe. **A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

DAVID, Saul. **The Encyclopedia of War: From Ancient Egypt to Iraq**. London: Dorling Kindersley, 2012.

DAVIS, Paul K. **Toward Theory for Dissuasion (or Deterrence) by Denial: Using Simple Cognitive Models of the Adversary to Inform Strategy**. Santa Monica: Rand, 2014.

DERLETH, James. Enhancing Interoperability: The Foundation for Effective NATO Operations. **Newsletter**, Fort Leavenworth, n. 16-29, p. 1-5, Sept. 2016.

DINIZ, Eugênio. Armamentos Nucleares: Dissuasão e Guerra Nuclear Acidental. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 9-62, 2016.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JUNIOR, Robert L. **Contending Theories of International Relations**. Philadelphia: J. B. Lippincott. 1971.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JUNIOR, Robert L. **Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey**. 5th ed. New York: Longman, 2001.

DOUHET, Giulio. **The Command of the Air**. Translated by D. Ferrari. New York: Arno Press, 1972.

DOYLE, Michael W. Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs, Part 2. **Philosophy and Public Affairs**, Princeton, v. 12, n. 4, p. 323-353, Autumn 1983.

DOYLE, Michael W. **Striking First: Preemption and Prevention in International Conflict**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

DUARTE, Érico E. **A Independência Norte-Americana: Guerra, Revolução e Logística**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

DUARTE, Érico E. Clausewitz, Corbett e o Desafio das Guerras Limitadas. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1. p. 115-144, jul./dez. 2015.

DUARTE, Érico E. **A Guerra entre a China e Estados Unidos na Coreia: da Escalada às Negociações de Cessar-Fogo**. Curitiba: Appris, 2019.

DUARTE, Érico E. **Estudos Estratégicos**. Curitiba: InterSaber, 2020.

DUBY, Georges. **Atlas Histórico Mundial**. Barcelona: Larousse, 2007.

DUNBABIN, J. P. D. The Security Council in the Wings: Exploring the Security Council's Non-Involvement in Wars. *In*: LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer; ZAUM, Dominik (ed.). **The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 494-515.

DUNGAN, T. D. **V-2: A Combat History of the First Ballistic Missile**. Yardley: Westholme Publishing, 2005.

DUNNE, Tim; SCHMIDT, Brian C. Realism. *In*: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. 8th ed. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 130-144.

DURSCHMIED, Erik. **The Weather Factor: How Nature Has Changed History**. New York: Arcade Publishing, 2012.

DYSON, Tom. **Neoclassical Realism and Defence Reform in Post-Cold War Europe**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

ECHEVARRIA, Antulio J., II. **Fourth-Generation War and Other Myths**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2005.

ECHEVARRIA, Antulio J., II. **Military Strategy: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2017.

ECHEVARRIA, Antulio J., II. **War's Logic: Strategic Thought and the American Way of War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

EDWARDS, Kenneth. **Operation Neptune: The Normandy Landings, 1944**. Bayeux: Fonthill, 2013.

EMBLETON, Samuel. **Dans les Couloirs de La Suisse Résiste : 1939-1945**. **Revue Militaire Suisse**, Pully, n. 2, p. 55–57, 2020.

ENGLISH, Allan D. **Understanding Military Culture: A Canadian Perspective**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2004.

ESTERHUYSE, Abel; VREÿ, Francois; MANDRUP, Thomas. Introduction. *In*: VREÿ, Francois; ESTERHUYSE, Abel; MANDRUP, Thomas (ed.). **On Military Culture: Theory, Practice and African Armed Forces**. Claremont: University of Cape Town Press, 2013. p. xv-xxvi.

FABEY, Michael. **Crashback: The Power Clash Between the U.S. and China in the Pacific**. New York: Scribner, 2017.

FALLOWS, James. **National Defense**. New York: Random House, 1981.

FARQUHAR, John T. Airpower for Strategic Effect: Classic to Contemporary Airpower Theory. *In*: BURKE, Ryan; FOWLER, Michael; MCCASKEY, Kevin (ed.). **Military Strategy, Joint Operations, and Airpower: An Introduction**. Washington: Georgetown University Press, 2018. p. 77-88.

FARRAR, Marjorie M. **Conflict and Compromise: The Strategy, Politics and Diplomacy of the French Blockade, 1914-1918**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1974.

FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (ed.). **The Sources of Military Change: Culture, Politics, Technology**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.

FARRELL, Theo. World Culture and Military Power. **Security Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 14, n. 3, p. 448-488, Jul./Sept. 2005.

FAULKNER, Neil; DURRANI, Nadia. **In Search of the Zeppelin War: The Archaeology of the First Blitz**. Stroud: Tempus, 2008.

FERREIRA, Walter C.; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. **Estratégia Militar Aplicada: Metodologia de Emprego**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

FILIPPIDOU, Anastasia. Deterrence: Concepts and Approaches for Current and Emerging Threats. *In*: FILIPPIDOU, Anastasia (ed.). **Deterrence: Concepts and Approaches for Current and Emerging Threats**. Cham: Springer, 2020. p. 1-18.

FINLAN, Alastair. **The Royal Navy in the Falklands Conflict and the Gulf War: Culture and Strategy**. London: Frank Cass, 2004.

FINLAN, Alastair. **Contemporary Military Culture and Strategic Studies: US and UK Armed Forces in the 21st Century**. Abingdon: Routledge, 2013.

FLORES, Mário César. Na Década dos Setenta. *In*: FLORES, Mário César (coord.). **Panorama do Poder Marítimo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1972. p. 117-165.

FREEDMAN, Lawrence. Strategic Bombing and World War Two. *In*: BOBBITT, Philip; FREEDMAN, Lawrence; TREVERTON, Gregory F. (ed.). **US Nuclear Strategy: A Reader**. Basingstoke: Macmillan, 1989. p. 2-9.

FREEDMAN, Lawrence. The Theory of Limited War. *In*: DANCHEV, Alex; KEOHANE, Dan (ed.). **International Perspectives on the Gulf Conflict 1990-91**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1994. p. 201-223.

FREEDMAN, Lawrence. **The Evolution of Nuclear Strategy**. 3rd ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

FREEDMAN, Lawrence. **Deterrence**. Cambridge: Polity Press, 2004.

FREEDMAN, Lawrence. **Strategy: A History**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FREEDMAN, Lawrence. **The Future of War: A History**. New York: Public Affairs, 2017.

FREEDMAN, Lawrence. **Ukraine and the Art of Strategy**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

FREEDMAN, Lawrence. Introduction – The Evolution of Deterrence Strategy and Research. *In*: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim (ed.). **NL ARMS Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century – Insights from Theory and Practice**. Berlin: Asser Press, 2021. p. 1-10.

FREEDMAN, Lawrence. **Command: The Politics of Military Operations from Korea to Ukraine**. Oxford: Oxford University Press, 2022.

FREEDMAN, Lawrence; MICHAELS, Jeffrey. **The Evolution of Nuclear Strategy**. 4th ed. London: Palgrave Macmillan, 2019.

FRIEDMAN, Norman. **Fighting the Great War at Sea: Strategy, Tactics and Technology**. Annapolis: Naval Institute Press, 2015.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: The Free Press, 1992.

FULLICK, Roy. **Shan Hackett: The Pursuit of Exactitude**. Barnsley: Leo Cooper, 2003.

GADDIS, John L. **On Grand Strategy**. New York: Penguin Press, 2018.

GARNETT, John. Introduction. *In*: GARNETT, John (ed.). **Theories of Peace and Security: A Reader in Contemporary Strategic Thought**. New York: St Martin's Press, 1970. p. 13-38.

GARNETT, John; BAYLIS, John. The Causes of War and the Conditions of Peace. *In*: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (ed.). **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies**. 6th ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 72-88.

GAT, Azar. **The Causes of War and the Spread of Peace: But will War Rebound?** Oxford: Oxford University Press, 2017.

GAT, Azar. **War and Strategy in the Modern World: From Blitzkrieg to Unconventional Terrorism**. Abingdon: Routledge, 2018.

GENEVA CENTRE FOR THE DEMOCRATIC CONTROL ARMED FORCES - DCAF. **Defence Attachés**. Geneva: DCAF, 2007. (Backgrounder Series n. 7).

GEORGE, Alexander L.; SMOKE, Richard. **Deterrence in American Foreign Policy: Theory and Practice**. New York: Columbia University Press, 1974.

GILBERT, Adrian. French Revolutionary Wars. *In*: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles**

That Changed the Course of History. London: Cassel Illustrated, 2011a. p. 503.

GILBERT, Adrian. World War II: Polish Campaign. *In: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History.*** London: Cassel Illustrated, 2011b. p. 801-802.

GILBERT, Adrian. World War II: German Spring Offensives. *In: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History.*** London: Cassel Illustrated, 2011c. p. 806-811.

GILBERT, Adrian. World War II: German Air Offensive. *In: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History.*** London: Cassel Illustrated, 2011d. p. 812-815.

GILBERT, Adrian. World War II: War in the Mediterranean. *In: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History.*** London: Cassel Illustrated, 2011e. p. 816-818.

GILMORE, Allison B. **You Can't Fight Tanks with Bayonets:** Psychological Warfare Against the Japanese Army in the Southwest Pacific. Lincoln: University of Nebraska Press, 1998.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GOLTS, Aleksandr. Russia's Military Failures in Ukraine: Causes and Consequences. **SCEEUS Report**, Stockholm, n. 4, p. 1-15, March 2023.

GORDON, Michael R.; TRAINOR, Bernard E. **The Generals' War:** The Inside Story of the Conflict in the Gulf. London: Atlantic Books, 2006.

GRAUER, Ryan. **Commanding Military Power:** Organizing for Victory and Defeat on the Battlefield. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

GRANT, R. G. World War I: Air War. *In: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History.*** London: Cassel Illustrated, 2011a. p. 744-745, 749.

GRANT, R. G. World War II: War with Japan. *In: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History.*** London: Cassel Illustrated, 2011b. p. 889, 894.

GRAY, Colin S. National Style in Strategy: The American Example. **International Security**, Cambridge, v. 6, n. 2, p. 21-47, Fall 1981.

GRAY, Colin S. The Definitions and Assumptions of Deterrence: Questions of Theory and Practice. **Journal of Strategic Studies**, London, v. 13, n. 4, p. 1-18, Dec. 1990.

GRAY, Colin S. **Weapons Don't Make War:** Policy, Strategy, and Military Technology. Lawrence: University Press of Kansas, 1993.

GRAY, Colin S. Strategic Culture as Context: The First Generation of Theory Strikes Back. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 25, n. 1, p. 49-69, 1999.

GRAY, Colin S. **Strategy and History**: Essays on Theory and Practice. Abingdon: Routledge, 2006.

GRAY, Colin S. **War, Peace and International Relations**: An Introduction to Strategic History. Abingdon: Routledge, 2007.

GRAY, Colin S. **Hard Power and Soft Power**: The Utility of Military Force as an Instrument of Policy in the 21st Century. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2011.

GRAY, Colin S. **Strategy and Defence Planning**: Meeting the Challenge of Uncertainty. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GREENE, Jerome A. **The Guns of Independence**: The Siege of Yorktown, 1781. New York: Savas Beatie, 2005.

HACKETT, John. **The Third World War**: August 1985. New York: Berkley Books, 1980.

HACKETT, John. **The Third World War**: The Untold Story. New York: Bantam Books, 1983.

HAFFA JUNIOR, Robert P. The Future of Conventional Deterrence Strategy for Great Power Competition. **Strategic Studies Quarterly**, Maxwell Air Force Base, v. 12, n. 4, p. 94-115, Winter 2018.

HALBROOK, Stephen P. **The Swiss and the Nazis**: How the Alpine Republic Survived in the Shadow of the Third Reich. Havertown: Casemate, 2006.

HARDING, Luke. **Invasion**: The Inside Story of Russia's Bloody War and Ukraine's Fight for Survival. London: Guardian Faber, 2022.

HARVEY, John. **Conventional Deterrence and National Security**. Fairbairn: Air Power Studies Centre, 1997.

HASTINGS, Max. **Bomber Command**. London: Michael Joseph, 1979.

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**, Cambridge, v. 2, n. 2, p. 157-180, Jan. 1950.

HERZ, John H. **International Politics in the Atomic Age**. New York: Columbia University Press, 1959.

HEUSER, Beatrice. **The Evolution of Strategy**: Thinking War from Antiquity to the Present. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HEUSER, Beatrice. **Strategy Before Clausewitz**: Linking Warfare and Statecraft,

1400-1830. Abingdon: Routledge, 2018.

HEUSER, Beatrice. Reflections on the Purposes, Benefits and Pitfalls of Military Exercises. *In*: HEUSER, Beatrice; HEIER, Tormond; LASCONJARIAS, Guillaume (ed.). **Military Exercises: Political Messaging and Strategic Impact**. Rome: NATO Defense College (Forum Paper 26), 2018. p. 9-25.

HEWITT, Nick. World War II: War with Japan. *In*: GRANT, R. G.(ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History**. London: Cassel Illustrated, 2011. p. 824-825.

HICKEY, Donald R. **The War of 1812: A Forgotten Conflict**. Bicentennial edition. Urbana: University of Illinois Press, 2012.

HICKEY, Donald R.; CLARK, Connie D. Introduction. *In*: HICKEY, Donald R.; CLARK, Connie D. (ed.). **The Routledge Handbook of the War of 1812**. New York: Routledge, 2016. p. 1-3.

HIGBEE, Douglas. Intersections. *In*: HIGBEE, Douglas (ed.). **Military Culture and Education**. Abingdon: Routledge, 2016. p. 1-6.

HIPPLER, Thomas. **Bombing the People: Giulio Douhet and the Foundations of Air-Power, 1884-1939**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

HITCH, Charles J.; MCKEAN, Roland N. **The Economics of Defense in the Nuclear Age**. Santa Monica: RAND, 1960.

HLATKY, Stéfanie von. Introduction: American Alliances and Extended Deterrence. *In*: HLATKY, Stéfanie von, WENGER, Andreas (ed.). **The Future of Extended Deterrence: The United States, NATO, and Beyond**. Washington: Georgetown University Press, 2015. p. 1-16.

HOGG, Ian V. **German Secret Weapons of the Second World War: The Missiles, Rockets, Weapons and New Technology of the Third Reich**. London: Greenhill Books, 1999.

HOLMAN, Brett. **The Next War in the Air: Civilian Fears of Strategic Bombardment in Britain, 1908-1941**. 2009. 353 f. Thesis (Doctor of Philosophy) - Faculty of Arts, University of Melbourne, Melbourne, 2009.

HOLMAN, Brett. The Air Panic of 1935: British Press Opinion Between Disarmament and Rearmament. **Journal of Contemporary History**, Great Easton, v. 46, n. 2, p. 288-307. Apr. 2011.

HOLMAN, Brett. **The Next War in the Air: Britain's Fear of the Bomber, 1908-1941**. Farnham: Ashgate, 2014.

HONIG, Jan W. Men on Horseback 400-1500. *In*: DRURY, Ian (ed.). **The Times History of War: The Illustrated Military History of the World from Ancient Civilization to the 21st Century**. London: HarperCollins, 2000. p. 38-61.

HOOKE JUNIOR, Richard D.; WADDELL, Ricky L. The Future of Conventional Deterrence. **Naval War College Review**, Newport, v. 45, n. 3, p. 78-88, Summer 1992.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S.; FRANCO, Francisco M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOWARD, Michael. **Grand Strategy** (Vol. 4, August 1942-September 1943). London: Her Majesty's Stationery Office, 1972.

HOWARD, Michael. Reassurance and Deterrence: Western Defense in the 1980s. **Foreign Affairs**, Congers, v. 61, n. 2, p. 309-324, Winter 1982.

HUGHES, Jeffrey L. The Origins of World War II in Europe: British Deterrence Failure and German Expansionism. *In*: ROTBERG, Robert I.; RABB, Theodore K. (ed.). **The Origin and Prevention of Major Wars**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 281-321.

HUGHES JUNIOR, Wayne P.; GIRRIER, Robert P. **Fleet Tactics and Naval Operations**. 3rd ed. Annapolis: Naval Institute Press, 2018.

HUNTINGTON, Samuel P. The Renewal of Strategy. *In*: HUNTINGTON, Samuel P. (ed.). **The Strategic Imperative: New Policies for American Security**. Cambridge: Ballinger. 1982. p. 1-52.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HURA, Myron *et al.* **Interoperability: A Continuing Challenge in Coalition Air Operations**. Santa Monica: RAND Corporation, 2000.

HUTH, Paul K. Extended Deterrence and the Outbreak of War. **American Political Science Review**, Washington, v. 82, n. 2, p. 423-443, June 1988.

HUTH, Paul K; RUSSETT, Bruce. Deterrence Failure and Crisis Escalation. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 32, n. 1, p. 29-45, Mar. 1988.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **The Military Balance 2024: The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics**. Abingdon: Routledge, 2024.

IRINCHEEV, Bair. **The Mannerheim Line 1938-1939: Finish Fortifications of the Winter War**. Oxford: Osprey, 2009.

ISAAC, Benjamin. The Meaning of the Terms Limes and Limitanei. **The Journal of Roman Studies**, Cambridge, v. 78, n. 2, p. 125-147, Nov. 1988.

ISBY David. Restoring Mobility 1917-39. *In*: DRURY, Ian (ed.). **The Times History of War**: The Illustrated Military History of the World from Ancient Civilization to the 21st Century. London: HarperCollins, 2000a. p. 174-195.

ISBY David. The Zenith of 'Modern War' 1939-45. *In*: DRURY, Ian (ed.). **The Times History of War**: The Illustrated Military History of the World from Ancient Civilization to the 21st Century. London: HarperCollins, 2000b. p. 196-227.

ISBY David. The End of 'Modern War'. *In*: DRURY, Ian (ed.). **The Times History of War**: The Illustrated Military History of the World from Ancient Civilization to the 21st Century. London: HarperCollins, 2000c. p. 228-253.

JAPAN. **NIDS China Security Report 2014**: Diversification of Roles in the People's Liberation Army and the People's Armed Police. Tokyo: National Institute for Defense Studies, 2015.

JENNER, Christopher J. Military Attaché, Accidental Agent: Colonel Bonner Fellers's Defense-Engagement Mission in Cairo. *In*: KENNEDY, Greg (ed.). **Defense Engagement Since 1900**: Global Lessons in Soft Power. Lawrence: University Press of Kansas, 2020. p. 82-117.

JENSEN, Benjamin M. **Forging the Sword**: Doctrinal Change in the U.S. Army. Stanford: Stanford University Press, 2016.

JERVIS, Robert. Cooperation Under the Security Dilemma. **Word Politics**, Cambridge, v. 30, n. 2, p. 167-214, Jan. 1978.

JERVIS, Robert. **The Meaning of the Nuclear Revolution**: Statecraft and the Prospect of Armageddon. Ithaca: Cornell University Press. 1989a.

JERVIS, Robert. War II and Misperception. *In*: ROTBERG, Robert I.; RABB, Theodore K. (ed.). **The Origin and Prevention of Major Wars**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989b. p. 101-126.

JERVIS, Robert. **How Statesmen Think**: The Psychology of International Politics. Princeton: Princeton University Press, 2017a.

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2017b.

JERVIS, Robert; LEBOW, Richard N.; STEIN, Janice G. **Psychology and Deterrence**. Baltimore: The John Hopkins University Press. 1985.

JOHNSTON, Alastair I. Thinking about Strategic Culture. **International Security**, Cambridge, v. 19, n. 4, p. 32-64, Spring 1995a.

JOHNSTON, Alastair I. **Cultural Realism**: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History. Princeton: Princeton University Press, 1995b.

JOHNSON, Michael; KELLY, Terrence K. Tailored Deterrence. **Joint Force**

Quarterly, Washington, v. 74, n. 3, p. 22-29, 2014.

JOHNSON, Rob; WHITBY, Michael; FRANCE, John. **How to Win on the Battlefield: The 25 Key Tactics of All Time**. London: Thames & Hudson, 2010.

JONSSON, Michael; DALSJÖ, Robert. Beyond Bursting Bubbles. *In*: JONSSON, Michael; DALSJÖ, Robert (ed.). **Beyond Bursting Bubbles: Understanding the Full Spectrum of the Russian A2/AD Threat and Identifying Strategies for Counteraction** (FOI-R-4991-SE). Stockholm: Försvarsdepartementet, 2020. p. 11-22.

JOSHI, Shashank. **Indian Power Projection: Ambition, Arms and Influence** (Whitehall Paper n. 85, Royal United Services Institute for Defence and Security Studies). Abingdon: Routledge, 2015.

JÖRGENSEN, Christer *et al.* **Fighting Techniques of the Early Modern World (1500-1763): Equipment, Combat Skills, and Tactics**. New York: Thomas Dunne Books, 2006.

KAHN, Herman. **On Thermonuclear War**. New Brunswick: Transaction, 2007.

KALOUT, Hussein; DEGAUT, Marcos. **Brasil: Um País em Busca de uma Grande Estratégia**. Brasília: Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, 2017. (Relatório de Conjuntura n. 1).

KASSAB, Hanna S. **Grand Strategies of Weak States and Great Powers**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

KAUFMANN, William W. **The Requirements of Deterrence**. Princeton: Center of International Studies, 1954. (Memorandum Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, n. 7).

KAUFMANN, J. E.; JURGA, Robert M. **Fortress Europe: European Fortifications of World War II**. Cambridge: Da Capo Press, 2002.

KEEGAN, John. **A History of Warfare**. New York: Vintage Books, 1994.

KELLY, Terence K.; GOMPERT, David C.; LONG, Duncan. **Smarter Power, Stronger Partners, Volume I: Exploiting U.S. Advantages to Prevent Aggression**. Santa Monica: RAND, 2016.

KENNEDY, Greg. Introduction. *In*: KENNEDY, Greg (ed.). **Defense Engagement Since 1900: Global Lessons in Soft Power**. Lawrence: University Press of Kansas, 2020. p. 1-4.

KENNEDY, Paul. Grand Strategies in War and Peace: Toward a Broader Definition. *In*: KENNEDY, Paul (ed.). **Grand Strategies in War and Peace**. New Haven: Yale University Press, 1991. p. 1-7.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 4th ed. Glenview: Pearson Education, 2012.

KETCHUM, Richard M. **Saratoga: Turning Point of America's Revolutionary War**. New York: Henry Holt, 2014.

KIKUCHI, Ian. World War II: Strategic Bombing. *In*: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History**. London: Cassel Illustrated, 2011a. p. 854-859, 862, 885.

KIKUCHI, Ian. World War II: German Air Offensive. *In*: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History**. London: Cassel Illustrated, 2011b. p. 868.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

KIRSHNER, Jonathan. **An Unwritten Future: Realism and Uncertainty in World Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2022.

KLEIN, Robert M. *et al.* Baltics Left of Bang: The Role of NATO with Partners in Denial-Based Deterrence. **Strategic Forum** (National Defense University), Washington, n. 301, p. 1-20, Nov. 2019.

KLINGEBIEL, Stephan; PAULO, Sebastian. Orchestration: An Instrument for Implementing the Sustainable Development Goals. **Briefing Paper** (German Development Institute/Deutsches Institut für Entwicklungspolitik), Bonn, n. 14, p. 1-4, 2015.

KNOPF, Jeffrey W. Three Items in One: Deterrence as Concept, Research Program, and Political Issue. *In*: PAUL, Thazha V.; MORGAN, Patrick M.; WIRTZ, James J. (ed.). **Complex Deterrence: Strategy in the Global Age**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009. p. 31-57.

KOSTENKO, Yuri. **Ukraine's Nuclear Disarmament: A History**. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

KREPINEVICH, Andrew; WATTS, Barry; WORK, Robert. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2003.

KRISHNAPPA, Venkatshamy. The problem of Grand Strategy. **Journal of Defence Studies**, New Delhi, v. 6, n. 3, p. 113-128, July 2012.

KUEHN, John T. **A Military History of Japan: From the Age of the Samurai to the 21st Century**. Santa Barbara: Praeger, 2014.

LACEY, James; MURRAY, Williamson. **Moment of Battle: The Twenty Clashes That Changed the World**. New York: Bantam Books, 2013.

LANOSKA, Alexander; HUNZEKER, Michael A. **Conventional Deterrence and**

Landpower in Northeastern Europe. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2019.

LANTIS, Jeffrey S.; HOWLETT, Darryl. Strategic Culture. *In*: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (ed.). **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies.** 6th ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 89-107.

LARDAS, Mark. **Tsushima 1905: Death of a Russian Fleet.** Oxford: Osprey, 2018.

LAVENÈRE-WANDERLEY, Freire. **Estratégia Militar e Desarmamento.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

LAYTON, Peter. **Grand Strategy.** [United States of America]: Grand Strategy, 2018.

LEBOW, Richard N. Misconceptions in American Strategic Assessment. **Political Science Quarterly**, New York, v. 97, n. 2, p. 187-206, Summer 1982

LENGEL, Edward G. Editorial Note. *In*: LENGEL, Edward G. (ed.). **The 10 Key Campaigns of the American Revolution.** Washington: Regnery, 2020. p. 4-7.

LEONARD, Robert. **Von Neumann, Morgenstern, and the Creation of Game Theory: From Chess to Social Science, 1900-1960.** New York: Cambridge University Press, 2010.

LERNER, Daniel. **Psychological Warfare Against Nazi Germany: The Sykewar Campaign, D-Day to VE-Day.** Cambridge: The MIT Press, 1971.

LEVY, Jack S.; THOMPSON, William R. **Causes of War.** Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

LIDDELL HART, Basil H. **The Revolution in Warfare.** London: Faber and Faber, 1946.

LIDDELL HART, Basil H. **Defence of the West.** Westport: Greenwood Press, 1970.

LIDDELL HART, Basil H. **Why Don't We Learn from History?** New York: Hawthorn Books, 1971.

LIDDELL HART, Basil H. **Strategy.** 2nd ed. New York: Meridian, 1991.

LIEBENBERG, Ian; KRUIJT, Dirk; PARANJPE, Shrikant. Introduction. *In*: LIEBENBERG, Ian; KRUIJT, Dirk; PARANJPE, Shrikant (ed.). **Defence Diplomacy & National Security Strategy: Views from the Global South.** Stellenbosh: African Sun Media, 2020. p. 1-12.

LIEBERMAN, Elli. **Reconceptualizing Deterrence: Nudging toward Rationality in Middle Eastern Rivalries.** Abingdon: Routledge. 2013.

LIGHTBODY, Bradley. **The Second World War: Ambitions and Nemesis.** London: Routledge, 2004.

LIMA, Mariana F. Interoperabilidade. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor L.; VITELLI, Marina G. (org.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2018. p. 557-560.

LIMA, Maria Regina. Diplomacia, Defesa e a Definição Política dos Objetivos internacionais: o Caso Brasileiro. *In*: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sérgio. W.; ALSINA JÚNIOR, João Paulo (org.). **Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 401-418.

LIMA, Maria Regina *et al.* **Atlas da Política Brasileira de Defesa**. Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

LIMA, Maria Regina; HIRST, Monica. Brasil como País Intermediário e Poder Regional. *In*: HURRELL, Andrew *et al.* **Os BRICS e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 43-79.

LINEBARGER, Paul M. **Psychological Warfare**. Washington: Infantry Journal Press, 1948.

LINN, Brian M. **The Echo of Battle: The Army's Way of War**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

LYNN-JONES, Sean M. Realism and Security Studies. *In*: SNYDER, Craig A. (ed.). **Contemporary Security and Strategy**. Basingstoke: Macmillan. 1999. p. 53-76.

LYNN-JONES, Sean M. Preface. *In*: BROWN, Michael E. *et al.* (ed.). **Offense, Defense, and War**. Cambridge: The MIT Press. 2004. p. xi-xxxviii.

LOBELL, Steven E. Threat Assessment, the State, and Foreign Policy: A Neoclassical Realist Model. *In*: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. (ed.). **Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 42-74.

LOBELL, Steven E.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; RIPSAN, Norrin M. Introduction: Grand Strategy Between the World Wars. *In*: TALIAFERRO, Jeffrey W.; RIPSAN, Norrin M.; LOBELL, Steven E. (ed.). **The Challenge of Grand Strategy: The Great Powers and the Broken Balance Between the World Wars**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 1-36.

LONSDALE, David J. **Extended Deterrence: Back to the Future**. Fairfax: National Institute for Public Policy, 2022. (Information Series, n. 541).

LONG, Austin. **Doctrine of Eternal Recurrence: The U.S. Military and Counterinsurgency Doctrine, 1960-1970 and 2003-2006**. Santa Monica: RAND Corporation, 2008.

LOPES, Roberto S.; PINHEIRO, Álvaro S.; CALDERARO, Raimundo C. **Estratégia da Dissuasão: Adequação e Adoção pelo Brasil, o que é Necessário para que o País tenha Capacidade de Dissuadir seus Possíveis Oponentes**. 1992. 41 f.

Monografia (Pós-graduação em Ciências Militares) – Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1992.

LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer; ZAUM, Dominik. Introduction. *In*: LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer; ZAUM, Dominik (ed.). **The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 1-58.

LUTTWAK, Edward N. **Strategy: The Logic of War and Peace**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001.

MABIRE, Jean. **Chasseurs Alpins: Des Vosges aux Djebels 1914-1964**. Paris: Presses de la Cité, 1984.

MACGREGOR, Douglas. **Margin of Victory: Five Battles that Changed the Face of Modern War**. Annapolis: Naval Institute Press, 2016.

MACHIAVELLI, Niccolò. **Art of War**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

MACMILLAN, Alan. **Strategic Culture and British Grand Strategy 1945-1952**. 1996. 302 f. Dissertation (Philosophiae Doctor) – Department of International Politics, University of Wales, Aberystwyth, 1996.

MAHNKEN, Thomas G. Strategic Theory. *In*: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (ed.). **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies**. 6th ed. Oxford: Oxford University Press. 2019. p. 56-71.

MALLICK, P. K. **Principles of War: Time to Relook New Delhi: Centre for Land Warfare Studies**, 2009. (Manekshaw Paper n. 12).

MANKOFF, Jeffrey. Russia's War in Ukraine: Identity, History, and Conflict. **Center for Strategic & International Studies (CSIS)**, 2022. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/russias-war-ukraine-identity-history-and-conflict>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Adriana A. Cultura Estratégica. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor L., VITELLI, Marina G. (ed.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 223-233.

MATHEWS, Paul. Preface. *In*: MATHEWS, Paul (ed.). **Orchestration: An Anthology of Writings**. New York: Routledge, 2006. p. xiii-xvi.

MAZARR, Michael J. **Understanding Deterrence**. Santa Monica: RAND, 2018.

MAZARR, Michael J. Understanding Deterrence. *In*: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim

(ed.). **NL ARMS Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century – Insights from Theory and Practice.** Berlin: Asser Press, 2021. p. 13-28.

MAZARR, Michael J.; KE, Ivana. **Integrated Deterrence as a Defence Planning Concept.** Santa Monica: RAND, 2024.

MCCURLEY, T. Mark. **Hunter Killer: Inside America's Unmanned Air War.** New York: Dutton, 2015.

MCLACHLAN, Sean. **The Reisläufer: The History and Legacy of the Famous Swiss Mercenaries from the Middle Ages to Modern Era.** Ann Arbor: Charles River, 2020.

MCMICHAEL, Scott R. The Soviet Army, Counterinsurgency, and the Afghan War. **Parameters**, Carlisle, v. 19, n. 1, p. 21-35, Dec. 1989.

MCNAB, Chris. **Sagger Anti-tank Missile Versus M60 Main Battle Tank: Yom Kippur War 1973.** Oxford: Osprey, 2018.

MCNEILL, William H. **The Pursuit of Power: Technology, Armed Forces, and Society since A.D. 1000.** Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MEARSHEIMER, John J. Precision-guided Munitions and Conventional Deterrence. **Survival: Global Politics and Strategy**, London, v. 21, n. 2, p. 68-76, 1979.

MEARSHEIMER, John J. **The Theory and Practice of Conventional Deterrence.** 1981. 485 pp. Thesis (Doctorate in Government) - Faculty of the Graduate School, Cornell University, Ithaca, 1981.

MEARSHEIMER, John J. Why the Soviets Can't Win Quickly in Central Europe. **International Security**, Cambridge, v. 7, n. 1, p. 3-39, Summer 1982.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional Deterrence.** Ithaca: Cornell University Press, 1983.

MEARSHEIMER, John J. Nuclear Weapons and Deterrence in Europe. **International Security**, Cambridge, v. 9, n. 3, p. 19-46, Winter 1984-1985.

MEARSHEIMER, John J. Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War. **International Security**, Cambridge, v. 15, n. 1, p. 5-56, Summer 1990.

MEARSHEIMER, John J. The Case of a Ukrainian Nuclear Deterrent. **Foreign Affairs**, New York, v. 72, n. 3, p. 50-66, Summer 1993.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics.** New York: W. W. Norton, 2001.

MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine Crisis is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. **Foreign Affairs**, New York, v. 93, n. 5, p. 77-89, Sept./Oct. 2014.

MEILINGER, Phillip S. Air Power Theory. *In*: OLSEN, John A. (ed.). **Routledge Handbook of Air Power**. Abingdon: Routledge, 2018. p. 35-45.

MEIRA MATTOS, Carlos. **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MEIRA MATTOS, Carlos. **Geopolítica e Trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MEIRA MATTOS, Carlos. **Estratégias Militares Dominantes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

MEISELS, Tamar. **Contemporary Just War: Theory and Practice**. Abingdon: Routledge, 2018.

MEYER, Christoph O. **The Quest for a European Strategic Culture: Changing Norms on Security and Defence in the European Union**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.

MILLER, Douglas. **The Landsknechts**. London: Osprey, 1976.

MILLER, Douglas. **The Swiss at War 1300-1500**. London: Osprey, 1979.

MILLER, Nathan M. **Broadsides: The Age of Fighting Sail, 1775-1815**. Edison: Castle Books, 2005.

MILLER, Steven E.; LYNN-JONES, Sean M. Preface. *In*: MILLER, Steven E.; LYNN-JONES, Sean M.; VAN EVERA, Stephen (ed.). **Military Strategy and the Origins of the First World War**. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. xi-xix.

MILLETT, Allan R.; MURRAY, Williamson; WATMAN, Kenneth. The Effectiveness of Military Organizations. *In*: MILLETT, Allan R.; MURRAY, Williamson (ed.). **Military Effectiveness**. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 1-30. (The First World War, v. 1).

MIROW, Wilhelm. **Strategic Culture Matters: A Comparison of German and British Military Interventions since 1990**. Berlin: Lit Verlag, 2009. (Forschungsberichte Internationale Politik n. 38).

MITCHELL, B. R. **Abstract of British Historical Statistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

MITCHELL, William. **Winged Defense: The Development and Possibilities of Modern Air Power – Economic and Military**. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2009.

MOHAN, Raja C, The Tragedy of Nuclear Deterrence. **Social Scientist**, New Delhi, v. 14, n. 4, p. 3-19, Apr. 1986.

MONTFORT, M. Le Livre du Soldat. **Revue Militaire Suisse**, Lausanne, n. 102, p. 596–603, déc. 1957.

MONTGOMERY, Evan B. **In the Hegemon's Shadow: Leading States and the Rise of Regional Powers**. Ithaca: Cornell University Press, 2016.

MOORHOUSE, Roger. **First to Fight: The Polish War 1939**. London: Vintage, 2019.

MORGAN, Patrick M. **Deterrence: A Conceptual Analysis**. Beverly Hills: SAGE, 1977.

MORGAN, Patrick M. **Deterrence Now**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MORGAN, Patrick M. The State of Deterrence in International Politics Today. **Contemporary Security Policy**, Maastricht, v. 33, n. 1, p. 85-107, Apr. 2012.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz**. Brasília: Editora da UnB, 2003.

MORILLO, Stephen; BLACK, Jeremy; LOCOCO, Paul. **War in World History**. New York: MacGraw-Hill, 2009. (Society, Technology, and War from Ancient Times to the Present, v. 2).

MUELLER, John. **Retreat from Doomsday: The Obsolescence of Major War**. New York: Basic Books, 2001.

MUELLER, John. The Obsolescence of Major War. *In*: BETTS, Richard K. **Conflict After the Cold War: Arguments on Causes of War and Peace**. 5th ed. New York: Routledge, 2017. p. 174-186.

MUELLER, Karl. The Continuing Relevance of Conventional Deterrence. *In*: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim (ed.). **NL ARMS Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century – Insights from Theory and Practice**. Berlin: Asser Press, 2021. p. 47-63.

MUMFORD, Simon *et al.* **World Atlas: A Practical Companion to the World Today**. 6th ed. New York: Dorling Kindersley, 2015.

MURRAY, Williamson. Thoughts on Grand Strategy. *In*: MURRAY, Williamson; SINNREICH, Richard H.; LACEY, James (ed.). **The Shaping of Grand Strategy: Policy, Diplomacy, and War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 1-33.

MURRAY, Williamson; MILLETT, Allan R. Introduction: Military Effectiveness Twenty Years After. *In*: MILLETT, Allan R.; MURRAY, Williamson (ed.). **Military Effectiveness**. New York: Cambridge University Press, 2010a. (The First World War, v. 1). p. xiii-xxi.

MURRAY, Williamson; MILLETT, Allan R. Introduction: Military Effectiveness Twenty Years After. *In*: MILLETT, Allan R.; MURRAY, Williamson (ed.). **Military**

Effectiveness. New York: Cambridge University Press, 2010b. (The Interwar Period, v. 2). p. xi-xix.

MURRAY, Williamson; MILLETT, Allan R. Introduction: Military Effectiveness Twenty Years After. *In*: MILLETT, Allan R.; MURRAY, Williamson (ed.). **Military Effectiveness.** New York: Cambridge University Press, 2010c. (The Second World War, v. 3). p. xi-xix.

MURRAY, Williamson; SINNREICH, Richard H. Introduction. *In*: MURRAY, Williamson; SINNREICH, Richard H. (ed.). **The Past as Prologue: The Importance of History to the Military Profession.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 1-11.

NASSER, Filipe. *Pax Brasiliensis: Projeção de Poder e Solidariedade na Estratégia Diplomática de Participação Brasileira em Operações de Paz da Organização da Nações Unidas.* *In*: KENKEL, Kai M.; MORAES, Rodrigo F. (org.). **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: entre a Tradição e a Inovação.** Brasília: IPEA, 2012. p. 213-241.

NEUMANN, Iver B.; HEIKKA, Henrikki. Grand Strategy, Strategic Culture, Practice: The Social Roots of Nordic Defence. **Cooperation and Conflict**, London, v. 40, n. 1 Special Issue, p. 5-23, March 2005.

NEUMANN, John von; MORGENSTERN, Oskar. **Theory of Games and Economic Behavior.** 3rd ed. Princeton: Princeton University Press, 1953.

NEVES, André Luiz V. Atlântico Sul: Projeção Estratégica do Brasil para o Século XXI. *In*: GHELLER, Gilberto F.; GONZALES, Selma Lúcia M. MELO, Laerte P. (org.). **Amazônia e o Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil.** Brasília: IPEA, 2015. p. 233-262.

NICOLLE, David. **European Medieval Tactics (2): The Revival of Infantry 1260-1500.** Oxford: Osprey, 2012.

NITOBÉ, Inazō. **Bushido: The Soul of Japan.** New York: Kodansha, 2012.

NOLL, Jörg; BOJANG, Osman; RIETJENS, Sebastian. Deterrence by Punishment or Denial? The eFP Case. *In*: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim (ed.). **NL ARMS Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century – Insights from Theory and Practice.** Berlin: Asser Press, 2021. p. 109-128.

NORRIS, Robert S.; KRISTENSEN, Hans M. Global Nuclear Weapons Inventories, 1945-2010. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Washington, v. 66, n. 4, p. 77-83, Jul. 2010.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **NATO Glossary of Terms and Definitions (AAP-06).** Brussels: NATO Standardization Office, 2021.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NORTON, Darell. **Russia and Ukraine: A Journey Through the History, Origins, and Causes of the War that is Shaking the World and Impact it Could Have on Our Lives.** [Oklahoma City]: Darell Norton (Draft2Digital), 2022.

NOWARRA, Heinz J. **German Guided Missiles.** Atglen: Schiffer, 1993.

NYE, Joseph S. Is Military Power Becoming Obsolete? **Harvard Kennedy School** (Belfer Center), 2010. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/publication/military-power-becoming-obsolete>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NYE, Joseph S. **O Futuro do Poder.** São Paulo: Benvirá, 2012.

O'BALLANCE, Edgard. As Forças de Intervenção. Tradução de Rubens M. Jobim. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 597, p. 113-117, set./out. 1964.

O'CONNELL, Robert L. **Of Arms and Men: A History of War, Weapons, and Aggression.** New York: Oxford University Press, 1989.

O'CONNELL, Robert L. **Ride of the Second Horseman: The Birth and Death of War.** New York: Oxford University Press, 1995.

OLIVEIRA, Lucimar L. **Deterrência Convencional.** 1986. 16 f. Monografia (Pós-graduação em Ciências Navais) – Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1986.

OLSEN, John A. Introduction. *In*: OLSEN, John A. (ed.). **Routledge Handbook of Air Power.** Abingdon: Routledge, 2018. p. 1-9.

OMAN, Charles C. **The Art of War in the Middle Ages: A.D. 378-1515.** Oxford: Horace Hart, 1885.

ORME, John D. **Human Nature and the Causes of War.** Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

ORTMANN, Stefanie; WHITTAKER, Nick. Geopolitics and Grand Strategy. *In*: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (ed.). **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies.** 6th ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 308-326.

O'SHAUGHNESSY, Andrew J. **The Men Who Lost America: British Leadership, the American Revolution, and the Fate of the Empire.** New Haven: Yale University Press, 2013.

OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim. Preface. *In*: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim (ed.). **NL ARMS Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century – Insights from Theory and Practice.** Berlin: Asser Press, 2021. p. vii-xv.

OVERY, Richard J. Air Power and the Origins of Deterrence Theory before 1939.

Journal of Strategic Studies, London, v. 15, n. 1, p. 73-101, Mar. 1992.

OWENS, Mackubin T. Strategy and the Strategic Way of Thinking. **Naval War College Review**, Newport, v. 60, n. 4, p. 111-124, Autumn 2007.

PAIVA, Luiz Eduardo R. Direcionamento Estratégico do Exército para a Defesa e Projeção de Poder do Brasil na Pan-Amazônia. *In*: GHELLER, Gilberto F.; GONZALES, Selma Lúcia M.; MELO, Laerte P. (org.). **Amazônia e o Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015. p. 113-145.

PARIS, Michael. **Warrior Nation: Images of War in British Popular Culture, 1850-2000**. London: Reaktion Books, 2000.

PAUL, Thazha V. **Asymmetric Conflicts: War Initiation by Weaker Powers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

PAUL, Thazha V. Complex Deterrence: An Introduction. *In*: PAUL, Thazha V.; MORGAN, Patrick M.; WIRTZ, James J. (ed.). **Complex Deterrence: Strategy in the Global Age**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009. p. 1-27.

PAYNE, Keith B. **Deterrence in the Second Nuclear Age**. Lexington: The University Press of Kentucky, 1996.

PAYNE, Keith B. **Tailored Deterrence: China and the Taiwan Question** Fairfax: National Institute Press, 2022. (Occasional Paper, v. 2, n. 1).

PAYNE, Keith B.; WALTON Dale. Deterrence in the Post-Cold War World. *In*: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (ed.). **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 161-182.

PEREIRA, Eduardo S. **Diplomacia de Defesa: Ferramenta de Política Externa**. Curitiba: Appris, 2021.

PEREIRA, Matheus O. Política de Defesa. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor L.; VITELLI, Marina G. (org.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2018. p. 741-746.

PETERS, Robert; ANDERSON, Justin; MENKE, Harrison. Deterrence in the 21st Century: Integrating Nuclear and Conventional Force. **Strategic Studies Quarterly**, Maxwell Air Force Base, v. 12, n. 4, p. 15-43, Winter 2018.

PHILLIPS, Charles. Swiss-Hapsburg Wars. *In*: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History**. London: Cassel Illustrated, 2011a. p. 190, 207.

PHILLIPS, John. Burgundian War. *In*: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History**. London: Cassel Illustrated, 2011b. p. 233.

PIMLOTT, John. **The Atlas of World War II**. Philadelphia: Courage Books, 2006.

PION-BERLIN, David; MARTÍNEZ, Rafael. **Soldiers, Politicians, and Civilians: Reforming Civil-Military Relations in Democratic Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

PLOKHY, Serhii. **The Russo-Ukrainian War**. Dublin: Penguin Books, 2023.

PORTER, Bruce P. Washington, Moscow, and Third World Conflict in the 1980s. *In*: HUNTINGTON, Samuel P. (ed.). **The Strategic Imperative: New Policies for American Security**. Cambridge: Ballinger. 1982. p. 253-300.

POSEN, Barry R. **The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany Between the World Wars**. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

PRATES, Wellington C. *et al.* Estratégias da Presença e da Dissuasão Face às Demandas da Defesa Nacional. **Análise Estratégica**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 43-91, dez./fev. 2022.

PRIME, Christophe. **Arromanches: The Artificial Harbours and Allied Logistics**. Bayeux: OREP Editions, 2018.

PULOCH, Louis Le. Futuro do Exército Francês. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 596, p. 53-64, jul./ago. 1964.

QUADE, Edward S. **Military Systems Analysis**. Santa Monica: RAND Corporation, 1963.

QUESTER, George H. **Deterrence Before Hiroshima: The Air Power Background of Modern Strategy**. Abingdon: Routledge, 1986.

RABINOVICH, Abraham. **The Yom Kippur War: The Epic Encounter that Transformed the Middle East**. New York: Schocken Books, 2004.

RIBEIRO, Henrique L. **Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico: Contributo**. Lisboa, Gradiva, 2008.

RIBEIRO, Antônio S. **Teoria Geral da Estratégia: o Essencial ao Progresso Estratégico**. Coimbra: Almedina, 2009.

RIBEIRO, Erik H. C4ISR. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor L.; VITELLI, Marina G. (org.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2018a. p. 103-105.

RIBEIRO, Erik H. Grande Estratégia. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor L.; VITELLI, Marina G. (org.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2018b. p. 445-450.

RIBI, Rolf. Did General Guisan save Switzerland? **Swiss Review**, Bern, n. 3, p. 8-11, Aug. 2010.

RIDLEY, Norman. **Military Air Power in Europe Preparing for War: A Study of European Nations' Air Forces Leading up to 1939.** Barnsley: Pen & Sword Books, 2022.

RIMSKY-KORSAKOV, Nicolas. **Principles of Orchestration: With Musical Examples Drawn from His Own Works.** New York: E. F. Kalmus Orchestra Scores, 1912.

RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. Conclusion: The State of Neoclassical Realism. *In*: LOBELL, Steven E.; RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. (ed.). **Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 280-299.

RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. **Neoclassical Realist Theory of International Politics.** New York: Oxford University Press, 2016.

ROBERTS, Adam. **Nations in Arms: The Theory and Practice of Territorial Defence.** 2nd ed. Basingstoke: Macmillan, 1986.

ROMAN, Peter J.; TARR, David W. The Joint Chiefs of Staff: From Service Parochialism to Jointness. **Political Science Quarterly**, New York, v. 113, n. 1, p. 91-111, Spring 1998.

ROMMELSE, Gijs. **The Second Anglo-Dutch War (1665-1667): International Raison D'état, Mercantilism and Maritime Strife.** Hilversum: Uitgeverij Verloren, 2006.

ROOSEVELT, Theodore. **The Naval War of 1812: The History of the United States Navy during the Last War with Great Britain.** 3rd ed. New York: G.P. Putnam's Sons, 1902.

ROSA, Carlos M. *et al.* **Atlas Mundial.** 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, Cambridge, v. 51, n. 1, p. 144-172, Oct. 1998.

ROSECRANCE, Richard; STEIN, Arthur A. Beyond Realism: The Study of Grand Strategy. *In*: ROSECRANCE, Richard; STEIN, Arthur A. (ed.). **The Domestic Bases of Grand Strategy.** Ithaca: Cornell University Press, 1993. p. 3-21.

SAINT-PIERRE, Héctor L. Estratégias. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor L.; VITELLI, Marina G. (org.). **Dicionário de Segurança e Defesa.** São Paulo: Editora da UNESP, 2018. p. 369-375.

SALMINEN, Pertti. **The Impact of Arms Technology on Military Doctrines** Helsinki: War College, 1992. (Finnish Defence Studies 5).

SANTOS, Claudio M. **A Estratégia e a Política.** 1986. 15 f. Monografia (Pós-graduação em Ciências Navais) – Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1986.

SCHAM, Alan. **Lyautey in Morocco: Protectorate Administration 1912-1925.**

Berkeley: University of California Press, 1970.

SCHELBERT, Leo. **Historical Dictionary of Switzerland**. Lanham: Scarecrow Press, 2007.

SCHELLING, Thomas C. **The Strategy of Conflict**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

SCHELLING, Thomas C. **Arms and Influence**. New Haven: Yale University Press, 2008.

SCHOFIELD, B. B. **Operation Neptune: The Inside Story of Naval Operations for the Normandy Landings 1944**. Barnsley: Pen & Sword, 2008.

SCHWELLER, Randall L. Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In. **International Security**, Cambridge, v. 19, n. 1, p. 72-107, Summer 1994.

SCHWELLER, Randall L. Neorealism's Status-Quo Bias: What Security Dilemma? **Security Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 5, n. 3, p. 90-121, Spring 1996.

SCHWELLER, Randall L. The Progressiveness of Neoclassical Realism. *In*: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (ed.). **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. Cambridge: The MIT Press, 2003. p. 311-347.

SCHWELLER, Randall L. **Unanswered Threats: Political Constraints on the Balance of Power**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SCOBELL, Andrew. **China and Strategic Culture**. Honolulu: University Press of the Pacific, 1998.

SHAMIEV, Kirill. Brass Tacks: Russia's Military Fails to Reform. **ECFR Policy Brief [S.I.]**, p. 1-36, May 2024.

SHEEHAN, Michael. The Evolution of Modern Warfare. *In*: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (ed.). **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies**. 6th ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 36-55.

SHEPPERD, Alan. **France 1940: Blitzkrieg in the West**. London: Osprey, 1990.

SHLAIM, Avi. Israel and the Conflict. *In*: DANCHEV, Alex; KEOHANE, Dan (ed.). **International Perspectives on the Gulf Conflict 1990-91**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1994. p. 59-79.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. 2. ed. Barueri: Manole, 2010.

SIMPSON, Christopher. **Science of Coercion: Communication Research & Psychological Warfare 1945-1960**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

SMITH, Bruce L.; LASSWELL, Harold D.; CASEY, Ralph D. **Propaganda, Communication, and Public Opinion: A Comprehensive Reference Guide.** Princeton: Princeton University Press, 1946.

SMITH, Rupert. **A Utilidade da Força: a Arte da Guerra no Mundo Moderno.** Lisboa: Edições 70, 2008.

SNIDER, Don M. An Uniformed Debate on Military Culture. **Orbis**, Philadelphia, v. 43, n. 1, p. 11-26, Winter 1999.

SNYDER, Glenn H. **Deterrence by Denial and Punishment.** Princeton: Center of International Studies, Princeton University, 1959.

SNYDER, Glenn H. **Deterrence and Defense: Toward a Theory of National Security.** Princeton: Princeton University Press, 1961.

SNYDER, Glenn H.; DIESING, Paul. **Conflict Among Nations: Bargaining, Decision Making, and System Structure in International Crises.** Princeton: Princeton University Press, 1977.

SNYDER, Jack L. **The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations.** Santa Monica: RAND Corporation, 1977.

SPILLMANN, Kurt R. Beyond Soldiers and Arms: The Swiss Model of Comprehensive Security Policy. **Zürcher Beiträgen zur Sicherheitspolitik und Konfliktforschung**, Zürich, n. 2, p. 1-20, 1987.

STEIN, Janice G. Deterrence and Compellence in the Gulf, 1990-91: A Failed or Impossible Task? **International Security**, Cambridge, v. 17, n. 2, p. 147-179, Fall 1992.

STEPHENS, Alan. Air Power and High Command. *In*: OLSEN, John A. (ed.). **Routledge Handbook of Air Power.** Abingdon: Routledge, 2018. p. 24-34.

STOREY, Neil R. **Zeppelin Blitz: The German Air Raids on Great Britain During the First World War.** Stroud: The History Press, 2015.

STRACHAN, Hew. Introduction. *In*: STRACHAN, Hew (ed.). **Big Wars and Small Wars: The British Army and the Lessons of War in the Twentieth Century.** Abingdon: Routledge, 2006. p. 1-20.

STRACHAN, Hew. Strategy and Contingency. **International Affairs**, Oxford, v. 87, n. 6, p. 1281-1296, Nov. 2011.

STRACHAN, Hew. **The Directions of War: Contemporary Strategy in Historical Perspective.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SUSHENSTOV; Andrey A.; WOHLFORTH, William C. The Tragedy of US-Russian Relations: NATO Centrality and the Revisionist's Spiral. **International Politics**, London, v. 57, n. 3, p. 427-450, June 2020.

SWEDEN. Government Offices of Sweden. **Our Future Defence: The Focus on Swedish Defence Policy 2005-2007**. Stockholm: Ministry of Defence, 2004. (Swedish Government Bill 2004/05.5).

SWEDEN. Government Offices of Sweden. **Main Elements of the Government Bill Totalförsvaret 2021-2025**. Stockholm: Ministry of Defence, 2020. (Total Defence 2021-2025).

SWIFT, Charles. Yom Kippur War. *In*: GRANT, R. G. (ed.). **1001 Battles That Changed the Course of History**. London: Cassel Illustrated, 2011. p. 927-929.

TALIAFERRO, Jeffrey W. **Balancing Risks: Great Power Intervention in the Periphery**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

TALIAFERRO, Jeffrey W. State Building for Future Wars: Neoclassical Realism and the Resource-Extractive State. **Security Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 15, n. 3, p. 464-495, July/Sept. 2006.

TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M. Introduction: Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy. *In*: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. (ed.). **Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 1-41.

TANGREDI, Sam J. **Anti-Access Warfare: Countering A2/AD Strategies**. Annapolis: Naval Institute Press, 2013.

TAYLOR, Nicholas. Sacred Values and their Implications for Deterrence and Influence Planning. **In-Depth Briefing**, Camberley, n. 54, p. 1-4, June 2023.

TCHOUNIKINE, Pierre. Clarifying Design for Orchestration: Orchestration and Orchestrable Technology, Scripting and Conducting. **Computer & Education**, Oxford, v. 69, p. 500-503, November 2013.

THUCYDIDES. **The Peloponnesian War**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

TOMPSON, William. **The Soviet Union Under Brezhnev**. Abingdon: Routledge, 2003.

TRACY, Nicholas. **Attack on Maritime Trade**. Basingstoke: Macmillan, 1991.

TRAUSCHWEIZER, Ingo W. **Creating Deterrence for Limited War: the U.S. Army and the Defense of West Germany, 1953-1982**. 2006. 458 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Faculty of the Graduate School, University of Maryland, College Park, 2006.

TUCKER, Spencer C. **Battles that Changed History: An Encyclopedia of World Conflict**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2011.

TURNER, Stansfield. Missions of the U.S. Navy. **Naval War College Review**, Newport, v. 26, n. 5, p. 2-17, Mar./Apr. 1974.

TWOMEY, Christopher P. **The Military Lens: Doctrinal Difference and Deterrence Failure in Sino-America Relations**. Ithaca: Cornell University Press, 2010.

UHLMANN, Ernst. Swiss Partisans? **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 32, n. 7, p. 73-76, Oct. 1952.

URNER, Klaus. **“Let’s Swallow Switzerland”**: Hitler’s Plans Against the Swiss Confederation. Lanham: Lexington Books, 2002.

UNITED KINGDOM - UK. Ministry of Defence. **Strategic Defence Review**. London: Secretary of State for Defence, 1998.

UNITED KINGDOM - UK. Ministry of Defence. **Defence Diplomacy**. London: Director General Corporate Communication, 2000. (Policy Paper No 1).

UNITED KINGDOM - UK. Ministry of Defence. **Deterrence: The Defence Contribution**. Shrivenham: Development, Concepts and Doctrine Centre, 2019. (Joint Doctrine Note 1/19).

UNITED KINGDOM - UK. Ministry of Defence. **UK Air Power**. 3rd ed. Shrivenham: Development, Concepts and Doctrine Centre, 2022. (Joint Doctrine Publication 0-30).

UNITED NATIONS - UN. **Charter of the United Nations**, San Francisco, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UNITED NATIONS - UN. Office of Disarmament Affairs. **Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)**. London, Moscow, Washington, 1968. Disponível em: <https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UNITED NATIONS - UN. **Memorandum on Security Assurances in Connection with Ukraine’s Accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons**. Budapest, 1994. (United Nations Treaty Collection). Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/showDetails.aspx?objid=0800000280401fbb>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Department of Commerce. **Historical Statistics of The United States 1789-1945**. Washington: Bureau of the Census, 1949.

UNITED STATES OF AMERICA - USA. US Army European Command. **Experience Gained in Combat Against Soviet Infantry**. Heidelberg: Historical Division, 1950. (MS C-058).

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Department of the Army. **Operations**. Washington: Army Headquarters, 1976. (Field Manual 100-5).

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Department of the Army. **Operations**. Washington: Army Headquarters, 1982. (Field Manual 100-5).

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Department of the Army. **The Soviet Army: Operations and tactics**. Washington: Army Headquarters, 1984. (Field Manual 100-2-1).

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Joint Chiefs of Staff. **Capability-Based Assessment (CBA) User's Guide**. Version 3. Washington: Force Structure, Resources, and Assessments Directorate, 2009.

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Department of the Navy. **Marine Corps Operations**. Washington: Headquarters United States Marine Corps, 2011. (Marine Corps Doctrinal Publication 1-0 with change 1, 2, 3).

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Department of Defense. **Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington: Directorate for Joint Force Development, 2016. (Joint Publication 1-02).

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Joint Chiefs of Staff. **Strategy**. Washington, 2018a. (Joint Doctrine Note 1-18).

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Department of Defense. **Nuclear Posture Review**. Washington: Office of the Secretary of Defense, 2018b.

UNITED STATES OF AMERICA - USA. President of the United States. **National Security Strategy**. Washington: The White House, 2022a.

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Department of Defense. **National Defense Strategy**. Washington: Office of the Secretary of Defense, 2022b.

UNITED STATES OF AMERICA - USA. Department of the Army. **Operations**. Washington: Army Headquarters, 2022c. (Field Manual 3-0).

VAGTS, Alfred. **Defense and Diplomacy: The Soldier and the Conduct of Foreign Relations**. New York: King's Crown Press, 1956.

VAGTS, Alfred. **The Military Attaché**. Princeton: Princeton University Press, 1967.

VANDENBERG, Hoyt S. A Aviação dos Estados Unidos como Elemento de Dissuasão. Tradução de César Neves e Heráclides A. Nelson. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 480, p. 29-34, Jul. 1954.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to Methods for Students of Political Science**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

VAN EVERA, Stephen. The Cult of the Offensive and the Origins of the First World War. *In*: MILLER, Steven E.; LYNN-JONES, Sean M.; VAN EVERA, Stephen (ed.).

Military Strategy and the Origins of the First World War. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 59-108.

VAN EVERA, Stephen. The Cult of the Offensive and Origins of the First World War. *In: BROWN, Michael E. et al. (ed.). **Offense, Defense, and War.*** Cambridge: The MIT Press. 2004a. p. 69-118.

VAN EVERA, Stephen. Offense, Defense, and the Causes of War. *In: BROWN, Michael E. et al. (ed.). **Offense, Defense, and War.*** Cambridge: The MIT Press. 2004b. p. 227-265.

VANN, Frank. **Nuclear-Powered Ballistic Missile Submarine: How They Work.** London: Brian Trodd, 1988.

VASCONCELLOS, Carlos R.; GOMES, Luiza N. Documentos Básicos de Defesa Nacional nas Democracias Contemporâneas e no Brasil: Uma Análise sobre a América do Sul. *In: FERREIRA, Lier P.; BRANCO, Pedro C.; FREIRE, Ricardo R. (coord.). **Manual de Segurança & Defesa.*** Rio de Janeiro: Processo, 2024.

VEGETIUS, Publius F. **Epitome of Military Science.** 2nd ed. Liverpool: Liverpool University Press, 1996.

VEGETIUS, Publius F. **Epitoma Rei Militaris.** Edited by M. D. Reeve. Oxford: Oxford University Press, 2004.

VIRILIO, Paul. **Guerra e Cinema.** Tradução de Paulo R. Pires. São Paulo: Página Aberta, 1993.

VIRILIO, Paul; ARMITAGE, John. Ctheory Interview with Paul Virilio: The Kosovo War Took Place in Orbital Space. **Ctheory.net**, Victoria, 18 Oct. 2000. Disponível em: <https://journals.uvic.ca/index.php/ctheory/article/view/14599> . Acesso em: 25 jan. 2024.

VREÏ, Francois. On Strategic Culture: Some Perspectives on Theory and Practice. *In: VREÏ, Francois; ESTERHUYSE, Abel; MANDRUP, Thomas (ed.). **On Military Culture: Theory, Practice and African Armed Forces.*** Claremont: University of Cape Town Press, 2013. p. 49-65.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Essential Wallerstein.** New York: The New, 2000.

WALTON, Dale C. The Second Nuclear Age: Nuclear Weapons in the Twenty-First Century. *In: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (ed.). **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies.*** 6th ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 202-219.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics.** Reading: Addison-Wesley, 1979.

WALTZ, Kenneth N. The Origins of War in Neorealist Theory. *In: ROTBERG, Robert I.; RABB, Theodore K. (ed.). **The Origin and Prevention of Majors Wars.***

Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 39-52.

WALZER, Michael. **Arguing About War**. New Haven: Yale University Press, 2004.

WALZER, Michael. **Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations**. 4th ed. New York: Basic Books, 2006.

WASIELEWSKI, Philip. The Roots of Russian Military Dysfunction. **FPRI Reports** (Eurasian Program), Philadelphia, p. 1-26, March 2023.

WATLING, Jack; REYNOLDS, Nick. **Operation Z: The Death Throes of an Imperial Delusion**. London: RUSI, 2022. (Special Report).

WATSON, Samuel J. Knowledge, Interest and the Limits of Military Professionalism: The Discourse on American Coastal Defence, 1815-1860. **War in History**, Great Easton, v. 5, n. 3, p. 280-307, July 1998.

WEIGLEY, Russell F. **The American Way of War: A History of the United States Military Strategy and Policy**. New York: Macmillan, 1973.

WEIR, William. **50 Battles That Changed the World: The Conflicts That Most Influenced the Course of History**. Franklin Lakes: New Page Books. 2001.

WILKE, Tobias. **German Strategic Culture Revisited: Linking the Past to Contemporary German Strategic Choice**. Berlin: Lit Verlag, 2007. (Forschungsberichte Internationale Politik, n. 36).

WILLIAMSON, Gordon. **Gebirgsjäger: German Mountain Trooper 1939-45**. Oxford: Osprey, 2003.

WILLIAMSON, Gordon. **U-boat Tactics in World War II**. Oxford: Osprey. 2010.

WILNER, Alex S.; WEGNER, Andreas. Introduction: Deterrence by Denial Next Steps. *In*: WILNER, Alex S.; WEGNER, Andreas (ed.). **Deterrence by Denial: Theory and Practice**. Amherst: Cambria Press, 2021a. p. 1-14.

WILNER, Alex S.; WEGNER, Andreas (ed.). **Deterrence by Denial: Theory and Practice**. Amherst: Cambria Press, 2021b.

WINAND, Érica; RODRIGUES, Jorge. Diplomacia. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina (org.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2018. p. 271-284.

WIRTZ, James J. How Does Nuclear Deterrence Differ from Conventional Deterrence? **Strategic Studies Quarterly**, Montgomery, v. 12, n. 4, p. 58-75, Winter 2018.

WIRTZ, James J.; LARSEN, Jeffrey A. Who Does Deterrence? The Politics and Strategy of Integrated Deterrence. **The RUSI Journal**, Abingdon, v. 168, n. 6, p. 14-20, 2023.

WOHLSTETTER, Albert. Analysis and Design of Conflict Systems. *In*: QUADE, Edward S. (ed.). **Analysis for Military Decisions**. Santa Monica: RAND Corporation, 1960. p. 103-148.

WORTMEYER, Daniela S. Relações Bilaterais entre o Brasil e Itália. **Análise**, Brasília, n. 8, p. 5-14, set. 2023.

YOST, David S. NATO and Tailored Deterrence: Surveying the Challenges. *In*: KAMP, Karl-Heinz; YOST, David S. (ed.). **NATO and 21st Century Deterrence**. Rome: NATO Defense College, 2009. p. 11-31.

YOUNG, Ken; SCHILLING, Warner R. **Super Bomb**: Organizational Conflict and the Development of the Hydrogen Bomb. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

ZAGARE, Frank C.; KILGOUR, D. Marc. **Perfect Deterrence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ZAKARIA, Fareed. **From Wealth to Power**: The Unusual Origins of America's World Rule. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ZALOGA, Steven J. **V-2 Ballistic Missile 1942-52**. Oxford: Osprey, 2003.

ZALOGA, Steven J. **V-1 Flying Bomb 1942-52**: Hitler's Infamous "Doodlebug". Oxford: Osprey, 2005.

ZALOGA, Steven J. **Cherbourg 1944**: The First Allied Victory in Normandy. Oxford: Osprey, 2015.

ZALOGA, Steven J. **German Guided Missiles of World War II**: Fritz-X to Wasserfall and X-4. Oxford: Osprey, 2019.

ZHANG, Shu Guang. **Deterrence and Strategic Culture**: Chinese-American Confrontations, 1949-1958. Ithaca: Cornell University Press, 1992.

ZI, Sun. **The Art of War**. Beijing: Chinese National Defence University, 2006.

ZI, Sun. **The Art of War**: Sun Zi's Military Methods. Translated by V. H. Mair. New York: Columbia University Press, 2007.